



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MANOEL AIRES DA SILVA NETO

EM BUSCA DA “TERRA PROMETIDA”:
COTIDIANO E MEMÓRIA DE TRABALHADORES RURAIS
DO PROJETO JATAPU (1970-2014)

Manaus
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

MANOEL AIRES DA SILVA NETO

EM BUSCA DA “TERRA PROMETIDA”:
COTIDIANO E MEMÓRIA DE TRABALHADORES RURAIS
DO PROJETO JATAPU (1970-2014)

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Patrícia Rodrigues da Silva

*Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal do Amazonas
como requisito para a obtenção do
título de Mestre em História.*

Manaus
2014

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva Neto, Manoel Aires da

S586e Em busca da “terra prometida”: cotidiano e memória de trabalhadores rurais do projeto Jatapu (1970-2014) / Manoel Aires da Silva Neto, 2014.

200f. il. color.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Rodrigues da Silva

1. Trabalhador rura 2. Trabalhadores – Aspectos sociais 3. Migração rural-urbana I. Silva, Patrícia Rodrigues da (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

C DU(1997) 331-058.243.4(811)(043.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Rodrigues da Silva
(Presidente – UFAM)

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(Membro – UFAM)

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira
(Membro – UFRR)

*In memoriam de Maria das Dores Vieira da Silva,
minha mãe, que nos deixou em janeiro de 2013.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer a alguém por algum auxílio, favor, apoio, incentivo, ou outro, é uma tarefa muito complexa. Quando se trata de agradecer a muitas pessoas a coisa se complica ainda mais, pois corre-se o risco de esquecer alguém. Para realizar esta pesquisa contei com a contribuição de professores do programa, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Projeto Jatapu, de bibliotecários e funcionários da UFAM, da UFRR, do INCRA, da Cooperativa e do Sindicato dos agricultores e agricultores familiares de Caroebe, amigos e colegas de curso e a lista continua.

Agradecer é preciso. Assim sendo, agradeço primeiramente ao arquiteto do universo, que na sua infinita bondade e sabedoria me concedeu a oportunidade de dar este pequeno passo rumo à eterna caminhada da humanidade em busca do conhecimento. Obrigado DEUS!

A todos os professores e colegas de aula do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, em especial à professora Maria Luísa Ugarte e ao professor Luís Balkar por terem disponibilizado o Laboratório de História da Imprensa. À professora Patrícia Rodrigues pelo Laboratório de História Oral e pela orientação dedicada, sem os quais a escrita desta dissertação não teria sido possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por ter disponibilizado os recursos financeiros para a realização desta pesquisa, bem como a participação em eventos na UFAM, UFRR, UFSC, UFRN, e pelas viagens a trabalho fora de Manaus e do estado do Amazonas. Enfim, por ter propiciado, nos últimos dois anos, meios para a dedicação exclusiva à dissertação.

Não posso deixar de agradecer ao irmão Pedro e sua esposa Viviane, pelo apoio nos primeiros e difíceis meses em Manaus, que me hospedaram e com os quais desfrutei do aconchego do seu lar, ao lado dos filhos Pedrinho e Vanessa, “as crianças”. Ao parceiro de kitenete Edgar, o Ed, pelo convívio amigo durante os dois anos de mestrado, e aos funcionários da empresa Eucatur, pelo transporte dedicado e cuidadoso nas minhas constantes viagens entre Boa Vista e Manaus.

Agradeço aos técnicos da Coordenação do PPGH e aos coordenadores, sem citar muitos nomes para não ser injusto com alguém. Nada impede, no entanto, de lembrar Jeferson, Marcos e Jailson pela dedicação quanto a assuntos de interesse

dos docentes e discentes do programa. Os agradecimentos se estendem ao pessoal de apoio: bibliotecários, zeladores, zeladoras, funcionários do RU, e aos motoristas do ônibus de *INTEGRAÇÃO*, entre outros.

Esta dissertação, da forma como está saindo agora é fruto das arguições e recomendações dos professores Adriana Angelita e Luís Balkar, durante o exame de qualificação e a quem sou muito grato pelas sugestões que possibilitaram melhorar significativamente a qualidade do trabalho.

Fora do eixo UFAM/Manaus, aos funcionários da Superintendência Regional do INCRA em Roraima, do IBAMA, da Biblioteca Pública de Boa Vista, UFRR, da Cooperativa e do Sindicato dos agricultores e agricultoras familiares de Caroebe e a todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais entrevistados no Projeto Jatapu, cujos nomes faço questão de destacar: Ideni, Marinete, Chico do PT, Sueli, Pedro, Feijão, Mundim, Manoel, João, Bené, Bena, Raimundo, Duda e Nairton.

Especialmente aos amigos Maria José e Jaci Vieira por terem disponibilizado sua biblioteca particular em Boa Vista, emprestando livros e entrevistas, bem como pelas ricas recomendações de bibliografia relativas à área de interesse da pesquisa, área esta onde têm larga experiência como pesquisadores.

Ao Cícero Irlando pelo apoio logístico em Boa Vista, que de forma incansável contribuiu significativamente para minha tranquilidade durante esta breve estadia em Manaus. Seja cuidando de assuntos do meu interesse, como pagamento de contas, ou até mesmo combatendo ratos, cupins e baratas em minha pequena biblioteca, ou enviando encomendas para Manaus. Obrigado amigo!

A jovem professora Patrícia Rodrigues foi muito mais que minha orientadora, foi amiga, conselheira, às vezes terapeuta, para me levantar quando na difícil tarefa de lavar adiante a pesquisa de mestrado eu fraquejava e – sem seu conhecimento – pensava em desistir. Obrigado professora, esta conquista é nossa!

Por último, sou grato ao senhor Francisco Rodrigues de Vasconcelos, o Chico do PT, que me hospedou em sua casa durante a pesquisa de campo em Caroebe, contribuindo enormemente para a realização das entrevistas. Seja por meio de seu próprio depoimento, que abriu espaço para outros depoimentos, seja pela indicação de trabalhadores e trabalhadoras que narraram suas ricas experiências, memórias e histórias vida. A todos estes sujeitos meu muito obrigado!

Pesquisa histórica com fontes orais [...] sempre tem uma natureza inconclusa de um trabalho em andamento [...]. O trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição.

Alessandro Portelli

E o bem maior do ser humano, principalmente dos pobres, é a terra, porque na terra você produz tudo, quando você num tem, assim digamos, que você num tem gado, você num tem outros bens, mas você, se você tiver a terra, você planta arroz, você planta feijão, você planta tudo, né, então, você cria uma galinha, você cria o porco, quer dizer que tudo isso aí é fonte de riqueza pra gente, né, que mora na terra, tudo isso aí dá. Aí, se você tem a terra, você tem o começo de tudo, porque tudo nasce da terra...

Marinete Lima – Trabalhadora rural do Projeto Jatapu

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre os sentidos sociais e históricos do processo de deslocamento de trabalhadores rurais sem terra de outras regiões do país e da própria Amazônia para as margens da rodovia Perimetral Norte, a partir do início dos anos 1970, quando da implantação de programas de construção de estradas e de colonização na região. Assim, aproveitando-se da rede rodoviária construída durante os governos militares, cuja espinha dorsal era a Transamazônica, seguida de outros importantes eixos rodoviários como a Cuiabá-Santarém, BR-174 e Perimetral Norte – recorte espacial da pesquisa –, o deslocamento de tais sujeitos fazia parte de um movimento bem mais amplo, cujo objetivo, segundo o discurso oficial, era ocupar espaços considerados “vazios” na Amazônia. Entretanto, no decorrer das quatro décadas de presença destes sujeitos naquele espaço, estratégias individuais e coletivas veem sendo adotadas no sentido de superar as adversidades, os conflitos e enfrentamentos cotidianos. Para tanto, fez-se necessário dialogar com fontes documentais, fontes bibliográficas, fotografias, fontes jornalísticas e, principalmente com as fontes orais e a memória, sobretudo a partir das reflexões de Alessandro Portelli, que entende a história oral como um campo de possibilidades e a memória como um processo ativo de criação de significados.

Palavras-chave: História oral, Amazônia, Trabalhadores rurais, Projeto Jatapu.

ABSTRACT

This work is a reflection on the social and historical meanings of the displacement of rural landless workers from other regions of the country and the Amazon itself to the margins of Northern Perimeter highway as from the early 1970s, when the implementation of programs road building and colonization in the region. Thus, by exploiting road network built during the military governments, whose backbone was the Trans, followed by other major road axes as the Cuiabá-Santarém, BR-174 and Perimeter North – spatial area of research – the displacement of such subject was part of a much broader movement, whose purpose, according to the official discourse, was to occupy spaces considered "empty" on Amazon. However, during the four decades of the presence of these individuals in that space, see individual and collective strategies being adopted to overcome adversity, conflict and daily confrontations. For this purpose, it was necessary to engage with documentary sources, bibliographic sources, photos, and news sources, especially with the memory and oral sources, particularly from the reflections of Alessandro Portelli, who understands the oral history as a field of possibilities and memory as an active process of creating meaning.

Keywords: Oral History, Amazon, rural workers, Jatapu Project.

LISTA DE SIGLAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
APL – Arranjo Produtivo Local
BASA – Banco da Amazônia S.A.
COOPARFAC – Cooperativa Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – RR.
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisas agropecuárias
ESG – Escola Superior de Guerra
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GERA – Grupo Executivo de Reforma Agrária
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITERAIMA – Instituto de Terras e Colonização de Roraima
PA – Projeto de Assentamento
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PCN – Projeto Calha Norte
PGC – Projeto Grande Carajás
PIB– Produto Interno Bruto
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PIN – Programa de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEAPA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN – Secretaria de Planejamento (Roraima)
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPHD – Secretaria de Promoção Humana e Desenvolvimento

SETRABES – Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social

SINTER – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima

SINTRANC – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe/RR

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SR – Superintendência Regional

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Traçado da Rodovia Transamazônica (traço vermelho e amarelo) ...	35
Mapa 02 – Programa de Integração Nacional (rodovias)	36
Mapa 03 – Malha Rodoviária de Roraima	64
Mapa 04 – Terras Indígenas de Roraima	64
Mapa 05 – Projetos de Ass. do Estado de Roraima (detalhe oval em circular) ...	74
Mapa 06 – Mapa Rodoviário de Roraima (municípios do sudeste de Roraima) ..	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Origem dos migrantes para o sudeste de Roraima	69
Tabela 02 – Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação (SR-25)	73
Tabela 03 – Produções extrativas do município de Caroebe (castanha)	118
Tabela 04 – Percentual de desmatamento em ass. do INCRA em Roraima	141
Tabela 05 – Produção agrícola do município de Caroebe L. P. (banana)	145
Tabela 06 – Produção agrícola do municipal – Lavoura de banana	146
Tabela 07 – Produção agrícola do município de Caroebe L. P. (laranja)	147
Tabela 08 – Produção agrícola do município de Caroebe L. T. (arroz casca) ...	148
Tabela 09 – Produção agrícola do município de Caroebe L. T. (feijão)	148
Tabela 10 – Produção agrícola do município de Caroebe L. T. (milho)	149
Tabela 11 – Produção agrícola do município de Caroebe L. T. (mandioca)	149
Tabela 12 – Prod. agrícola do mun. de Caroebe L. T. (abacaxi-cana-melancia)	150
Tabela 13 – Efetivo do rebanho no mun. Caroebe (bovinos-suínos-galinhas) ..	151
Tabela 14 – Grilagem de terras na região amazônica (Roraima no detalhe)	152
Tabela 15 – Números do Bolsa Família em Roraima (Caroebe em Roraima) ...	155
Tabela 16 – Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação (SR-25)	175
Figura 17 – Situação do Projeto Jatapu em 1997	176

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – BR-174 atualmente (trecho Novo Paraíso-Caracarái)	62
Figura 02 – Barraco coberto com cavacos de madeira e João Baiano (ao lado)	77
Figura 03 – Perimetral Norte (frente) e avenida central de Caroebe (fundo)	79

Figura 04 – Rodovia Perimetral Norte e área comercial de Caroebe	80
Figura 05 – Praça central de Caroebe	80
Figura 06 – A propaganda oficial nas páginas da grande imprensa	87
Figura 07 – “Brasil: Ame-o ou deixe-o”	88
Figura 08 – “Este é um país que vai pra frente”	89
Figura 09 – Castanheira (copas verdes e frondosas) em um lote na Vicinal 06	117
Figura 10 – Sede da COOPARFAC, situada na Rua Amazonas – Caroebe/RR	126
Figura 11 – Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras de Caroebe	130
Figura 12 – Área desmatada e queimada para o cultivo na beira da vicinal 05	138
Figura 13 – Plantação de banana na beira da Vicinal 06	139
Figura 14 – Lavoura de banana na beira da Vicinal 06	139
Figura 15 – Ponte em mal estado de conservação na Vicinal 06	153
Figura 16 – Neste lote da Vicinal 06 o barraco no mato reflete o abandono	160
Figura 17 – Lote abandonado em meio à “juquira” na Vicinal 06	160
Figura 18 – Casa de alvenaria e reboco em um lote abandonado na Vicinal 06	161
Figura 19 – Aspecto da Vicinal 06 nas proximidades do Km 16	161
Figura 20 – Casa com portas e janelas em um lote abandonado na Vicinal 06	162
Figura 21 – Lote abandonado na Vicinal 06	162
Figura 22 – Lote abandonado e à venda na Vicinal 06	163
Figura 23 – Entrada da Vicinal 06: cerca de 15 quilômetros de Caroebe	163
Figura 24 – Anúncio de venda de um lote na Vicinal 06	164
Figura 25 – Lote abandonado na Vicinal 02	164
Figura 26 – Lote abandonado na Vicinal 04	165
Figura 27 – Lote abandonado na Vicinal 06	167

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO I. AMAZÔNIA: ESTRADAS, COLONIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DE TRABALHADORES	29
1.1 - A Amazônia sob estado de intervenção: antecedentes históricos	29
1.2 - Construção de estradas, colonização e deslocamento de trabalhadores	34
1.3 - Principais formas de colonização na Amazônia	42
1.4 - Grandes projetos de desenvolvimento e impactos sociais	50
CAPÍTULO II. PERIMETRAL NORTE: COLONIZAÇÃO E DESLOCAMENTOS DE TRABALHADORES PARA RORAIMA	60
2.1 - Perimetral Norte: a caminho do novo eldorado em Roraima	60
2.2 - Colonização recente em Roraima e a criação do Projeto Jatapu	67
2.3 - Colonização e urbanização no sudeste de Roraima	78
2.4 - Propaganda, projetos de vida, entre outras motivações	82
CAPÍTULO III. PERIMETRAL NORTE: COTIDIANO E MEMÓRIA DE TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO JATAPU	91
3.1 - Caminhos e descaminhos da viagem para Roraima	91
3.2 - Roraima: primeiras impressões, difícil recomeço	102
3.3 - Estratégias de sobrevivência nas margens da Perimetral	112
3.3.1 - A prática da mariscagem ou marisco	113
3.3.2 - A colheita da castanha	116
3.3.3 - Os significados da conquista da terra em Roraima	120
3.4 - Estratégias coletivas de organização	125
CAPÍTULO IV. PROJETO JATAPU HOJE: COTIDIANO E PERSPECTIVAS ...	137

4.1 - A agricultura familiar e a cultura a banana	137
4.2 - A Realidade atual no Projeto Jatapu	151
4.2 - Venda e abandono de lotes nas vicinais do Projeto Jatapu	167
4.3 - Entre ficar e partir: construindo perspectivas	177
4.3.1 - “a gente nunca perde a esperança”	178
4.3.2 - “agora isso aí é um sonho que a gente até tem”	180
4.3.3 - “aqui e um lugar sem jeito que aqui só é política”	181
4.3.4 - “eu posso ser sincero pro senhor, eu não posso esperar nada”	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
FONTES	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	196

APRESENTAÇÃO

Este trabalho nasceu das nossas idas e vindas entre Boa Vista e Manaus pela BR-174. Ao percorrermos os 700 quilômetros da estrada várias inquietações vinham à tona, principalmente em relação ao processo de transformação que aquele espaço tem experimentado nas últimas quatro décadas. Em decorrência do avanço da frente de expansão formada por famílias de agricultores sem terra, operários, madeireiros, fazendeiros, entre outros, onde há pouco tempo havia uma densa faixa de floresta, se estendem colônias agrícolas, fazendas, povoados, vilas e cidades.

Cada quilômetro percorrido da estrada, cada vila, povoado ou cidade que vão ficando para trás, fazem lembrar as aventuras daqueles homens e mulheres pelas estradas amazônicas, em busca da “terra prometida”. Trajetórias lembradas em suas falas não apenas como a busca de um lugar, de um espaço para realizar seu projeto de vida, mas também como “aventuras da juventude”. Muitos dos sujeitos que vêm vivenciando o processo de transformação daquele espaço chegaram muito jovens à região, trazendo na bagagem seus sonhos e utopias.

Fazem lembrar os povos indígenas, entre outros, lutando contra as patrulhas motorizadas e barulhentas das empreiteiras, rasgando estradas “transamazônicas” em seus territórios sagrados, em nome do “progresso” e da “segurança nacional”, que nada tinham a ver com sua realidade.

Alimentados pelos mais distintos interesses possíveis, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, fazendeiros, entre outros, se estabeleceram no centro-sul de Roraima. Muitos traziam, ao lado da pouca bagagem, as experiências calejadas por anos de trabalho e luta por um pedaço de terra. Outros vinham de experiências frustradas em estados como Mato Grosso e Rondônia, evidenciando as contradições do mundo rural do país, em constante busca pela “terra prometida”. Terra prometida não no sentido religioso, transcendente, mas no concreto, por projetos institucionais que acabaram se mostrando um grande engodo.

Excluídos de programas governamentais dos anos 1970, que prometiam terra ao longo das estradas amazônicas, muitas famílias de trabalhadores pobres foram contempladas no sudeste de Roraima. Portanto, não há como percorrer a BR-174 e a BR-210 (Perimetral Norte) sem que se perceba através do avanço da urbanização, da pecuária e da colonização as transformações ali processadas.

Quando do lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), em junho de 1970, o presidente da República Garrastazu Médici (1969-1974) pronunciou em discurso que levaria “os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”. O processo de deslocamento de trabalhadores rurais sem terra que se seguiu à implantação de políticas governamentais na região, deveu-se em grande medida à busca por essa “terra prometida” pelo governo.

Este trabalho trata, entre outros, da forma como os trabalhadores rurais sem terra das várias regiões brasileiras interpretaram os discursos pronunciados pelas autoridades governamentais em relação às iniciativas de construção de estradas e colonização na Amazônia. A intenção é mostrar que tais discursos ficaram mais nas “promessas” que propriamente em algo concreto.

Entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970 o país viveu o auge do chamado “milagre econômico”,¹ período no qual o PIB brasileiro atingiu altas taxas de crescimento. Da mesma forma, a intervenção do Estado Militar na Amazônia se fez sentir através da implantação de uma série de políticas governamentais voltadas em grande medida para programas de investimentos em áreas estratégicas como construção de estradas, comunicações e projetos de colonização para agricultores sem terra, sobretudo nordestinos flagelados pela seca.

Tais políticas foram concebidas com a principal justificativa de que a região era “um imenso vazio demográfico” que se apresentava à atenção mundial como possível área de reserva para solucionar o fenômeno da explosão populacional.² Em âmbito nacional visavam à solução das tensões sociais no Nordeste estimulando a migração de famílias de trabalhadores rurais para a Amazônia.

Nesse sentido, a construção de estradas e a colonização caminharam juntas, como partes integrantes do mesmo processo. Sob a égide do “desenvolvimento com segurança”, grandes eixos rodoviários penetraram na floresta em nome da ideologia

¹ A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo (PRADO e EARP, 2003, p. 219).

² OLIVEIRA, Ariovaldo Uberlino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. – Campinas, SP: Papirus, 1988, p. 30.

propagada pela Doutrina de Segurança Nacional³ e da ocupação de espaços considerados vazios, não levando em conta a historicidade da presença de povos indígenas, entre outros, vivendo naquele espaço.

Promover a colonização dirigida na Amazônia foi a forma encontrada para não se realizar as reformas exigidas pelos movimentos sociais rurais, entre os quais as Ligas Camponesas. Em seu lugar optou-se pela militarização da questão agrária, identificando qualquer tentativa de organização dos trabalhadores com a subversão.⁴ Ou seja, foi distribuído terra ao longo das estradas amazônicas para não se distribuir as terras do Nordeste, do Centro-Sul e da própria Amazônia.⁵

Assim, a construção da rodovia Transamazônica foi apresentada à imprensa e à opinião pública nacional como solução para o problema da seca que atingia o Nordeste no início dos anos 1970. A série de discursos que se seguiu escondia a perspectiva de formar uma reserva de força de trabalho para alimentar os grandes projetos de capital nacional e estrangeiro que penetraram com toda força a partir de meados dos anos 1970, após mudanças na política de colonização.

A partir dessa data ocorreu uma queda brusca no processo de transferência de famílias de trabalhadores sem terra para as margens das rodovias amazônicas, ficando muito distante do que previa o Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, que era assentar 1 milhão de famílias de trabalhadores pobres nos projetos de colonização criados na região até o final dessa década.

Para que houvesse o deslocamento das famílias de trabalhadores pobres de seus estados de origem para a região amazônica, foi necessário o estabelecimento de uma conjuntura política e econômica favorável, que começou a se delinear nos primeiros governos militares, chegando ao auge no período entre 1968 e 1973, com o estabelecimento do chamado “milagre econômico”.

³ Originária dos Estados Unidos na época da guerra fria, a Doutrina de Segurança Nacional serviu como base ideológica do regime militar implantado no Brasil em 1964 e por meio da Escola Superior Guerra (ESG), criada em 1949, inscreveu-se na vida política brasileira, em toda estrutura do poder público brasileiro, introduzindo-se inclusive nas escolas. Desse modo, quando passaram a ser obrigatórias, em todos os graus do sistema educacional, disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, eram concebidas tomando por base princípios e conceitos de segurança nacional (BORGES, 2003).

⁴ LINHARES, Maria Yedda Leite. *Terra Prometida: história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 182.

⁵ IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

A política de construção de estradas e colonização favoreceu sobremaneira o deslocamento de trabalhadores de outras partes do país para a região amazônica, alimentados pela perspectiva de trabalho e a conquista da terra nos programas governamentais que ora se anunciavam e de que ouviam falar.

No caso específico da Perimetral Norte, possibilitou a inserção de inúmeras famílias de trabalhadores à região sudeste de Roraima, que chegavam diariamente em ônibus e caminhões paus-de-arara, oriundas de várias partes do país, sobretudo de Rondônia, em busca das terras cujas notícias ouviam através do rádio, familiares, amigos, conhecidos, ou mesmo da propaganda oficial.

Uma consulta aos arquivos digitais de alguns periódicos e revistas de ampla circulação nacional possibilitou acompanhar os discursos e articulações dos militares em torno da criação e implantação do PIN.⁶ Bem como a conjuntura gerada a partir da construção de estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, BR-174 e Perimetral Norte. As duas últimas, sobretudo a BR-210, foram amplamente noticiadas pelo *Jornal Boa Vista*, de propriedade do governo de Roraima.

A produção do conhecimento histórico tem se voltado cada vez mais para as experiências individuais e coletivas de sujeitos como trabalhadores rurais e urbanos, enfocando aspectos como cultura, costumes, relações profissionais e cotidianas na realidade na qual estão inseridos. Nesse sentido, a obra de autores como Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, entre outros, têm contribuído sobremaneira para a construção de reflexões voltadas para a temática do trabalho e dos movimentos sociais em âmbito rural e urbano.

Nessa perspectiva, a obra de Edward Palmer Thompson⁷ oferece excelentes contribuições para que se passa compreender “a lógica da história” social. Assim, uma obra imprescindível para o nosso propósito, como, aliás, para todo trabalho que busca refletir sobre a história social e os diversos modos de produzi-la, é *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*.

⁶ Para este trabalho foram consultados o *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* e a *Revista Veja*, em suas edições de junho a outubro de 1970. A escolha de tais periódicos e da revista teve como critério a disposição em mídia digital e a facilidade de acesso aos seus arquivos. Também foram consultados o *Jornal Boa Vista*, periódico do governo de Roraima, edições de 1973 e 1974 e o jornal *Folha de Boa Vista*, edição de 08/06/1993, ambos disponíveis na Biblioteca Pública de Boa Vista – RR.

⁷ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 55.

Segundo afirma o autor:

Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas de investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veementemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar.⁸

Esta interessante análise sobre a lógica da história, conforme discute o autor, permite refletir sobre as ações individuais e coletivas de sujeitos cujas trajetórias e memórias se pretende analisar, ao mesmo tempo em que fornece subsídios teóricos e metodológicos para a escrita da dissertação.

Assinala ainda Edward Palmer Thompson que “o historiador examina vidas e escolhas individuais, não apenas acontecimentos históricos”.⁹ É nessa perspectiva que buscamos refletir sobre a conjuntura, o contexto gerador dos deslocamentos, mas também sobre o processo de constituição dos trabalhadores rurais do Projeto Jatapu como sujeitos que se organizam naquele espaço – ora individualmente, ora de forma coletiva – para a resolução de seus problemas.

A categoria sujeito utilizada neste trabalho para denominar os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Projeto Jatapu, enquanto uma coletividade de homens e mulheres que se identificam na luta pelo direito de viver dignamente em seu pedaço de terra está de acordo com a perspectiva adotada por Eder Sader na obra *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*.¹⁰

Ao justificar a utilização da noção de sujeito/sujeito coletivo em sua reflexão, complementa Eder Sader: “quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”.¹¹

No caso do Projeto Jatapu observamos que em muitos momentos aqueles trabalhadores agiram como esse sujeito coletivo, elaborando estratégias de lutas

⁸ THOMPSON, Op. cit., 1981, p. 55.

⁹ Idem, 1981, p. 61.

¹⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹¹ SADER, Op. cit., 1988, p. 55.

que os uniram/unem em torno de interesses comuns, mas também observamos momentos em que esse sujeito coletivo não consegue se impor e as lutas acabam se dando de forma mais individualizada. Importa ressaltar aqui é que agindo coletivamente ou individualmente aqueles trabalhadores têm se mostrado sempre como sujeitos de sua própria história.

Eder Sader chama atenção para as ambiguidades referentes ao uso da noção de sujeito, que segundo ele afirma, são carregadas de sutilezas e mal-entendidos. Cuidados estes que não podem faltar quando da elaboração de uma reflexão sobre o nosso próprio objeto de pesquisa. Segundo o autor:

Se num enunciado ela [noção de sujeito] pressupõe a soberania do ator, num outro pressupõe sua sujeição. Em suma, da filosofia à linguística, passando pela psicanálise, pisamos num terreno minado, palco das mais acesas polêmicas. [...] o uso da noção [de sujeito] exige, pois, certos cuidados. Se a mantenho é porque as ambiguidades que ela carrega impregnam também noções sucedâneas, indicando talvez a existência de problemas mais fundos no pensamento construído.¹²

Para a realização do presente trabalho lançamos mão de uma ampliada gama de fontes históricas. Desde documentos de caráter oficial, obtidos junto a órgãos governamentais como o INCRA, fontes bibliográficas, fotografias; também discursos governamentais publicados por alguns órgãos de comunicação e, principalmente fontes orais. Também fazem parte deste *corpus* documental as atas de criação de um sindicato e de uma cooperativa na área de pesquisa.

O trato com essas fontes exige do historiador reflexões e ponderações. Nesse sentido, sabemos que todas as fontes são discursos permeados pela subjetividade de quem as produz. Sendo assim, ao utilizar dados/fontes oficiais, temos que estar atento à subjetividade que eles carregam. Mesmo que num primeiro momento nos pareçam objetivos e imparciais.

As fontes jornalísticas também fizeram parte do nosso escopo de fontes, pois compreendemos que a utilização de jornais e revistas como fonte de produção do conhecimento histórico não deve ser descartada de maneira alguma por parte dos historiadores. Segundo afirma Maria Helena Capelato,¹³ eles representam uma das principais fontes de informação histórica.

¹² SADER, Op. cit., 1988, p. 50-5.

¹³ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Ed Contexto, 1988, p. 20.

Entretanto, devemos ter alguns cuidados quando da utilização de tais fontes, necessitando que se diferencie os interesses econômicos e políticos que carregam como mecanismos de sedução dos leitores que pretendem atingir. Nesse sentido, “conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica”.¹⁴

Conforme discutem Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto,¹⁵ a utilização de materiais da imprensa hoje está cada vez mais generalizada no campo de produção do conhecimento histórico. Vistas como suspeitas e com problemas de credibilidade, tais fontes foram relegadas sem que se percebessem suas amplas possibilidades. Entretanto, afirmam as autoras:

estas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.

Nesse processo de ampliação da compreensão sobre fontes que os estudos históricos passam a incorporar, de forma significativa a imprensa como documento de pesquisa vem penetrando cada vez mais no *corpus* documental de estudo dos historiadores. Nesse sentido: a imprensa periódica – grandes jornais diários, jornais regionais e locais, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, etc. – tem sido amplamente utilizada na pesquisa acadêmica.¹⁶

Contudo, alguns cuidados devem tomados quando da utilização de materiais de imprensa como fonte de produção e conhecimento histórico, principalmente porque eles não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam suas pesquisas. Nessa perspectiva cabe ao historiador, através da operação de escolha e seleção, transformar o jornal ou revista em fonte histórica. Operação esta que requer tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final.¹⁷

Convém ressaltar que a opção/escolha pela utilização de alguns periódicos neste trabalho (ver nota 6) teve como perspectiva a recuperação de acontecimentos

¹⁴ CAPELATO, Op. cit., 1988, p. 23.

¹⁵ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007, p. 254.

¹⁶ CRUZ e PEIXOTO, Op. cit., 2007, p. 255.

¹⁷ Idem, 2007, p. 260.

ligados à conjuntura política e econômica que propiciou o deslocamento dos sujeitos desta investigação – os trabalhadores e trabalhadoras sem terra – para a Amazônia. Mesmo sabendo que a utilização de materiais da imprensa pelo historiador requer o diálogo com outras fontes da mesma pesquisa.

Nessa perspectiva de diálogo com outras fontes, é preciso dizer ainda que para a nossa pesquisa as fontes orais se colocaram como fontes fundamentais, pois, o nosso intuito, por fim, era o de compreender o processo de migração a partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos que estiveram implicados de forma direta neste projeto de assentamento, quais sejam, os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra de diversos rincões deste país.

Para uma melhor compreensão dos conceitos e possibilidades da história oral e das fontes orais, Alessandro Portelli tem dado muitas e importantes contribuições. Acreditamos que ainda não existe definição fechada para tais termos, posto estarem os mesmos no âmbito das ciências humanas e como tal, são passíveis a constantes mudanças, conforme mudam as sociedades humanas.

Para Alessandro Portelli¹⁸ “a história oral é uma forma de discurso” por meio do qual “história evoca uma narrativa do passado” e o termo “oral indica um meio de expressão”. O autor afirma ainda que se pode “definir a história oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado”.

Para Antônio Torres Montenegro¹⁹ a história oral pode ser concebida “como um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana”. Nesse sentido, a opção pelas fontes orais em alguns momentos desta dissertação tem como objetivo reconstituir os modos de viver e se relacionar com o espaço de pesquisa – o Projeto Jatapu – no processo de constituição dos sujeitos como trabalhadores rurais.

O trabalho com entrevistas significa um trabalho com fontes orais e memória. Assim sendo, as reflexões de Ecléa Bosi²⁰ sobre a memória servirão de estímulo à nossa metodologia de trabalho, quando da realização e tratamento das entrevistas,

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. *A história oral como gênero*. Projeto História. São Paulo. (22), jun. 2001, p. 10-13.

¹⁹ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. – 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2001, p. 17.

²⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 37.

para colher os melhores frutos dessa “relação de intimidade” (termo nosso) que deve ser travada entre entrevistador e seus entrevistados. Sobre esse aspecto afirma a autora que “uma pesquisa é um compromisso efetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa [...] participar de sua vida”.

Entendemos que esse “ombro a ombro”, do qual fala a autora também pode significar uma forma de participar da vida “íntima” do entrevistado, de escutar seus problemas, compartilhar do aconchego de seu lar, tomar café, almoçar, ganhar sua confiança, pois somente uma relação de confiança entre sujeitos com interesses distintos possibilita colher o máximo de suas memórias.

Quando tratamos de entender a questão da memória, logo somos levados a consultar reflexões de estudiosos como Michael Pollack, Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi. Tais estudiosos, ao seu modo específico de trabalhar apontam para as amplas possibilidades do estudo da memória, concebida por Ecléa Bosi como “um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.²¹

De acordo com Maurice Halbwachs²² “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.

Para Michael Pollak²³ a importância da história oral consiste no resgate da memória dos excluídos ou “memórias subterrâneas”. Segundo o autor: “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas [...] como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas”.

Conforme assinala Yara Aun Khoury:²⁴

Lidar com o tempo nas narrativas é também lidar com a memória. A fala oral está sempre impregnada de memória. Nas conversas estamos em contato direto com modos como as pessoas costumam significar o passado, marcar e usar o tempo. Compreendê-los e explicá-los requer mais que uma atenção a

²¹ BOSI, Op. cit., 2004, p. 39.

²² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990, p. 71.

²³ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos históricos, RJ, Vol. 2, n.º 3, 1989, p. 4.

²⁴ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas histórias: outras memórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. P. 128.

diferentes temporalidades e as suas mútuas relações em processos históricos específicos: requer apreender maneiras como as pessoas, com que falamos, dividem, significam e usam o tempo.

Trabalhar com fontes orais implica acima de tudo trabalhar com diferentes temporalidades. Assim, durante a realização das entrevistas os entrevistados estão, a todo momento, no “tempo das narrativas” para narrar acontecimentos passados e presentes, que interessam ao trabalho de um pesquisador.

Refletir sobre este aspecto é, atentar para os sentidos sociais e históricos das experiências cotidianas dos sujeitos com os quais dialogamos, para que se possa “apreender de modo mais profundo como esses trabalhadores pensam e vivem o trabalho e os modos de trabalhar”²⁵ em suas diferentes temporalidades.

O recorte espacial da pesquisa é o Projeto de Assentamento Rápido Jatapu (PAR Jatapu), criado em setembro de 1983, no município de São João da Baliza, às margens da Perimetral Norte, região sudeste de Roraima. Entre as principais razões alegadas para a criação do Projeto na área constam razões de segurança interna, a regularização fundiária de inúmeras famílias ocupantes de terras naquele espaço e o controle do fluxo migratório de trabalhadores sem terra e seus familiares a partir da abertura da Perimetral (1974) e da conclusão da BR-174 (1976).

O afluxo destes sujeitos para o sudeste de Roraima remonta a meados dos anos 1970. No entanto, muitos deles se encontravam na região amazônica desde o lançamento de programas governamentais de desenvolvimento e integração. Dessa forma, o recorte temporal da pesquisa situa-se entre 1970 – ano de lançamento de tais programas – e 2014. Como vamos trabalhar com entrevistas e, segundo afirma Yara Aun Khoury, durante “as entrevistas estamos no espaço e no tempo de nossos entrevistados”, que “narram a partir de seu próprio presente”,²⁶ escolhemos 2014 – realização das últimas entrevistas e conclusão da pesquisa.

Com a criação do município de Caroebe (1994) a partir da divisão do Baliza, o Projeto Jatapu, como é chamado pelos colonos – este será o nome adotado sempre que nos referirmos ao espaço da pesquisa – passou para a jurisdição de Caroebe. Suas estradas vicinais partem de ambos os lados da Perimetral Norte, no trecho

²⁵ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 40.

²⁶ KHOURY, Op. cit., 2006, p. 31.

entre Caroebe e a vila Entre Rios, na beira do rio Jatapu, que dá nome ao Projeto. Este situa-se a 350 quilômetros da capital de Roraima, Boa Vista.

Foram entrevistados 13 trabalhadores rurais do Projeto Jatapu, entre colonos e moradores de Caroebe ainda vinculados ao lote, sendo 11 homens e 3 mulheres. O critério utilizado para a escolha dos depoentes teve como base a disponibilidade de tempo do trabalhador no momento de visita para sondagem e, ou agendamento das gravações. Em alguns casos, o marido se dispôs a falar, enquanto a esposa ficava reservada no interior da casa. Alguns não estavam mais casados, por falecimento da conjuge ou por separação.

Também adotamos como critério o fato do colono ou ex-colono ter chegado quando da abertura da estrada e início do processo de ocupação da área. Para que possamos compreender os sentidos atribuídos por estes sujeitos às transformações que vêm ocorrendo desde então. Também optamos por entrevistar trabalhadores migrantes que chegaram à época da criação do Projeto Jatapu. A maioria chegou nesse período. Os entrevistados estão assim distribuídos: 4 na cidade de Caroebe, 9 no Projeto Jatapu (2 na Perimetral, 6 na Vicinal 06, 1 na Vicinal 10) e 1 na Vicinal 36 do Projeto Jauaperi. A escolha dos nomes teve como base informações colhidas em conversas informais com moradores da cidade e com os próprios depoentes.

A luta pela terra possui uma série de significados e alimenta sonhos. Nessa perspectiva, para os sujeitos desta investigação a conquista de um pedaço de terra significou não apenas ter um lugar para morar e sobreviver dignamente, mas, acima de tudo, um espaço para realizar seus projetos de vida, tendo em vista que a grande maioria deles veio de experiências ligadas às atividades agrícolas e a busca pela terra foi a energia que moveu estes homens e mulheres em suas trajetórias ao lado dos familiares e amigos pelas estradas amazônicas.

Estas trajetórias/viagens – em geral realizadas em grupos familiares em cima de caminhões paus-de-arara, o que facilitava o fretamento do veículo – são narradas como permeadas por relações familiares e de solidariedade entre pessoas de várias origens e culturas e que se perpetuam até os dias atuais.

É importante destacar outros trabalhos que abordam o processo migratório de trabalhadores sem terra para o eixo da Perimetral. Entre os mais relevantes está a dissertação de mestrado *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência*

na *Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*²⁷ de Maria José dos Santos. Entre os aspectos enfatizados pela autora no processo de luta pela terra na região, há um destaque para as “estratégias de resistência” forjadas pelas famílias de trabalhadores migrantes para viver da terra e nela permanecer.

A tese intitulada *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*²⁸ de Nélvio Paulo Dutra Santos, também trata em um de seus capítulos do processo de colonização do sudeste de Roraima a partir dos anos 1970, fornecendo subsídios importantes para construção do nosso trabalho.

A pesquisa realizada por Luzia Márcia Resende Silva²⁹ sobre a luta pela terra de trabalhadores rurais do Triângulo Mineiro é importante para o nosso trabalho, no sentido mostrar as amplas possibilidades da história oral e das fontes orais como forma de reinserir os sujeitos na reflexão histórica, possibilitando-lhes o direito à palavra e à participação nas reflexões sobre suas experiências de vida.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, a apresentar. O Capítulo I aborda as principais iniciativas governamentais para a região amazônica, a partir do lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN) que resultou na construção da rodovia Transamazônica e na colonização para famílias de trabalhadores rurais, principalmente nordestinos. Destaca as principais formas de colonização verificadas na região e fecha com um resumo dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) e suas implicações para a Amazônia.

Neste capítulo buscou-se mostrar a forma como o governo militar se utilizou de discursos para atrair força de trabalho para grandes empreendimentos de capital nacional e estrangeiro instalados na região, principalmente a partir de mudanças na política oficial de colonização, desencadeando um amplo processo de deslocamento de famílias que por sua conta e risco buscavam terra na Amazônia.

²⁷ SANTOS, Maria José dos. *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas/AM, 2010.

²⁸ SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2004. (Tese de doutorado).

²⁹ SILVA, Luzia Márcia Resende. *Os trabalhadores em luta pela terra no Triângulo Mineiro: 1989/1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, 1996, p. 4.

O Capítulo II contextualiza a região sudeste de Roraima. Faz uma abordagem das expectativas em torno da construção das rodovias BR-174 e Perimetral Norte. Trata das implicações sobre as populações indígenas da área de influência da obra, da colonização por famílias de trabalhadores sem terra, principalmente de Rondônia, e da criação do Projeto Jatapu. Finaliza com alguns destaques sobre o processo de urbanização às margens da Perimetral e da BR-174, e insere as primeiras falas dos entrevistados, falando das motivações na busca pela terra na Amazônia de modo geral e, em Roraima de forma específica.

Este capítulo buscou mostrar, entre outros, a forma como a propaganda oficial veiculada pelos meios de comunicação em massa sobre a implantação de projetos governamentais, principalmente a construção de estradas e colonização, ao lado de informações prestadas por familiares, amigos, vizinhos, terceiros, contribuiu de modo significativo para o deslocamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra pelas rodovias da região amazônica.

O Capítulo III aborda os sentidos sociais e históricos do estabelecimento dos entrevistados e seus familiares às margens da rodovia Perimetral Norte. No primeiro momento enfatiza as histórias da chegada ao novo espaço, através dos caminhos e descaminhos da viagem. Em seguida trata do processo de inserção das famílias na nova realidade, marcada pela completa falta de serviços como o comércio, escolas, saúde, e pela presença ameaçadora da malária.

Este capítulo buscou mostrar que para as famílias inseridas em um ambiente totalmente distinto do anterior, levando em conta os inúmeros obstáculos dificultados ainda mais pelo completo desenraizamento em relação ao contexto de origem, a solidariedade e a coesão do grupo familiar foi de extrema importância para recriar uma nova cultura que possibilitou a adaptação ao lugar.

O Capítulo IV trata das formas como estes trabalhadores, a partir do convívio com outros sujeitos, lidam com os conflitos, angústias e enfrentamentos cotidianos. Nesse sentido, analisa as dificuldades de permanência do trabalhador na terra, bem como a constante busca de mecanismos de resistência, entre os quais o abandono e a venda de lotes, como forma de superar a falta de políticas de apoio ao agricultor familiar. Apresenta alguns números da agricultura familiar no município de Caroebe e fecha com uma reflexão tomando por base as falas de alguns trabalhadores sobre as perspectivas para o futuro do Projeto Jatapu.

CAPÍTULO I

AMAZÔNIA:

ESTRADAS, COLONIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DE TRABALHADORES

Este capítulo trata das principais iniciativas governamentais para a Amazônia durante o período militar (1964-1985), sobretudo a partir do começo dos anos 1970, quando foram implantados grandes projetos desenvolvimentistas, desencadeando um amplo processo de deslocamento de trabalhadores, além de impactos sociais e ambientais sobre as populações e ecossistemas das áreas atingidas. A princípio, faz uma breve discussão sobre os antecedentes das políticas de intervenção na região amazônica após o Golpe de 1964. Em seguida aborda a construção de estradas e a colonização ao longo dos eixos rodoviários, com famílias de trabalhadores rurais de outras regiões, em consonância com a ideologia de segurança nacional, integração e ocupação de espaços considerados “vazios”. E, por último, traz um resumo dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) e suas implicações para a Amazônia, bem como dos grandes projetos desenvolvimentistas implantados após mudanças na política de colonização, entre os quais o Projeto Grande Carajás, Polonoroeste, Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Calha Norte, entre outros.

1.1 - A Amazônia sob estado de intervenção: antecedentes históricos

O período após 1964 marca um momento de forte intervenção do Estado no Brasil de forma geral e, na Amazônia de forma específica, esta intervenção se mostrará através da imposição de um projeto de modernização na região amazônica pelos governos militares. Projeto este, que segundo seus idealizadores, tinha como objetivo principal integrar a região ao território nacional através de uma ampla rede de estradas, cuja espinha dorsal seria a Transamazônica.

Entretanto será necessário estabelecermos uma reflexão acerca de alguns elementos que remontam há algumas décadas anteriores aos anos 1970, que de certa forma representam os antecedentes da política de intervenção dos governos militares na região amazônica, para que possamos compreender a dinâmica desse processo histórico que envolveu boa parte da sociedade nacional.

A intervenção militar na Amazônia a partir de meados dos anos 1960 tem seus antecedentes bem delimitados a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), sobretudo com o lançamento da campanha “Marcha para o Oeste”, que consistia num amplo plano concebido pelo governo para fixar o trabalhador rural nos sertões de Goiás e Mato Grosso. A ideia de marchar para o interior do país logo se estendeu à região amazônica, que também ingressou no “imaginário oficial” entre os territórios a serem ocupados por sertanejos nordestinos.³⁰

O discurso de ocupação de regiões consideradas como “vazios demográficos” na Amazônia, que consta no famoso “Discurso do Rio Amazonas”, proferido por Getúlio Vargas no Ideal Club de Manaus, em 1940, foi depois encampado pelos militares para legitimar a modernização autoritária na região.

Durante o Estado Novo (1937-1945) o governo optou por uma ação mais enérgica no campo da colonização e interessou-se fundamentalmente em colonizar as áreas de fronteira, em especial no Brasil Central. Sobretudo nos novos territórios federais – Ponta-Porã, Iguaçu, Amapá, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima) – criados em função da conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), levando a uma maior valorização das áreas de fronteiras.³¹

Tais medidas atendiam a dois objetivos estratégicos que visavam desviar o excesso populacional de estados como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e encaminhá-lo para áreas de extrativismo da borracha, em plena selva amazônica. Do mesmo modo, buscavam evitar a criação de bolsões de resistência em áreas como o Nordeste, por exemplo, e, ao mesmo tempo, ocupar uma área considerada “vazia” do território nacional.³²

A década de 1940 marca outro momento de intervenção estatal na Amazônia, quando em função dos esforços de guerra, o Brasil assinou com os Estados Unidos “os acordos de Washington” sobre matérias-primas estratégicas, entre as quais a borracha nativa amazônica, recrutando trabalhadores, sobretudo nordestinos, que

³⁰ SECRETO, María Verónica. *Ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 116.

³¹ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 16.

³² LINHARES, Maria Yeda Leite. *Terra Prometida: história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 128-9.

ficaram conhecidos como “soldados da borracha”, para atuarem no *front* da batalha da borracha na selva amazônica.³³

Com o fim dos Acordos de Washington o governo buscou através da criação de uma série de órgãos federais incrementar o desenvolvimento e a integração da Amazônia. Segundo Otávio Ianni, entre estes órgãos estava o Banco de Crédito da Borracha S.A., criado a 9 de julho de 1942 – durante o Estado Novo –, pelo Decreto-Lei nº 4.451, “destinado a operar na compra e venda de borracha, destinada aos mercados nacional e estrangeiro”. Na década seguinte este órgão sofreu mudanças, ampliando suas funções creditícias, além da borracha. A 30 de agosto de 1950, por meio da Lei nº 1.184 passou a se chamar Banco de Crédito da Amazônia S.A.; e, a 28 de setembro de 1966, através da Lei nº 5.122, passou a denominar-se Banco da Amazônia S.A. (BASA). Ainda no governo Vargas, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), “com a finalidade de diagnosticar a problemática econômica e social da região, propor soluções e administrar a sua execução”. A 27 de outubro de 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da Lei nº 5.173. O último órgão absorveu totalmente a SPVEA, redefinindo a compreensão da problemática amazônica. Desse modo, “em 1966 a SUDAM e o BASA passam a ser os principais órgãos do governo federal para a formulação de diagnósticos e adoção de medidas econômicas para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia”.³⁴ Estavam assim lançadas as bases para a intervenção militar na Amazônia pós-1964.

Para Boris Fausto,³⁵ o início do governo Jango (1961-1964), foi marcado pelo “avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores”, entre os quais, os setores esquecidos do campo, que começaram a se mobilizar. O movimento rural mais importante do período foi o das Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado e político pernambucano Francisco Julião. “Julião promoveu as Ligas à margem dos sindicatos e tratou de organizar os camponeses”, acreditando que seria mais viável atraí-los do que os assalariados rurais para o movimento.

³³ SECRETO, Op. cit., 2007, p. 123.

³⁴ IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 36-7.

³⁵ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 244.

Para Maria José dos Santos³⁶ “as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião mantiveram-se no caminho da luta revolucionária pela posse da terra, o que, com o advento do regime militar, responderia pelo seu fechamento”, utilizando para tanto a repressão a seus principais líderes. Surgiram primeiramente no Nordeste, entre 1955-58, como uma proposta de defender os camponeses contra a expulsão da terra e a exploração do trabalhador rural, depois se espalharam por vários pontos do país, sobretudo estados como Pernambuco, Paraíba e Minas.

O avanço dos movimentos sociais no campo levou à criação do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, no âmbito das *reformas de base* – reforma agrária, reforma bancária e a reforma universitária – do governo Jango, através das quais o Brasil deveria passar a limpo sua herança colonial. O referido estatuto estendia aos trabalhadores do campo uma série de garantias e direitos já usufruídos pelos trabalhadores urbanos desde a época do governo Vargas.³⁷

A crescente politização dos camponeses e operários rurais, tendo nas Ligas e nos sindicatos rurais a expressão dessa nova fase das lutas por melhores condições de vida no campo, inquietava a burguesia agrária, representada pelos latifundiários e empresários rurais, uma das bases econômicas e políticas importantes do Golpe civil e militar de 31 de março para 1º de abril de 1964.³⁸

Nesse contexto, o projeto de reforma agrária anunciado por Jango no comício da Estação Central do Brasil (no Rio) nos idos de março, não chegou a ser votado, pois na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, apoiadas pelos governadores de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, e sob forte apoio logístico dos Estados Unidos, as forças armadas derrubaram o governo democrático de Goulart, abrindo uma nova etapa na luta pela terra no país.³⁹

As intenções desenvolvimentistas dos militares na Amazônia tiveram início nos primeiros anos do regime militar, quando foi lançada, em 1966, para um grupo de empresários do Centro-Sul e governadores de territórios e estados amazônicos, a “Operação Amazônia”, que consistia em um “grande programa de desenvolvimento

³⁶ SANTOS, Maria José dos. Projetos de assentamentos, trabalhadores rurais e sindicalismo em Roraima. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). *O Rio Branco se enche de História*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008, p. 91.

³⁷ LINHARES, Op. cit., 1999, p. 172-7.

³⁸ IANNI, Op. cit., 1979, p. 37.

³⁹ LINHARES, Op. cit., 1999, p. 181-2.

regional, com créditos ao setor privado de até 75% dos recursos à implantação dos projetos”.⁴⁰ Na verdade, uma forma de atrair empresas nacionais e estrangeiras para a região através da concessão de incentivos fiscais e creditícios vantajosos.

Para Ariovaldo Uberlino Oliveira⁴¹ a chamada Operação Amazônia é o marco das intenções desenvolvimentistas dos governos militares em relação à Amazônia, iniciadas com a primeira reunião de investidores da região, realizada através de um “cruzeiro” pelo rio Amazonas a bordo do navio Rosa da Fonseca (em dezembro de 1966), durante nove dias de viagem. Nessa reunião definiram-se dos empresários do Centro-Sul os objetivos da adesão empresarial ao projeto governamental em só investir se o lucro fosse certo.

Enquanto os empresários nacionais e estrangeiros aderiam à Operação os militares procuravam encobrir suas intenções em relação à Amazônia. A partir desse processo de adesão do grande monopólio capitalista nasceram os processos de expropriação das terras indígenas, terras dos posseiros, das florestas, dos recursos minerais, enfim, da Amazônia como um todo. Situando-se nesse mesmo processo a origem do conflito com os indígenas, posseiros e garimpeiros.⁴²

O processo decorrente da Operação Amazônia, que abriu a região ao capital nacional e estrangeiro bem como da implantação de grandes eixos rodoviários como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte, que propiciou os meios de acesso às riquezas da Amazônia ganhou maior dramaticidade com a desarticulação das formas de viver e se relacionar com o meio ambiente de populações tradicionais amazônicas, postas à margem das políticas desenvolvimentistas implantadas pelos governos militares, ou então as incluindo como trabalhadores temporários a serviço de empreiteiros e empresários instalados na região.

A construção de estradas e a colonização ao longo de seus eixos propiciaram os meios de atrair força de trabalho abundante e barata para tais empreendimentos. Por outro lado, deu início a um amplo e agressivo processo de expropriação de terras na região, principalmente terras indígenas, de posseiros, entre outros recursos

⁴⁰ MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese. UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 2007, p. 149.

⁴¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Uberlino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. – Campinas, SP: Papyrus, 1988, p. 32.

⁴² Idem, 1988, p. 39.

amazônicos, tendo como consequência inúmeros conflitos envolvendo os diversos agentes representantes direta ou indiretamente dessa nova fase de intervenção do Estado Militar na região amazônica.

A partir desse momento, estavam lançadas as bases para a implantação de grandes projetos de impactos sociais e ambientais e para a penetração do grande capital na Amazônia. Vale reiterar que o período pós-64 marcou um momento de forte intervenção estatal militar na Amazônia “através da imposição de um projeto de modernização”, transformando dessa forma a região amazônica em seus aspectos físicos, ambientais, sociais e políticos.⁴³

O objetivo deste tópico foi tão somente propiciar uma ideia sucinta de como se formou a conjuntura que deu origem às principais iniciativas desenvolvimentistas implantadas na Amazônia a partir do início dos anos 1970, como a construção de grandes eixos rodoviários de integração nacional e a colonização, temas que serão melhor desenvolvidos no tópico seguinte.

1.2 - Construção de estradas e deslocamento de trabalhadores

O projeto de o governo militar de ocupar “espaços vazios” na Amazônia com trabalhadores rurais de outras regiões, através da construção de estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, entre outras, como também da colonização ao longo destes eixos rodoviários, desencadeou um amplo processo de deslocamento de famílias de pequenos agricultores sem terra, fazendeiros, empresários, grileiros, peões, operários, entre muitos outros para a região amazônica.

No início dos anos 1970, culminando com o auge do “milagre econômico” do país, a Amazônia passou pela maior fase de intervenção estatal até então registrada na história, quando os militares implantaram grandes projetos desenvolvimentistas na região, tendo como carro chefe o Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. O PIN consistia no financiamento da construção de uma ampla rede viária que tinha como espinha dorsal a rodovia Transamazônica, seguida de outros importantes eixos rodoviários, como a BR-174, a Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte.

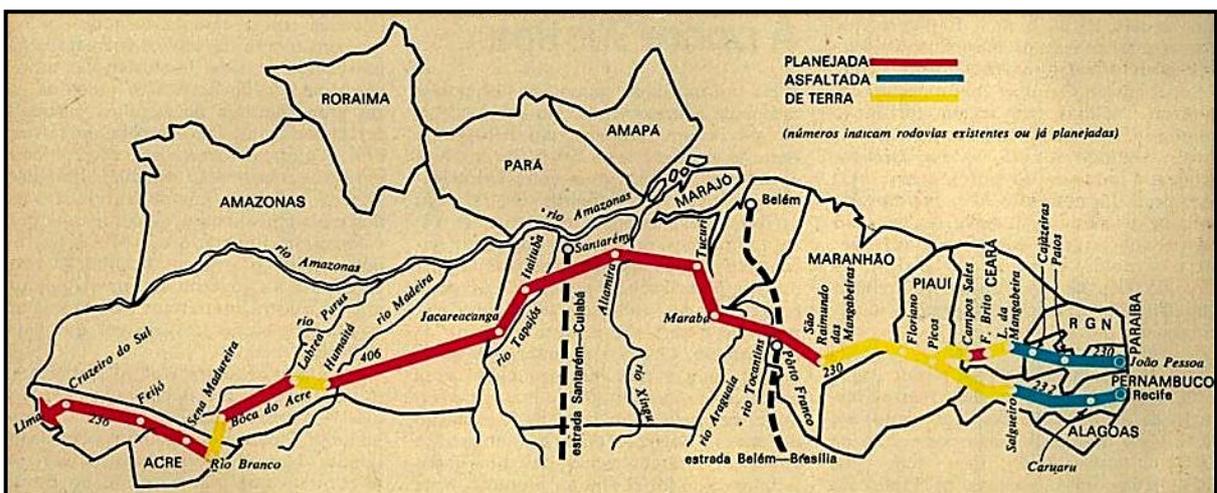
⁴³ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 65.

Entre as principais metas do Programa estava a integração da Amazônia ao todo nacional, através da implantação de um amplo sistema rodoviário conectando ao Nordeste e à Belém-Brasília – já existente – e, por conseguinte, ao restante do país. Para executar a colonização em uma faixa de 10 quilômetros de cada lado das estradas, conforme previa o PIN, seria criado em 9 julho de 1970, pelo Decreto-Lei nº 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Este órgão absorveu as atribuições e responsabilidades de três outros órgãos criados no âmbito do Estatuto da Terra de 1964: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). O INCRA foi criado com o objetivo principal de executar a colonização oficial dirigida e particular, deixando à margem a questão da reforma agrária, conforme exigiam os movimentos sociais rurais.

O projeto consistia na construção das rodovias Transamazônica, com cerca de 2.300 quilômetros e Cuiabá-Santarém, com 1.320. Nascida em Picos, no Piauí, a aquela partia do entroncamento de duas outras rodovias que davam acesso a Recife e João Pessoa, ligando o litoral nordestino à fronteira com a Bolívia e Peru, numa extensão de aproximadamente 5.000 km (ver mapa 01).

Mapa 01: Traçado da Rodovia Transamazônica (traço vermelho e amarelo)



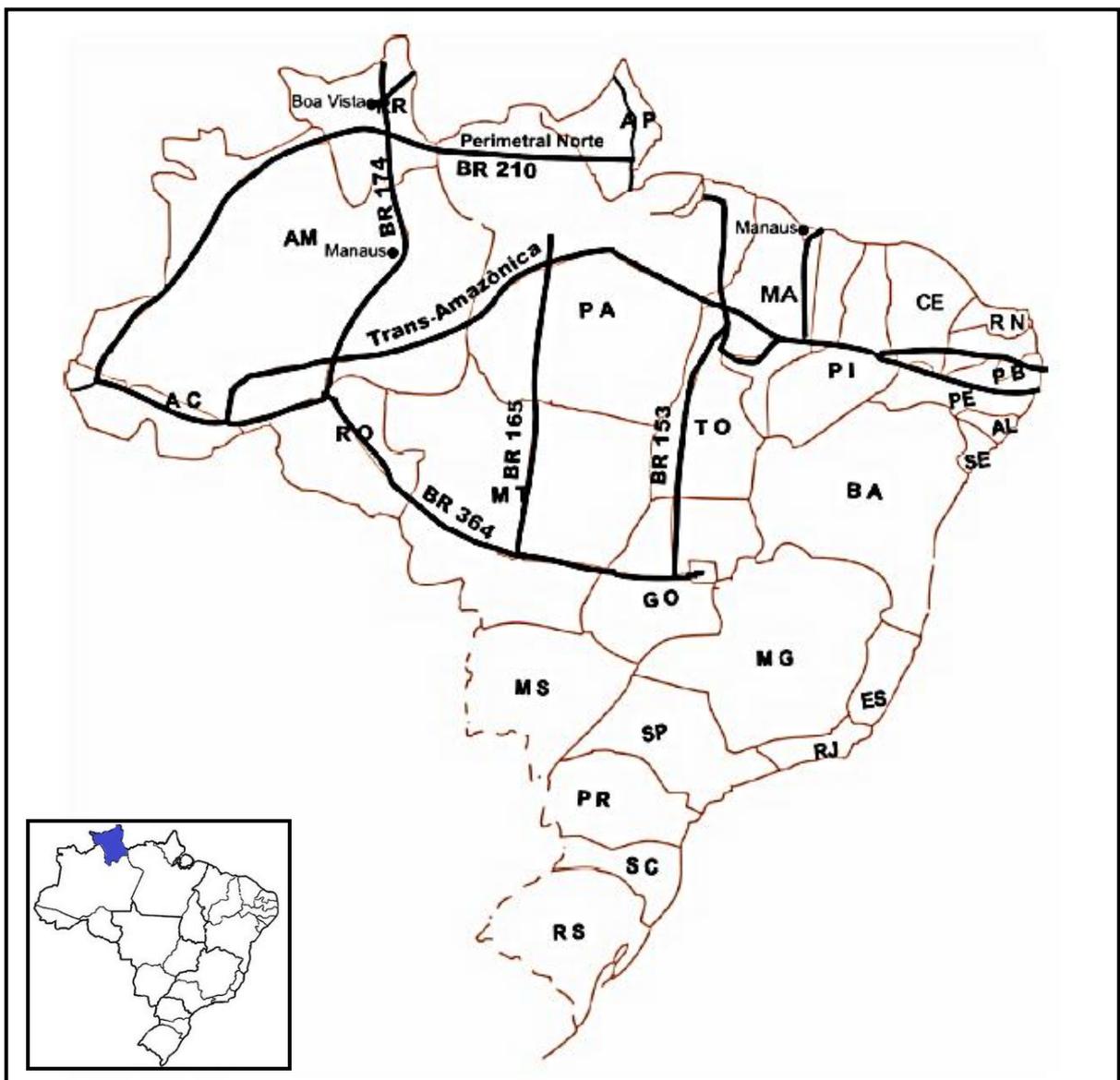
Fonte: Revista *Veja*, 17/06/1970, p. 36.

Na visão dos militares a Transamazônica cumpriria o objetivo de integrar duas regiões – Nordeste e Amazônia – com problemas distintos, mas que para o governo deveriam ser atacados como o mesmo problema. Sobretudo com a abertura de uma

ampla faixa de terras devolutas e terras indígenas destinadas à colonização, bem como aos grandes projetos instalados na região a partir de meados dos anos 1970, após mudanças na política oficial de colonização.

O mapa seguinte propicia uma visão de conjunto do sistema rodoviário, onde figuram as rodovias que faziam parte da ampliação do Programa para outras partes da Amazônia. Assim, para ligar Manaus, Boa Vista e a fronteira com a Venezuela foi construída a BR-174, com 800 km; para conectar o Território do Amapá à fronteira com a Colômbia e o Acre, cruzando Roraima no sentido leste-oeste, seria aberta a Perimetral Norte, com aproximadamente 2.450 km (ver mapa 02).

Mapa 02: PIN – Programa de Integração Nacional (Rodovias)



Fonte: Adaptado do mapa de Maria das Graças Magalhães (2006, p. 88).

A BR-174 nascia em Cáceres, Rondônia (BR-319) e representou o corredor de acesso para famílias de trabalhadores rurais sem terra oriundos de estados como Goiás, Mato Grosso, Acre e Rondônia às terras livres da Amazônia setentrional. Ambas – BR-174 e Perimetral – representaram a porta de entrada para a chamada “frente pioneira” ocupar a região sudeste de Roraima.

As muitas famílias que hoje estão assentadas nos projetos de assentamentos criados pelo INCRA ou morando nas vilas e cidades ao longo destas duas rodovias, chegaram à região de ônibus ou em cima de caminhões paus-de-arara, em busca de terra para trabalhar, cujas notícias circulavam pelo país a fora, como falou um dos entrevistados em seu depoimento: “a fama daqui era muito grande”.⁴⁴

Também destinadas à colonização, o que prevaleceu nestas duas estradas foi em grande medida a colonização espontânea por famílias de agricultores sem terra excluídos dos programas governamentais, oriundos principalmente de Rondônia. As duas estradas, portanto, seriam de grande importância para o projeto geopolítico dos militares em relação às fronteiras do extremo norte do país.

As notícias sobre a construção da Transamazônica, veiculadas pelos jornais consultados demonstram que estes buscaram construir a ideia de que as visitas das autoridades militares ao Nordeste em 1970 refletiam as preocupações destes com os flagelados da seca. A versão de tais órgãos, que cobriram os acontecimentos em torno da obra, procura mostrar que o governo militar estava realmente preocupado. Contudo, uma leitura mais atenta nas fontes bibliográficas aqui utilizadas, mostra que por trás dessa pretensa preocupação havia outras intenções.

Buscando colaborar com a legitimidade da política desenvolvimentista em curso, enquanto a revista *Veja* informava que a seca havia gerado uma multidão de famintos calculada em “um milhão de pessoas”, também noticiava, ao lado de outros órgãos da grande imprensa, a decisão do governo militar em construir uma “estrada transamazônica” ligando as cidades de Recife e João Pessoa a Lima (no Peru), numa extensão de 5 mil quilômetros. As notícias levam a crer que a construção da obra foi decidida após a visita presidencial aos flagelados do Nordeste.⁴⁵

⁴⁴ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

⁴⁵ “Seca chegou à Sudene”. *Revista Veja*, 17/06/1970, p. 36.

Entretanto, como pudemos observar em um dos periódicos, os estudos para a execução de um plano rodoviário para a região amazônica eram bem anteriores a 16 de junho de 1970, quando o Programa de Integração Nacional foi divulgado. Nessa mesma data, quando o ministro dos Transportes Mário Andreazza expôs o plano de construção da Transamazônica, uma reportagem destacava que este parecia estar pronto há algum tempo, apenas esperando o momento oportuno para ser anunciado e executado. Dizia a reportagem:

Surgiu, com rapidez, a solução [para a crise no Nordeste (grifo nosso)] que há dois anos estava engavetada nas prateleiras do Ministério dos Transportes à espera de ser classificada como “projeto prioritário” – a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.⁴⁶

Os estudos para a execução deste “projeto prioritário”, conforme Andreazza, ficaram a cargo do Ministério dos Transportes, em reunião interministerial no início de 1970 – alguns meses, portanto, antes da divulgação do PIN –, oportunidade na qual foram discutidos “problemas relativos à ocupação dos grandes espaços vazios da Amazônia”. Na mesma ocasião, complementou o ministro, o presidente Médici teria feito “a referência de que a Transamazônica seria uma vereda oferecida ao nordestino para a conquista e a colonização da Amazônia”.⁴⁷

Os jornais são bastante enfáticos ao reiterarem as “preocupações” que teriam levado as autoridades de Brasília – ministros de Estado e do próprio presidente – a visitarem o Nordeste. Tais visitas, conforme se lê nas reportagens teriam suscitado as reuniões, através das quais a região fora declarada “em estado de calamidade pública”. Em uma dessas reuniões foi lançado o PIN, destinado ao financiamento de obras de infraestrutura e colonização na Amazônia.

A construção da Transamazônica seria, nas palavras do presidente, “uma vereda aberta ao nordestino para a colonização de uma área rica em vales férteis e promissoras jazidas minerais”. O presidente Médici, que entendia que o Nordeste e a Amazônia deviam ser atacados como o mesmo problema complementou nesses termos: “teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil”.⁴⁸

⁴⁶ “Delfim consegue incentivos”. *Revista Veja*, 24/06/1970, p. 32.

⁴⁷ “Integração nacional terá recursos mobilizados hoje”. *Jornal do Brasil*, 18/06/1970, p. 14.

⁴⁸ Trechos de discursos do presidente Emílio Garrastazu Médici. *Jornal do Brasil*, 09/10/1970, p. 3.

No entender do governo, para desenvolver e integrar a Amazônia e solucionar o problema que afligia o nordestino era necessário realizar um “esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia”. Para tanto seriam levados “os homens sem terra do Nordeste para a terra sem homens da Amazônia”.⁴⁹

O nordestino, conforme aparece no “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado por Vargas, em 1940, é visto como dotado de um “instinto de pioneiro”, desbravador, que teria se embrenhado pela floresta, abrindo as trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre.⁵⁰ Da mesma forma ele era visto pelos militares, como aparece no discurso do presidente Médici, com o mesmo instinto pioneiro de desbravador, colonizador de “vales férteis”.

Tais discursos terminam refletindo outra realidade, a mais óbvia talvez seja a de que a Amazônia não era uma “terra vazia”. Durante a ocupação progressista da região, mesmo que houvesse preocupações com grupos indígenas, como buscam mostrar algumas reportagens, certamente as soluções encontradas eram impostas e dificilmente beneficiavam aquele grupo indígena ou camponês que se encontrava na área de influência da estrada ou de outro grande projeto.

A presença de grupos indígenas na região amazônica, remontando há tempos imemoriais evidencia a contradição do discurso de que a Amazônia era um “espaço vazio”. Por outro lado, negar a existência desses povos para legitimar o discurso dos “vazios” é deixar claro que havia outras intenções da parte dos agentes interessados na desocupação da área pelas populações tradicionais.

Tais discursos deixam claro uma concepção de progresso vinculada à ideia de desenvolvimento tecnológico e neste contexto, ao olhar para a Amazônia viam-na como espaço de “atraso” que carecia de intervenção para “progredir”. Ao proporem planos de desenvolvimento para a região, portanto, o fizeram desconsiderando as especificidades da região, e ao insistirem na ocupação dos “vazios demográficos” ignoraram os anseios da população nordestina afligida pela seca ao mesmo tempo em que não enxergaram os povos que historicamente vinham ocupando a área. Tais como caboclos, quilombolas, seringueiros, coletores de castanha, entre outros, que moravam e tiravam seu sustento dos frutos da selva.

⁴⁹ Trechos de discursos do presidente Emílio Garrastazu Médici. *Jornal do Brasil*, 09/10/1970, p. 3.

⁵⁰ SECRETO, Op. cit., 2007, p.120.

A abertura de estradas como a Transamazônica gerou muitas expectativas, percebidas não só no discurso dos militares, mas também nas páginas da grande imprensa. Algumas matérias refletem um certo clima de otimismo, onde se esperava que em um futuro próximo em torno de “20 milhões de nordestinos estariam vivendo em função da estrada”,⁵¹ como noticiou a revista *Veja*.

Em outras, conforme o texto da notícia abaixo, as previsões para o futuro da floresta amazônica não eram nada animadoras:

Dentro de alguns anos, talvez o começo do século XXI, o homem poderá ver, no lugar da atual grande floresta amazônica, o extraordinário paraíso tropical onde a civilização conseguiu pela primeira vez harmonizar a natureza e o progresso. O futuro poderá ser também oposto: cinzento e absurdo. Nesta década, entretanto, para o bem ou para o mal, está sendo lançada a sorte da maior e última reserva natural do planeta.⁵²

Entre as principais razões apontadas pelas fontes bibliográficas consultadas, para a execução do PIN constavam razões de “segurança interna”, “defesa nacional” ou “segurança com desenvolvimento”. A “segurança com desenvolvimento” estava entre as principais metas governamentais em relação a Amazônia, fator este que impulsionou a implantação de grandes projetos na região. Principalmente diante das enormes riquezas minerais desta região, vista como solução para as tensões sociais em outras regiões do país,⁵³ sobretudo o Nordeste.

Para Otávio Ianni os principais motivos que determinaram a decisão para a construção da obra, estavam contidos nas expressões “terra e segurança interna”. O autor foge da ideia de que a seca do Nordeste de 1970 foi o motivo para a abertura da rodovia e aponta aspectos que denotam outras intenções:

No primeiro momento, em meados de 1970, o que a ditadura deixa transmitir para a opinião pública é a ideia de que a preocupação do governo do General Médici com os problemas sociais do Nordeste levava esse governo a encaminhar os excedentes populacionais dessa região para alguns lugares da Amazônia. Tratava-se de iniciar alguns projetos de colonização, em “terras virgens” da Amazônia, a fim de aliviar as “tensões sociais” do Nordeste. Com isso se propicia a preservação das estruturas agrárias vigentes nesta região e abriam-se novas possibilidades de expansão capitalista na Amazônia.⁵⁴

⁵¹ “A Segunda Revolução”. *Revista Veja*, 24/06/1970, p. 22.

⁵² “Natureza ameaçada”. *Revista Veja*, 14/10/1970, p. 54.

⁵³ IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p. 130.

⁵⁴ IANNI, Op. cit., 1979, p. 47.

Como se pode perceber, a construção de estradas, em conformidade com a integração nacional, segurança, desenvolvimento e ocupação de “espaços vazios” e “terras virgens” na Amazônia, ao mesmo tempo em que se intencionava reduzir as “tensões sociais” no Nordeste e em outras regiões brasileiras, de igual maneira se pretendia preservar a “estrutura fundiária” de tais regiões, com base no latifúndio, e vigentes no Brasil desde o período colonial.

Assim, “as razões de segurança interna levaram o Estado a adotar medidas que aceleraram o processo de reforma agrária de fato na Amazônia, reforma esta que se quis evitar no Nordeste”.⁵⁵ Enquanto se desenrolavam tais eventos, as forças armadas realizavam no sul do estado do Pará uma verdadeira caçada a focos guerrilheiros surgidos nas proximidades das jazidas de ferro de Carajás, legitimando assim as razões de segurança interna na região amazônica.

A construção da Transamazônica, entre os anos de 1970 e 1974, “definiu de modo claro, e pela primeira vez, a política governamental de buscar a combinação entre colonização e segurança interna”.⁵⁶ Nesse sentido, a política de colonização imposta durante o período, principalmente na Amazônia, foi uma forma de não se fazer a reforma agrária exigida pelo movimento camponês.

O que houve na verdade foi a distribuição de terras na Amazônia para não se distribuir terras em outras regiões brasileiras. A reforma agrária foi substituída pela colonização dirigida, enquanto levas e levas de trabalhadores, de forma espontânea ou induzida, buscavam por sua conta e risco se estabelecer ao longo das rodovias, realizando assim sua própria reforma agrária.

No contexto amazônico, a construção de estradas e a política de colonização caminharam juntas, como partes complementares de um mesmo processo. Assim, sob a bandeira do desenvolvimento com segurança, grandes eixos rodoviários foram abertos em terras devolutas ou terras ocupadas por grupos indígenas, em nome da segurança nacional e ocupação de “vazios demográficos”.

O tópico seguinte aborda as principais formas de colonização verificadas na região principalmente após a execução do plano rodoviário: a colonização dirigida, a particular; e a espontânea, realizada à revelia do Estado.

⁵⁵ IANNI, Op. cit., 1979, p. 48.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

1.3 - Principais formas de colonização na Amazônia

No contexto de execução dos programas oficiais de colonização para a região amazônica, inúmeras famílias de trabalhadores rurais pobres foram deslocadas de suas regiões e simplesmente jogadas na beira das estradas, para mostrar que havia um projeto colonial sendo executado, mas que em verdade escondia a intenção de atrair um exército de força de trabalho para alimentar os grandes empreendimentos de capital nacional e estrangeiro implantados na região.

Tomando por base alguns estudiosos do processo de colonização recente na Amazônia, como Bertha Becker, Otávio Ianni, Jean Hébette, entre outros, busca-se discutir as principais iniciativas governamentais no sentido de colonizar as margens das rodovias federais amazônicas – conforme o Programa de Integração Nacional –, principalmente com populações de todas as regiões brasileiras, mas também da própria região amazônica.

Assim, os projetos oficiais de colonização a serem implantados numa faixa de 10 quilômetros de cada lado das rodovias federais amazônicas, seriam concebidos num esquema de urbanismo rural, no qual os “lotes de 100 ha seriam distribuídos aos colonos que teriam numa sede hierarquizada de núcleos urbanos – rurópolis, agrópolis e agrovilas – a base para sua organização”.⁵⁷

Os projetos da colonização oficial sob a responsabilidade do INCRA dividiam-se em: Projeto Integrado de Colonização (PIC), presentes na Transamazônica e em Rondônia. Nesse caso o INCRA se encarregava da organização de todo o processo de assentamento dos novos colonos, inclusive a assistência financeira e técnica. O Projeto de Assentamento (PA) ou Projeto de Assentamento Rápido (PAR) foi criado com a finalidade de regularizar a situação fundiária – demarcação, titulação – das parcelas ocupadas espontaneamente.⁵⁸

Tomando como base o sistema de “urbanismo rural” a colonização oficial teve seu apogeu entre os anos 1970 e 1973. Conduzida desse modo, de forma a tornar quase totalmente dirigido e planejado o processo de instalação e consolidação dos núcleos de colonos, ela pautou-se numa concepção ditatorial de relações sociais

⁵⁷ BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 32.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

cuja estrutura, além de suas características técnicas, urbanísticas, organizatórias e funcionais, atividades econômicas rurais, vizinhança, escola e casa, etc., apresentou uma evidente conotação de controle social.⁵⁹

Durante os anos 1970-1973, o governo militar pôs em prática uma política de colonização em diversas áreas da Amazônia, prevalecendo a colonização dirigida. A partir desse período passou a prevalecer a particular. Os objetivos e meios de tal política foram estabelecidos sobretudo através da Lei nº 5.404, de 30 de novembro de 1964, que regulamentava os artigos do Estatuto da Terra, desse ano, relativo à colonização e outras formas de acesso à propriedade.⁶⁰

Da forma como se processou a colonização na Amazônia, não foi levado em consideração o processo tradicional de ocupação e exploração dos vales dos rios, deixando de lado a fertilidade das áreas de várzeas pelos solos de terra firme, nem sempre propícios para a agricultura. Tal fator evidencia a preocupação unicamente estratégica de ocupar a região e não a busca do bem estar dos trabalhadores rurais, como era anunciado na propaganda para atrair famílias de agricultores para as margens das estradas ou para as proximidades dos grandes projetos.⁶¹

Era projeto do governo Médici oferecer terras sem homens para homens sem terra nas margens da Transamazônica, assentando 100 mil famílias de nordestinos pobres e ainda camponeses sulistas, considerados instruídos e de tradição agrícola comprovada, conforme assinala Jean Hébette.

Ainda segundo Jean Hébette:

Os projetos foram realizados com grande pressa e muita improvisação; colonos foram convocados no Nordeste e no Sul, *por meio de uma propaganda ufanista*, transportados até de avião, para a Amazônia, instalados em condições muito precárias. Foram praticamente abandonados a si mesmos, sem apoio à saúde e sem assistência técnica, num ambiente

⁵⁹ A *Agrovila* é um pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas e pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural. A *Agrópolis* é um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. A *Rurópolis* é o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrovilas e Agrópolis. É um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos (IANNI, 1979, p. 61).

⁶⁰ A Lei 5.404 estabelecia que colonização era toda atividade, oficial ou particular, que se destinava a promover o aproveitamento econômico da terra pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas (IANNI, 1979, p. 57).

⁶¹ HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004, p. 277-8.

totalmente alheio à sua tradição cultural. Poucas vias de penetração nos lotes foram abertas. A manutenção da própria Transamazônica tornou-se muito difícil e seu tráfego foi repetidamente interrompido ou tornou-se extremamente problemático nas épocas de chuvas (grifo nosso).⁶²

Esta informação lança luzes sobre dois aspectos. O primeiro evidencia que a propaganda oficial contribuiu para o deslocamento de famílias de trabalhadores sem terra para a Amazônia. Por outro lado, a forma como os colonos foram assentados, praticamente abandonados à própria sorte e num ambiente totalmente alheio à sua tradição cultural, demonstra que havia outros objetivos em jogo, quais sejam, formar uma reserva de trabalhadores itinerantes a serviço dos grandes empreendimentos capitalistas instalados a partir de meados dos anos 1970.

A partir desse período houve um recuo na política de transferência de famílias de trabalhadores rurais sem terra para a região. Nesse momento os interesses dos governantes se voltaram para a instalação de grandes projetos pecuários, minerais e industriais estimulados pela política de incentivos fiscais.

No rastro da propaganda sobre a colonização dirigida oficial, toda uma gama de males se abatia sobre as famílias de trabalhadores pretensiosamente atraídas para a Amazônia. Um dos piores era a quantidade insuficiente de lotes demarcados para assentar levas e levas de colonos e seus familiares que chegavam diariamente ao oeste amazônico. Como resultado, os fluxos migratórios saíram do controle total do INCRA, deixando, só no caso de Rondônia, em torno de quarenta a cinquenta mil famílias com o sonho da terra frustrado.⁶³

Realizada de maneira a privilegiar mais os objetivos de Segurança Nacional, “os frutos da colonização oficial não corresponderam, nem de longe, às expectativas despertadas por uma propaganda irresponsável motivada por objetivos políticos ou puramente comerciais”.⁶⁴ Para Jean Hébette, tal fator reflete muitos dos fracassos do sistema, devendo-se levar em conta a forma como o Estado Militar buscou se impor, distribuindo terras em grande medida, na grande maioria, extremamente fracas e de baixíssima fertilidade, ao invés de fazer a reforma agrária.

⁶² HÉBETTE, Op. cit., 2004, p. 278.

⁶³ Vale registrar ainda que os colonos que não ganhavam lote nos projetos oficiais dirigiam-se para a periferia das pequenas cidades ou sobretudo das capitais, sendo acolhidos como “agregados” nos lotes de terceiros, ou trabalhando como assalariados nas fazendas e nas roças ou então, vagando simplesmente como desempregados (HÉBTTE, 2004, p. 279).

⁶⁴ Idem, 2004, p. 284.

A desistência dos colonos foi muito grande. Nesse sentido, mais da metade dos primeiros ocupantes deixaram os seus lotes, evidenciando os complexos fatores dessa desistência, entre os quais o isolamento, a falta de vias de penetração para a circulação das pessoas e o escoamento dos produtos, as doenças, particularmente a malária, baixo preço dos produtos vendidos no lote, crédito bancário inadequado às condições do produtor, pressão dos especuladores com vistas à compra de lotes e o próprio propósito especulativo de certos colonos.⁶⁵

Instituída dessa forma a colonização dirigida serviu para reestruturar, manter intocada a grande propriedade e aliviar as tensões sociais no Nordeste e em outras regiões do país, mostrando-se assim como um elemento efetivo na colonização do que o falacioso discurso de ocupar os vazios amazônicos e valorizar terras.

Ao estudar o processo de colonização dirigida ao longo da Transamazônica, Bertha Becker⁶⁶ destaca a forma como se processou o esforço de colonização nas áreas de Altamira e Marabá entre 1970 e 1974. Áreas estas, segundo afirma, devido à falta de preparo e apoio aos colonos, vindos em maior número da região Nordeste, muitos deles, após a abertura da mata e preparo das terras, abandonavam os lotes, sendo substituídos gradativamente por colonos originários do Centro-Sul, tais como capixabas, mineiros, paranaenses e catarinenses.

A política de colonização oficial desenvolvida entre 1964 e 1978 apresenta algumas características que possibilitam uma ideia de como foram implantadas. Em primeiro lugar, ela foi inspirada pelas razões de segurança interna que passaram a predominar desde o Golpe de 1964, sobretudo em função das tensões sociais no Nordeste. Em segundo lugar, tal política não tinha como meta promover a reforma agrária no Nordeste, e sim a saída de milhares de trabalhadores, de modo a garantir a estrutura fundiária prevaiente da região. Em terceiro lugar, buscou controlar os fluxos migratórios de trabalhadores do Nordeste e de outras regiões do país. E, da forma como foi formulada e posta em prática nesse período, a colonização oficial caracterizou-se como uma contrarreforma agrária.⁶⁷

Desde 1974 o Estado passou a incentivar a colonização particular, em escala cada vez mais acentuada nos anos seguintes, deixando em segundo plano a oficial.

⁶⁵ HÉBETTE, Op. cit., 2004, p. 284.

⁶⁶ BECKER, Op. cit., 1990, p. 35.

⁶⁷ IANNI, Op. cit., 1979, p. 42-4.

Antes mesmo desta data, esta forma de colonização já estava regulamentada pela legislação relativa à colonização e reforma agrária (Estatuto da Terra de 1964) que legislava sobre a reforma agrária e a colonização e estabelecia os objetivos e os meios das duas modalidades de colonização concebidas pelo poder público: a oficial e a particular. Mas foi principalmente a partir de 1974 que a colonização particular passou a merecer maiores atenções e estímulos do poder público, relegando, pouco a pouco a um segundo plano a oficial.

Em relação à colonização particular, praticada pelas empresas colonizadoras, o INCRA cedeu áreas importantes para tais empresas implantarem a infraestrutura e executarem os assentamentos. Jean Hébette frisa que os resultados foram diversos e, tratando mais especificamente de Rondônia afirma que alguns projetos nem foram iniciados, muitos fracassaram, outros alcançaram seus objetivos. Objetivos estes, eminentemente lucrativos, nunca poderiam ser obtidos privilegiando o assentamento do lavrador pobre que ingressou essencialmente como força de trabalho barata para as grandes fazendas,⁶⁸ entre outros empreendimentos.

A colonização espontânea ou livre continuou a desenvolver-se ao longo dos anos 1964-1978, apesar de medidas adotadas pelo governo no sentido de fiscalizar, estabelecer postos de triagem e até mesmo inibi-la realizando campanhas contrárias ao deslocamento espontâneo de famílias sem terra para certas áreas – não todas – amazônicas.⁶⁹ Uma dessas áreas, segundo comentários dos entrevistados, era a do próprio Projeto Jatapu, destinada à pecuária pelo programa Polamazônia.

Na região amazônica a colonização “não-dirigida”, “espontânea” ou “induzida”, mas também pode ser chamada de “livre”, desenvolveu-se concomitantemente às políticas oficiais e teve como agentes as inúmeras famílias de trabalhadores atraídos para a fronteira amazônica e que por falta de terra realizaram sua própria reforma agrária. Esta forma de colonização é a que nos interessa em particular e será melhor desenvolvida no capítulo seguinte, por ter sido o tipo que resultou no processo de criação do Projeto Jatapu, recorte espacial da pesquisa.

⁶⁸ HÉBETTE, Op. cit., 2004, p. 285.

⁶⁹ IANNI, Op. cit., 1979, p. 85. O Estatuto da Terra, de 1964, já estabelecia que a colonização era definida como uma atividade oficial ou particular destinada a promover o aproveitamento da terra. Ao mesmo tempo definia as condições da colonização particular, partindo da preliminar de que é dever do Estado estimular, por meio da assistência técnica e creditícia, as iniciativas particulares de colonização. Desde o princípio, a colonização particular foi definida como uma modalidade de promover o aproveitamento econômico da terra com base na empresa particular (Idem).

Em sua análise sobre a colonização espontânea ou “induzida”, Jean Hébette aponta algumas razões que contribuíram “para intensificar os fluxos migratórios de camponeses em busca de terra”, entre as quais destaca: a “pressão populacional sobre a terra monopolizada, abertura de estradas, propaganda orquestrada a favor da migração, desemprego e fome”.⁷⁰

Ainda segundo Jean Hébette:

A maioria dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do oeste do Maranhão, norte de Goiás e sudeste do Pará [depois Rondônia, Acre, Roraima] [...]; desmataram o espaço necessário a sua subsistência e plantaram arroz, milho, mandioca, feijão [...]. A fixação, portanto, foi também seletiva, mas com base em critérios diferentes dos da colonização oficial; aqui, fundamentalmente, a fixação passou pela solidariedade e pela tenacidade camponesas.⁷¹

Esse movimento de ocupação espontânea – seria mais correto chamar livre ou induzido, porque fatores de diversas ordens como os apontados na citação acima provocaram o deslocamento de famílias de trabalhadores para a fronteira amazônica – teve início no sul do Pará, sobretudo após a construção da rodovia Belém-Brasília, e que foi se espalhando pela Amazônia à medida que foram sendo abertas estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, BR-174, entre outras.

Ainda que a colonização espontânea, “livre” ou “induzida”, tenha iniciado com a conclusão da Belém-Brasília, em 1960, rumando primeiramente em direção ao sul do Pará, foi a partir de 1970 que o movimento se intensificou e generalizou para o sul do Pará, norte de Goiás, norte de Mato Grosso, além dos territórios do Amapá, Acre e Roraima. Mas foi particularmente em Rondônia que ocorreu uma verdadeira corrida para as terras indígenas e terras devolutas daquele Território. Este tipo de colonização prevaleceu no grande afluxo espontâneo de trabalhadores para este território. Processo este assim descrito por Otávio Ianni:

Em poucos anos chegaram muitos trabalhadores rurais, e seus familiares, em busca de terras para ocupar, morar e lavar. Também chegaram pequenos, médios e grandes empresários, ao lado de comerciantes de terras, grileiros, jagunços, funcionários governamentais, engenheiros, agrônomos, gerentes, mas o que predominou foi o trabalhador rural, com sua família, em busca de terra boa para formar sua roça e criação.⁷²

⁷⁰ HÉBETTE, Op. cit., 2004, p. 286.

⁷¹ Idem, ibidem.

⁷² IANNI, Op. cit., 1986, p. 138.

Este tipo de colonização continuou sempre a se desenvolver, sobretudo com a chegada cada vez mais intensa de famílias de trabalhadores rurais na região. Este processo, iniciado 1960, cresceu com especial intensidade nos anos de 1970-1978, através de um amplo e intenso deslocamento de populações rurais, desde muitas partes do país para região amazônica.

Nesse sentido, ao lado do deslocamento de trabalhadores rurais, intensificou também o deslocamento de empreiteiros, latifundiários, fazendeiros, empresários, gerentes e técnicos para diferentes áreas da região, favorecidos pela extensa rede de rodovias construídas, ou em construção, que dominaram o cenário amazônico a partir dos anos 1970. À medida que se expandiam os empreendimentos capitalistas na Amazônia, os empresários dos diversos ramos de negócios tratavam de atrair para a região contingentes de trabalhadores do exército de reserva constituído no Nordeste e em outras partes do país.⁷³

Do mesmo modo, com a existência de largas extensões de terras indígenas e devolutas na região amazônica, cada vez mais contingentes de trabalhadores rurais e seus familiares se deslocavam para essas áreas, configurando uma espécie de reforma agrária, realizada por sua conta e risco. Sem a interferência de governantes e de órgãos burocráticos, eles estavam buscando terras “virgens” e devolutas, para construir o seu lugar, a sua vida, a roça e a criação, a morada habitual e a cultura efetiva. De igual maneira, arrendatários, sitiantes, moradores, meeiros, assalariados, boias-frias, paus-de-arara, peões, entre muitos outros operários do campo, “estavam buscando soluções práticas, diretas, por seus próprios meios, para os seus problemas de trabalho e sobrevivência”.⁷⁴

Estes trabalhadores, entre outros agentes interessados em fazer a vida na Amazônia – como empresários, fazendeiros, peões, grileiros, pistoleiros, jagunços – provinham do Nordeste do país, do Centro-Oeste, do Centro-Sul e da própria região amazônica. Das relações cotidianas, em muitos aspectos, marcadas pela violência e a expropriação, entre estes atores com interesses os mais diversos, não tardou para surgirem os conflitos sangrentos que vêm marcando tristemente a história agrária do espaço amazônico, como os noticiários têm mostrado constantemente.

⁷³ IANNI, Op. cit., 1979, p. 129-30.

⁷⁴ Idem, 1979, p. 132-3.

Tal processo desencadeou uma verdadeira corrida à terra – e também uma escalada da violência – tanto por parte de grileiros, latifundiários, empresários ou fazendeiros, como por parte de camponeses e operários do campo. Os camponeses e operários do campo, em muitos lugares, à revelia do Estado, estavam na prática realizando uma reforma agrária espontânea, de fato.⁷⁵

Segundo Bertha Becker, a política fundiária em Rondônia deixou como saldo mais de 40.000 famílias entre cadastradas e não-cadastradas pelo INCRA, em 1982, evidenciando a incapacidade do poder público em atender ao fluxo incessante de famílias que solicitavam terra. O resultado foi a intensificação da ocupação e invasão de terras e uma explosão de violentos conflitos no Estado.⁷⁶

Para Bertha Becker a colonização é um processo controvertido. Por um lado representa uma contrarreforma agrária, mas por outro não deixa de constituir uma “nacionalização” da terra em oposição à apropriação privada monopolista da terra. Controvérsia que pode ser observada nos resultados alcançados pela colonização oficial, conforme expressa a autora. Foram absorvidas apenas 250.000 pessoas nos projetos oficiais, em forte contraste com a meta do PIN, de 1.000.000 de famílias, o que representaria 4.000.000 a 5.000.000 de pessoas. Tais resultados evidenciam que não se cumpriu plenamente os objetivos previstos e, em nada contribuiu como solução para os conflitos da terra na região.⁷⁷

Ou seja, ao distribuir alguma terra na Amazônia, o Estado brasileiro acabou não distribuindo as terras do Nordeste, do Centro-Sul, de outras regiões e nem da própria Amazônia. Ao longo dos anos 1964-1978, foi distribuída alguma terra para não distribuir as terras, conforme os próprios camponeses das várias regiões do país estavam realizando por seus próprios meios. No campo, a contrapartida do apoio dado pela burguesia rural ao Golpe de Estado de 1964 foi a contrarreforma agrária, apresentada e executada como colonização dirigida.⁷⁸

O tópico seguinte aborda, de forma sucinta, os principais aspectos dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) e suas implicações para a região amazônica, bem como alguns dos grandes projetos desenvolvimentistas implantados na região a

⁷⁵ IANNI, Op. cit., 1986, p. 141.

⁷⁶ BECKER, Op. cit., 1990, p. 37.

⁷⁷ Idem, 1990, p. 38.

⁷⁸ IANNI, Op. cit., 1979, p. 137.

partir de meados dos anos 1970, principalmente após mudanças na política oficial de colonização, dando maior destaque a empreendimentos como o Polamazônia, o Projeto Grande Carajás, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o Polonoroeste e Projeto Calha Norte, que embora desenvolvido a partir da redemocratização (após 1985) é, em grande medida, herdeiro do regime militar.

1.4 - Grandes projetos de desenvolvimento e impactos sociais

Não é nosso objetivo aqui aprofundar a discussão sobre os grandes projetos implantados na região amazônica desde o início da intervenção modernizadora dos governos militares, sobretudo a partir da implantação do PIN. O que pretendemos é refletir, sobretudo, acerca do contexto social, político e econômico que possibilitou o deslocamento de trabalhadores rurais para a região em função desta conjuntura gerada por estes grandes projetos governamentais, cujas raízes remontam ao início dos anos 1970, quando da abertura da Transamazônica. Movimento este que nos remete à conclusão da Belém-Brasília, em 1960.

A partir do início dos anos 1970 a Amazônia foi o cenário de grandes projetos de desenvolvimento objetivando a exploração econômica das inúmeras riquezas do subsolo amazônico, entre outros recursos naturais, sobretudo através de incentivos fiscais vantajosos oferecidos pelos governos para a penetração do capital nacional e estrangeiro. Nesse sentido, projetos como a abertura das rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, a implantação do Projeto Grande Carajás (PGC), a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), o Projeto Calha Norte (PCN), entre outros, tiveram consequências drásticas para muitas populações indígenas, camponeses e famílias de trabalhadores rurais recém-chegadas.

Estes projetos foram implantados objetivando atrair um grande contingente de trabalhadores para servir como força de trabalho nos empreendimentos do grande capital, tais como rodovias, hidrelétricas, mineradoras, madeireiras, além de projetos pecuários. Tanto é que a partir de meados dos anos 1970, com o recuo da política oficial de colonização e o conseqüente o fracasso dos projetos de assentamentos do INCRA criados para assentar famílias de pequenos agricultores, maior ênfase foi dado às atividades empresariais orientadas para a exportação, entre as quais a pecuária, exploração madeireira e mineração.

A atenção dada à colonização na Transamazônica não foi o suficiente para que o projeto de assentar 1 milhão de famílias de agricultores até 1980 – conforme os objetivos do PIN – fosse adiante. O projeto da Perimetral Norte, que também mereceu bastante atenção do governo não surtiu os efeitos propalados. O mesmo pode-se dizer de outros eixos rodoviários do programa. Assim, a partir de mudanças na política de colonização dirigida, houve um novo direcionamento de recursos em detrimento da particular. Foi no âmbito dessa nova percepção e redimensionamento dos problemas amazônicos e de suas potencialidades econômicas que nasceram os projetos que serão aqui enfocados de forma breve.

A princípio, faremos uma rápida passagem sobre os planos nacionais de desenvolvimento (PNDs), através dos quais muitos destes projetos foram gestados. De acordo com Maria das Graças Dias Santos Magalhães,⁷⁹ “foi com os Planos de Desenvolvimento que no Brasil, começou a aumentar a participação das empresas estrangeiras na conquista do mercado brasileiro”, em associação com empresas nacionais, beneficiadas pela política econômica brasileira e pela facilidade de empréstimos junto ao mercado financeiro internacional, evidenciando o interesse das empresas estrangeiras em investir na Amazônia.

Nesse sentido, em dezembro de 1971 foi lançado o primeiro desses planos: o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para o período 1972-1974. O país vivia o auge do “milagre econômico”, época na qual havia capital externo disponível para investimentos em países como o Brasil. Este plano teve como adequação regional o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA). Em linhas gerais, ele reafirmava o crescimento econômico como objetivo básico.⁸⁰

Entre as metas prioritárias a serem atingidas pelo I PND estavam a expansão da fronteira agrícola do país, a ocupação das regiões consideradas atrasadas e a incorporação das mesmas ao espaço econômico nacional. Tais metas seriam atingidas através da expansão do mercado interno e do desenvolvimento econômico de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste e a Amazônia, concebida sob a perspectiva da doutrina de segurança nacional de “integrá-la ao país para

⁷⁹ MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008, p. 65.

⁸⁰ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 66-7.

desenvolvê-la”. Para alcançar tal objetivo, foram construídas a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.⁸¹

Quanto ao I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA) – elaborado pela SUDAM –, que era uma adequação regional às orientações definidas no I PND, em sua área de atuação incluía, entre outros, diversos projetos de pesquisa de recursos naturais. Nos PDAs a Amazônia é entendida como “fonte de recursos naturais” e, por outro lado “reitera a tese de que o desenvolvimento do Nordeste vinculava-se à ocupação” da região amazônica e que a integração desta região ao restante do país expandiria o mercado interno para mercadorias do Centro-Sul “ao mesmo tempo em que abasteceria este último com matérias-primas”.⁸²

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado durante o governo Geisel (1974-1979) procurava dar ao Brasil o status de potência emergente, visou também a uma maior expansão do mercado interno, substituir importados e a tornar o Brasil um exportador de bens primários em larga escala, como os minérios. Para tanto, foi criado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com o objetivo de formar uma infraestrutura para uma exploração mineral de grande porte e dinamizar os setores madeireiro e agropecuário.⁸³

O Polamazônia foi criado pelo Decreto nº 74.067 de 29 de setembro de 1974 e tinha em vista ocupar economicamente os espaços considerados como “vazios”, articulando os eixos rodoviários aos projetos de desenvolvimento setorial nas áreas preferenciais. Eram 15 ao todo os polos de crescimento, que deveriam conformar a infraestrutura viável ao estabelecimento da empresa privada e que responderiam mais rapidamente aos investimentos programados.⁸⁴

⁸¹ MARQUES, Op. cit., 2007, p. 186.

⁸² Idem, 2007, p. 207.

⁸³ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 66-7; e p. 198.

⁸⁴ MARQUES, Op. cit., 2007, p. 210-11. As 15 áreas selecionadas e constantes no POLAMAZÔNIA eram: 4. Polos agrominerais: Rondônia (cassiterita, ilmenita, cacau e cana de açúcar), Trombetas (bauxita), Carajás (ferro e agropecuária) e Amapá (manganês, ferro, pescado e cana de açúcar); 5. Polos madeireiros e agropecuários: Acre (borracha e exploração florestal), Juruá-Solimões (madeira) e Jurema (extração vegetal e agropecuária); 6. Polos agropecuários e agroindustriais: Roraima (pecuária e industrialização de carnes), Tapajós-Xingu (lavouras, pecuária e agroindústria), Pré-Amazônia Maranhense (colonização, agricultura e pecuária), Xingu-Araguaia (pecuária de corte), e Aripuanã (pecuária e agroindústrias); 7. Polos urbanos: Manaus (reforçando a ZFM), Belém e São Luís. Entre estes polos o de Carajás (em torno das reservas de ferro da Serra dos Carajás, Sudeste do Pará) foi o que recebeu mais atenção do governo federal, o que significou concentração de investimentos e, posteriormente, uma vida própria conformando o PGC (idem).

Durante o período militar ainda foi lançado o III PND (1979-1985), objetivando entre outros: acelerar o crescimento econômico; melhorar a distribuição de renda; diminuir o desequilíbrio entre as regiões; controlar a inflação e aumentar a produção energética. O III PDA, uma adequação amazônica do III PND, não chegou a ser um plano de desenvolvimento regional, mas tão somente um conjunto de diretrizes, onde o governo federal atuou concentrado em programas diretamente elaborados pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), vinculados e subordinados diretamente à Presidência da República.⁸⁵

Em relação aos grandes projetos implantados na região a partir de meados dos anos 1970, cobrindo uma área de 900.000 de quilômetros quadrados, o Projeto Grande Carajás incluía partes dos estados do Maranhão, Pará e Goiás, 10,6% do território brasileiro – maior que países como a França e Inglaterra juntas –, foi criado em dezembro de 1980, no governo do presidente Figueiredo (1980-1984), como uma combinação de projetos já existentes e de novos projetos amparados por uma legislação de incentivos fiscais vantajosos, desenvolvida para atrair investidores nacionais e estrangeiros, em nome do desenvolvimento regional.⁸⁶

O Projeto Carajás tinha como escopo industrializar um enorme segmento da Amazônia oriental, sobretudo por meio da mineração, processamento de minérios, agropecuária e exploração madeireira. A mineração e processamento de uma gama de minerais ferrosos e não-ferrosos era a espinha dorsal do Projeto, cuja capacidade produtiva, era estimada em 18 bilhões de toneladas de minérios de ferro da alta qualidade, contava ainda com minérios como bauxita, manganês, níquel, cassiterita, ouro, cobre.⁸⁷

Pelo que se pode observar através das informações acima, as especulações em torno do grande empreendimento eram enormes, para que fossem levados em consideração os impactos ambientais e sociais que pudessem acarretar à natureza e às populações diretamente atingidas: os muitos grupos indígenas cujas terras seriam expropriadas pelo empreendimento e as populações camponesas cuja presença na

⁸⁵ MARQUES, Op. cit., 2007, p. 195; p. 214-7.

⁸⁶ HALL, Anthony. Programa Grande Carajás – gênese e evolução. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991, p. 39-40.

⁸⁷ HALL, Op. cit., 1991, p. 39-40.

área remontava há algumas gerações. Entre os quais muitos castanheiros desde as primeiras décadas do século XX estabelecidos na região.

Grande parte das terras onde foi implantado o PGC era de domínio de muitos povos indígenas e antigos camponeses que passaram a sofrer as consequências drásticas logo nos primeiros anos de sua implantação. Muitos desses povos foram exterminados, ou foram integrados à sociedade nacional. Os camponeses que não foram expropriados de suas terras passaram a sofrer, entre outros, com a violência de fazendeiros, grileiros, bem como integrar o exército de força de trabalho a serviço do capital nacional e estrangeiro.

Aqui fica evidente que os lavradores migrantes, muitos deles atraídos para a Amazônia com promessas de assentamento nos projetos de colonização oficial, estão entre os mais vulneráveis a essa violência, sofrendo pressões de detentores do grande capital que, intensificando a pressão sobre a terra supervalorizam seu custo, não deixando margem para a sobrevivência dos descapitalizados, bem como para a ação de grileiros, que através da truculência intimidam, expulsam, assassinam e se apropriam da terra dos pequenos agricultores.

E preciso, pois, pensar as histórias destes homens e mulheres como sujeitos que insistem e resistem, mesmo diante do recrudescimento da violência praticada pelos detentores do poder econômico. Em função da resistência camponesa à ação dos grileiros, aumentou significativamente a violência e concentração fundiária na área do Projeto Grande Carajás, contribuindo para o esmagamento generalizado da agricultura familiar por interesses comerciais e especulativos, reduzindo a proporção de terras agricultáveis e alterando os padrões de cultivo da terra.

Estes pequenos produtores em áreas de grandes projetos, expulsos de outras regiões do Brasil, notadamente do Centro-Sul e do Nordeste, encontram na pequena agricultura os meios de reprodução da vida. A agricultura familiar nessas áreas se tornou difícil em virtude da concentração latifundiária associada à forte pressão que beneficiava a agricultura comercial em larga escala, para a exportação de produtos como soja, trigo e cana-de-açúcar.⁸⁸

Estes grandes projetos não tinham como destinatários as populações locais. Assim, vistas como possuidoras de terras cobiçadas, “desde 1970 o cerco começou

⁸⁸ HALL, Op. cit., 1991, p. 155.

a se fechar” sobre as muitas sociedades indígenas e populações camponesas que se transformaram rapidamente em vítimas do milagre. Principalmente quando foram desvendadas as verdadeiras potencialidades desta região, como um planeta a parte, a ser explorado e saqueado sem o menor constrangimento.⁸⁹

Em alguns casos o impacto resultou no aniquilamento das populações que pudessem representar algum impedimento para a implantação dos grandes projetos governamentais, seja o aniquilamento pela integração e assimilação, ou até mesmo aniquilação física, como aconteceu com os Waimiri-Atroari, que em 14 anos foram reduzidos a 20% do que eram,⁹⁰ quando da construção da rodovia BR-174 ligando Manaus, Boa Vista e a fronteira com a Venezuela.

Esta visão dos povos indígenas como um entrave à penetração das frentes de integração está presente na construção das rodovias BR-174 e Perimetral Norte, que cruzam territórios Waimiri-Atroari e Yanomâmi. Elisângela Martins,⁹¹ ao analisar uma notícia veiculada por um jornal de propriedade do governo de Roraima, destaca que à época a presença indígena apareceu em diversas reportagens do *Jornal Boa Vista*, predominantemente como “um problema” a ser resolvido e que na ótica das autoridades estava dificultando a construção da BR-174.

A abertura de rodovias se mostrava mais importante do que a permissão para que os povos indígenas locais pudessem permanecer na região em que habitavam. Nesse sentido, para não desviar os traçados das estradas, o governo não parecia disposto a dialogar com tais populações – vistas como obstáculo à passagem das máquinas de terraplenagem – e alterar sua política rodoviária, preferindo ao invés do diálogo integrar os indígenas à economia regional.

Em Roraima, como em qualquer parte da Amazônia na época da intervenção do Estado Militar, os índios eram vistos como “um problema” a ser resolvido entre os muitos “obstáculos” encontrados e que podiam obliterar o avanço do “progresso”. Nesse sentido, enquanto uns procuraram fugir para longe, outros eram integrados à

⁸⁹ VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia – um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991, p. 57-61.

⁹⁰ MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991, p. 16.

⁹¹ MARTINS, Elisângela. *Memória do regime militar em Roraima*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas/AM, 2010, p. 128.

nova dinâmica da região. Todos, porém, de uma maneira ou de outra, sentiram os efeitos deletérios da expansão do capitalismo na região.

Ao analisar os impactos de tais projetos nas sociedades tribais e camponesas José de Souza Martins trilha caminho inverso ao daqueles que focam suas análises nos impactos causados pelos grandes projetos. Ele, pelo contrário, chama a atenção para “a resposta da vítima”, para o impacto de tais populações sobre os grandes projetos econômicos. Segundo ao autor: “os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios. A partir do momento em que esta interferência se dá, ela não se efetiva apenas através da coisa física, que é a barragem, o lago ou a rodovia”.⁹²

Nesse sentido, ocorre o que ele José de Souza Martins chama de impacto do dominado, do excluído, do diferente na expansão capitalista, e as vítimas com frequência, impõem ao capital e ao Estado, condições, exigências e limites. Agindo assim, suas ações resultaram em impactos para os grandes projetos capitalistas na Amazônia durante o período militar.

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) pela Eletronorte, entre 1975 e 1985, no rio Tocantins, região sudeste do Pará – obra que causou impactos ambientais e sociais incalculáveis na área –, estava inserida no contexto dos planos oficiais de desenvolvimento para a Amazônia (II PDA), gestado na década de 1970, objetivando viabilizar o fornecimento de energia hidrelétrica a baixo custo e a curta distância dos grandes projetos de extração mineral (PGC). O projeto gerou enorme oposição da população camponesa atingida.

A reação dos camponeses ao processo de expropriação pela Eletronorte resultou numa “queda de braço” com a referida empresa que, a despeito de outras manifestações camponesas pela indenização das terras inundadas pelas águas da barragem – que alagou 240.000 ha de mata, terra cultivada e lotes de colonização – adotou uma postura de silêncio. Silêncio este rompido por meio da mobilização dos camponeses, contribuindo para a instauração de uma CPI, a nível estadual, em 1984, e de uma Comissão Interministerial em 1985.⁹³

⁹² MARTINS, Op. cit., 1991, p. 18.

⁹³ MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991, p. 187.

Outro grande projeto que causou enorme impacto social em áreas indígenas dos estados do Mato Grosso e Rondônia foi o Programa Polonoroeste, cujo início da implantação ocorreu em 1982, principalmente depois do asfaltamento da BR-363, ou rodovia Cuiabá-Porto Velho – núcleo central do programa –, desencadeando logo de imediato, uma corrente migratória de grandes proporções, exercendo pressão sobre a floresta e às populações indígenas da região e acelerando o cerco da colonização sobre as terras indígenas.⁹⁴

A promessa de terra para aliviar a tensão social e o desemprego no país e a estrada asfaltada (BR-363), levou mais de 200 mil migrantes para Rondônia, em um crescimento populacional de 15 a 20% ao ano. Como consequência do vertiginoso processo, sobretudo na década de 1980, ao longo da BR-429, construída em 1984, brotaram cidades como Alta Floresta e projetos de colonização.⁹⁵

Só em Rondônia foram desmatados 2 milhões de hectares de floresta em 10 anos, fenômeno este agravado pela abertura de estradas, instalação de madeireiras, mineradoras, além de projetos de colonização. Aos quais se somaram hidrelétricas em construção e planejadas, fatores que em conjunto devastaram a floresta e se apropriaram de terras, principalmente terras indígenas.⁹⁶

No âmbito dos programas governamentais para a Amazônia estava o projeto para desenvolver a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas: o Projeto Calha Norte. Apesar de implantado no início do período da redemocratização do país (1985), o PCN era herdeiro do regime militar.

Vinculado diretamente à Presidência da República o Calha Norte teve como ponto de partida a solicitação ao presidente para aprovar a constituição de um grupo de trabalho a tarefa de elaborar diretrizes e subsídios à ação governamental na “região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”, visando entre outros superar as grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento, promovendo a sua efetiva integração ao contexto nacional.⁹⁷

⁹⁴ MIDLIN, Betty. O Programa Polonoroeste. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991, p. 253.

⁹⁵ MIDLIN, Op. cit., 1991, p. 254.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagem do Projeto Calha Norte. In: HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991, p. 321-2.

A primeira característica do Calha Norte era sua condição de assunto sigiloso, elaborado por grupo reduzido, sem conhecimento e participação de integrantes dos poderes públicos, e do próprio Congresso Nacional, que só tomou ciência do Projeto quase dois anos depois de sua aprovação, em outubro de 1987. Entre as principais justificativas para a criação do PCN estava a precariedade da ocupação pelo Brasil daquela região da fronteira amazônica e indicando que era para resolver problemas já existentes como segurança dos limites, contrabando, narcotráfico, e proximidade de áreas com guerrilhas em países fronteiriços.⁹⁸

O Projeto implicou a reestruturação da ação indigenista, que passou a ser tratada como assunto sigiloso, sob a justificativa de que envolvia um tema de alta sensibilidade política. Nesse sentido, entre as finalidades básicas a que se propunha o Calha Norte constavam o “aumento da presença militar na área, a demarcação das fronteiras e o incremento das relações bilaterais”, configurando a definição de uma nova política indigenista, mais apropriada à região.⁹⁹

A reestruturação da FUNAI e a ação indigenista na área de atuação do PCN visavam ao aumento da presença brasileira e ao fortalecimento das expressões do poder nacional nas regiões de fronteira. Assim, ao intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira, o Projeto conduziu a um reordenamento da atuação da FUNAI, que tomou a organização militar como paradigma da ação indigenista. Dessa forma a FUNAI teria que tratar os problemas indígenas à semelhanças das forças armadas para lidar com a questão da defesa do território nacional.¹⁰⁰

Entre os objetivos que foram priorizados pelo Projeto Calha Norte consta:

- a) o aumento da presença militar na fronteira;
- b) incremento das relações bilaterais;
- c) demarcação das fronteiras e;
- d) política indigenista apropriada à região.

A exploração de minérios na área de abrangência do Projeto mostrou-se um paradoxo, em função de existência de grandes riquezas minerais e a impossibilidade legal de explorá-las, por sua localização em áreas de reservas indígenas. Este era e

⁹⁸ OLIVEIRA FILHO, Op. cit., 1991, p. 324.

⁹⁹ Idem, 1991, p. 328-9.

¹⁰⁰ Ibidem, 1991, p. 330-3.

é o caso do Território de Roraima (hoje Estado), sobretudo a região habitada pelos Yanomâmi, bem como outras áreas na calha dos rios Solimões e Amazonas, onde havia áreas cadastradas com outras ricas jazidas.

Em suma, concebido para lidar com assuntos essencialmente estratégicos, o Projeto Calha Norte, tal como os demais, foi sistematizado para compatibilizar uma escassa população regional, grandes reservas indígenas, ricos jazimentos minerais, desenvolvimento econômico e a segurança das fronteiras, principalmente levando em consideração a grande extensão das fronteiras de áreas indígenas com países vizinhos, como a da área indígena Yanomâmi com a Venezuela.

É nesse contexto macro de implantação dos grandes projetos e programas governamentais, aqui tratados resumidamente, que buscamos refletir sobre o amplo processo de deslocamento de trabalhadores rurais e seus familiares, principalmente em busca de terras boas para trabalhar cujas notícias circulavam pelos recantos do país inteiro, a exemplo da região sudeste de Roraima.

Tal processo não teria sido possível sem a criação de uma conjuntura política e econômica capaz de despertar em uma grande massa de trabalhadores rurais, entre outros, de todas as regiões do país, a vontade de mudar de vida, se lançando com ímpeto rumo aos projetos de colonização nas estradas amazônicas, ou aonde a ação governamental induzia os fluxos populacionais.

Nessa perspectiva, a construção de uma nova estrada e o lançamento de um projeto de colonização eram vistos com muita expectativa. Como se verá no capítulo seguinte, a abertura da Perimetral Norte e a conclusão da BR-174, no contexto dos grandes eixos rodoviários para integrar o norte amazônico ao restante do território nacional, contribuíram enormemente para intensificar a mobilidade de agricultores pobres e seus familiares pelos recantos da Amazônia.

Muitas dessas famílias encontravam-se dispersas pelas rodovias amazônicas desde o começo dos anos 1970, com o lançamento dos programas governamentais de construção de estrada e colonização. Algumas vinham de experiências frustradas em outras regiões do país e na própria Amazônia, principalmente em estados como Rondônia. Contudo, havia algo que os unia na luta por melhores condições de vida, sonho este prestes a se concretizar nas margens da BR-174 ou da Perimetral Norte: a tão sonhada conquista da terra.

CAPÍTULO II

PERIMETRAL NORTE:

COLONIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DE TRABALHADORES PARA RORAIMA

Este capítulo aborda o processo de constituição da rodovia Perimetral Norte, na região sudeste de Roraima, como o “novo eldorado” na Amazônia. Tal processo teve como consequência um amplo deslocamento de trabalhadores rurais em busca de terras na região, a partir de meados dos anos 1970, oriundos principalmente de Rondônia. Trata primeiramente da construção da Perimetral e da forma como a obra foi recebida pela população da capital Boa Vista, como também suas implicações para as populações indígenas da área de influência da estrada. Em seguida analisa o processo de colonização recente em Roraima, partindo de seus antecedentes, dos anos 1940 à criação do Projeto Jatapu, no início dos anos 1980. Destaca de modo breve o processo de urbanização no sudeste do estado e as possíveis motivações para o deslocamento dessas famílias para o eixo da estrada, entre as quais a falta de perspectivas em relação à conquista da terra em seus estados de origem e em outras áreas amazônicas, sobretudo Rondônia; informações prestadas por amigos, vizinhos, entre outros, além da propaganda oficial.

2.1 – Perimetral Norte: a caminho do novo eldorado em Roraima

À abertura da rodovia Perimetral Norte, a partir de meados dos anos 1970, do ponto de vista estratégico e militar foi dado tanta importância quanto à construção da Transamazônica para a integração da região ao território nacional. Através dela o governo pretendia estabelecer um anel viário contornando as fronteiras do extremo norte amazônico, levando em conta a presença de extensas áreas indígenas, ricas jazidas minerais e guerrilhas em países fronteiriços.

De extensão gigantesca, com cerca de 4.200 quilômetros, a estrada superava as demais planejadas pelo PIN para a Amazônia (ver mapa 02 na página 36). Este tópico trata da conjuntura formada em torno dessa obra, cuja execução motivou as esperanças da população do Território de Roraima, como também desencadeou um fluxo migratório de famílias de trabalhadores rurais sem terra para as margens da

estrada, motivando a adoção de políticas governamentais com a criação de projetos de colonização, entre os quais o Projeto Jatapu.

A construção desta estrada, como também da BR-174, envolvia interesses geopolíticos e militares, principalmente a Perimetral Norte. O avanço do povoamento que se seguiu à abertura destas rodovias foi motivado por finalidades geopolíticas, uma vez que o poder público federal centralizado, ao combinar interesses políticos e políticas sociais no sudeste de Roraima, pretendia utilizar a região como válvula de escape para a questão fundiária em outras áreas, como o Nordeste e Centro-Sul, reeditando o ocorrido em outras partes da Amazônia.

A abertura destas rodovias, principalmente a BR-174, possibilitou a integração do Território de Roraima com o restante do Brasil, que até meados dos anos 1970 era realizada ou através do rio Branco – fator histórico cuja importância vinha desde o período colonial –, ou por via aérea. As estradas propiciaram também a integração entre as regiões sudeste e norte do Território à capital Boa Vista, quase inexistente até então. A exemplo da cidade de Caracaraí, a 135 quilômetros de Boa Vista, outra área conectada com a abertura das duas estradas.

Convém ressaltar que a construção da BR-174, ligando Boa Vista a Manaus, permitindo o acesso da frente pioneira¹⁰¹ às terras do sudeste de Roraima, reeditou o fenômeno similar ocorrido em outras partes da região amazônica, especialmente em Rondônia. De importância vital para o atual extremo norte amazônico, como via de acesso ao restante do território brasileiro e à Venezuela, as primeiras tentativas de construir esta rodovia datam do final do século XIX.¹⁰²

¹⁰¹ BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Roraima, paisagens e tempo na Amazônia setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995, p. 205.

¹⁰² Segundo João Mendonça de Souza, foram feitas algumas tentativas inglórias, até que Sebastião Diniz, um grande pecuarista dos campos do rio Branco (atual Roraima) conseguiu o feito inédito. O trabalho de Sebastião Diniz foi iniciado em 13 de novembro de 1893, concluído em 13 de janeiro de 1895, no decurso de 14 meses. Da ligação antiga nada restou (SOUZA, 1977, p. 283).

Segundo informações do mesmo autor, referentes à construção efetiva da BR-174, o trecho Boa Vista-Caracaraí, executado pelo DNER, foi concluído em 1968. O restante do percurso, ou seja, o trecho Manaus-Caracaraí, entregue ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção, iniciado em fevereiro de 1970, foi entregue em dezembro de 1976 (SOUZA, 1977, p. 296-306).

Referências históricas sobre a construção de uma ligação por terra entre Manaus e Boa Vista também podem ser encontradas em Barros (1995). De acordo com este autor, o viajante norte-americano Hamilton Rice, que percorreu o vale do rio Branco em 1924 teria proposto a construção de uma ferrovia Boa Vista/Manaus. Segundo este mesmo autor, em 1950, o Plano Rodoviário Nacional previa a construção da BR-17, com 1.213 quilômetros, ligando Boa Vista/Manaus, precursora da atual BR-174 (BARROS, 1995, p. 60).

Figura 01: Atual BR-174 (Trecho Novo Paraíso-Caracaraí)



Fonte: Foto do autor (2014)

A abertura da Perimetral, em 1973, no Amapá trouxe uma nova dinâmica ao Território de Roraima, sobretudo o sudeste florestal, tornando-o área de atração da frente de expansão, configurando o que Nilson Crócia de Barros denomina “rush” da colonização no sudeste do Estado após o evento rodoviário dos anos de 1970. A partir desta ocasião, “os altos e médios cursos dos rios Anauá, Jauaperi e Jatapu se tornaram o grande destino rural dos migrantes, e foi então que se passou a chamar Roraima, em torno dos anos 1980, ‘o novo eldorado’”.¹⁰³

O *Jornal Boa Vista*, de propriedade do governo de Roraima, fundado a 15 de setembro de 1973, que circulou na capital durante os seis anos seguintes possibilita refletir sobre o modo como o poder público e a população trataram a construção da Perimetral, inclusive promovendo juntamente com a prefeitura de Caracaraí uma excursão de um grupo de estudantes da capital aos canteiros de obra das firmas empreiteiras e a alguns trechos concluídos da estrada.

Como órgão de propriedade do governo do Território não é de se estranhar que o *Jornal Boa Vista* através de suas reportagens buscasse criar todo um clima de otimismo na população local quanto à construção da Perimetral, supervalorizando os possíveis benefícios que esta traria para o progresso de Roraima. Assim, falando em nome do poder militar, o jornal deixa de noticiar as ações violentas da construção, como a violência contra indígenas em áreas cortadas pela rodovia.

¹⁰³ BARROS, Op. cit., 1995, p. 214.

Ao cobrir a excursão dos estudantes da capital pelos trechos concluídos da rodovia, o referido periódico dá ao passeio o caráter de aventura. O próprio título da reportagem era “Aventura, aventura”, onde se pode ler: “cerca de 40 alunas finalistas do Instituto de Educação de Roraima, dirigiram-se em excursão a Caracaraí”.¹⁰⁴

Segundo o periódico, as estudantes desfrutaram de um programa que incluía além de visitas pela cidade de Caracaraí, “um passeio de ônibus que antecipava o futuro”. Tratava-se do passeio das moças pelas obras de urbanização da cidade e pela rodovia Perimetral Norte. A reportagem tece elogios à “notável obra rodoviária” e também à iniciativa da firma construtora Camargo Correia, pois, “em plena selva um almoço de príncipe foi servido às bonitas visitantes”.¹⁰⁵

Informou ainda que a obra movimentou um grande contingente de operários e máquinas dando uma nova dinâmica à pacata cidadezinha de Caracaraí, situada às margens do rio Branco, canteiro de obras das empreiteiras encarregadas do trecho roraimense da rodovia. Conforme noticiou o periódico, a cidade ia “aos poucos se transformando num verdadeiro formigueiro humano pelas atividades preliminares das construtoras Camargo Correa e Paranapanema”,¹⁰⁶ sediadas nas proximidades. Bem como pelo afluxo de migrantes atraídos pela obra.

Ainda segundo informações do *Jornal Boa Vista*, a rodovia Perimetral Norte, “o grande anel rodoviário da Amazônia” – dividida em vários trechos que iam do Amapá, cruzando Roraima e o Amazonas, à fronteira com a Colômbia, chegando até o estado do Acre –, orçada na época em cerca de CR\$ 884 milhões de cruzeiros, estava prevista para ser concluída em 1977.¹⁰⁷

Não é nosso objetivo aqui penetrar a fundo na questão indígena em Roraima. Contudo, não podemos fugir de uma abordagem, mesmo que de forma sucinta, da presença indígena na área de influência das BRs 174 e Perimetral. Os territórios de caminhada e de vida de povos como os Wai-Wai e Waimiri-Atroari se tornaram mais conhecidos quando da construção das duas BRs. Até então esses grupos vinham mantendo contatos eventuais com alguns caçadores e coletores.

¹⁰⁴ “Aventura, aventura”. *Jornal Boa Vista*, 08/12/1974, p. 6.

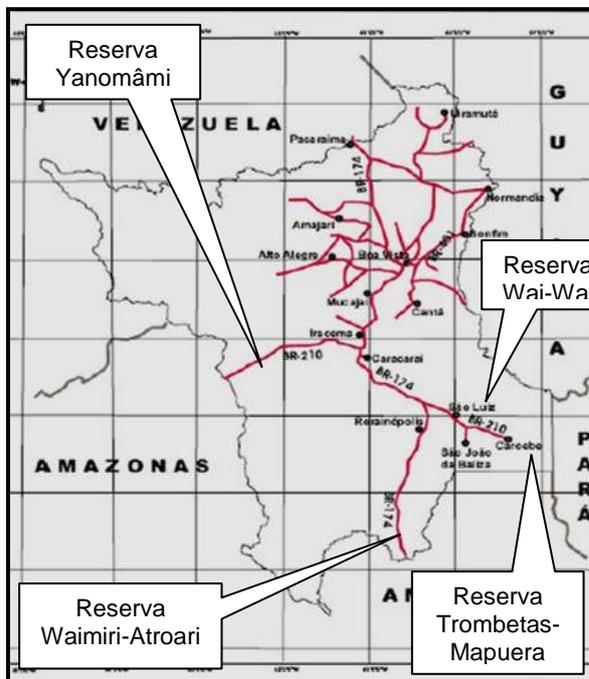
¹⁰⁵ “Aventura, aventura”. *Jornal Boa Vista*, 08/12/1974, p. 6-7.

¹⁰⁶ “Médici e as estradas”. *Jornal Boa Vista*, 15/09/1973, p.1.

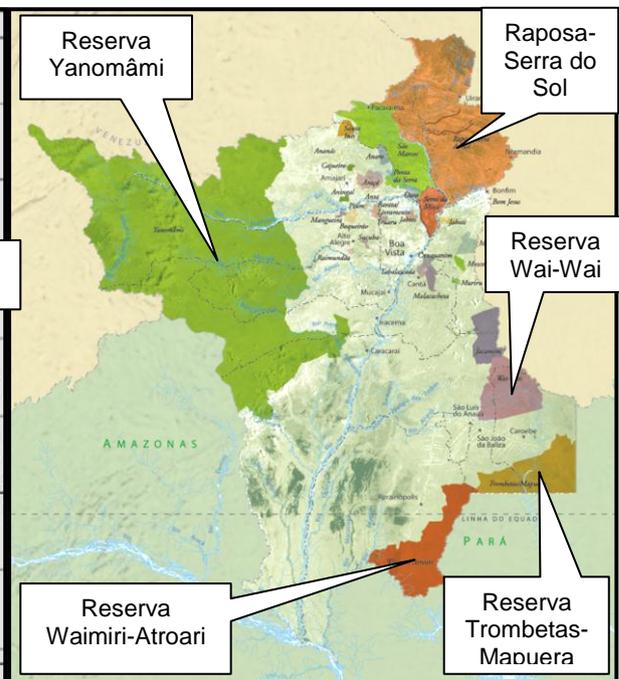
¹⁰⁷ “Perimetral Norte”. *Jornal Boa Vista*, 03/01/1974, p.13.

A BR-174 cresce no sentido Manaus-Boa Vista, cruzando a terra indígena dos Waimiri-Atroari. Entre o km 500 (vila Novo Paraíso) e a cidade de Caracarái, em um trecho de cerca de 124 quilômetros a BR-174 e a Perimetral Norte ocupam o mesmo eixo. Em Caracarái a BR-210 (Perimetral) ruma no sentido oeste, para a reserva Yanomâmi. No km 500 ela inflete no sentido leste, rumo aos rios Anauá, Jauaperi e Jatapu; e em direção aos territórios indígenas dos Wai-Wai, Trombetas-Mapuera e à fronteira com o Estado do Pará (ver mapas 03 e 04).

Mapa 03: Malha rodoviária de Roraima



Mapa 04: Terras indígenas de Roraima



Fonte: Adaptado de Veras (2009, p. 86)

Fonte: Arquivo pessoal do autor (adaptado)

O Estado de Roraima, situado no extremo norte do país e um dos integrantes da Amazônia Legal,¹⁰⁸ limita-se ao norte com a Venezuela e a Guiana; ao sul com o Amazonas; a leste com a Guiana e o Pará e a oeste com a Venezuela e Amazonas. Ocupa uma área de 224.298,980 km², dos quais 101.710, 45 km² (cerca de 46,24% da área total do estado) são delimitadas como áreas indígenas.¹⁰⁹

¹⁰⁸ A Amazônia Legal é composta por 9 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Concentra cerca de 60% do território brasileiro, possui enorme biodiversidade e a maior reserva de água doce do planeta (MARQUES, 2007, p. 1).

¹⁰⁹ SILVA, Paulo Rogério de Freitas. *Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil*. Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, SP, 2007, p. 60.

A abertura da Perimetral, em 1973, afetou significativamente o modo de vida de povos como os Yanomâmi, e suas relações com a natureza e mitos ancestrais, determinando inclusive uma nova localização para as malocas. A obra desencadeou um rápido contato interétnico entre indígenas, operários, madeireiros, caçadores de peles e fazendeiros. Trazendo como resultado a redução de sua população.

O saldo negativo deixado pelo avanço da frente de expansão que se seguiu à abertura do trecho Caracarái-Catrimani, no sentido oeste, foi a drástica redução da população Yanomâmi que habitava a área de influência da estrada. Para se ter uma ideia desta redução populacional, missionários estabelecidos na área desde meados dos anos 1960, contaram na época 200 indivíduos aí vivendo. Em 1975 haviam sido reduzidos para 90 e, em 1987 quando a FUNAI chegou à região para estabelecer seus postos eram menos de 30 pessoas.¹¹⁰

Até então o contato eventual com os brancos, inclusive com missionários não havia modificado a estruturação espacial dos Yanomâmi cujos elementos básicos territoriais das aldeias eram o riacho para apanhar água e tomar banho; as roças; a maloca; e a floresta. A construção e os efeitos dos garimpos destruíram suas formas de viver. O contato com os pioneiros trouxe entre outros, doenças como a malária, leishmaniose visceral, verminoses, causando enfermidades, diminuição da caça pela concorrência com os pioneiros e o deslocamento da aldeia.¹¹¹

O desejo por produtos oferecidos pelo contato com os “brancos” passou a determinar uma nova referência territorial para a localização das aldeias: os pontos de concentração dos pioneiros, como mercearias e bodegas. Não mais elementos ancestrais como o riacho ou a área de coleta. “Esta nova referência que passa a competir com o riacho e a área de coleta, é um acampamento de obras viárias, um campo de pouso de garimpos, um destacamento militar, uma serraria, um posto missionário ou [um posto] da FUNAI”.¹¹²

Alguns missionários vinham tentando manter contato com os Waimiri-Atroari, através do baixo rio Branco e rio Jauaperi. Contudo, foi com a construção da BR-174 passando por dentro do território desse povo, que os contatos foram estabelecidos. Contatos às vezes marcados pela violência de ambos os lados. Entre os indígenas e

¹¹⁰ BARROS, Op. cit., 1995, p. 82.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² Idem, 1995, p. 83.

migrantes, atraídos pela perspectiva gerada pela construção da estrada. No final dos anos 1980 foi criada a reserva indígena Waimiri-Atroari, próximo à divisa entre os estados do Amazonas e Roraima.

O grupo indígena Wai-Wai, surpreendido pela construção da Perimetral Norte e pela ação da frente pioneira, assim como os Waimiri-Atroari, teve seu território de perambulação cortado ao meio. Em suas andanças e deslocamentos em canoas pelos rios dessa região, os Wai-Wai mantinham contatos eventuais com os colonos, trocavam produtos e se foram acostumando com roupas, utensílios, entre outros objetos dos colonos. Mantinham também contatos com os missionários e postos da FUNAI instalados na região. Os Wai-Wai tiveram sua área declarada de posse em 5 de outubro de 1982.¹¹³

Atualmente a parte construída da Perimetral Norte – ao lado do trecho no qual ocupa o mesmo eixo com a BR-174, entre o Km 500 e a cidade de Caracaraí – vai da vila Novo Paraíso à margem do rio Jatapu, próximo à divisa com o Pará, numa extensão de cerca de 123 quilômetros. Ao longo desse percurso estão situados três municípios, algumas vilas e projetos de colonização formados a partir do avanço do fluxo migratório para o sudeste do estado de Roraima.

Este trecho entre Novo Paraíso e o rio Jatapu – iniciado em 1974 pela firma Paranapanema – em 1975 já se encontrava na altura da atual cidade de Caroebe. A abertura da Perimetral Norte e a inauguração da BR-174, em 1976, tornou a região em um contexto de atração de famílias de trabalhadores sem terra que chegavam diariamente de ônibus ou em cima de caminhões paus-de-arara, precipitando o avanço da “frente pioneira” no sudeste de Roraima.

Tal processo levou a administração do município de Caracaraí a ordenar a distribuição de terras ao longo das rodovias BR-174 e Perimetral Norte, uma vez que o INCRA ainda não estava na área. Este órgão só chegaria à região para promover a regularização fundiária, com a criação e expansão de projetos de assentamentos, a partir do final dos anos 1970, entre os quais o PAD Anauá na BR-174 (1979), o PAR Jauaperi (1982) e PAR Jatapu (1983), ambos na Perimetral.

O tópico seguinte trata do processo de colonização recente em Roraima e da criação do Projeto Jatapu, tendo como ponto de partida a construção das rodovias

¹¹³ BARROS, Op. cit., 1995, p. 86.

BR-174 e Perimetral, que tornaram acessíveis as terras do centro-sul do estado ao fluxo migratório. Antes, busca seus antecedentes na criação das colônias agrícolas Mucajaí, Taiano e Cantá, durante a implantação do Território Federal do Rio Branco nos anos 1940, Território de Roraima a partir de 1962.

2.2 - Colonização recente em Roraima e a criação do PAR Jatapu

Autores que tratam da colonização recente na Amazônia, a exemplo de Ianni (1979; 1986), Becker (1990), Hébette (2004), entre outros, apontam o deslocamento de trabalhadores rurais sem terra para a região, em decorrência principalmente das políticas governamentais de construção de estradas e colonização. Nesse processo, o deslocamento espontâneo teve início logo após a conclusão de rodovias como a Belém-Brasília e Brasília-Acre, no final da década de 1960, possibilitando a milhares de trabalhadores e seus familiares o acesso às terras situadas no sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

Roraima também experimentou esse processo de deslocamento espontâneo, decorrente da construção da BR-174 e Perimetral Norte e, conseqüentemente da implantação dos projetos de colonização. Processo este que não se pode dissociar daquele iniciado com a Belém-Brasília, tendo em vista que muitos destes sujeitos se encontravam há várias décadas dispersos pela região.

Neste capítulo, portanto, interessa em particular refletir sobre o deslocamento espontâneo, induzido ou não pelas políticas e ações governamentais, pois foi dessa forma que milhares de trabalhadores rurais em busca de terra chegaram à região sudeste de Roraima, entre os quais nossos entrevistados e seus familiares.

Antes de tratarmos da colonização recente em Roraima, vale tecer algumas considerações sobre o início do processo, cujas bases foram lançadas quando da criação do Território Federal do Rio Branco¹¹⁴ em decorrência da ação estadonovista de expansão para o oeste, consolidando-se com o avanço dos fluxos migratórios nos anos 1970 e 1980 para a última fronteira amazônica.

¹¹⁴ O Território Federal do Rio Branco (hoje estado de Roraima) teve sua origem no Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, e sua instalação somente foi feita a 20 de junho de 1944. O Território resultou do desmembramento de municípios do Estado do Amazonas: Boa Vista (atual capital de Roraima) e parte dos municípios de Moura e Barcelos (GUERRA, 1994, p. 313-27).

Assim, no início dos anos 1950, após a criação do Território Federal, Roraima experimentou, pela primeira vez, tentativas de ocupação mais sistemáticas, através de ações que promoveram o maior programa de colonização até então executado. Conforme ressaltou Alexandre Diniz:

Este programa visava a transferência de populações do Nordeste brasileiro, principalmente do estado do Maranhão para colônias agrícolas em território roraimense. Através do programa, os colonos além de terem seus deslocamentos pagos pelo governo do Território, recebiam entre outras coisas lotes de terra, sementes, ferramentas e utensílios domésticos, assistência técnica, remédios e assistência hospitalar.¹¹⁵

A colonização dirigida foi a solução encontrada para a ocupação do Território, objetivando estabelecer um cinturão de abastecimento no entorno da capital. Para tanto, três colônias agrícolas foram implantadas: Fernando Costa, à margem direita do rio Mucajaí, em 1944, a 54 km ao sul de Boa Vista (atual município de Mucajaí). Em 1953, foi fundada a colônia Coronel Mota (atual Taiano), a 93 km da capital e, em 1957, na colônia Braz Aguiar (atual município do Cantá), a 30 km a sudeste da capital, havia 58 famílias assentadas, produzindo arroz e mandioca.¹¹⁶

Do mesmo modo, Alexandre Diniz enfatiza que um dos principais incentivos para a criação destas colônias nas cercanias da cidade de Boa Vista, área de maior concentração populacional e maior demanda de alimentos, foi o alto custo de vida local, formado pela necessidade de se importar alimentos de outras partes do país para suprir os mercados locais,¹¹⁷ principalmente com o aumento da população em função da instalação do novo Território Federal.

Para compor os primeiros projetos as famílias eram recrutadas na própria Amazônia, ou no Nordeste do país, sobretudo no Maranhão. Recebiam passagem para chegar a Boa Vista, um mês de alojamento nesta cidade, além de roupas e utensílios domésticos antes de serem transferidos para as áreas de assentamentos. Ao serem situadas nos lotes, recebiam ainda uma mensalidade financeira por nove meses, ferramentas básicas e assistência à saúde em Boa Vista.¹¹⁸

¹¹⁵ DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.). *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: CCSG/UFRR, 1998, p. 155.

¹¹⁶ MAGALHÃES, Op. cit., 2008, p. 94-6.

¹¹⁷ DINIZ, Op. cit., 1987, p. 155-6.

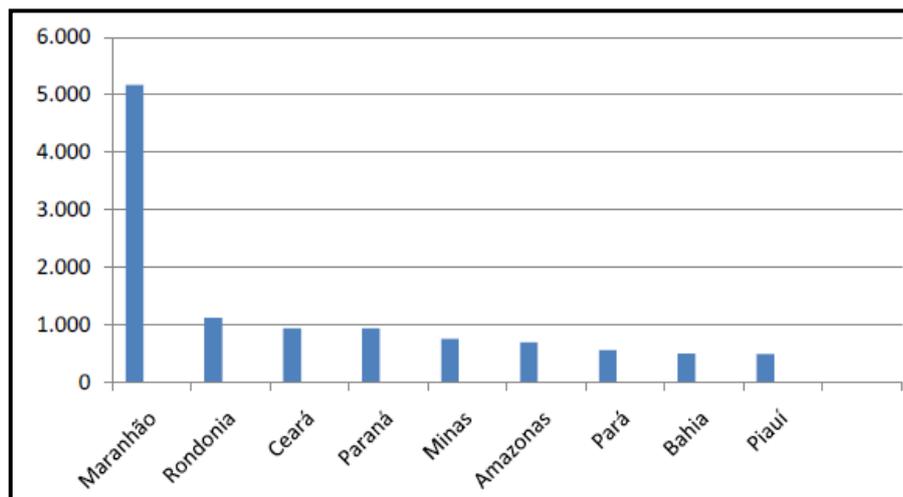
¹¹⁸ BARROS, Op. cit., 1995, p. 59.

Apesar dos esforços governamentais de colonização e ocupação preliminares que foram se arrastando ao longo dos anos 1950 e de 1960 a instalação de novas colônias no Território Federal ficou paralisada. Situação esta que só se modificou a partir da construção das rodovias BR-174 e Perimetral e da criação de projetos de assentamento na região a partir dos anos 1970.

Nas margens da Perimetral, diferentemente de outras rodovias do PIN, onde foram instalados núcleos oficiais de colonização, ocorreu uma espécie de “reforma agrária” realizada de forma espontânea pelos primeiros colonos que chegaram às margens da referida estrada, independentemente da ação governamental. Cabendo ao INCRA, depois, apenas regularizar a situação fundiária das primeiras famílias e assentar as muitas outras que continuavam chegando.

Com o surgimento das primeiras colônias organizaram-se as primeiras linhas de ônibus interligando alguns povoados da Perimetral, inclusive com a Capital, o que possibilitou que mais famílias continuassem chegando. Assim, quando da criação de projetos de assentamentos na área muitas famílias estavam assentadas, produzindo alimentos e explorando a terra. A grande maioria destas famílias chagava à Roraima pela rota das rodovias BR-319 e BR-174. Muitos eram naturais do Maranhão, de Rondônia, Paraná, Minas, conforme se pode observar na tabela 01.

Tabela 01: Origem dos migrantes para o sudeste de Roraima



Fonte: Santos (2010, p. 58), com base em dados do IBGE-RR, 1990.¹¹⁹

¹¹⁹ De acordo com Santos (2010, p. 58) estes números podem ser assim traduzidos: Maranhão com 5.167 migrantes; Rondônia com 1.111; Paraná com 930; Ceará com 930; Minas Gerais com 790; Amazonas com 687; Pará com 551; Bahia com 487 e Piauí com 484 migrantes.

A constante chegada de famílias de trabalhadores sem terra à área foi uma das justificativas alegadas pelo poder público para a criação do Projeto Jatapu. Uma consulta ao Processo/CR-15/T.1/Nº 2.004/82, de criação do PAR Jatapu, no arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (Sr-25), sediada em Boa Vista, possibilitou compor esta reflexão, bem como perceber a intenção do governo em controlar o fluxo migratório para a região.

Assim, de acordo com o Processo de Criação do Projeto Jatapu¹²⁰ “o grande fluxo migratório decorrente das populações rurais provenientes de várias regiões do país, para o Território, no afã de conseguir um pedaço de terra para cultivar”, justificava a urgência do INCRA em criar “uma colonização racional”, evitando assim a “ocupação desordenada e prejudicial da área, prevenindo um possível surgimento de focos de tensão social e disputa pela posse da terra”.

Aqui como em outras áreas da Amazônia, destinadas à colonização dirigida, mesmo iniciada de forma espontânea, estava de acordo com razões de “segurança interna” ou “segurança com desenvolvimento”. Desse modo, o Processo de Criação do Projeto Jatapu alertava para a proximidade das fronteiras com a Guiana. Dizia o documento que se pretendia implantar o Projeto em uma área “encravada na faixa considerada indispensável à Segurança e Desenvolvimento Nacional [...], localizada dentro da faixa de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) da fronteira da República Cooperativista da Guiana”.¹²¹

Não é nosso objetivo analisar aqui detalhadamente o Processo de Criação do Projeto Jatapu. Mesmo porque ele foi lento, desde o lançamento da proposta em outubro de 1982 até a aprovação desta em setembro de 1983, decorreu um longo percurso tramitando por várias instâncias do INCRA. Para nosso propósito interessa apontar os momentos decisivos do trâmite para melhor compreendermos o processo que se desenrolou nas esferas burocráticas do INCRA.

Para que o Processo/CR-15/T.1/Nº 2.004/82, de criação do Projeto Jatapu, chegasse à sua última instância, o gabinete do presidente do INCRA, em Brasília, justificava a escolha das glebas de nome Branquinho, BR-210 I e parte da Baliza,

¹²⁰ PROCESSO/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82. Projeto Fundiário Roraima – Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, PAR Jatapu, de 01/10/1982. Arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), Boa Vista – RR, Folha 6.

¹²¹ Idem, 01/10/1982, Folha 6.

que passaram a compor o Projeto, como áreas prioritárias para a implantação do assentamento e visava a “solucionar os anseios do homem rural, quanto a uma melhor distribuição de terras”, a que realmente necessitava.¹²²

O texto do Processo ainda fornece algumas informações acerca da ocupação espontânea da área e de como as famílias se estabeleciam nos lotes por sua conta e risco, podendo inclusive – conforme informa o Processo/CR-15/T.1/Nº 2.004/82 – perder benefícios creditícios.

Aqui chegando, passam a ocupar áreas inóspitas, desbravando-as e erigindo nas mesmas, benfeitorias de boa fé, sem ter entretanto nenhum documento que lhes dê garantia de posse da terra e acesso aos benefícios da Política de Crédito Rural, ficando os mesmos sem possibilidades de desenvolverem suas áreas, que poderia vir a ser um celeiro de produtos agrícolas, gerando divisas e também melhorando o poder aquisitivo dos que explorem.¹²³

O objetivo básico e imediato anunciado no Processo era o assentamento de 500 colonos, em lotes de aproximadamente 100 ha, que traria vantajosos benefícios sociais e econômicos para toda a região, beneficiando não só as famílias rurais do Território, bem como migrantes de outras partes do país.¹²⁴ O referido texto fornece ainda informações sobre a aptidão agrícola dos solos, clima, vegetação, hidrografia, meios de acesso, centros mais próximos, entre outros.

A economia da região tinha como base o extrativismo vegetal, sobretudo da castanha-do-pará e a agricultura de subsistência, primeiras atividades econômicas dos colonos. Os produtos principais eram: arroz, milho, feijão e mandioca, cultivados empiricamente e com baixo rendimento, segundo consta no Processo. Em termos hidrográficos a região possui ampla rede, composta pelos rios Tacutu, limite natural entre Roraima e a República Cooperativista da Guiana; rio Jatapu, o principal da área e o Jauaperi, também chamado Caroebe. Os solos da área foram considerados por estudos do Ministério da Agricultura e Embrapa como de aptidão regular, sendo necessário “melhoramento e conservação das condições do solo”.¹²⁵

¹²² PROCESSO/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82. Projeto Fundiário Roraima – Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, PAR Jatapu, de 01/10/1982. Arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), Boa Vista – RR, Folha 6.

¹²³ Idem, ibidem.

¹²⁴ PROCESSO/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82. Projeto Fundiário Roraima – Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, PAR Jatapu, de 01/10/1982. Arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), Boa Vista – RR, Folha 7.

¹²⁵ Idem, 01/10/1982, Folhas 9 a 11.

O item sobre a Proposta de Implantação do Projeto de Assentamento Jatapu, constante no mesmo Processo/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82, de março de 1983, contém as informações do projeto antes da aprovação. Alguns itens da Proposta de Criação foram mantidos, outros acrescentados. De acordo com o texto, o Projeto Jatapu seria implantado numa área de aproximadamente 160.000 ha e com uma “capacidade de assentamento para 1.456 [...] famílias e prazo de implantação de 3 (três) anos”. O valor global da proposta foi de 2.493.857.000,000 cruzeiros a preço de março de 1983 e prazo de execução de 3 anos a partir de 1983 – podendo ser prorrogado –, tempo necessário para a implantação da infraestrutura necessária à localização das famílias nas parcelas, até a emancipação do projeto.¹²⁶

Em termos administrativos, afirma o texto do referido Processo: “o INCRA se fará presente até que sejam realizadas as atividades de execução direta: abertura de estradas; demarcação de parcelas; construção de prédios; assentamento de famílias e titulação”. O modelo administrativo também previa a coparticipação dos parceiros e órgãos públicos que atuavam na área. A área do Projeto compreendia a Gleba Branquinho, com 685.475 ha; a Gleba BR-210 I, com 44.525 ha; e parte da Gleba Baliza, com 271.524 hectares.¹²⁷

No prazo de implantação do referido projeto, que era de três anos, o INCRA tinha como meta assentar 456 famílias em 1983, 500 famílias em 1984 e 500 em 1985, totalizando 1.456. As famílias seriam selecionadas na própria área ou em regiões “tidas como expulsoras de mão-de-obra”. Destas, 150 seriam transferidas da região Centro-Sul, com a concessão de crédito de alimentação e auxílio moradia, e transferência das 150 famílias sulistas.¹²⁸

Portanto, através da Resolução nº 200, de 26 de setembro de 1983, foi então aprovada a criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, (PAR Jatapu) com uma área aproximada de 160.000 ha, conforme pode ser lido com maiores detalhes nos Anexos ao final do presente trabalho.

¹²⁶ PROCESSO/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82. Projeto Fundiário Roraima – Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, PAR Jatapu, de 01/10/1982. Arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), Boa Vista – RR, Folhas 63 a 67.

¹²⁷ Idem, 01/10/1982, Folhas 69 a 70.

¹²⁸ PROCESSO/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82. Projeto Fundiário Roraima – Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, PAR Jatapu, de 01/10/1982. Arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), Boa Vista – RR, Folhas 89 a 99.

O Projeto Jatapu tem como limite o estado do Amazonas ao sul; seu extremo leste situa-se no final da abertura da Perimetral, onde fica a vila Entre Rios. Tem os seguintes limites físicos: Gleba BR-210/1 ao sul da rodovia, de Caroebe até Entre Rios; Gleba de nome Branquinho, até o limite com o Amazonas; Gleba Baliza, ao norte da BR 210, da Vila Moderna até a vila Entre Rios.

Após a criação do Projeto Jatapu a vila de Caroebe, pertencente ao município de São João da Baliza passou a desempenhar a função de sede da administração local do Projeto, devendo seu crescimento a esta função.

De acordo com informações do Portal do INCRA, o Jatapu se encontra na fase 06, o que significa Assentamento em Consolidação (ver tabela 02). Criado para assentar 1.456 famílias, o Projeto conta atualmente com capacidade para assentar 2.184 famílias, desse total 1.885 estão assentadas em uma área de 164.212,1212 hectares.¹²⁹ Possuindo uma defasagem de 299 famílias, refletindo o alto índice de venda e abandono de lotes, conforme será tratado no momento oportuno.

Tabela 02: Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação (SR-25).

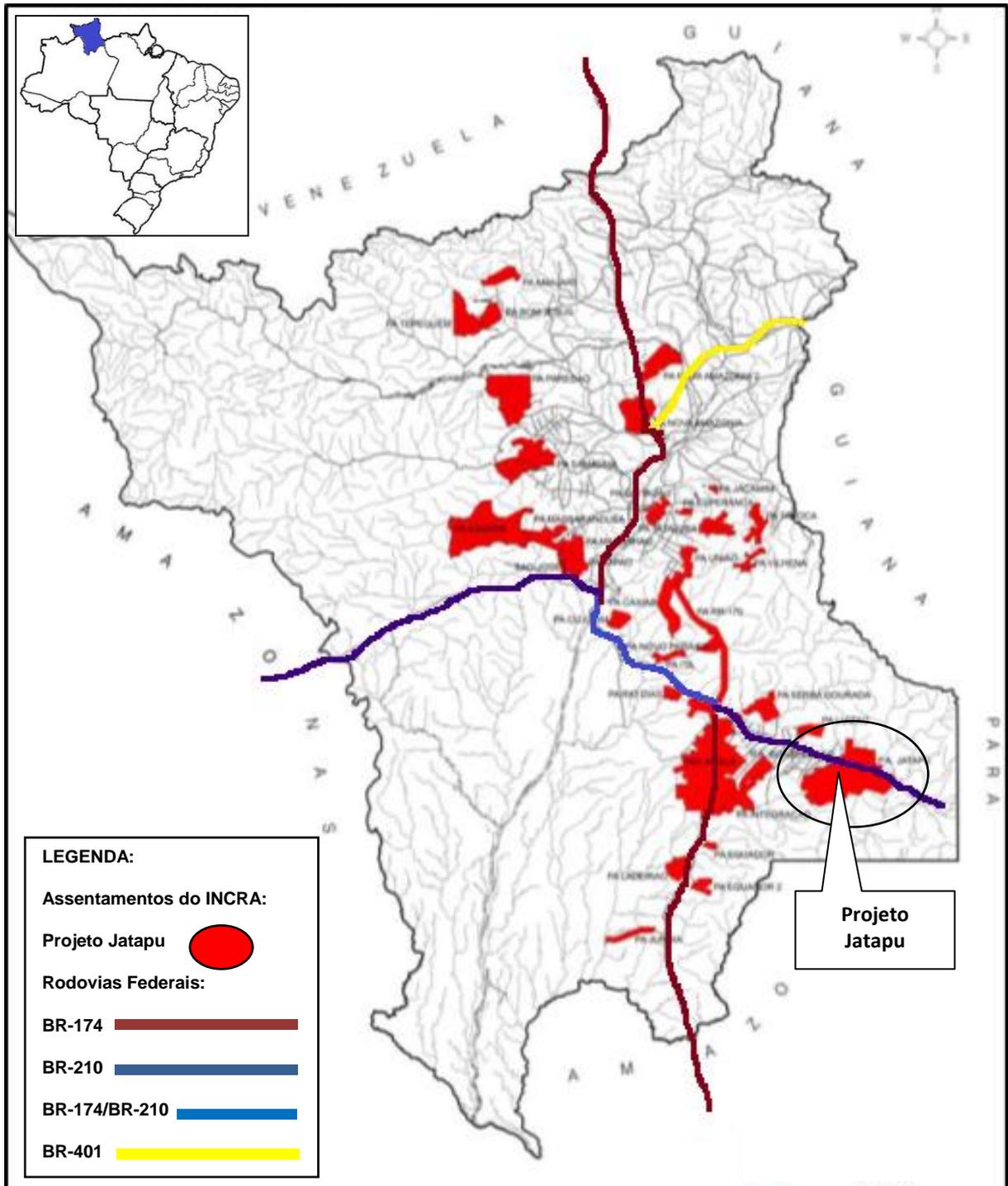
Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA											
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA											
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT											
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA											
Sistema: SIPRA											
Fonte: SDM											
Usuário:											
Relatório: Rel_0227											
Data: 18/08/2011											
Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação											
Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até 18/08/2011											
UF:RR											
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE RORAIMA - SR (25)											
RR0003000 PAD ANAUÁ		RORAINOPOLIS	221.832,2046	3.460	2.325	03	POR	00095	11/06/1979	Arrecadação	07/10/1975
RR0006000 PA JATAPU		CAROEBE	164.212,1212	2.184	1.885	06	RET	200	26/09/1983	Arrecadação	07/12/1976
RR0007000 PA PAREDÃO		ALTO ALEGRE	48.887,9104	1.145	735	04	RET	605	24/07/1987	Arrecadação	24/07/1987
RR0008000 PA EQUADOR		RORAINOPOLIS	11.728,4914	176	173	04	POR	207	02/09/1992	Arrecadação	12/07/1976
RR0009000 PA TEPEQUÉM		AMAJARI	36.840,0600	580	402	03	POR	208	02/09/1992	Arrecadação	18/04/1979
RR0010000 PA JUNDIÁ		RORAINOPOLIS	13.355,1885	190	160	04	POR	0023	19/10/1995	Arrecadação	19/10/1995
RR0011000 PALADEIRÃO		RORAINOPOLIS	21.384,5100	322	189	04	POR	22	19/10/1995	Arrecadação	07/12/1976

Fonte: Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relação-de-projetos-de-refoema-agraria/file/1115-relação-de-projetos-de-refoema-agraria>>. Acesso em 12 de maio de 2013.

O PAR Jatapu é o segundo maior assentamento administrado pelo INCRA no Estado, perdendo apenas para o PAD Anauá com 221.000 ha, e pode ser observado no mapa de projetos de assentamentos do Estado elaborado pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA (ver mapa 05).

¹²⁹ Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relação-de-projetos-de-refoema-agraria/file/1115-relação-de-projetos-de-refoema-agraria>>. Acesso em 12 de maio de 2013.

Mapa 05: Projeto de Assentamento Rápido Jatapu (detalhe oval em cor preta)



Fonte: Adaptação feita pelo autor no mapa do ITERAIMA (Governo de Roraima)

Conforme Alexandre Diniz, dois órgãos são responsáveis pela regularização e assentamento de colonos em Roraima: o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o ITERAIMA (Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima). Ambos trabalham em associação e seguem essencialmente as mesmas

diretrizes. A seleção dos colonos tem como base o decreto nº 59.428, de 27/10/1966 (pertencente ao Estatuto da Terra) que regulamenta as normas de distribuição de parcelas em projetos de colonização.¹³⁰

De acordo com este decreto as parcelas devem ser distribuídas a indivíduos:

- maiores de 21 e menores de 60 anos de idade;
- que já não sejam proprietários de terra rural;
- que não sejam proprietários de estabelecimento de indústria ou comércio;
- que não sejam funcionários públicos das administrações federal, estadual e municipal;
- que tenham comprovada vocação para o exercício de atividades agrárias;
- que se comprometam a residir com a sua família na parcela a ser recebida;
- que possuam boa sanidade física e mental assim como bons antecedentes;
- e que demonstrem capacidade empresarial para o gerenciamento do lote.

A estrutura das colônias tinha como base os lotes localizados ao longo das estradas principais e de uma série de estradas vicinais, construídas a partir do eixo principal. São três os modelos de lotes utilizados nos projetos de assentamentos do Estado, variando muito em termos de tamanho e de capacidade de assentamento. São assim constituídos: lotes de 50, de 60, e de 100 ha.¹³¹

Tomando como base dados fornecidas pelo INCRA e ITERAIMA, de 1997, Alexandre Diniz informa que naquele ano o Estado possuía 57 projetos, sendo 36 sob a jurisdição do ITERAIMA e 21 sob a do INCRA. Em janeiro de 1997, o INCRA teria distribuído ou regularizado 7.338 lotes agrícolas, enquanto o ITERAIMA havia contemplado 13.531 famílias de agricultores em junho do mesmo ano, totalizando 21.269 lotes distribuídos.¹³²

De acordo com dados mais recentes, do ITERAIMA, o INCRA conta com 36 projetos de assentamentos sob sua jurisdição, com uma área de 1.195.255,2340 ha, correspondente a 15,68% da área do Estado. Esses dados significam que houve um aumento significativo no número de projetos nos últimos dez anos.

¹³⁰ DINIZ, Op. cit., 1998, p. 159.

¹³¹ Idem, ibidem.

¹³² Idem, 1998, p. 160.

Muitos dos colonos estabelecidos no sudeste de Roraima nesse processo de colonização mais recente, apesar de terem nascido em outros estados brasileiros, principalmente em estados nordestinos, em grande maioria haviam sido pioneiros em Rondônia. Aliás, como será visto no momento oportuno, estes sujeitos carregam consigo todo um histórico de migrações, principalmente pela região amazônica, nos rastros da propaganda e das fofocas em torno da distribuição de terras, garimpos e por meio das políticas governamentais.

Desse modo, Maria José dos Santos¹³³ analisando o processo de colonização ao longo da Perimetral, constatou, pelos documentos pessoais da grande maioria dos migrantes por ela entrevistados que estes “ou vieram por Rondônia ou eram naturais de Rondônia”. Dos processos analisados e pelos dados de emissão de suas carteiras de identidade, ela concluiu que todos passaram por Rondônia.

Em relação a nossas entrevistas, dos 14 trabalhadores entrevistados, apenas uma família não passou por Rondônia. As outras, mesmo sem ter permanecido por muito tempo nesse estado, utilizou seu território como rota de acesso para à região sudeste de Roraima. Desse total, a grande maioria vinha para Rondônia em busca de realizar seu projeto prioritário de conquista da terra.

Essa foi a forma encontrada por milhares de famílias de trabalhadores pobres para adquirir a terra. Foi através da iniciativa dos próprios migrantes que após uma longa trajetória de migração que se dirigiram principalmente em grupos familiares ou com ajuda dos vizinhos já instalados para as terras livres ao longo da Perimetral. A escassez de terras levou a abertura dos “picadões” em direção à floresta virgem, delimitando lotes com cipó, derrubando árvores a machado, iniciando o trabalho de broca (derrubada da mata) para o plantio das roças de arroz e feijão, e, por fim, construindo barracos de lona, palhas e cavacos de madeira.¹³⁴

A instalação das famílias nos picadões onde seriam abertas as novas vicinais, pela falta de outros materiais de construção, era marcada por inúmeras dificuldades, onde a arte do improvisado falava bem mais alto que o desconforto da família que se estabelecia no lote, animada pela sensação de conquista da terra, a exemplo dos barracos cobertos com cavacos de madeira (ver figura 02).

¹³³ SANTOS, Op. cit., 2010, p.77.

¹³⁴ Idem, 2010, p. 73.

Figura 02: Barraco coberto com cavacos de madeira e João Baiano (ao lado)



Fonte: Foto do autor (2014)

Esse período, portanto, foi marcado pelo fluxo constante de migrantes de todo país para Roraima se refletindo no aumento significativo da população. Tal processo alterou o cotidiano do Território e de sua capital, sobretudo através da implantação de políticas e obras públicas, impactando significativamente o ritmo de vida da população local. População esta que entre o início da década de 1970 e o final da década de 1980, pulou de 40.885 para 217.583 habitantes.¹³⁵

Um aumento bastante significativo, diga-se de passagem. Assim, não apenas a capital passou por mudanças importantes na sua constituição física, possibilitando a antigos e novos habitantes desfrutar de uma estrutura mais próxima da encontrada em outras capitais. Mudanças estas, que passaram a ser realidade também nas áreas interiores ligadas através das estradas recém-construídas.

Esse mesmo período foi marcado, acima de tudo, por um acentuado processo de urbanização nas margens destas duas rodovias, que passaram por acréscimos populacionais nunca antes vistos na história de Roraima. Tal processo deu origem a núcleos urbanos como Equador, Nova Colina, Rorainópolis, Martins Pereira, Novo Paraíso e Petrolina do Norte, na BR-174; e Vila Moderna, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Entre Rios, na Perimetral Norte.

¹³⁵ MARTINS, Op. cit., 2010, p. 30.

2.3 - Colonização e urbanização no sudeste de Roraima

O Território de Roraima também foi palco da preocupação desenvolvimentista dos governos militares a partir dos anos 1960/1970, através de uma política mais agressiva de desenvolvimento econômico e ocupação demográfica. Nesse sentido, com a construção de estradas e a execução de projetos de colonização, o Território experimentou altas taxas de crescimento populacional. Atribuído principalmente à garimpagem e distribuição de terra nas colônias agrícolas.

Esse período representou uma nova etapa na colonização e urbanização em Roraima. A construção de estradas tornou acessível um vasto contingente de terras exploradas em projetos de colonização e que atraíram uma miríade de migrantes, que se concentraram nos novos núcleos urbanos e na capital. Processo este que alavancou um crescimento vertiginoso da população, que em 1960 não passava de 28.304; em 1970 atingia 40.883; em 1980 quase duplicou chegando a 79.159, e, culminando com um total de 217.583 habitantes em 1991.¹³⁶

No entanto, foi no período estabelecido entre 1981 e 1984 que se concretizou a grande chegada de famílias de trabalhadores ao sudeste de Roraima. Estimativas apontadas pelo geógrafo Nilson Crócia de Barros dão conta que os cerca de 42% dos migrantes que chegavam ao Território, pela BR-174 neste período, dirigiam-se às colônias das margens da Perimetral e da 174, outros cerca de 42% dirigiam-se para a cidade de Boa Vista.¹³⁷

As décadas de 1980 e 1990 representaram um momento de intensa procura também pela capital Boa Vista, por trabalhadores que desejavam se estabelecer nas funções públicas e privadas, entre muitos outros, e principalmente por garimpeiros atraídos pelas “focacas” dos garimpos em Roraima.

Esse período ficou conhecido como o “boom garimpeiro” (1985-1990), quando milhares de garimpeiros de todas as regiões do país promoveram uma verdadeira “corrida ao ouro” em Roraima.¹³⁸ O impacto da atividade garimpeira no cotidiano

¹³⁶ DINIZ, Op. cit., 1998, p. 156.

¹³⁷ BARROS, Op. cit., 1995, p. 214.

¹³⁸ RODRIGUES, Francilene dos Santos. *“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 1996, p. 65.

roraimense foi tamanho que naquele momento o aeroporto internacional de Boa Vista chegou a contar com cerca de 400 pousos e decolagens diários.¹³⁹

Com a intensa chegada de famílias de agricultores sem terra, atraídas pelo processo de constituição da colonização ao longo da Perimetral Norte houve uma expansão do processo de urbanização na região, formando as vilas de Novo Paraíso (Quinhentos), Vila Moderna, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Entre Rios. Com o aumento desse processo, primeiramente as vilas de São Luiz do Anauá e São João da Baliza foram transformadas em cidades, em seguida foi a vez de Caroebe ser emancipada como município.

O município de Caroebe surgiu através do desmembramento de terras de São João da Baliza, por meio da Lei Estadual nº 82 de 4 de novembro de 1994. Limita-se ao norte com o município de Caracaraí e a República Cooperativista da Guiana; ao sul com o Estado do Amazonas; a leste com o Estado do Pará e a oeste com os municípios de São João da Baliza e Caracaraí. Distante da capital em 353 km, com uma área territorial de 12.065,54 km², dos quais 6.376 km² pertencem às reservas indígenas Wai-Wai e Trombetas-Mapuera, representando um percentual de cerca de 52,70% do total das terras do município.¹⁴⁰

Figura 03: Perimetral Norte (frente) e avenida central de Caroebe (fundo)



Fonte: Foto do autor (2014)

¹³⁹ MARTINS, Op. cit., 2010, p. 111.

¹⁴⁰ Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. Informações Socioeconômicas do Município de Caroebe – RR 2010. 1ª edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010, p. 7-14.

Figura 04: Rodovia Perimetral Norte e área comercial de Caroebe



Fonte: Foto do autor (2014)

Um dos locais de encontro da população de Caroebe para realizar eventos, feiras, etc., a praça central da cidade se encontra em mal estado de conservação, como se pode observar na figura seguinte.

Figura 05: Praça central de Caroebe



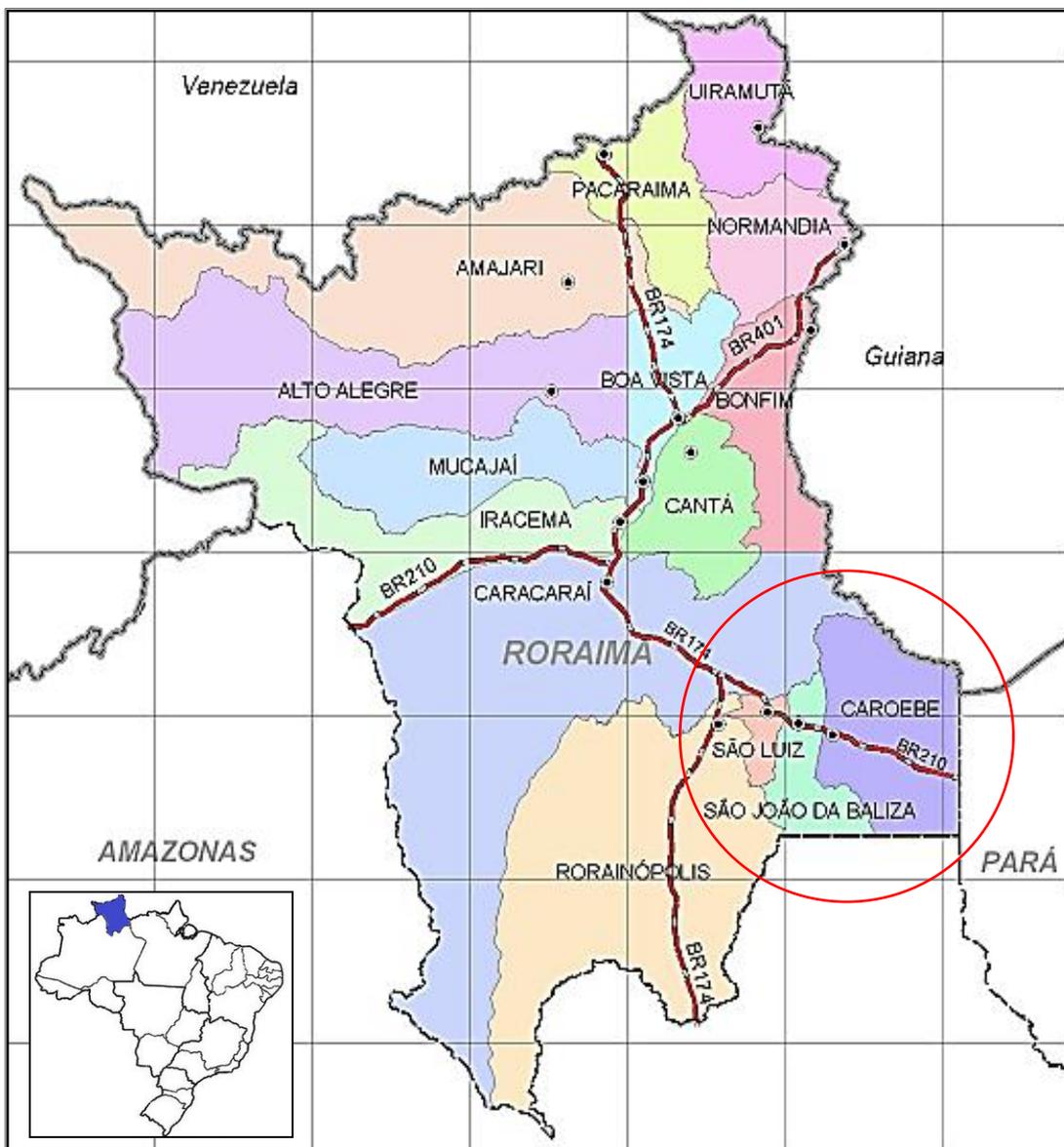
Fonte: Foto do autor (2014)

Os aglomerados urbanos ao longo das rodovias do centro-sul de Roraima surgiram primeiramente como ofertadores de serviços aos numerosos migrantes que chegavam em grande quantidade dos meados dos anos 1970 até 1985/1988, entre os quais colonos, administradores dos projetos, trabalhadores de madeireiras, entre outros. Entre os principais prestadores de serviços estavam as lojas de variedades

tipo “loja geral”, onde se podia comprar ferragens, alimentos, tecidos, medicamentos, combustíveis; acesso a serviços como hospedarias, bares, boates, posto médico, hospital, destacamento policial, escolas.¹⁴¹

Esses aglomerados, alguns dos quais hoje são sedes municipais, tornaram-se pontos focais para a atração de colonos, entre os quais pode-se destacar: Mucajaí, Iracema, Vista Alegre, Equador, Petrolina do Norte, Novo Paraíso e Rorainópolis, na BR-174; e, Vila Moderna, São Luís da Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Entre Rios, nas margens da Perimetral Norte (ver mapa 06).

Mapa 06: Mapa Rodoviário de Roraima (no detalhe: municípios do sudeste do Estado)



Fonte: Adaptado do mapa Rodoviário de Roraima contido em Silva (2007, p. 195).

¹⁴¹ BARROS, Op. cit., 1995, p. 30.

Tratando do processo de expansão da urbanização na Amazônia na década de 1970, Edna Maria Ramos de Castro,¹⁴² enfatiza o papel das políticas públicas dos governos militares para a atração de famílias de trabalhadores rurais para o entorno das estradas. Segundo ela “a população mobilizada pelos programas de colonização pública ou privada e pela construção de estradas, levou muitas famílias a decidirem migrar para a Amazônia, mesmo sem terem destino já definido”. As dificuldades de acesso à terra levou parte dessa população a se estabelecer em povoados que em função da continuidade do processo tornaram-se cidades.

Nesse processo, a expansão da fronteira agrícola caminhava lado a lado com a expansão da urbanização, pois os governos militares tinham entre suas metas fundamentais a implantação de núcleos urbanos e a dinamização dos já existentes. Por conta disso, no decorrer dos anos 1970 e 1980 tornaram-se ainda mais intensos os fluxos migratórios para as cidades bem como o aparecimento de dezenas de novos núcleos, alguns deles rapidamente passaram a vilas e cidades.¹⁴³ Conforme se verificou ao longo das rodovias do centro-sul de Roraima.

No item seguinte, ao mesmo tempo em que inserimos os primeiros depoentes aproveitamos o momento para refletir sobre suas motivações para o deslocamento para a Amazônia, onde figuram elementos como a propaganda política, informações pessoais e a realização de projetos de vida.

2.4 – Propaganda, projetos de vida, entre outras motivações

Esta pesquisa aponta para a reflexão de que a implementação de programas governamentais na Amazônia, uma vez noticiados pelos meios de comunicação de massa, ao lado de informações de pessoas que moravam ou trabalhavam na região, contribui para desencadear o processo de deslocamento de trabalhadores sem terra e seus familiares de outras regiões, desejosos de serem incluídos nos programas de colonização dos quais ouviam falar e que ora se anunciavam.

A propaganda – não só a oficial, mas também a boca a boca – foi uma das formas utilizadas para atrair trabalhadores para Amazônia. Uma intensa propaganda

¹⁴² CASTRO, Edna Maria Ramos de. A questão urbana na Amazônia. In: LOUREIRO, Violeta R. (Org.). *Estudos de Problemas Amazônicos*. Belém: CEJUP, 1995, p. 170.

¹⁴³ CASTRO, Op. cit., 1995, 170-4.

estava presente até mesmo na forma utilizada pelo INCRA na hora de selecionar as famílias em várias regiões do país, sobretudo no Nordeste, para compor os projetos de colonização oficial dirigida.¹⁴⁴

A propaganda a respeito de programas governamentais na região amazônica representou um dos principais mecanismos para os deslocamentos de trabalhadores rurais em busca das terras prometidas pelo governo. As referências estão presentes nas falas dos entrevistados. Alguns deles mencionam mesmo a palavra propaganda, evidenciando que houve uma grande repercussão em torno de tais políticas. Embora os seus resultados, como foi evidenciado no capítulo anterior, tenha sido algo bem distante daquilo que os militares e a imprensa anunciavam.

Para a pesquisa optamos por entrevistar os primeiros moradores da área de Caroebe e do Projeto Jatapu, cujas narrativas possibilitam compreender como esses sujeitos narram suas trajetórias de vida desde os lugares de origem até o momento atual, ao mesmo tempo em que avaliam as vivências cotidianas no Projeto.

Referências à propaganda estão presentes nas narrativas dos entrevistados, como Raimundo Nonato de Souza,¹⁴⁵ morador da região de Caroebe desde 1977. Segundo ele falou, os “boatos” que circulavam em torno da construção da Perimetral repercutiram tanto quanto as notícias da Transamazônica. Tais notícias davam conta que iam construir uma estrada que já vinha de Boa Vista para sair em Macapá. “Era aquele jornalão”, comentou o entrevistado.

Os “boatos” que circulavam de boca em boca chegaram ao conhecimento de Raimundo Nonato, que ficou sabendo da abertura da Perimetral. A notícia chegou através de um amigo, cujas palavras assim repetiu: “a estrada mais mió que tem no mundo da gente arrumar terra pra trabaiá, vai sair em Macapá”.¹⁴⁶ Esta informação chama a atenção para dois aspectos importantes em relação à abertura da estrada. Primeiramente pela possibilidade de acesso à terra e, em segundo lugar pela ligação terrestre entre as três capitais: Manaus, Boa Vista e Macapá.

¹⁴⁴ MIRANDA, Mariana. Os projetos de colonização. In: BECKER, Bertha K. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990, p. 39-40.

¹⁴⁵ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

¹⁴⁶ Idem.

Entre as principais motivações apontadas pelos entrevistados, a busca pela terra para trabalhar e para a realização pessoal estava em primeiro plano. Foi este o motivo que levou Raimundo a convidar a esposa e os filhos pequenos e se deslocar do Maranhão para Roraima, evidenciando em sua peregrinação pela Amazônia que a busca pela terra não era apenas a materialização de um sonho, mas a realização de um projeto de vida. Assim ele falou: “rapaiz era pra arrumar terra pra mim me assossegar, pra mim trabaiar, era só o meu pobrema”.¹⁴⁷

Alguns aspectos podem ser observados neste depoimento. Primeiro, o fato de já conhecer Roraima à época contribuiu para que Raimundo Nonato adotasse esse espaço para a realização de seu projeto de vida, criar os filhos e viver sossegado. A presença do amigo que informava sobre a Perimetral foi de grande importância na decisão de migrar. Mesmo sem grandes recursos financeiros para realizar a viagem, esta girava em torno da conquista da terra.

Marinete de Souza Lima¹⁴⁸ assinalou o mesmo motivo para o deslocamento da família para Roraima: a busca pela terra para trabalhar. Ela tomou conhecimento da história da Região Norte, através do contato com uma revista, despertando desde então a curiosidade pela Amazônia. A partir desse contato seu interesse crescia cada vez mais e, para completar ela tinha um tio que morava em Roraima e que informava a família sobre as possibilidades de se conseguir terra na região, como se pode perceber em sua narrativa: “na época meu tio falou que aqui era muito bom, que tinha oportunidade, né, sempre a gente lá que trabalha com a agricultura, pra onde vai só pensa na agricultura, aí diz que era muito bom, aí nós viemos”.

Esta fala demonstra que muitas famílias migravam de seus estados de origem para a Amazônia através de informações fornecidas por parentes e amigos. Nesses dois casos, o tio de Marinete e o amigo de Raimundo serviram como propagadores de notícias – ou “fofocas” – sobre oportunidades de melhores condições de vida nas margens das rodovias amazônicas.

Nesse contexto, a propaganda oficial ou política, embora não tivesse como alvo o trabalhador rural, de uma forma ou de outra ela chegava até ele, seja através

¹⁴⁷ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

¹⁴⁸ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

do rádio, de cartazes, de revistas, ou até mesmo pela TV. Ela teve sua parcela de contribuição, mormente as notícias veiculadas por familiares, amigos, entre outros, contribuíram significativamente.

Francisco Rodrigues Vasconcelos,¹⁴⁹ conhecido por Chico do PT, devido sua militância no Partido dos Trabalhadores, falou explicitamente a palavra propaganda: “A propaganda grande era de Rondônia”. Segundo frisou o entrevistado, havia uma “propaganda grande” em torno de Rondônia, para onde se deslocou com a família no início dos anos 1980. Sua fala evidencia que a propaganda também contribuiu para que trabalhadores sem terra e suas famílias se deslocassem para a Amazônia, contribuição esta que não deve ser subestimada.

Estes três depoimentos, de alguma forma fazem menção à propaganda em torno da Amazônia. Seja por meio da revista lida por Marinete, seja pelos “boatos” em tono da abertura da Perimetral, que assim como a Transamazônica, “era aquele jornalção”, como comentou Raimundo Nonato. A referência de Chico do PT retrata o início dos anos 1980, quando ocorreu um grande afluxo de famílias em busca de terra em Rondônia, mesmo assim a propaganda estava presente. Não mais com a força e o ufanismo da época do “milagre”. Ainda assim, no entender do entrevistado havia uma propaganda no ar que o induziu ao deslocamento.

Manoel Vitório da Costa (Manoel Goiano)¹⁵⁰ é considerado um dos primeiros moradores da região de Caroebe, onde chegou em novembro de 1976, na época da abertura da Perimetral, contratado pela empresa encarregada de construir o trecho roraimense da rodovia. Paralisada a obra e rescindido o contrato de trabalho com a firma, Manoel Goiano permaneceu na região, pois, assim como outros trabalhadores da empresa e migrantes que começaram a chegar com a abertura da estrada, havia demarcado terra ao longo de suas margens.

Ele tomou conhecimento de Roraima quando, hospedado em um hotel na cidade de Santarém, ficou sabendo que uma firma estava contratando trabalhadores para a construção de uma estrada no distante Território Federal de Roraima: era a

¹⁴⁹ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁵⁰ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

Construtora Paranapanema recrutando um exército de trabalhadores para a abertura da rodovia Perimetral Norte.

Ao relatar as motivações que o levaram se deslocar para a região amazônica, o entrevistado apontou “a busca de miora”, principalmente nos garimpos. A atração exercida pelos garimpos de Roraima na época era tamanha que Boa Vista recebia grande número de garimpeiros de todas as partes do país. Atividade esta que atraía a atenção de contingentes significativos de agricultores. Segundo afirmou Manoel Goiano: “Roraima o povo só vinha a fim de garimpo”.¹⁵¹

Nairton Alfredo Pacheco¹⁵² tentou a vida em Rondônia antes de Roraima, no início dos anos 1980. Foi no Paraná que ouviu falar na Amazônia: “foi no Paraná, ouvi falar no Paraná, e eu cá, vim, eu vim pra Rondônia, eu arranjei um dinheirinho foi em Rondônia”. As dificuldades de acesso à terra no sul do país e em Rondônia, levaram-no, para as margens da Perimetral Norte, em Roraima, conforme podemos observar nesse trecho de sua narrativa: “Lá na Rondônia eu pelejei não arranjei [terra], foi, aí vei, vei um rapaiz de lá [Roraima], aí a gente... ouviu falar que lá [Roraima] é muito bom pra gente pobre [...]. Aí juntemo, juntemo os bagulho, vendi, arranjei o dinheiro e vim embora”.

Esta fala revela que as notícias sobre as possibilidades de terra e trabalho na Amazônia tinham outros canais de difusão, ao lado da propaganda. Eram os boatos, as notícias – às vezes distorcidas – difundidas pelo país à fora, através de amigos, parentes, viajantes, pelo rádio, entre outros, que se tornaram importantes difusores das políticas governamentais, contribuindo assim para o deslocamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra desejosos de também participar do processo de colonização ora implantado na região.

O pensamento de que a Perimetral Norte iria varar em Macapá levou estes sujeitos a se fixarem nas margens da estrada. Entretanto, suas falas revelam as contradições do discurso alardeado e legitimado pela imprensa de que tais projetos tinham como meta básica a inclusão de famílias de trabalhadores sem terra. Tais depoimentos contradizem a propaganda dos anos 1970, conclamando trabalhadores

¹⁵¹ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁵² Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em dia 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

do país inteiro, sobretudo do Nordeste para ocupar as margens das estradas, em muitos casos utilizando as páginas da imprensa.

A esse respeito, a revista *Veja* exibiu em uma de suas edições uma imagem, tomando duas páginas, na qual algumas pessoas, jovens e bem trajadas – levando a crer que são moradores do campo – estão caminhando ao longo de uma estrada recém-construída, mostrando ao fundo algumas casas antes da linha do horizonte e, à esquerda a floresta parcialmente desmatada. No canto superior esquerdo da imagem está escrito em caixa alta: “Mais Brasil para o homem ocupar”. À esquerda, exibe um texto e a logomarca da Construtora Mendes Júnior S.A (ver figura 06).¹⁵³

Figura 06: A propaganda oficial nas páginas da grande imprensa



Fonte: Revista *Veja* (04/10/72, p. 45-6).

O texto tece elogios ao governo pela construção da Transamazônica como “o grande traço de união entre os brasileiros e o Brasil do futuro”, e tem duplo sentido propagandístico. Se por um lado busca mostrar a capacidade técnica da Construtora Mendes Júnior S.A., por outro não deixa de difundir uma das formas mais utilizadas durante a ditadura para mascarar a realidade, em tempos nos quais eram proibidos

¹⁵³ Revista *Veja*, 04/10/72, p. 45-6.

os debates políticos livres, e nada melhor do que a propaganda do “Brasil Grande Potência”, utilizando as páginas da imprensa e demais meios de comunicação como forma de atrair o apoio dos menos esclarecidos ou mais acomodados.

Esta imagem, ao lado de mensagens e *slogans* veiculados pela TV, sobretudo pelo rádio, um veículo da ampla penetração até nos lares mais humildes, certamente contribuiu para que inúmeras famílias de trabalhadores, entre outros, embarcassem no clima de otimismo que tomou conta da mídia no período, levando a crer que o “Brasil Grande Potência” já era uma realidade. Não é difícil de imaginar que tais mensagens tenham induzido os brasileiros a desembarcar na Amazônia, passando a vivenciar a expropriação, o abandono, a falta de apoio, a violência...

A propaganda política foi um dos instrumentos mais utilizados pelos militares para legitimar as ações do regime, especialmente o presidente Médici, que, segundo Thomas Skidmore, utilizou-se bastante de uma ofensiva de relações públicas muito bem montada e executada por meio da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), objetivando criar um único centro de propaganda oficial, tornando a imagem do presidente bastante conhecida.¹⁵⁴

Estas mensagens e *slogans* destinavam-se a criar e fortalecer um sentimento ufanista em relação à pátria e aos seus comandantes, uma saudável mentalidade de “segurança nacional”, garantida pelo empenho de um “governo nacionalista”, como diria o próprio presidente, fazendo acreditar que o Brasil caminhava a passos largos rumo ao seletivo grupo das nações desenvolvidas. As figuras 07, 08 mostram alguns desses *slogans* e mensagens propagados pelo regime militar.

Figura 07: “Brasil: ame-o ou deixe-o”



Fonte: Revista *Veja* (01/07/1970, p. 30).

¹⁵⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 221.

Figura 08: “Este é um país que vai pra frente”



Fonte: Disponível em: <http://omanuscrito.files.wordpress.com/2012/11/apresentac3a7c3a3o-ditadura-civil-militar3.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2013.

A propaganda oficial, pelo que pudemos observar, certamente teve seu peso na decisão em favor dos deslocamentos. Ela está bastante presente nas falas dos entrevistados. Contudo, é bom que se diga, não representou a única motivação para a migração das famílias de trabalhadores pobres para a Amazônia. Desde o capítulo anterior vimos discutindo a forma como o governo atraía ou induzia estas famílias. Contudo, à revelia do poder público acontecia aquilo que preferimos chamar “redes de informações” – notícias advindas de parentes, amigos, vizinhos, “terceiros” – que tiveram um peso importante na decisão de migrar.

Ao observarmos as motivações destes trabalhadores, um aspecto que salta à vista é o passado ligado às atividades do campo. De acordo com seus depoimentos, todos eles vêm de experiências históricas ligadas ao campo e este é um dos fatores que impulsionou esses sujeitos em busca de terra na Perimetral. Marinete assim apontou os motivos que levaram a família a se deslocar para Roraima: “porque da onde a gente veio, lá sim tinha terra, né, meu avô tinha a terra dele e tudo, era pra ele mais os filhos, mas da gente mesmo a gente não tinha. Aí quando nós chegamos aqui, cada qual marcou seu lote de terra pra trabalhar”.¹⁵⁵

A forma como estes sujeitos narram suas experiências passadas de trabalho, ligadas à roça e à agricultura, permite perceber o sentimento de identificação com a terra, bem como com atividades às quais estão familiarizados, conforme expressou Manoel Goiano: “olha lá onde eu nasci, no estado de Goiás, nós toda vida trabalhou

¹⁵⁵ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

na agricultura”.¹⁵⁶ Ideia esta compartilhada por Marinete Lima: “sempre a gente lá que trabalha com a agricultura, pra onde vai só pensa na agricultura”.¹⁵⁷

Há de se ressaltar aqui o desejo de possuírem a própria terra como projeto de vida, pois em suas falas estão sempre presentes as dificuldades de acesso à terra nos estados de origem. Dessa forma, é possível compreender as motivações para o deslocamento, deixando para trás relações sociais e familiares construídas ao longo do tempo, encarando novos desafios na luta por melhores condições de vida e bem estar social. É nesse sentido que se pode compreender o significado que Raimundo Nonato atribuiu à sua fixação nas margens da rodovia Perimetral Norte: a busca pela terra para trabalhar e viver sossegado.

A fala de Chico do PT é riquíssima de exemplos sobre a estrutura fundiária de Goiás, que expulsou sua família do local onde moravam. Conforme ele afirmou: “em Goiás naquele tempo já [...] era tudo fazenda”, era “um lugar farturo [onde] quase todo mundo era fazendeiro”.¹⁵⁸ Quem era beneficiado com tal fartura? Eis a questão. Pois, para Chico, a situação presente se configurava em um contexto de expulsão, em virtude das dificuldades de acesso à terra e submissão às relações de trabalho conhecidas como “meia”. Ou seja, dividir a produção com o patrão.

Para Chico quem não tinha terra lá era levado a trabalhar para o fazendeiro. Nesse sentido, a motivação para o deslocamento significava a fuga das profundas contradições presentes há séculos no mundo agrário brasileiro, entre as quais a dificuldade de acesso à terra e as relações de “meia”.

Este capítulo buscou refletir sobre aspectos como ocupação, colonização e urbanização na região sudeste de Roraima, tendo como ponto de partida a abertura das BRs 174 e Perimetral. Nesse contexto, a propaganda oficial sobre a implantação de programas governamentais ao lado de informações prestadas por familiares e amigos, entre outras motivações, contribuiu significativamente para o deslocamento de famílias de trabalhadores sem terra para a Amazônia.

¹⁵⁶ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁵⁷ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

¹⁵⁸ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

CAPÍTULO III

PERIMETRAL NORTE: COTIDIANO E MEMÓRIA DE TRABALHADORES DO PROJETO JATAPU

Este capítulo aborda as memórias, vivências e lutas de trabalhadores rurais no processo de sua constituição como colonos nas margens da Perimetral Norte a partir de meados dos anos 1970. No primeiro momento enfatiza as histórias da chegada dessas famílias ao sudeste de Roraima, abrindo espaço para as narrativas sobre os caminhos e descaminhos da viagem. Em segundo lugar, trata das muitas dificuldades de adaptação à nova realidade pelas famílias que chegavam movidas pela necessidade de terra para trabalhar, tendo que lidar com a completa ausência de infraestrutura e as incertezas quanto ao futuro. Dificuldades estas amenizadas pela conquista da terra em Roraima. Analisa por fim as diversas estratégias de sobrevivência adotadas pelos novos colonos, enfocando principalmente suas formas individuais, tais como a prática do marisco e a colheita da castanha. Nesse contexto, não deixamos também de focar as estratégias coletivas de organização como a constituição de um sindicato e de uma cooperativa.

3.1- Caminhos e descaminhos da viagem para Roraima

O objetivo deste tópico é tão somente compreender os sentidos históricos e sociais atribuídos pelas famílias de trabalhadores rurais sem terra em sua trajetória de migração até Roraima. Nesse sentido, convém destacar a forma como as viagens eram planejadas, suas estratégias para superar os inúmeros obstáculos que partiam da própria decisão de migrar, às vezes sem terem a noção exata das possibilidades da região para onde se deslocavam. Rondônia era o destino mais procurado pelas famílias, que na maioria das vezes se deparavam com a dura realidade da falta de terras, geralmente destinadas a grandes empreendimentos.

As viagens eram bastante onerosas para o poder aquisitivo da grande maioria dos trabalhadores migrantes. Por conta disso, era comum a organização de mutirões onde várias famílias – geralmente cinco ou seis – se uniam para pagar o frete de um caminhão pau-de-arara, possibilitando assim que todos naquele grupo viajassem

transportando seus pertences. Que se resumiam em alguns poucos móveis, animais de estimação e mantimentos para os primeiros meses no novo contexto.

As viagens, dependendo da quantidade de famílias, eram realizadas na forma de comboios. Entre os caminhões, havia os que transportavam somente as pessoas, e aqueles que transportavam móveis e mantimentos. Por serem percursos longos – muitas vezes os migrantes saíam do Nordeste, de Mato Grosso, ou de Rondônia –, passavam semanas nas estradas, enfrentando inúmeras dificuldades em função das péssimas condições de tráfego das rodovias para Roraima.

Durante os longos percursos, tendo-se em vista que viajavam na carroçaria de um mesmo caminhão pessoas de diferentes culturas, origens, idades, credos era comum os enfrentamentos, as desavenças, desconfianças, conflitos e bate-bocas. As narrativas, como veremos, dão conta de relações permeadas acima de tudo pelo sentimento de amizade, de solidariedade; enfim, pelo convívio familiar. Convívio este ainda presente nos dias atuais, como narram os depoentes.

As notícias sobre terras livres na Perimetral Norte circulavam pelo país afora, sobretudo em Rondônia, onde morava a família de Ideni Madalena de Souza.¹⁵⁹ Ao narrar o deslocamento para Roraima, assinala também aspectos corriqueiros da viagem, da convivência das famílias dentro do caminhão. Convivência esta que lhes propiciou subsídios para a difícil adaptação em Caroebe.

Eu não me lembro quantos dias, nem quantas noites a gente gastou, mas eu sei que foi mais de semana, mais de semana que a gente gastou, a gente parava nas estradas pra fazer comida, lavar roupa, dar banho em criança. É, eu quando eu vim eu trouxe dois minino que é os dois que eu tenho, né, um tinha sete anos e o outro tinha seis, era tudo pequenininho, hoje tá aí todo mundo aí casado, já me deram já nove neto [risos]. Pois é, e tá todo mundo aí bem, graças à Deus, todo mundo na santa paz.

Manoel Aires: Como era a convivência dentro do caminhão?

Ideni: Nossa! [Gargalhada] Um absurdo! Ah, tinha vez que dava briga, dava discussão por causa de criança. Eu mermo não, que os meu já tava grandim, né, mas vei mais gente com criança menor, né, criança urinava prali, em cima das coisa, as mães já brigava, e vinha brigando, mas muitas famílias vei bem, fizemos amizade, né, que agente não conhecia o pessoal que vei, né, mas, claro, né, ficamo sendo uma família, né, é, viemo sendo uma família [...]. Mas foi bom que a gente fez amizade gostosa, chegou aqui o pessoal ficou sendo tudo amigo da gente, né. Quando dava à tarde um ia na casa do outro, o outro ia na casa do outro, era assim [...].

Manoel Aires: Então era um convívio bastante familiar dentro do caminhão?

¹⁵⁹ Ideni Madalena de Souza, entrevista concedida ao autor em 27 de março de 2014, na cidade de Caroebe – RR.

Ideni: Familiar, é. Por isso que eu falo, né, a gente viaja muito dia junto a gente fica uma família, um respeitando o outro como uma família, né, é tanto, as crianças daquele pessoal me chama de tia até hoje, já casado me chama de tia, por causa daquela época dentro do carro. Todo mundo: “Ah, tia praqui, e tia prali”, pronto! Ficamos tia e sobrinhos, até hoje. É. É família mesmo, muita família boa ó.¹⁶⁰

As narrativas referentes àquele período evidenciam as diversas formas como a viagem foi vivenciada à época pelos narradores. Assim, enquanto para alguns ela teve o caráter de uma “verdadeira aventura”, de algo bem divertido, principalmente para aqueles que eram mais jovens, para outros ela foi lembrada como permeada de medos e preocupações, sobretudo para quem já vinha de experiências frustradas em relação à tão sonhada conquista da terra.

Nas lembranças de Sueli Rodrigues Carneiro, filha de Chico do PT, à época adolescente, com 13 para 14 anos, se pode perceber os dois aspectos na mesma viagem. Se por um lado constam referências cotidianas como paradas nas estradas para fazer comida, dormir, a travessia do rio em Manaus, dificuldades, etc., por outro foi lembrada como algo divertido.

Eu lembro, nós parava naqueles pontos, né, na beira das estrada aí, fazia cumida na beira daqueles rio. Era divertido, eu achava divertido. Era bacana, era, era bom demais né, nós gastamos muitos dias, eu num lembro mais não, meu pai tem ideia melhor, nós gastamo um bucado de dia de lá pra cá. Travessamo num barquim véi furado em Manaus, eu lembro inté hoje. Entramo dentro naquele barquim, tiranva água naquele riozão, né, que nós num pessemo na balsa, quando chegamo já a balsa tinha dado, num tava mais atravessando, já tinha vencido o tempo, a hora, o horário. Aí fumo, alugemo um barquim, um barquim, naquele riozão enorme, até o, inchendo d’água e tirando, vichi!. [...] pra chegar aqui foi luta nessa Roraima. Até pra chegar aqui foi difiço. Foi muita luta pra chegr aqui. Pasamo um bucado de dia, eu num lembro quase não, mais foi um bucado de dia, muito dia.¹⁶¹

Apesar das dificuldades e da demora no trajeto entre Rondônia e Caroebe, Sueli avaliou a viagem como “divertida”, “bacana”, embora tenha reconhecido que para os pais a mesma foi cansativa e difícil. A presença das primas, também jovens como a depoente certamente ajudou a amenizar o sofrimento da vagem.

Sei que foi bom demais assim, a gente era novinha, né. Foi bacana a viagem, ó. Até hoje eu me lembro, todo dia eu me lembro. A gente durmia naquelas pousada, mais foi difiço pra chegar aqui em Roraima, não foi faço não. divertido porque a gente era nova, né, pra eles foi cansativo. Pra pais foi

¹⁶⁰ Ideni Madalena de Souza, entrevista concedida ao autor em 27 de março de 2014, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁶¹ Sueli Rodrigues Carneiro, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

difiço [...]. Foi, foi divertido, foi bacana a viagem, a gente era adolescente, né. Era, eu tinha a base de umas sete prima, era bacana, era muita juvenzinha e nós, e no caminhão chei que num tinha lugar nem de, colocar os pé, mais tá bom, todo mundo. Foi bacana, foi cinco famia num caminhão só.¹⁶²

A viagem não foi lembrada apenas pelos divertimentos ao lado das primas, pois a depoente percebeu, no semblante dos pais, o cansaço e as perplexidades em relação à chegada em Caroebe, cuja primeira impressão foi a de que a vila era “um lugarzinho esquisito”, onde após desembarcarem, ao lado dos demais companheiros de jornada, teriam a difícil missão de reconstruir suas vidas desestabilizadas pelas constantes migrações. Era a noite de 12 de agosto de 1982.

A trajetória da família de Marinete Lima – como outras aqui analisadas – entre o Maranhão e Roraima pelas estradas federais amazônicas foi cheia de incertezas, descaminhos, saudades, atoleiros, mas que para a depoente, que afirmou gostar de aventura, foi uma verdadeira festa. Como a narrativa de Sueli, a de Marinete afirma este caráter de “aventura”, algo desafiador, mas ao mesmo tempo “divertido”.

Ah, moço, foi maravilhosa! Foi sofrida! Só porque eu gosto de aventura ó, pense numa pessoa que tem coragem. Nós viemo, nós saímo do Maranhão, saímo da cidade, [...] é Mucuiba no Maranhão, município de Horizonte, não sei se o senhor já ouviu falar? Pois é, aí nós viemo pra Imperatriz pra pegar um ônibus pra vim pra Marabá, quando nós chegemo em Imperatriz, já não tinha mais, passagem, né, e nós tivemo que dormir pra vim no outro dia. Nós trazia umas lata de “frito” de porco, moço de Deus! Isso era uma bagunça com esse frito. Aí nós viemo embora pro Marabá [...] quando chegou lá, pra vim embora [...] pra Santarém, naquela “Transamargura” [Transamazônica], Transamargura [risos], moço era na época do inverno, nós passou oito dia de Marabá pra Santarém. Com cinco dia de vagem, nós chegemo em Rurópolis. Lá em Rurópolis, dormimo na casa desse sinhô gordão, que o sinhô disse que passou lá [...], nós ainda não sabia nem quem era.¹⁶³

Primeiramente é importante notar a forma como a narradora busca significar aquela difícil viagem ou, segundo ela, “uma aventura”. Se a viagem foi sofrida, pelo fato de ela ter coragem, a jornada foi recordada como um evento maravilhoso. Ao explicitar as dificuldades do trajeto pela “Transamargura”, as latas de “frito” faziam parte de uma estratégia planejada para alimentar a numerosa família – eram ao todo dezesseis pessoas – durante a longa jornada.

¹⁶² Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

¹⁶³ Idem. O “sinhô gordão” do qual fala Marinete é Raimundo Nonato de Souza, que à época morava na Transamazônica, e atualmente é seu vizinho de Perimetral Norte, no Projeto Jatapu e entrevistado para a pesquisa na mesma data de Marinete.

A narrativa demonstra o protagonismo da depoente na trajetória da viagem, exaltando características de liderança que possivelmente foram determinantes na militância política como vereadora de São João da Baliza. Liderança esta presente na capacidade de tomar decisões, de ter atitudes, de chamar pra si a linha de frente daquela difícil jornada com o intuito de propiciar uma viagem menos sofrida para seus familiares. Ao lado do tio era Marinete quem tomava a iniciativa de conseguir alimento e estadia para os demais companheiros de viagem:

Aí a gente chegava, vinha era colônia, quando o ônibus atolava aqui, aí eu já passava na frente mais meu tio, aí o, eu, nós saía atrás de comida, mas, nós ou, até pilar arroz nós pilava ó. Chegava numa casa assim [...] meu tio falava: “senhor num tem aí arroz pra vender uns quatro, cinco litros porque...” Nós era muita gente da nossa família ó... Dezesseis, eu me lembro muito bem, dezesseis pessoa. Eu contava todo dia. Todos da família. Aí é assim, minha avó, né, primo, prima, meus irmão, meu pai, tio, né, vinha tudo junto. E vinha um, um pessoal que não era assim bem da família Lima, mais como, como se fosse da família [...]. Tinha vez quando os outro vinha chegando, nós, óia, eu já tinha acendido o fogo lá no mei da, da, do terreiro lá, se o dono num me desse lá dentro de casa, se vendesse uma galinha pra nós, eu já tinha matado. E toda vida eu era assim, eu gosto de aventura, ó. Pra mim, era uma festa aquela viagem. E aí nós vinha, e aí andava um trequinho como daqui a... no dia que nós viajava como daqui no Caroebe [cerca de 19 quilômetros] nós viajava muito. Foi melhorar as estradas de Rurópolis pra Santarém, aí foi quando melhorou um pouco. Mas até Rurópolis foi sofrida. A gente dormia dentro de ônibus, a gente, faltava era morrer sufocada lá dentro daqueles ônibus véi. Criança vomitava e mijava e virava aquele piseiro, naquela época era o, num tinha banheiro em ônibus, e os ônibus véi tinha vez que que quebrava e... Eh Jesus Cristo! Ali foi sofrimento ó. Mas só que pra mim era bom demais.¹⁶⁴

Impressiona a riqueza de detalhes com que Marinete vai reconstruindo aquela difícil viagem a partir dos fragmentos do passado fornecidos pela memória, em um verdadeiro cabedal de lembranças, como frisa Ecléa Bosi, para quem “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.¹⁶⁵

Impregnadas de subjetividades individuais, vivências específicas e únicas, essas narrativas compõem, como uma colcha de retalhos, “em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença”,¹⁶⁶ as experiências de um grupo social, qual seja, os inúmeros trabalhadores migrantes,

¹⁶⁴ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

¹⁶⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 39.

¹⁶⁶ PORTELLI, Op. cit., 1996, p. 9.

que provindos das mais diversas partes do país estabeleceram-se ali em busca do sonho de uma vida melhor.

Alessandro Portelli “não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos”¹⁶⁷ tem mostrado que a presença da subjetividade nas fontes orais, é, pois, o elemento mais significativo. Sendo assim, importa perceber que nas entrevistas as referências temporais e espaciais sempre vêm permeadas por impressões pessoais, eventos íntimos, únicos, corriqueiros que se entrelaçam às referências da história do grupo.

Marinete nos conta que as coisas só começaram a melhorar quando tomaram um barco no porto de Santarém, com destino a Manaus. Entre as lembranças de sua passagem por Manaus o aniversário de vinte anos de idade aparece como elemento de marcação temporal. Era o “dia 9 de maio” de 1977.

Aí, quando nós chegamo em Santarém, fomo pro barco, ah, aí a coisa mudou. Aí eu já achei diferente [...]. Aí nós viemo, chegamo em Manaus, dia, dia 9 de maio, foi meu aniversário de vinte anos, aí quando chegemo não tinha ônibus nesse dia mais pra Roraima [...]. Ai nós fomo, fiquemo numa pensão [...] e lá nessa pensão quando eu cheguei meu irmão, já ganhei foi a janta pra todo mundo. Já fui tomei de conta da cozinha da muié e arrumei a cozinha da muié, tinha roupa pra dobrar, eu já fui ajudei ela dobrar, e... Pronto, a mulher não queria mais me largar. Eu digo: “não, eu vou embora mais meu pai muié” [risos]. Aí eu sei que nós jantemo e no outro dia tomemo o café de graça, ela num cobrou porque nós ajudava, eu ajudei muito.¹⁶⁸

É importante reafirmar que a maioria dos entrevistados veio de Rondônia nos paus-de-arara, e que nem todos os entrevistados se referiram à viagem como um acontecimento bom. As lembranças da trajetória de Pedro Paulo de Souza¹⁶⁹ e seus familiares até Caroebe – aonde chegou em 09 de outubro de 1981 aos 19 anos de idade – não são boas, porque foram sofridas.

Nóis também [...] viemo de pau-de-arara. Eu tem, eu tem que essa viagem pra mim, eu nunca esqueci dela, não é porque foi boa não, é porque foi sofrida. Já pensou, nós gastou uns cinco dias em cima do caminhão ali, rapaiz! Durmia naqueles lugar [...], muitas veiz cuzinhava, outras veiz quando parava perto dum restaurante, pegava cumida num restaurante. Mais num é bom não, num gostei não, não. Hoje num se vê mais, né, pessoa chegando de pau-de-arara. [...] Num gostei não. A lembrança que eu tenho é porque não foi boa.

¹⁶⁷ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Pedro Paulo de Souza, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 8, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

Josuel Cesário da Silva (Duda),¹⁷⁰ assim como Pedro Paulo, não guarda boas lembranças daquela “viagem triste”, feita em duas etapas. Primeiramente de Mato Grosso do Sul a Rondônia, de ônibus e, de Rondônia a São João da Baliza (1982), em um caminhão pau-de-arara. Sua narrativa também reflete a forma como eram vistos em outras partes de pés os indígenas de Roraima:

[...] vim de lá de, de Rondônia até aí dentro do Baliza, de pau-de-arara. De Mato Grosso [para Rondônia] eu vim de ônibus, até Campo Grande, né de Campo Grande vim de ômbu também até Rondônia, de Rondônia pra cá aí o véi [pai] alugou um pau-de-arara, rapaiz, trouxe [a família]. Minino, mais foi, ou viagem triste rapaiz, nós levemo, aquele tempo chuvia rapaiz, chuvia rapaiz e esses caminhão rapaiz, tinha fila como daqui lá [...], caminhão atolava, eita rapaiz foi uma viagem, eu falava: “rapaiz ninguém chega mais nessa Roraima não?” [...] E eu quando eu vim praqui, rapaiz, aí lá pro Mato Grosso, aqui, aí muita gente lá tinha medo, falava: “rapaiz, você vai pra, você vai ser cumido de índio lá”. Tinha essa conversa, o povo tinha um medo [...].

Muitas vezes em função da falta de recursos financeiros a família realizava seu deslocamento em várias etapas, realizando uma verdadeira peregrinação pelas estradas amazônicas. Neste sentido, uma estratégia adotada pelos trabalhadores migrantes era viajar até onde os recursos permitiam, ali paravam e arrumavam um trabalho temporário para depois continuar a viagem, e assim chegar ao sudeste de Roraima que ainda tinha terras livres para novos colonos.

Entre nossos entrevistados, duas trajetórias em especial, refletem bem o que foi exposto acima. A de Chico do PT, que já conhecemos um pouco através da fala de sua filha Sueli, e a de Raimundo Nonato. Analisando primeiramente a trajetória de Raimundo podemos perceber que esta foi verdadeiramente uma peregrinação. A família gastou um ano entre o Maranhão e Roraima.

Sua narrativa é esclarecedora dos caminhos e descaminhos percorridos por muitos trabalhadores migrantes desde sua terra natal. Dificuldades e improvisos fizeram parte de seu cotidiano desde o momento em que decidiu realizar a viagem conforme ele conta:

É, eu saí pra Rio Maria [Pará], passei seis meses lá, aí de lá eu peguei a Transamazônica, de, de Araguatis, fui sair no Humaitá, no Amazonas, aí de lá vim pra Porto Velho, trabaiei três mês em Porto Velho, numa fazenda, aí de lá, já vim direto pra Roraima, de lá eu vim direto pra Roraima [...], foi em 77 [1977]. Já vim direto pra Roraima. Aí, eu passei um ano pra chegar aqui em Roraima, trabaiano em fazenda, com a famia. Vinha eu mais três fie e um veím que morava mais eu. Onde o dinheiro cabava eu ficava numa fazenda,

¹⁷⁰ Josuel Cesário da Silva, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 8, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

naqui... numa colônia, arrumava um dinheirim, sei que eu passei um ano pra chegar aqui, nesse lote que eu tô aqui, nesse lote que eu tô aqui. Óia, eu vim, eu vim de carro, eu pegava um carro num canto, ficava até onde aquele carro vinha, chegava eu ia tabaiar pra arrumar um dinheirinho pra pegar outro, pra... mais eu vim de carro, cheguei aqui de carro, toda vida de carro.¹⁷¹

Conforme pudemos observar nesta fala, até chegar ao Território de Roraima a convite de um amigo que morava lá e o informou sobre a abertura da Perimetral, ao lado da esposa e dos filhos pequenos, Raimundo percorreu grande distância. Sua fala é reveladora de como a luta pela terra “encerra em si a noção de busca de um lugar, de um espaço para construir a vida, portanto, de um território”.¹⁷²

No caso específico de Chico do PT, como foi dito no final do capítulo anterior, a propaganda sobre Rondônia levou sua família a deixar a cidade de Goiânia para realizar o sonho de se tornar proprietária de terras. Como sujeito da própria história Chico percebeu que a conquista da terra no oeste amazônico poderia trazer mais vantagens para a numerosa família do que o trabalho na construção civil na capital goiana. Juntou-se a outros amigos e empreendeu a viagem.

As atividades ligadas à agricultura e ao campo fazem parte das lembranças dos depoentes, motivo pelo qual todos buscavam terra para darem continuidade à mesma atividade na Perimetral Norte. Este dado importante revela o sentimento de identidade e valorização da terra que aprenderam a cultivar desde a infância. Este sentimento de identificação com a roça está presente nos depoimentos de todos os trabalhadores selecionados para a pesquisa, evidenciando que a luta destes sujeitos pela posse da terra guarda em si muitos significados.

A fala de Chico do PT mostra a dura realidade com a qual se deparavam muitas famílias iludidas através de informações distorcidas – disseminadas pelos muitos agentes em trânsito se aproveitando das estradas recém-construídas – que desembarcavam na Amazônia, especialmente no Estado de Rondônia, esperando logo serem contempladas com a terra. Segundo o depoente: “nóis chegou e num tinha mais [...] ponto assim pra gente pegar terra”.¹⁷³

¹⁷¹ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

¹⁷² SILVA, Luzia Márcia Resende. *Os trabalhadores em luta pela terra no Triângulo Mineiro: 1989/1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, 1996, p. 4.

¹⁷³ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

Muitas vezes, a realidade mostrou que não era tão simples quanto parecia. O próprio Chico passou por esta situação quando teve que se submeter ao trabalho para um proprietário local, um certo “Baiano” que aparece em sua narrativa, antes de decidir-se deslocar para a Perimetral Norte, em Roraima.

Estas situações difíceis não aconteciam somente em Rondônia onde as terras segundo o Chico eram as mais procuradas por serem as melhores. Na Perimetral a situação não era das melhores, pelo menos no momento de chegada, da descida do pau-de-arara ou do ônibus, quando a família tinha que ser assentada. Em Rondônia realmente havia terras de boa qualidade, mas destinadas à exploração dos grandes empreendimentos agropecuários particulares, restringindo ao máximo o acesso de famílias de agricultores pobres e descapitalizados.

As entrevistas revelam que grande parte destes sujeitos passou por Rondônia e, à proporção que as terras livres deste estado iam se tornando escassas, pelos mecanismos apontados no Capítulo I desta dissertação em relação às políticas de colonização tanto oficial (dirigida) quanto particular, estes sujeitos passaram a se deslocar com maior frequência para os pequenos aglomerados ou grandes centros urbanos – Manaus, Belém, Boa Vista – e, principalmente para outras áreas, inclusive para a Perimetral Norte, a última fronteira da Amazônia.

O objetivo aqui é refletir sobre o processo de deslocamento destas famílias em busca de terra em Roraima. Assim, quando a família de Chico do PT chegou em Rondônia, ao lado de mais quatro famílias, e devido a falta de terras, tiveram que trabalhar para um fazendeiro local “o Baiano”, peça-chave na hora de acolher os trabalhadores e auxiliá-los no momento da partida para a Perimetral Norte, não sem antes explorar sua força de trabalho.

Ele [o Baiano] tinha uma fazendinha lá, aí nós trabalhou com ele, chegou no tempo da coieta, ajudando ele na coieta, aí ficuemo até no otro ano, hora que coieiu, aí nós pagou... Aí já arrumemo uns caminhão de pau-de-arara e truxemo a mudança pra cá, que nós tinha trazido até lá, né? E aí nós ajuntemo te, três, em três caminhão. Truxemo arroz, feijão e tudo. É. Truxemo pra cá, porque nós sabia que aqui nós ia chegar e ia achar muito era mato, nós num achava muita coisa não.¹⁷⁴

Entre os aspectos apontados pelo narrador sobre a viagem percebe-se toda uma organização no sentido de propiciar menos sofrimento aos familiares durante o

¹⁷⁴ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

longo percurso. Assim, os paus-de-arara eram organizados de forma que pudessem transportar ou somente pessoas – adaptados com bancos, cobertura de lona –, ou somente objetos de trabalho e uso doméstico, os móveis, e mantimentos.

De Goiás nós vei de caminhão, do jeito que nós vei de caminhão até em Rondônia, a família todo, e era, era três caminhão pra cinco família. E aí nós feiz aquela, tipo duma casa ali em cima num caminhão. Vinha num caminhão o pessoal, e nos outros vinha aquelas coisas que nós vinha trazendo; era cama, era tudo quanto é, nós pôde trazer, né? Que nós sabia que aqui era custoso as coisas e, lá naquele tempo era fácil pra nós arrumar, que nós tava trabalhando na firma [...]. Viemo num caminhão, um caminhão era pro pessoal vim, nós feiz banco ali tudo e feiz o tipo dum [toldo], com a lona, né? E vei nossa viagem, sofrida assim, naquele poeirão até chegar lá [...].¹⁷⁵

A “generosidade” do “Baiano”, ao lado da boa colheita, realizada pelo esforço conjunto dos jovens trabalhadores possibilitou a sequência da viagem até Roraima.

O Baiano até ajudou nós lá, que eu achava que ele não fazia uma coisa daquela. Mais por causa de que nós colheu muita coisa lá, nós prantemo; era a, abóbora e tudo quanto era coisa, nós ia... Só gente novo no meio duma roça, dum terreno bom, igual na Rondônia, né? Aí nós prantemo aquela coisa, quando ele deixou aquela coisa lá, ele pegou e mandou arrumar um caminhão e mandar encher de, de coisa pra nós, pra cá, vei junto com o nosso caminhão, pra quando chegar aqui entregar um, pra cada um entregar um, um tanto. Nós era cinco família [...].¹⁷⁶

Estas famílias já vinham de uma tentativa frustrada em Rondônia, onde não conseguiram terra para trabalhar. Certamente pairava uma apreensão no ar diante da proximidade de um lugar a respeito do qual sabiam pouco. E o pouco que sabiam vinha através de conversas e “fofocas” que circulavam pelos bares, roças, ou rodas de familiares e amigos no começo dos anos 1980, onde a fronteira figurava como a “bola da vez”. Ao atravessarem em Manaus, sem grandes problemas a comitiva logo desembarcou no então município de São João da Baliza, mais precisamente na vila de Caroebe. Era à noitinha de 12 de agosto de 1982.

Havia, no entanto, aqueles cujas circunstâncias possibilitaram realizar a sua trajetória de migração por outros meios que não o famoso caminhão pau-de-arara. Acompanharemos aqui um pouquinho da longa trajetória empreendida pela família de Nairton, realizada totalmente de ônibus, desde o estado do Paraná até Rondônia e de Rondônia, onde trabalhou por algum tempo, a Caroebe.

¹⁷⁵ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁷⁶ Idem.

Antes de iniciar sua peregrinação em busca de terra na Amazônia Nairton começou por vender alguns pertences, “os bagulho”, que não podia transportar, uma vez que a viagem seria feita de ônibus. Sua narrativa mostra a forma como algumas famílias de poucos recursos se organizavam para transpor os obstáculos que por ventura pudessem aparecer. Mesmo que fosse com uma perna quebrada, como ele contou em seu depoimento. Todo o percurso de Rondônia a Roraima foi feito “com a perna quebrada, arrastando a perna”.¹⁷⁷

Nairton, bem como outros trabalhadores migrantes foram adquirindo em suas vivências cotidianas que na Amazônia há um tempo propício para viajar e outro para esperar. As primeiras dificuldades encontradas na viagem que os levaria ao tão desejado “pedaço de terra” eram certamente presságios dos grandes obstáculos que teriam de enfrentar dali por diante. É assim que o entrevistado lembra um pouco de sua viagem: “mais naquele tempo era difícil demais e aí tinha que passar oito dias na estrada, de oito a dez dias na estrada”.¹⁷⁸

As referências ao sofrimento e às dificuldades da longa viagem estão sempre presentes nas narrativas pelas estradas amazônicas. A falta de um planejamento e a pressa de entregar as obras corroborou para que as mesmas se encontrassem em péssimas condições poucos anos após a entrega ao tráfego. Nessas circunstâncias, conforme Nairton, tinha que se escolher o tempo certo de viajar.

Não se pode afirmar que as migrações são motivadas exclusivamente pela miséria vivenciada pelos migrantes, ou ainda que a saída de sua terra natal significa a única opção possível, pois compreendemos que os motivos que levam os sujeitos a se deslocarem são os mais diversos possíveis e estão intimamente relacionados à subjetividade de cada grupo ou sujeito.

Entretanto, o que se pode observar entre nossos depoentes, é que a grande motivação, o grande fator impulsionador desses sujeitos nessas viagens repletas de dificuldades foram as necessidades da família em melhorar de vida. E melhorar de vida perpassa, fundamentalmente, pela subjetividade dos sujeitos. No contexto de nossos entrevistados, melhorar suas condições de vida significava, acima de tudo, tornar-se um pequeno proprietário de terras.

¹⁷⁷ Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁷⁸ Idem.

Entendemos que todas essas reflexões não podem ser tomadas no sentido literal das falas, pois estão permeadas da subjetividade dos sujeitos. As narrativas desses sujeitos encerram uma série de significados e compreendemos que suas vivências vão moldando seu modo de ser, pensar e se posicionar no mundo.

Estas narrativas mostram a chegada dos trabalhadores na região sudeste de Roraima. A princípio tiveram que conviver com caças e animais ferozes, dos quais retiravam o sustento diário, bem como das castanheiras, cujo fruto virou moeda de troca pelos gêneros de primeira necessidade, quando ainda não havia comércio. O tópico a seguir enfoca as experiências históricas e sociais vivenciadas no processo de adaptação ao novo ambiente, distinto do contexto anterior.

3.2- Roraima: primeiras impressões, difícil recomeço

O sudeste de Roraima em meados dos anos 1970, quando houve o início da penetração da frente pioneira era uma região descrita por estudiosos como Nilson Crócia Barros como coberta por densas matas. Área até então raramente penetrada por alguns poucos seringueiros que se aventuravam principalmente pelas margens dos rios Jauaperi e Jatapu. Por outro era área de perambulação de povos indígenas como os Waimiri-Atroari e Wai-Wai. A visão impactante destas matas está presente nas primeiras impressões dos trabalhadores entrevistados.

A convivência diária com animais silvestres nas estradas e nas proximidades dos lotes e mesmo penetrando nestes era garantia de alimentação farta, poupando o esforço do colono em se distanciar em demasia de seu barraco, a não ser que fosse um caçador de onças e gatos para vender a pele, uma das primeiras atividades de subsistência, ao lado da colheita de castanha-do-pará, também abundantes nas matas que ladeavam a Perimetral Norte na época.

De acordo com de Raimundo Nonato, a área na qual fixou residência quando chegou às margens da Perimetral “era só mata, num tinha, num tinha abertura de nada, era só mata. Mata, mata e você andava aí era, você... veado e porcão era uns trançando mais você no mei das estrada, num matava porque era fartura demais”.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

A visão impactante das matas do sudeste de Roraima, também está presente na fala de Marinete, trabalhadora oriunda de uma zona de colonização mais antiga, na qual, em função do desmatamento, as florestas eram menos densas. “Eu achei diferente porque eu nunca tinha visto tanta mata junta”.¹⁸⁰

Nesses primeiros embates com a nova realidade, os recursos fornecidos pela natureza foram de suma importância para a fixação dos colonos naquele ambiente. Tanto os adultos quanto as crianças tiveram um importante papel na elaboração de mecanismos para propiciar o sustento e manter a coesão familiar. Esses elementos estão presentes nas memórias da depoente, que relembra o pai partindo para caçar na mata, enquanto ela e o irmão pequeno elaboravam armadilhas para pegar tatu e afastar as onças rondando nas redondezas.

E aí eu ficava pensando: “meu Deus, que é que nós vamo fazer?” Ele [o pai] num tinha roça queimada, num tinha roça feita, num tinha nada, e aí, ele trabalhava, fazia, aí foi que eu, eu tava, eu endoidei por esse meu marido, ele muito trabalhador [...], chamou o, o pai pra ir pro mato, pra matar gato pra tirar a pele pra vender, aí quando foi o pai, aí o pai começou, ele ia pro mato, nós ficava em casa, nós ficamos aprendendo fazer até armadilha pra matar tatu, matava era mucura, e meu irmão ficava brabo, aí nós ficava em casa [...] tudo começando, o barracão era só o barracãozinho mermo, feito de pau-a-pique [...] e aí tinha muita onça na época, tinha muita onça, aí só mata, do Quinhentos [Novo Paraíso] ao [rio] Jatapu não tinha quase abertura [...].¹⁸¹

Essas ricas narrativas dão conta da dura realidade encontrada por aqueles trabalhadores que em busca do sonho de conquistar um pedaço de chão, mostram também como foram lidando com essas dificuldades, buscando caminhos e alternativas que pudessem tornar menos doloroso o processo de conquista da terra e adaptação àquele contexto, permeado de saudades e incertezas.

Ao lembrar a época de chegada à Perimetral, Marinete rememora a saudade que sentia do Maranhão, das festas de boi-bumbá; mas acima de tudo da união dos membros da família, principalmente o pai e os irmãos, para superar a ausência da terra natal.

Aí eu fiquei lá pra Caracará. E aí, lá surge essa criatura que eu me casei com ele, e as coisa naquele tempo muito difícil, e eu com saudade do Maranhão, né, e aqui, no, naquela época, pra quem veio da onde nós viemos, duma terra que se brinca lido, tem festa de reis, né, que tem boi-bumbá, que tem essas coisa, pra gente chegar aqui e acostumar, foi duro minino. Mas eu nunca quis

¹⁸⁰ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

¹⁸¹ Idem.

deixar o meu pai mais meu irmão. Antes da gente vim, a gente chorava, pelejava: “vou nada, não eu não fico não, vou mais meu pai, cuidar dos meus irmão”, porque a minha mãe morreu, eu ainda era muito pequena, aí e eu fiquei cuidando deles.¹⁸²

Suas lembranças remetem também aos tempos de juventude, dos namoros, dos forrós, dos amigos, parentes, elementos afetivos que de repente se resumiram aos membros do núcleo familiar:

Era, na época era muito, muito, muito diferente. Pra começar, eu era jovem ainda, dançando forró lá no Maranhão, né, namorando, e aí, quando cheguei aqui, meu amigo, tudo isso, nada disso tinha. Namorado aparecia alguns, né, mas eu não queria, eu num conhecia ninguém [...]. Aí, eu achei muito diferente, porque, no começo foi muito difícil pra nós, nós, a gente num tinha condição financeira, nós era, eu já era adulta, já tinha vinte anos, mas eu tinha dois irmão adolescente, um era adolescente e o outro tava na pré-adolescência, o minino [...]. [Tosse] Aí, eu, quando eu cheguei aqui eu, eu, faz, faz igual o início da música “meu mundo sumiu”, né. Lá a gente tinha muitos amigos, amigas, vizinhos, parentes, e chegemo aqui, minino, tudo diferente, tudo complicado. Eu falei: “meu Deus, aqui é o fim da picada”. E eu: “agora, agora nós tamo frito [...]”, eu conversava muito mas meu irmão, “nós agora titio, nós tamo frito”, “mas vamo pensar em Deus”, ficamo calado. A, a nossa, a nossa, nosso consolo, que nós ainda, é porque nós estava mais o pai, que nós num tinha mais mãe, né, mais o pai e nosso irmão mais novo, que era, e nossa avó. Era três coisa que nós se segurava, ó. Pra nós era o, o, o mundo todo era só aqueles dali.¹⁸³

Alguns trechos desta narrativa, tais como “meu mundo sumiu”, “aqui é o fim da picada” e “agora nós tamo frito” expressam o total desenraizamento em relação ao contexto anterior, marcado por sólidas relações de amizade, de parentesco – foi o mundo conhecido que sumiu, e que de repente se resumia ao pai, aos irmãos e à avó – quando a entrevistada teve de deixar o Maranhão para trás e embrenhar-se nas matas do sudeste de Roraima.

A construção de um novo modo de vida, diferente de tudo que tinha vivido até aquele momento passou certamente pela reafirmação e apego aos valores que trouxera do Maranhão. Um elemento que se mostrou bastante importante para Marinete para superar aqueles tempos difíceis de recomeço foi o fortalecimento da união dos membros da família – sobretudo com um dos irmãos menores com quem “conversava muito”.

E aí nós conversava muito nós dois. Aí, o tempo passou e nós viemo embora pro Caroebe, ali pro Caroebe, na época não era Caroebe, num me lembro

¹⁸² Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

¹⁸³ Idem.

nem, era Sítio São João, parece, que era sítio de meu pai, né, aí, [tosse] fi... ficou, ele ficou lá morando acho que uns quatro, cinco ano, teve, tem uma minina novinha, depois teve mais um minino, aí depois mais uma minina, aí foi que eles mudaram pra cá, pra perto de nós.¹⁸⁴

Aos poucos, a entrevistada foi se acostumando ao lugar, o que a princípio lhe causara estranhamento, aos poucos passou a ser familiar. Segundo Marinete:

Mas eu achava que aqui, que eu nunca ia acostumar aqui, que, as, as amizade, né, que tinha lá a gente num ia arrumar em outro canto, e aí o tempo foi passando e agente foi acostumando, as coisa foi ficando mais fácil, né, foi ficando mais fácil, casei, mudei pra cá, graças a Deus tô aqui até hoje, inda quero viver por mais uns cem ou duzentos anos [risos]. Aí, num tive filho, é eu num tive filho, nós num tivemos filho, eu mais ele [esposo], aí adotemo dois... [meninos].¹⁸⁵

Essas falas remetem à realidade encontrada por esses trabalhadores, qual seja, a floresta ainda fechada, longe de ser a terra sonhada que impulsionou tantos trabalhadores para aquelas áreas; um espaço onde o improvisado estava na ordem do dia. Desse modo, os desafios que se impuseram a eles foram enfrentados de forma a transformarem aquele ambiente que lhes era estranho em um espaço possível de moradia. Era necessário pois, derrubar a mata para construir a casa e plantar a roça; extrair a madeira para construção, além de caçar e pescar.

As lembranças que emergem dos primeiros anos em Roraima são permeadas das dificuldades de adaptação à nova realidade. Entre muitos problemas os colonos tinham que conviver com a falta de infraestrutura e também de gêneros de primeira necessidade. Postos de saúde, local para tirar documentos e outros serviços eram encontrados somente na cidade de Caracaraí, situada a mais de 200 quilômetros de onde estavam, tornando-se o único ponto de apoio aos moradores.

Marinete nos contou que:

Tratamento de saúde era só em Caracaraí [...], comprar rancho, pessoal às vez fretava um carro, aí ia uma turma pra Caracaraí comprar, tudim [...]. Aí depois já, acho que em 79, 78, 79 [1978, 1979], aí apareceu um comprador de castanha, aí um dia nós chegemo aí no barracão, tava um monte de rancho: “que Diabo é isso minino?” Era rancho pros castanheiros, os comprador de castanha tinha deixado, né, eles deixava pra gente pagar com castanha. Aí, aí a coisa melhorou, começou a melhorar.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem, ibidem.

Alguns comerciantes parecem ter enxergado ali uma possibilidade de auferir lucros fixando-se naquele espaço. Na memória dos entrevistados, a presença destes pequenos comerciantes que vendiam de tudo representou uma melhora, pois como disse Manoel Goiano “em vez da gente ir comprar mercadoria no Caracaraí, porque só tinha aquela cidade lá, aí o Sabbá [comerciante] já passou a botar comércio ali. Vendia de tudo: tabaco, o fósforo, o isqueiro, o... tudo, todo gênero de alimentício. Aí já miorou, facilitou, mais até aí foi difícil”.¹⁸⁷

Raimundo Nonato, que chegou à beira do rio Jauaperi – também chamado rio Caroebe – na Perimetral, em 1977, mesmo ano que Marinete (com diferença de alguns meses) e um ano depois de Manoel Goiano, lembra que fez um barraquinho no meio da estrada porque segundo afirmou “num tinha trânsito, não tinha ninguém [...]. Comendo jabuti cuzinhado iscoteiro aí, porcão e mutum, lambu, essas coisa, que num tinha [comércio], aí foi amiorando as coisa, foi aparecendo gente”.¹⁸⁸

Segundo afirmou Raimundo, as coisas só começaram a melhorar quando “foi aparecendo gente” e, conseqüentemente, cresceu a demanda por mais mercadoria, atraindo assim a presença de compradores de peles, compradores de castanhas e comerciantes para as proximidades.

Os muitos desafios dos primeiros tempos não se resumiam apenas à falta de infraestrutura ou falta de comércio na área. Até mesmo a agricultura de subsistência era dificultada sobremaneira, pois os colonos não conseguiam as sementes para o plantio. Para consegui-las era preciso percorrer grandes distâncias. Nesse sentido, para semear suas lavouras alguns colonos tinham que viajar até Boa Vista, cerca de 350 quilômetros, para comprar sementes.

Manoel Goiano nos contou:

A premera roça que eu botei já morando aqui, quando as firma parou, que eu fui, aí eu fui trabaiaá, toda vida até hoje ainda trabaiei em lote, até a semente do arroz era difícil pra gente conseguir. Eu, eu, tinha que ir na Boa Vista, região do Bonfim, pra arrumar arroz pra prantar, as premera aqui, as premera roça pra prantar aqui ninguém conseguia [...].¹⁸⁹

¹⁸⁷ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁸⁸ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

¹⁸⁹ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

Manoel não foi o único a ter problemas para plantar sua roça, as primeiras lembranças que Nairton tem dessa época também estão ligadas às dificuldades de para semear suas lavouras de mandioca.

[...] quando eu chegou aqui, nem mandioca podia plantar aqui nesse lugar, aqui num tinha uma rama [maniva]. Se quisesse comprar as coisa, tinha que comprar, cinquenta, é cinquenta conto naquele tempo a, duzentas mudas. Aí nós num podia comprar, tinha que pegar dos outro. É, aqueles pedia pros cara e os cara pegava, dava umas raminhas, pegava lá pro lote. Formamo, formamo um lote lá desse jeito.¹⁹⁰

Estas narrativas permitem conhecer trajetórias e histórias de vida marcadas pelas dificuldades e imprevistos que longe da expectativa inicial de adquirirem seu pedaço de terra e assim melhorar as condições de vida, podendo dar mais dignidade às suas famílias, revelam a face mais perversa do discurso progressista.

As narrativas dos depoentes nos contam das frustrações sentidas por aqueles que, atraídos pelo discurso do progresso, pelo sonho de se adquirir terra numa vasta “terra sem homens”, se acharam embrenhados na floresta amazônica, sem qualquer apoio institucional, sem a mínima infraestrutura, tendo que lidar com uma miríade de problemas, além do seu difícil desenraizamento.

No entanto, longe de se tornarem vítimas de seu destino, esses trabalhadores se mostraram protagonistas de suas vidas, contando com a solidariedade uns dos outros e encontrando estratégias criativas, vêm construindo sua própria história. Solidariedade esta, incubada no calor dos caminhões paus-de-arara.

As lembranças que Nairton tem da época estão repletas de referências a um tempo marcado por sofrimentos e imprevistos. Assim ele rememora sua chegada a Caroebe, quando conseguiu a terra, optando por tomar posse imediatamente, numa moradia improvisada, “debaixo de plástico”.

Com três dia, três dia que eu peguei a terra, já fui pra dentro dela. Debaixo do plástico, eu derrubei, derrubei três pau e limpei a área, derrubei, aí comecei, mais os filho. Tinha um molequim mais pequeno, um moleque com nove anos, dos mais véi meu, e aí foi o tempo que a gente começou a mexer com banana, mexer com coisa, o negócio foi miorando mais, mais toda vida aqui foi sofrido. Ainda é sofrido ainda. Ainda é sofrido. Hoje com, hoje em dia porque, a gente pega um empréstimo e faz um jeito, dá um jeito, né?”¹⁹¹

¹⁹⁰ Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁹¹ Idem.

Como outros narradores confirmaram, os invernos do período eram bastante rigorosos e era comum ficarem ilhados devido à interrupção da rodovia, dificultando sobremaneira a comunicação com a capital.

Fiz barraco, fiz, fiz... é foi tudo, tudo um sofrimento, no ano que eu cheguei aqui deu dois anos de chuva aqui, dois anos de chuva de, de, aí é tempo já tinha né, uma buginganguinha, ia pra Boa Vista vender. Aí, mais estrada não tinha, nós que vivia numa, na pitiba danada, foi no tempo que eu cheguei aqui, foi o tempo que eu mais vivi ruim foi nesse tempo. É, no começo do ano. Naquele tempo tinha plantado um, uma roça de duzentas covas de banana porque não tinha muda, achei, ganhei, ganhei duzentas mudas, peguei e plantei, aí comecei vender as mudas [bananas], aí foi, o sofrimento nosso foi isso, aí não tem muito sofrimento não.¹⁹²

Sua narrativa vai sendo tecida no sentido de mostrar todo seu protagonismo, contando para tanto com a ajuda de esposa e dos filhos pequenos. Desse modo, ao mesmo tempo em que o depoente revela o sofrimento, as dificuldades enfrentadas, o abandono vivenciado naqueles anos iniciais – abandono ainda presente nos dias atuais –, em momento algum se coloca como vítima.

Ao contrário disso, sua fala, assim como as dos demais depoentes, vem sempre no sentido de mostrar que, a despeito do engodo em que caíram, eles têm se posicionado enquanto donos de seu próprio caminho. Encontrando soluções criativas para as contradições que se colocam cotidianamente em suas vidas. São, por fim, sujeitos de sua própria história.

O trecho abaixo é significativo desse protagonismo:

Aí, aí nós foi pro lote, miorei mais, fumo pro lote, cheguei lá no lote, puxava castanha, dá uns trint... uns vinte quilômetros, uns vinte quilômetros eu ia puxar castanha na cacunda [na costa] e ela [esposa] e o menino que tava com nove ano e eu com a perna quebrada. Eu com a perna quebrada vou derrubar um pouquinho, porque, aí que eu não podia andar aí eu escorava no machado e... pra derrubar e derrubei [risos]. Derrubei naquele tempo dois alqueires. [...] naquele tempo era ruim, parceiro, era posto de saúde, só tinha um posto de saúde aqui, hoje em dia tá, tem, tem um posto de saúde, tem um hospital, tá mais mió, né? Mais naquele tempo só tinha um postim de saúde e todo meletoso, ninguém, ninguém sabia nada, aí, é foi miorando, foi miorando, daí, agora até banco aqui tem, dois banco [...].¹⁹³

Ao se verem na impossibilidade de retornar para a terra natal uma vez que não tinham recursos e, desencantados com a terra que era ruim para as lavouras

¹⁹² Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

¹⁹³ Idem.

que costumavam praticar em seus lugares de origem, inventaram, recriaram e aprenderam a lidar com aquilo que tinham. Se a terra não se mostrava fértil - ou não era boa - para o tipo de cultivo que eles consideravam fundamentais naqueles anos iniciais como o milho, o arroz e feijão, por exemplo; a experiência concreta foi mostrando que a terra era muito propícia, fértil, a outros plantios como a mandioca e a banana que acabaram se tornando fundamentais para sua sobrevivência.

Além de todas as preocupações e dificuldades apontadas em suas narrativas, esses trabalhadores tiveram que enfrentar ainda duas grandes barreiras, a saber: as doenças, entre elas a malária e a dificuldade de escolas para seus filhos.

As dificuldades não se resumiam apenas à falta de comércio e ao isolamento. Doenças como a malária representavam outro grande problema. A insalubridade da área onde foi criada a vila de Caroebe e o Projeto Jatapu foi destacada por Chico do PT que, em seu depoimento revelou que a malária era uma das grandes ameaças para os colonos. Segundo suas palavras:

Pois é, e aí, nós vei pra cá, ganhemo essa terra aí, não é? E, chovê [deixe-me ver], foi em 83 [1983]. E aí foi aonde nós, nós ficou... Aqui o Antõe [Antônio Martins, administrador da vila] deu lote pra nós, mandou nós escolher aonde nós queria. Quando chegou na '06' [vicinal 06], lá, eu escolhi esse lá [...]. Pois é, mais, era assim, era malária, era essas coisas assim. A ma... [malária] Aqui, aqui mesmo quando eu mudei pra cá tinha muita malária aqui. Aqui tinha gente que vinha cá pra cá só pra vim, ficar andando de bicicleta aí nessas vercinais e tratando do pessoal que tava com malária. [...] eu perdi até um neto aqui cum, cum malária, e uma porção de gente.¹⁹⁴

Outra preocupação também percebida na fala de Chico é a questão da escola para as crianças. A educação escolar dos filhos, tendo em vista que ao chegarem à Perimetral Norte, algumas famílias eram compostas por uma numerosa prole. Havia muitas crianças em idade escolar e os pais sentiam a necessidade de dar um pouco de estudo, “iscola”, para eles. Estes aspectos podem ser percebidos no trecho a seguir: “os meninos, eu tinha quatro menino, um deficiente e os, e os outros três que já tava grandim, tinha uma novinha e três grande. Ês [eles] é que deu trabalho pra gente dar um estudozim pra eles, né?”¹⁹⁵

Mais uma vez, o imprevisto se fez como aliado, pois na falta de um programa institucional que desse conta da educação dos colonos, eles mesmos improvisariam

¹⁹⁴ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, em Caroebe – RR.

¹⁹⁵ Idem.

a tão sonhada escola para os filhos. A nobre tarefa de ensinar e educar as crianças ficou a cargo de Marinete, que foi “a primeira professora” de Caroebe. Experiência contada desse modo:

Aí, eu fui, vei um tio meu morar na beira do rio Caroebe, aqui na estrada, tem até um pé véi de manga que, que a casa dele era bem pertim, ai: “vamo lá pra casa minha queridinha”, aí eu vim pra lá, aí lá invetaro de eu ser professora, fui a primeira professora dali foi eu, foi. Aí, eu comecei dando aula, e a coisa muito difícil, eles fizeram uma barraquinha, de, de, de palha, coberta de palha e feito assim, que nem a gente chama assim é, peitoril, né? de, de barro, em volta assim de barro, até o lugar que nós botava o quadro.¹⁹⁶

Era o começo do assentamento na região de Caroebe e as dificuldades para manter a escola sem apoio institucional eram enormes. Apesar do esforço conjunto dos colonos e da dedicação de Marinete, a escolinha não foi adiante.

E naquela época era muito difícil. Foi um tempo ruim, aí eu ia casar, meu marido não queria sair daqui, e naquela época a gente ainda obedecia os pais, né? Aí eu falei: “ah, eu vou largar esse emprego, só pra ir tirar”, e eu não tinha nem documento naquela época [...]. Aí, não tinha documento, tinha que ir pra Boa Vista naquele tempo, e era difícil, ó. Tive que ir pra Boa Vista, tirar documento, pra poder fazer, abrir uma conta num banco, em Caracarái, pra receber o pagamento e nós sem dinheiro, não tinha dinheiro pra ir: “sabe de uma coisa, eu vou é largar isso”. Aí eu casei, vim embora pra cá, depois meu pai vei morar aqui perto de nós, vei morar ali pertim, aí [...].¹⁹⁷

Ao nosso pedido para que falasse um pouco mais a respeito da experiência como professora, pudemos então perceber a satisfação com a qual a entrevistada buscava os significados daquela experiência, recriando para tanto, todo um contexto que ia desde a constituição do lugar de dar aulas, os diferentes níveis escolares das crianças e, sem deixar de enfatizar as dificuldades.

Ah! [Risos]. Foi, eu cheguei fui a primeira professora. Na época, eu achava muito complicado, porque tinha a primeira série, segunda série, terceira série [...]. E você tá, num era muito aluno, mas, é pra você dar aula prum monte de minino, praqueles mininos, cada um com, com um nível diferente, aí ficava complicado demais só pra mim. Aí eu, e pra época num era tão pouco também não, porque naquele tempo, o mínimo de aluno que podia se dar aula era quinze, n'era? Eu sei que eu me lembro. O mínimo de aluno era quinze, e aí tinha muito mais minino, só lá na beira do rio tinha uma mulher que tinha mais de dez fia, aí, tinha mais, tinha muitos aluno que ia daqui, dez, doze quilômetro pra lá, estudar.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem, ibidem.

Esta rica narrativa propicia uma ideia da dificuldade de se manter a escola de Caroebe. Contudo, a experiência que a entrevistada buscava ressignificar enquanto narra sua vivência expressa uma realidade, como podemos perceber, que não era somente a dela.

[...] eu dei aula pouco tempo, acho que uns três, quatro mês, por aí. Aí logo eu larguei, porque entrou o pre... período de férias, e chovia muito naquele tempo. Chuva moço! É, e aí eu, pra sair de casa, o pessoal, os minino sair daqui, tinha dia que eu ficava lá, até de noite, não aparecia uma criaturinha, chovendo, aí eu: “meu Deus, como é que vai fazer?” Aí eu chamei lá o coordenador um dia [...], “vou parar porque, num vai dar certo”, num dava. Aí eu vim embora pra cá.¹⁹⁹

A experiência de Marinete como professora não foi longa – mesmo incluindo um período de dois a três meses que ela lecionou para adultos – porém foi bastante significativa. Ela nos contou também do orgulho que sente atualmente quando encontra alguns de seus ex-alunos.

Ao explorar estas trajetórias riquíssimas em detalhes, foi possível perceber os significados que tais sujeitos atribuem às suas experiências históricas no sentido da constituição de modos de vida ligados ao campo, bem como às atividades ligadas a tal ambiente. Desde as formas de morar, trabalhar, se relacionar, enfim, viver.

Chico do PT ao rememorar a dificuldade com a escola dos filhos nos remete a seus primeiros anos em Roraima e nos conta que:

Aquilo a gente tinha que enfrentar tudo, né? Enfrentar... as primeira roças que eu derrubei aqui, nós derrubou foi de machado. Eu tinha que ir lá pro mato, a muié ficava aqui com, com os meninos pra colocar na iscola [...]. Mais aí o negócio foi ficando bom, foi aumentando o pessoal da vercinal e aí ês mandaram professor ir lá pra vercinal. Aí apareceu candidato deputado, e aí, aonde se faz um movimento é por causa disso, né? Porque o pessoal chegou, e logo o povo vem atrás dos votim, né? Ês vêm atrás do voto e é aonde a gente cobra essas coisas assim, né? É. Pois é, e aí, foi onde eles [os filhos] aprenderam um pouco [...].²⁰⁰

“Enfrentar tudo”. Assim, Chico do PT resume sua trajetória de vida desde que chegou à Roraima. Desde a necessidade de derrubada da mata virgem para construir seu barraco, as dificuldades com o plantio e a sobrevivência, as doenças, a

¹⁹⁹ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, Rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

²⁰⁰ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, em Caroebe – RR.

falta de escolas para os filhos, enfim, todos os enfrentamentos estão condensados significativamente naquelas duas palavras.

É preciso perceber ainda que este enfrentamento também significou aprendizado, amadurecimento, conhecimento de como lidar com os líderes políticos que só os procuram quando é de seu interesse particular. A experiência da vida lhe deu sagacidade, o fez compreender e criar estratégias mais eficazes para lutar por seus interesses. É o próprio depoente – o Chico – que nos aponta para uma destas estratégias de luta quando diz: “Ês vêm atrás do voto e é aonde a gente cobra essas coisas assim, né?”

Importa, portanto, ressaltar que aqueles trabalhadores foram construindo um saber, a partir da prática. E assim, no enfrentamento cotidiano, no confronto direto ou indireto com a natureza, com os poderes instituídos, foram construindo soluções para as dificuldades ao mesmo tempo em que foram (e vêm) moldando e resignificando seus modos de vida, sempre como sujeitos de sua própria história. E como tal elaboraram estratégias individuais e coletivas para viver e permanecer naquele espaço, conforme se verá a seguir.

3.3- Estratégias de sobrevivência nas margens da Perimetral

O presente tópico tem como objetivo apontar as estratégias de sobrevivência elaboradas pelas famílias de trabalhadores rurais nos primeiros tempos de Roraima. As narrativas sobre esse período falam da presença de matas densas no entorno da Perimetral Norte, riquíssimas em caça, animais silvestres e castanheiras, elementos indispensáveis para a sobrevivência dos colonos recém-chegados às margens da rodovia. Além de fornecer carne para a alimentação, alguns animais encontrados na floresta também forneciam a pele, que por algum tempo serviu como fonte de renda (o marisco) para adquirir os gêneros de primeira necessidade, ao lado da castanha, outro importante produto para a sobrevivência dos colonos.

Convém explicar que as atividades de sobrevivência forjadas pelos primeiros colonos da Perimetral, em muitos casos ocorriam concomitantemente. Enquanto o marisco era praticado em geral pelo pai de família, a colheita de castanha envolvia todo o núcleo familiar, adultos e crianças. Assim como a agricultura itinerante que se

praticava na área era uma atividade sazonal, os agricultores aproveitavam o tempo da entressafra, ou o intervalo entre um serviço ou outro da roça para realizar outras atividades para complementar a renda.

3.3.1- A prática da mariscagem ou marisco

Neste tópico objetivamos evidenciar o cotidiano da atividade de mariscagem. Neste sentido, a partir das narrativas dos colonos, procuramos observar como era a operacionalização desta atividade no dia a dia daqueles trabalhadores, que, sem muitas alternativas, acabaram por inventar soluções bastante diversificadas que pudessem lhes garantir a sobrevivência.

O processo de ocupação das margens da Perimetral, que hoje faz parte do município de Caroebe se deu, como já dissemos, a partir dos anos 1970. Este trecho foi sendo habitado aos poucos por famílias de trabalhadores “com a abertura das rodovias BR-174 e 210”, recrudescendo quando “ocorreu um movimento migratório quase constante, patrocinado a partir de 1979 pelo governo de Ottomar de Souza Pinto”.²⁰¹ Esse forte influxo de migrantes para Roraima teve como causas principais o garimpo e a colonização nas BRs 174 e 210.

Manoel Goiano foi um dos primeiros moradores da beira desta estrada, fato que ele conta com orgulho: “eu fui dos premero, depois aí outros e outros mais”. O depoente lembra que naquela época, a luta pela sobrevivência era dura e ele tinha que dividir as atividades da lavoura com a prática da mariscagem, aproveitando-se da rica fauna local. “Na temporada eu vivia mais no mato, no marisco, do marisco de que mermo no lote, porque [...] ninguém aqui tinha plantio de banana, ninguém não conseguia essas coisas, semente, tudo era mais difícil”.²⁰²

Ao lembrar as estratégias de sobrevivência nos primeiros tempos de Roraima, entre as quais a prática da mariscagem, Manoel Goiano explica as diversas formas de caçar os “gatos” para comercializar a pele, atividade esta que rendia o sustento na ausência de outros meios de subsistência. Segundo ele, a caça destes animais:

²⁰¹ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 185. Ottomar de Souza Pinto governou o Território de Roraima entre 1979 e 1983 e o Estado de Roraima entre 1991 e 1995 (Idem).

²⁰² Manoel Vitorio da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

“não era difícil não, o marisco era coisa fácil até eu mesmo, eu fui um cara que, dos morador aqui, foi o cara que, que todo esses rios, Baruã, Itã, Jatapu, Jauaperi, todos eles eu andei, eu tinha uma canoa, mariscava no rio [...]”.²⁰³

Por meio de gestos rápidos no meio do salão onde foi realizada a entrevista, o entrevistado explicou detalhadamente como fazia as diversas armadilhas para pegar as onças e os gatos do mato, cujas peles eram vendidas para um comprador de diamantes, “o Zé Ferreira”.

Eu vou te explicar [...], o marisco tem os diversos modelo da gente pegar o gato e a onça, é, o, tem o alçapão, o alçapão, é um chiqueiro [...] eu comprava mesmo era o, já o laço preparado [...] é um laço de arame, mais é um arame, é um, é um aço mole que ocê pode enrolar no dedo que bicho nenhum tora [corta] ele, de um metro e mei, aí a gente fazia aquele chiqueirinho, deixava uma portinha aqui, aí tinha uma veretinha com uma isca, e tem uma vara assim, da grossura de um caibro, mais roliço, aí finca, que se chama de açoito, aí a gente finca ele bem assim, e enverga, e aquela linha de, de enfiar na vareta tá nessa vara que a gente enfia aqui, que quando o gato mete a mão lá pra, a cabeça pra tirar, puxar a isca com a vareta, aquele cordão também sai, aí o, ele, ele já fica seguro é nesse açoito que a gente fincou. Aquilo ali eu fazia até oito por dia.²⁰⁴

A prática da atividade de caça destes animais, de acordo com Manoel, durou até a proibição imposta pelo governador do Território de Roraima “o Ramos Pereira”, quando então “ninguém mariscou mais”. Segundo ele falou, havia muitos caçadores envolvidos na atividade, entre os quais o Antônio, esposo de Marinete. Eram sempre os primeiros moradores de Caroebe.

Assim como os compradores de castanha, o comprador de peles, “o patrão”, fornecia “o rancho” para os caçadores, por vários meses, enquanto estes passavam meses embrenhados nas matas. Ao voltarem traziam as peles para o pagamento. Manoel explica melhor como se dava esta relação entre o mariscador e o “patrão”:

[...] o patrão, ele fornece o mariscador por quatro, cinco mês, e aí, naquele intervalo ele já fica combinado a gente é, o mariscador, ele já sabe, porque o rancho do mariscador é, é diferente, é o que ele dá mais gasto é farinha. Eu mesmo cansei de passar dois mês, com um panero de farinha, farinha panerada, daquele baixo de origem do Amazonas, ela já vem, é, duas latas e meia, às vez eu passava noventa, sessenta dia, eu carregava, o que eu carregava mermo era tempero, tempero toda vida, porque o alho é um santo remédio pra gente que tá no mato. É, um santo remédio.²⁰⁵

²⁰³ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem, ibidem.

Entre os familiares de Marinete, o esposo e o pai praticaram a mariscagem, principalmente o esposo “Antõe da Marinete”. Ao relatar as memórias, Marinete falou das habilidades do esposo na arte do marisco e de sua preferência pelo “pessoal”, os compradores de peles. A atividade rendia algum dinheiro, e era dessa forma que Antônio sustentava a família.

Aí, ele [Antônio], naquela época, ele sumia pra mata, passava trinta dia, eu esperava por trinta dia [...]. O meu marido era danado, o pessoal gostava demais dele, que ele num dava viagem perdida, era, trazia doze, treze couro, às vezes trazia mais, mas quando dava ruim a caçada era esse tanto que trazia. Aí, ele, era, como, como ele sustentava a gente, né, o gato daquela época tinha, tinha muito dinheiro, era pouca gente [...].²⁰⁶

Para se ter uma ideia, o couro desses animais era algo tão valorizado, que o esposo de Marinete comprou uma espingarda “de última geração” e várias caixas de cartuchos com a venda de uma única pele de gato.

Pro senhor ter uma ideia, o tanto que o couro de gato era valorizado, aqui tem uma nota fiscal aqui até hoje que meu marido comprou, ele matou um gato, vendeu esse gato, comprou uma espingarda e parece que num sei quantas caixas de cartucho, uns mil, na época era mil e duzentos cruzeiros o couro do gato, e ele comprou parece que por setecentos e vinte.²⁰⁷

Dos moradores mais antigos, entrevistados, Raimundo Nonato parece ter sido o único que não mexeu com a mariscagem. Ao contar sua história de vida situado na Perimetral, a mariscagem, atividade lembrada pelos outros, ele nem sequer tocou no assunto. Fez apenas uma leve referência, mas em relação a outros trabalhadores da região. Disse: “A única coisa que tinha aqui era pesquisa de couro de gato, o cara matando gato, cê topava às veiz um pião que iam matar gato pra vender o couro na época que era que o cara vendia couro de gato, couro de onça, mais era, era fácil aqui. Era o esporte daqui, era isso”.²⁰⁸

José Ferreira dos Santos (Bené)²⁰⁹ revela um pouco do cotidiano vivido pelo colono no início de Caroebe. Não praticou a atividade do marisco, mas lembrou que no momento de sua chegada, em 1980, ainda havia muitos caçadores de peles que

²⁰⁶ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

²⁰⁹ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

passavam boa parte do tempo embrenhados na mata buscando complementar a renda junto aos fornecedores de mercadorias.

Segundo Bené:

O povo que morava aqui, só vivia da caça, cumia caça com uma macaxeirinha, num tinha nada não [...], só tinha a casinha aí, de, de barro e coisa e a moitinha de mandioca no fundo pra cumê, ia lá no mato, tinha muita caça aqui, matava um porcão, ia cumê cum a carne com a famia todinha, né, na hora que quiser, e mariscar gato, o coro de gato, onça, né [...]. Passava seis meis na mata aí tirando coro de gato, tinha os comprador que vinha de Manaus, vendia mercadorias pra eles a troco de, de pele, né, aí só matava os bicho pra tirar a pele [...]. Espingarda, comprava tudo quase a troco de pele de gato, né. É nessa época que nós chegemo ainda topou muito, ainda encontremo nego que andava aí, andava aí pra esse mundo a dentro, aí socado nesse mundo aí, varava no Jatapu, fazendo chiqueiro aí, pesquisando só couro.²¹⁰

Os trabalhadores que chegaram tempos depois, não citam o marisco como atividade de ganho quando da chegada a Caroebe. Suas lembranças estão inclusas na colheita da castanha, como veremos a seguir. Com a criação de projetos de assentamento na área e uma maior fiscalização por parte dos órgãos oficiais, a caça destes animais perdeu a importância para os colonos já assentados nos projetos e usufruindo de algumas poucas melhorias conquistadas.

As estratégias de sobrevivência na Perimetral, entendidas aqui como aquelas atividades que deram suporte aos trabalhadores para continuarem naquele tempo repleto de dificuldades de toda ordem, são analisadas separadamente apenas por uma questão de construção do texto. Como já foi dito, concomitante ao trabalho na roça, se praticava o marisco e a colheita de castanha.

3.3.2- A colheita de castanha

Para quem percorre o trecho Caroebe-Entre Rios, na Perimetral Norte, que corresponde às terras do PAR Jatapu, assim como as vicinais do projeto, é possível perceber algumas poucas castanheiras preservadas se destacando no meio da paisagem que caracteriza a frente dos lotes (ver figura 09), contrastando com as descrições dos primeiros tempos, de uma área era repleta de castanheiras.

²¹⁰ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

Figura 09: Castanheiras (copas verdes e frondosas) em um lote na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

Nos idos da década de 1970, esta área era riquíssima em castanheiras, como disse Raimundo Nonato: “isso aqui tudo era castanhal só”, e a colheita de castanha foi uma das primeiras atividades de renda praticadas pelos trabalhadores migrantes. Atividade esta bastante ativa atualmente, conforme lembrou Marinete: “aí tinha a época da, do corte da castanha, que vai começar justamente agora, né, até junho [...]. Tá na época. Aí, só que hoje é mais pouco, dum, duns dois anos pra cá, começaro né, de novo comprando castanha”.²¹¹

Entre suas memórias em Caracaraí, onde passou os primeiros meses já em Roraima, a lembrança que emerge é a do pai indo “cortar castanha” sob o protesto da tia que, ao que parece, não via com bons olhos a ida dos parentes para as matas dos rios Jauaperi e Jatapu. Este por seu turno, na ausência de outros meios, sentia a necessidade de propiciar o sustento dos filhos, e a colheita de castanha naquele momento podia suprir tal necessidade, pois havia compradores fornecendo “rancho” em troca do produto. Foi por meio desta atividade que o pai conseguiu demarcar o lote para onde levou a família.

Vale observar ainda que estes trabalhadores acabavam, de certa forma, se tornando reféns dos compradores de castanha. Pois não havendo comércio por

²¹¹ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

perto, eram os “patrões” que forneciam, à base da troca, os gêneros de primeira necessidade aos castanheiros. Desta forma, acabavam tendo que se submeter aos preços e escolhas feitas pelos “patrões”.

Ao falar do tempo da castanha, Raimundo Nonato lembrou a riqueza da área em castanheiras no momento em que chegou à Perimetral. Lembrou também que o produto ainda hoje é valorizado, a despeito da descrença dos trabalhadores no início do assentamento, quando não faziam distinção entre as árvores a preservar.

Segundo Raimundo Nonato:

Rende, a castanha ela dá dinheiro. Tá dando, a castanha ainda dá dinheiro aí. Ai tem minino que no fim da safra ele livra quinze mil, vinte mil, trinta mil, tranquilo. Tem muita castanha ainda aqui. É porque o pessoal derrubaro castanha demais, na época dessas aberturas, isso aqui tudo era castanhal só, o pessoal derrubaro muita castanha, “isso não vai dá dinheiro nada”. Hoje, o caba não derruba um pé de castanha no lote dele nem pelo amor de Deus, porque ela dá o dinheiro, o caba, você panha um saco de castanha, dois, você vai ali vende por cem, cento e cinquenta, já vai dá o dinheiro do açúcar.²¹²

O fato do fruto da castanheira complementar a renda dos colonos tornou esta árvore valorizada e merecedora de preservação. Pois, se “o caba não derruba um pé de castanha no lote dele nem pelo amor de Deus”, como disse Raimundo, é porque a produção de castanha vem contribuindo para complementar a renda familiar nas vicinais do município de Caroebe e do Projeto Jatapu. Os dados a seguir, referentes ao período entre 2004 e 2012, mostram que produção de castanha vem crescendo ultimamente, assim como os valores produzidos.

Tabela 03: Produções Extrativas do Município de Caroebe – Castanha-do-pará

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Quantidade produzida (ton.)	15	15	15	15	17	16	19	19	21
Valor produzido (mil meais)	8	8	8	8	10	11	12	12	14

Fonte: Tabela elaborada pelo autor tomando como base dados do IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1LGOS>>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

²¹² Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

Ao lembrar “a temporada da castanha” Manoel Goiano também se reportou à importância dos comerciantes, pois ela “era o produto que mais tinha extração aqui era de que nós vivia praticamente”.²¹³

A carência, a escassez e as dificuldades de se adquirir os itens básicos era tamanha, que ao rememorem as relações estabelecidas com os comerciantes de castanhas o que aflora de suas lembranças é o sujeito que fornecia o rancho do pessoal; aquele trouxe menos preocupação em relação aos deslocamentos para a praça comercial de Caracaraí.

É interessante observar na fala do entrevistado Manoel que as dificuldades de permanência dos colonos nos lotes eram enormes, especialmente porque naquela época, como bem lembrou o depoente, “... num tinha banana, não tinha lavoura, não tinha nada, era acastanha”. A lavoura que havia era a de subsistência com o cultivo precário de alguns poucos produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, mas que dependia de outras atividades complementares.

Neste contexto, pode-se compreender o status adquirido pelo comerciante de castanha ou, como é mais conhecido, pelo “patrão”, como aquele que ajudava o colono. As memórias que emergem sobre essa figura, estão permeadas pelas múltiplas ausências sentidas e vividas por aqueles homens e mulheres. E nesta direção, o patrão não é visto como um explorador do trabalho, não só do colono, mas de toda família, mas como o “salvador” da mesma.

A colheita de castanha era importante porque envolvia todos os membros da família, adultos e crianças, diferentemente da mariscagem, geralmente praticada pelo pai de família. Quando Nairton chegou a Caroebe, esta foi a primeira atividade da qual a família se serviu para tocar em frente o lote que ganhara do governo. Foi “a sobrevivência da gente”, conforme falou o entrevistado. A ajuda da esposa e dos filhos pequenos foi fundamental para que o novo colono se mantivesse firme em seu objetivo, que era permanecer na terra.

É interessante observar como estes trabalhadores atribuem tanta importância à castanha, bem como à preservação das castanheiras. Esta consciência está bem presente na fala de Chico do PT. Segundo Chico: “era a castanha era que ajudava

²¹³ Manoel Vitório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

nóis muito, né? Eu mesmo sô, sô a favor de não derrubar... Eu, no meu lote eu nunca derrubei uma castanheira não”.²¹⁴

A fala de Duda (Josuel Cesário) corrobora as falas dos demais depoentes em relação à castanha como atividade de sobrevivência no início de Caroebe. Segundo afirmou: “a castanha, quando eu cheguei aqui, eu mermo tirei muita, vendi castanha, castanha deu dinheiro aqui, logo quando eu cheguei aqui. [...] cabra aqui arrumou a vida cum castanha [...]”.²¹⁵

A coleta de castanha e a caça de animais silvestres para alimentação e venda da pele, conforme narram os entrevistados, representou para os primeiros tempos, a sobrevivência dos futuros colonos que buscavam suprir suas necessidades básicas através da agricultura itinerante, em especial de arroz, milho e feijão, e de atividades como caça, pesca e coleta, quando a pecuária e a agricultura, sobretudo da banana, ainda não estavam consolidadas na região.

3.3.3 - Os significados da conquista da terra em Roraima

A conquista da terra em Roraima representou a materialização do sonho que os trabalhadores e suas famílias buscavam na região. O significado dessa conquista traz implícito os anos de luta e exclusão em seus estados de origem, a dureza, as dificuldades encontradas pelo caminho até que pudessem desfrutar, não sem muitas dificuldades, seu tão sonhado pedaço de terra.

Nessa perspectiva, muitos são os significados atribuídos pelos entrevistados à conquista da terra em Roraima. Para Chico do PT a terra significou a possibilidade de desfrutar das melhorias advindas da aposentadoria como trabalhador rural:

Aqui, eu pra mim aqui ó, eu com esse terreno, com esses documentos aí ó, eu aposentei eu, a muié [...]. Depois que aposenta aí miora mais [...]. E aí, e o povo achava muito bom, quem não tem uma terra, uma coisa e acha um lugar que é dele assim, aí todo mundo acha bom.²¹⁶

²¹⁴ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, em Caroebe – RR.

²¹⁵ Josuel Cesário da Silva, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 8, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²¹⁶ Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, em Caroebe – RR.

Para Nairton a conquista do tão sonhado pedaço de terra em Roraima abriu novas perspectivas para a família: “Pra mim foi bom demais, porque eu não tinha, lá pra fora eu não tinha nada, só tinha o mundo e a lua e aqui eu fui pegando naquilo e, e aqui, aqui agora nós faz o pé de meia, vai [risos]”.²¹⁷

A terra para Manoel Goiano foi muito significativa e representou sua moradia definitiva. Ao refletir sobre o processo de conquista da terra, Manoel faz uma leitura do momento atual, onde sobressaem elementos relativos à questão da terra não só em Roraima, mas em um contexto mais amplo, marcado por conflitos. Dessa forma o entrevistado analisa sua conquista:

Rapaiz, a conquista, a terra, é um significado muito bom, porque é uma moradia definitiva, quando acaba a gente passa, além de tudo a gente é dono, né? É, você sabe, a propriedade da gente é reis, né, isso é uma grande vantagem, porque a gente vê na televisão, quantos, gente num vive invadindo os patrimônio na cidade grande, por que? Porque ele não tem onde morar, se ele tivesse ele num tava fazendo aquela agressão. Então, é o caso daqui, hoje Roraima aqui, pode chegar adonde vier tem terra pra todo mudo. Tem um cara que vivia num sofoco, trabaiando de ameia, rendatário, bem, pra você entender, o cara se achando, com toda pobreza dele, ele chegar num lugar e achar que, a terra, estrada, aí não tem coisa mió. Lá fora, ninguém dá uma casa, morei muito, eu em Rondônia eu conheço o fato, conheci lá como território também, e o estado do Acre, ninguém lá pega uma carona, não tem carro de feira pra ninguém não, só se vê isso na Roraima. Agora a única desvantage daqui, que o ricusso de Roraima, não é beneficiado nem um terço, é a única desvantage, agora dizer que todo mundo aqui é liberto é, por mais pobre que ele seja, mais ele pode dizer assim, “não, eu tenho uma terra em Roraima”.²¹⁸

Ao rememorar sua trajetória de vida, o depoente avaliou de forma positiva sua fixação na Perimetral. Lugar em que ele, entre tantas idas e vindas, pode, finalmente adquirir sua tão sonhada terra. Esta para ele tem sido a própria vida. E faz questão de reafirmar que por mais difícil que seja a vida no campo; sem muitos incentivos à produção, mesmo estando em um lugar onde a lida com a natureza tem regras próprias (não é qualquer produto que pode ser cultivado) e essas são muito diferentes dos outros locais em que morou e que seja um lugar praticamente isolado do restante do país, vale a pena, pois ali está sua segurança de uma velhice tranquila para ele e sua família.

²¹⁷ Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

²¹⁸ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

“Olha, o senhor chegou bem aonde eu queria”. Marinete expressou toda sua satisfação em falar dos significados da conquista da terra em Roraima, conquista esta que teve sabor de vitória:

Olha, pra nós foi a maior vitória, né, porque da onde a gente veio, lá sim tinha terra, né, meu avô tinha a terra dele e tudo, era pra ele mais os filho, mas da gente mermo a gente num tinha. Aí quando nós chegamo aqui, cada qual marcou seu lote de terra pra trabalhar, era um, uma felicidade.²¹⁹

Marinete nos contou ainda:

E o bem maior do ser humano, principalmente dos pobre, é a terra, porque na terra você produz tudo, quando você num tem, assim digamos, que você num tem gado, você num tem outros bens, mas você, se você tiver a terra, você planta arroz, você planta feijão, você planta tudo, né, então, você cria uma galinha, você cria o porco, quer dizer que tudo isso aí é fonte de riqueza pra gente, né, que mora na terra, tudo isso aí dá. Aí, se você tem a terra, você tem o começo de tudo, porque tudo nasce da terra, tudo nasce da terra. Eu na minha opinião é isso, se você não tem, pela minha, você pode ser pobrezinho, mas se você arrumou um pedaço de terra [...].²²⁰

Esta fala, que é riquíssima, demonstra que a terra é garantia de sobrevivência da família. Quando Marinete faz um balanço das dificuldades encontradas e vividas até a conquista da terra em Roraima, sua avaliação é a de que valeu a pena, não só para ela mais para sua descendência. A terra é em última instância, a vida:

[...] que nem eu falo pros meus filho, ó se você tem o arroz com feijão e um canto pra dormir que num molha, meu filho, que é seu, eu acho que já é uma fonte de riqueza, né, já é um começo. E a terra pra mim então, Ave Maria, eu adoro demais esse pedaço de chão aqui, ó. Pra mim é maravilhoso e eu adoro quando eu vejo [...].²²¹

Para os entrevistados a terra é garantia de continuidade da vida, é também garantia de uma vida um pouco melhor por meio da aposentadoria, quando as forças do trabalhador rural não permitem mais o trabalho na lavoura. Foi esse aspecto que Chico mais valorizou, porque segundo ele “pra aposentar foi bom a terra por causa disso” e “depois que aposenta aí miora mais”.²²²

²¹⁹ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem, ibidem.

²²² Francisco Rodrigues Vasconcelos, entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013, em Caroebe – RR.

Para alguns trabalhadores o mais importante é preservar a terra para as gerações futuras. Marinete compreende que tudo no mundo se acaba, a própria vida acaba, mas a terra continua e deve ser preservada de “geração em geração”:

Mais, eu me sinto orgulhosa demais da, moro, por causa da terra, Ave Maria! Isso aqui é a minha vida. Eu falo pros meus minino, ó: “se vocês, se quando nós morrer, se vocês tiver um pouquim de consciência, preservar isso aqui, aí vocês vão, se vocês tiver filho, vai ficar pros seus filho e vai, vai ficando pros neto, isso aqui...”, e é uma coisa que num acaba nunca. Você compra um carro ele se acaba, você compra uma moto, qualquer coisa acaba, até a gente, mas a terra taí. A terra fica. Eu pra mim é o, é o bem que eu, maior que o ser humano [...]. Pra mim é um, é um bem maior que o ser humano tem é um pedaço de terra, pra morar, pra, pra viver. Porque é um, é uma herança que você deixa de, de geração em geração, né? num tem negócio de dizer que é só pai e filho, é geração em geração, que se a geração que ir ficando num acabar, num acaba nunca, né. Aí eu, pra mim é um, é o bem maior que a gente tem na vida, depois da vida que Deus nos dá, é a terra.²²³

A conquista da terra representou novas perspectivas para os entrevistados. E para Raimundo não foi diferente, conforme se pode observar em sua narrativa:

Ah! Pra mim, tá uma grande sorte pra mim, porque no Maranhão eu num tinha um terreno, eu era jovem naquela época, era um mulecão, mais hoje pra mim eu tô no céu aqui, pra mim é um, se existir um paraíso eu tô num, eu tô cum, tenho minha fãmia, tenho meu propriedade, eu tô asussegado, aqui eu tô localizado, aqui eu tô, num carece um sussego melhor de que o meu, e ricuço [riqueza] maior de que esse, pra mim.²²⁴

Ainda segundo o entrevistado:

Olha, a terra pra mim foi um grande espaço na minha vida, porque aqui eu planto a mandioca, eu planto o feijão, eu planto o milho, eu planto abroba [abóbora], uma melancia, eu planto tudo. Pra mim foi, foi um grande espaço na minha vida foi a terra, eu sem a terra, pra mim, não existia nada. Acho que era pra mim e pra muitos que mora no interior, agora pro pessoal da capital não, porque lá na capital ninguém num sabe nem o que é terra, assim dizer “eu amo a propriedade”, é pouca gente que até conhece, mais pra mim foi a minha vida. Eu faço que nem uma, uma véia que fala aí na televisão: “a terra é minha vida”. Eu amo a terra, eu amo o, a minha propriedade.²²⁵

Assim como Marinete, Raimundo entende que a terra é um bem importante em suas vidas, pois ambos admitem “essa terra é minha vida”. Foi nesse lote que o entrevistado conseguiu criar os filhos, apesar dos inúmeros desafios em mantê-lo, conforme expressou:

²²³ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

²²⁴ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

²²⁵ Idem.

Criei os meus filhos tudo aqui nesse lote aqui. Seis filha mulher e dois home. Aí eu tô muito sastifeito. Cheguei aqui, criei tudo aqui, nunca saí desse lote. Já achei dinheiro pra comprar, digo “não, meu amigo não é pra vender não”. No dia de ser pra vender eu boto uma praca lá na bera da estrada. Num vendo, num dô, num impresto, aqui mermo, minha vida é aqui, eu num tenho pr’onde ir.²²⁶

Ao reavaliar sua trajetória de vida Raimundo considera-se um vencedor. Ao observarmos seus caminhos desde o deslocamento do Maranhão, percorrendo grande parte da Amazônia até chegar em Roraima, onde conseguiu se estabilizar, é possível compreender suas afirmações em relação à terra, de resistir às “ofertas” tentadoras e manter-se firme com sua propriedade, enquanto outros se desfizeram da terra pela qual tanto lutaram.

Foi, pra mim foi importante, grande importância na minha vida, foi essa terra. Eu sei que eu venci, hoje eu tô aqui de cabeça erguida, tô dentro do que é meu, eu tenho meu, minha propriedadezinha, que não é pra vender, isso aqui é p’eu ser enterrado mermo por aqui [...]. Meu sonho é ficar aqui, daqui eu não saio não. Já enjeitei muito dinheiro aqui, mais num vendo [...]. Num é pra vender, aqui é pra meu sussego, é o meu sussego, é a minha vida é isso aqui. Minha vida é esta aqui, tem, tenho oito filho, tá tudo criado [...].²²⁷

Por fim, a terra significou um sonho de conquista, fator de geração de renda para essas famílias. A terra à qual foram atribuídos tantos significados representa, acima de tudo, uma fonte de sobrevivência, um espaço, um lugar para a realização de sonhos e projetos de vida, tendo em vista que todos estes homens e mulheres são oriundos de contextos históricos e sociais cujas experiências mais significativas estão ligadas às atividades agrícolas, à roça e é isto que eles sabem fazer, que lhes foi dificultado fazê-lo em seus lugares de origem.

Há que se destacar aqui nesse longo processo de luta e conquista da terra o protagonismo desses sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras, que mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis, mesmo diante da tentação de retornarem para o lugar de origem – vontade esta admitida por alguns dos entrevistados – nunca deixaram se abater pelo desânimo ou pelas dificuldades de cultivo dos solos entre outros. Pelo contrário, buscaram elaborar mecanismos para resistir, ora individualmente ao lado dos familiares, ora coletivamente. Algumas estratégias coletivas serão abordadas de forma breve no tópico seguinte.

²²⁶ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

²²⁷ Idem.

3.4 – Estratégias coletivas de organização

Este tópico trata das estratégias coletivas de sobrevivência, através das quais nasceram a Cooperativa Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – RR (COOPARFAC) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe/RR (SINTRANC). Estas estratégias coletivas foram construídas na luta cotidiana e na descoberta de que ao se associarem tinham mais condições e possibilidades de sobreviver e lutar por melhores condições de vida.

Para enfrentar as dificuldades referentes ao cultivo e a venda de bananas, entre as quais a desvalorização do produto devido a presença de atravessadores intermediando a compra junto aos produtores das vicinias do Projeto Jatapu, estes sujeitos – produtores – sentiram a necessidade de se organizar para obter maiores ganhos em sua produção. Compreenderam então que juntos poderiam encontrar caminhos para lidar com as contradições que viviam.

A situação chegou a tal ponto que os agricultores perceberam que a produção de banana na região, que vinha crescendo bastante, poderia render maiores lucros para os produtores. Do mesmo modo, ao invés do mercado de Boa Vista passaram a almejar outro mercado mais amplo. Foi então que surgiu a ideia de comercializar com Manaus. Consolidado o vínculo com Manaus surgiu a necessidade de melhorar as relações comerciais, nasceu então a Cooperativa.

Antônio Lino Mundim (Mundim), um dos sócios fundadores da COOPARFAC, participou ativamente desse processo de “despertar” para a organização coletiva dos agricultores e agricultoras familiares do município de Caroebe e que se refletiu na fundação da empresa cooperativa. Sua presença tem sido de grande importância no fortalecimento da bananicultura na região e possibilitado aos sócios auferir maiores vantagens na comercialização da banana entre outros produtos.

Antes de chegar a este ponto, os bananicultores tiveram que trilhar um longo caminho, até perceberem que havia algo que os unia e que poderia torná-los mais fortalecidos, a despeito das diferenças, das discordâncias: a produção da banana e a garantia de um grande mercado consumidor para o produto. Assim, a Cooperativa, fundada em 7 de maio de 2004, por 26 bananicultores do município de Caroebe, nasceu desse “despertar” para a organização coletiva.

Figura 10: Sede da COOPARFAC, situada na Rua Amazonas – Caroebe/RR



Fonte: Foto do autor (2014)

A Cooperativa dos bananicultores de Caroebe nasceu dessa necessidade de agregar mais valor à produção de banana e, para tanto, foi implantado na região um Arranjo Produtivo Local (APL). Segundo Mundim, os APLs consistiam na escolha de um produto em um Estado e, dentro deste destacar um determinado município, ou vários municípios e melhorar tecnicamente aquele produto para poder deslançar a produtividade. No caso de alimentos envolvia produção, colheita e comercialização. No caso de Roraima, e de Caroebe, esse produto foi a banana. Implantado nos anos 1990, encabeçado pelo SEBRAE, este APL teve como parceiros a Fundação Banco do Brasil, a SEAPA, a EMBRAPA, a UFRR, o SENAI,²²⁸ entre outros.

Segundo Mundim, a finalidade do movimento era agrupar pessoas em função de um trabalho em busca de qualidade de vida, melhoria de rentabilidade e facilidades de trabalho. Nesse sentido, os integrantes do APL tiveram participação em cursos, palestras e encontros, o que incrementou conhecimento na mente do agricultor. A partir daí estavam lançadas as bases para a fundação da Cooperativa, que surgiu pela necessidade que os participantes do APL sentiram de facilitar os trabalhos de produtividade, logística e comercialização.²²⁹

²²⁸ Antônio Lino Mundim, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

²²⁹ Idem.

A atual situação da COOPARFAC não está de acordo com o planejado pelos sócios fundadores, conforme admitiu Mundim. Para que ela chegasse a tal situação, o depoente aponta alguns fatores. Mas, muito otimista, acredita na recuperação da entidade, principalmente pelo respeito que ela impõe na região e o aprendizado que tem propiciado aos sócios.

[...] só que o agricultor deixou digamos assim de, de focar uma acrescência na coisa, muita ocupação e coisa, e, digamos assim, vamos colocar entre aspas, assim um relaxamento da coisa, e, houve um descuido da sociedade e ela acabou não sendo hoje o que estava programada pra ser, mas, tudo se pode é, retornar, [...] na Região Norte, essa cooperativa aqui ela é muito respeitada, porque houve muita divulgação, foi um trabalho sério e com ocorrência de parceria, apadrinhagem e etc., etc., e deu certo sim, nós participamos de muitos ventos, muitas, é, fomos a, a visitas técnicas e, para aprendizagem, então houve uma escolaridade muito boa, é mas enfim é isso, a história dessa cooperativa em poucas palavras é isso que eu te falei.²³⁰

A COOPARFAC conta com escritório com internet, telefone, um entreposto de comercialização em Manaus, câmaras de resfriamento em Caroebe, um caminhão $\frac{3}{4}$ baú isotérmico, um baú isotérmico para truque, uma moto e um trator. Beneficia 130 famílias, das quais 50 são associadas. Através das parcerias acima citadas valorizou o produto (a banana) e elevou o preço do cacho em torno de 100%, aumentando significativamente a renda dos produtores locais.²³¹

De acordo com Estatuto de Regimento Interno,²³² Capítulo III, “Poderão ser cooperantes da COOPARFAC, salvo se houver impossibilidade técnica, Agricultores e Agricultoras participantes da agricultura em regime de economia familiar domiciliados no município de Caroebe”.

Ao fazer uma avaliação da Cooperativa Mundim almeja maior participação em termos de cooperantes para o futuro. Admite ainda a necessidade de reformulação e reciclagem material. Chegando, por fim, à conclusão de que a entidade contribuiu na agregação de preços e valores, antes muito ruins, puxando e estabelecendo o preço justo do produto no município, que era massacrado.²³³

²³⁰ Antônio Lino Mundim, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

²³¹ Informações obtidas no Escritório da COOPARFAC, situado na Rua Amazonas, Caroebe – RR.

²³² Estatuto de Regimento Interno (gestão atual) da Cooperativa Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – RR, obtido no Escritório da COOPARFAC, Rua Amazonas, Caroebe – RR. Folha 3.

²³³ Antônio Lino Mundim, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

A “Cooperativa da Banana”, como é mais conhecida, tem representado uma alternativa para os produtores em relação aos preços baixos praticados pelos atravessadores, popularmente chamados de “marreteiros. O problema que tem sido apontado por alguns depoentes é que a Cooperativa restringe seus negócios apenas à banana, daí o nome sugestivo de Cooperativa da Banana.

A agricultora Sueli, que faz farinha em seu lote, nos contou que tentou vender sua produção mandioca na Cooperativa, mas não conseguiu, porque ela só compra banana. Assim mesmo compreende as vantagens de negociar com ela:

Nóis vende o nosso produto aqui é, é no pago mermo [...]. Nóis faiz farinha aí, as pessoa incomenda uma lata, duas lata, um saco, dois saco [...]. A pessoa incomenda a gente faiz. [...] Só que eu vejo falar, eu, nóis nunca vendemo nada pra cooperativa, mais quem vende banana pra ela diz que gosta, é um negócio bom, foi bom ela aparecer praí né. [...] eu tenho até um genro que vende, na cooperativa, ele compra também, banana assim, só que ele disse que a cooperativa ajuda muito, é porque o preço é melhor, né [...]. Mais é só banana mermo que ela compra, né, porque mandioca eu já fui lá oferecer e eles num quisero.²³⁴

Apesar de não ser associado à Cooperativa, Pedro Paulo, que também planta cacau falou que vem trabalhando com ela há bastante tempo. Ao mesmo tempo em que compreende a importância da Cooperativa para os bananicultores se mostrou apreensivo quanto ao futuro da entidade:

Eu trabalho sim. Eu, eu forneço mercadoria, aqui a banana eu vendo pra ela mermo, faz tempo que eu trabalho com ela. Eu acho que essa Cooperativa, eu tô meio com medo dela ir à falência né porque houve aí uns atropço com ela. Mais ajuda muito, os preço da banana melhor pra mim quem paga é ela [...]. Agora mermo ela tá pagando, ela tá pagando a banana de segunda de dez reais [a caixa] e a primeira de quinze reais, aí tem deles pagando assim de, de quinze toda, mais aí a gente tira no peso ele é uma coisa... Aí fica pior ainda a situação, eu torço muito que ela continuasse, eu torço muito. Eu num sô inscrito lá, mais traibaio com eles.²³⁵

A fala deste depoente aponta para a forma como os pequenos produtores do Projeto têm conseguido se organizar e buscar alternativas para sobreviver em meio às dificuldades impostas pela realidade. Sendo assim, mesmo de forma limitada e restrita apenas à banana, eles têm conseguido driblar a ação de atravessadores que veem na exploração desses pequenos agricultores meios de auferir lucros.

²³⁴ Sueli Rodrigues Carneiro, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²³⁵ Pedro Paulo de Souza, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 6, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

Se a Cooperativa nasceu a partir de interesses comuns e com o objetivo de aglutinar tais interesses, o que se pode perceber é que, no decorrer do tempo, as discordâncias e interesses individuais vão paulatinamente aparecendo e gerando uma série de conflitos e desconfianças. Nesse sentido, algumas falas apontam para as más administrações, como um dos fatores que vêm contribuindo para o estado no qual se encontra a entidade.

O depoimento de João Rodrigues de Souza²³⁶ é significativo nesse sentido e nos revela divergências e conflitos com relação à administração da Cooperativa. Sua fala aponta para a heterogeneidade de interesses que compõe este grupo:

Eu fiz parte dela uma temporada. Me judou muito, você vende pra eles, eles paga, tem, já niguciei muito com ela, me pagaro. [...] mas tem entrado uns caba muito avião sô, tem dado prijuizo, dá muita queda, muito grande. Tem uns caba aí que é avião demais. É e ela já é uma cooperativa estabelecida, bem adiantada. Mais entrou uns aí e deixou ela embaixo, meteu a mão. [...] a cooperativa ajuda muito a gente.

De acordo com Maria José dos Santos, que dedicou o quarto capítulo de sua dissertação às estratégias de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Perimetral Norte, “as primeiras reuniões para organizar manifestações coletivas em busca da melhoria, principalmente, da estrada, saúde e educação, ocorreu no Município de São João da Baliza”. Do mesmo modo, a existência de cooperativas, sindicatos e associações criadas pelos trabalhadores rurais, é sinal de que já havia um movimento de organização coletiva em curso.²³⁷

Desse processo surgiu o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de do município de São João da Baliza, em 1982. Contudo, Maria José dos Santos, ao analisar a documentação de criação do Sindicato, de 1989, assinala que somente no dia 2 de abril daquele ano, é que foi criado, já sob a nova Legislação Sindical, “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Baliza, com a presença de 184 trabalhadores e trabalhadoras rurais cujo objetivo foi reivindicar melhores condições de vida, trabalho e produção”.²³⁸

O movimento de organização dos agricultores e agricultoras do município de Caroebe, em busca de melhores condições de vida e trabalho resultou na fundação

²³⁶ João Rodrigues de Souza, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 15, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²³⁷ SANTOS, Op. cit., 2010, p. 109-10.

²³⁸ Ibidem, 2010, p. 112.

de uma entidade sindical para representar a categoria em suas lutas cotidianas. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe (SINTRANC) foi fundado em 21 de março de 1998, com sede na cidade Caroebe – RR, contando com a participação de 73 trabalhadores rurais.²³⁹

Figura 11: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe



Fonte: Foto do autor (2014)

Essa organização coletiva resultou primeiramente na criação do STR-Baliza. Conforme lembrou Pedro Rodrigues da Rocha (Pedro Feijão),²⁴⁰ atual presidente do SINTRANC, o movimento contou com uma ampla participação popular e da Igreja Católica e, em função das reivindicações em torno da estrada, fizeram uma manifestação, levando colonos até Boa Vista. Segundo Pedro Feijão:

Não, o sindicato aqui quando foi criado eu num tava aqui, né, ele não foi criado aqui em Caroebe, aqui no Caroebe já foi, ele foi criado no Baliza, né, que aqui tudo era Baliza. Foi criado, né, aqui através da secretaria da Igreja Católica, eles fizeram esse movimento. Inclusive a gente chegou [?]. Em 86 nós chegamo no sindicato, em 89 a gente, a gente fez uma manifestação, né, que aqui não tinha estrada, o camarada ia pro Baliza tudo era a pé, porque não passava nem bicicleta, a gente fez uma manifestação, levamos um monte de colonos pra Boa Vista, né, lá tinha, não tivemos muito êxito né, o governo naquele tempo era muito, né, jogou pro lado político, né, mas de qualquer maneira ficou reconhecida a nossa luta né? Aí aqui no Caroebe, quando Caroebe passou a município, né, ficou uns dois anos sem sindicato

²³⁹ Informações obtidas na “Ata de Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de do Município de Caroebe – RR” (Manuscrita). Folha 1.

²⁴⁰ Pedro Rodrigues da Rocha, presidente do SINTRANC, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

aqui, mas também foi através de uma manifestação também, que o povo na época desses assentamentos, a gente não recebia essas coisa, aí fizemos uma manifestação e nessa manifestação aproveitou e criou o sindicato, né. Aí, não é assim um sindicato com um trabalho base, muito, muito bem, muito bem organizado, muito diferencial [...].

A fala a seguir, de Pedro Feijão, retrata a dura realidade do colono do Projeto Jatapu, ao final dos anos 1980, quando o inverno bastante rigoroso se abateu sobre a região, deixando os colonos sem alternativas, a não ser partir para a organização coletiva e as reivindicações junto ao poder público estadual. Movimento que partiu da base sindical do município do Baliza e de lá se dirigiu para a capital, contando com o apoio do SINTER/Boa Vista e da Diocese de Roraima.

Foi em 89, acho que foi em 89. A gente ficou sem estrada, na realidade a gente levava três dias pra ir em Boa Vista, aí não tinha, não tinha nem um maquinário pra dar assistência aqui, então os colonos fizeram a manifestação, a maioria era do Entre Rios, morava lá no Entre Rios, fizemo uma manifestação, aí a gente fez uma manifestação no Baliza, que era a sede do sindicato do Baliza, aí a gente ficou lá uns quinze dias, ou mais, nem sei mais, faz tanto tempo, e daí a gente foi pra fazer uma manifestação lá no palácio, na frente do palácio, na Praça do Centro Cívico, em Boa Vista, aí a gente foi acampemo lá, né, a Diocese deu uma casa pra gente ficar lá, o sindicato de Boa Vista naquele tempo era o sindicato dos professores, o SINTER, deu apoio a gente lá, mas a gente queria estrada aqui [...]. que foi uma ano muito difiço aquele tempo né, os doze meses de chuva ainda, tudo que a gente tinha aqui perdeu, fazia uma carrada de banana aí, daqui pro Baliza já amadurecia [...]. Foi um ano muito difiço aqui.²⁴¹

De acordo com Maria José dos Santos, esta mobilização foi organizada pela comunidade para levar dezenas de rurais até a capital Boa Vista e pressionar o Governo do ex-Território a designar máquinas para trabalhar na Perimetral Norte que, por três meses ficou sem acesso à BR-174, em virtude do inverno. A situação das famílias era desesperadora sem possibilidade de tráfego, não chegava nem mesmo a ambulância para retirada de doentes. Os ônibus tinham que chegar até certo trecho, depois os moradores seguiam a pé.²⁴²

Pedro Feijão, ao avaliar sua gestão, aponta alguns programas que vêm sendo desenvolvidos pela entidade junto aos associados e à comunidade em geral. Fala também das parcerias e projetos para ampliar o alcance do Sindicato, um deles é uma parceria com a Cooperativa dos bananicultores de Caroebe:

²⁴¹ Pedro Rodrigues da Rocha, presidente do SINTRANC, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

²⁴² SANTOS, Op. cit., 2010, p. 109-10.

Mas isso aí também passou uns presidente muito, queria ser muito certo, muito rígido e isso atrapalhou muito, mas agora tá fazendo três ano que eu entrei, aí a gente começou a dinamizar, tá um pouco melhor, a gente marca uma reunião o povo já apresenta aí, né, a gente dá muita atenção em programas, esses projetos sociais, isso tá estimulando o povo né, [?] com o instituto [?], dá muitos cursos para os jovens, a gente também tá junto com o INCRA nessa, no PNHL [?], e a gente vai tentar também, tamo agora fazendo os foros de agricultura familiar, que também tá sendo pelo sindicato, pleiteando junto com a EMBRAPA, essas coisa, inclusive a reunião que aqui não, o foro no dia 5 agora, né.²⁴³

Para o entrevistado a pouca articulação para a participação sindical entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais do município tem como prováveis causas a abundância de terras na região, o que, para ele, tira do agricultor a necessidade de se articular em torno da luta pela terra.

[...] acontece que aqui o povo não é muito articulado porque a necessidade não é tão assim, que você sabe que quem faz mais a organização, tem que ser a conscientização, pra criar uma articulação, mas também tem que ter a necessidade. Então, não tem assim essa necessidade porque todo mundo tem terra, tem terra, não precisa ninguém tá tirando se articulando pra buscar terra, né. Economicamente ninguém é rico, mas todo mundo possui um lote, então aqui a organização é mais, um pouco mais lenta.²⁴⁴

Como a grande maioria dos entrevistados, Pedro Feijão também esteve em Rondônia, onde morou por 10 anos. Ele lembra que neste estado havia um processo de organização de agricultores bastante forte, diferentemente da Perimetral, onde a necessidade por terra é menor. Feijão aponta ainda fatores de ordem cultural:

Morei dez anos em Rondônia [...]. Vichi! Rondônia tem tudo, lá eles fazia movimento, quebrava ponte, tinha mais [...], lá depois foi o movimento dos sem terra, eu tenho um irmão lá que participa do movimento, e tem muito lá, as organização são mais, aqui é o lugar que eu já vi de organização mais fraca foi aqui. É, aqui é muito mais fraco, vichi! Eu tô dizendo assim, num sei se é por causa da necessidade do povo que é menos, ou se é a coragem que é menos, também a culturação, que aqui é várias culturas, né, acho que deve ser um pouco por casa disso.²⁴⁵

Com relação ao Sindicato, o que pudemos observar na maioria dos nossos entrevistados é que atualmente ele é visto mais como uma entidade de auxílio ao trabalhador na hora de alguma doença, acidente, ou algo do tipo, ou mesmo na hora da aposentadoria. Assim, nos depoimentos o sindicato pouco figura como entidade

²⁴³ Pedro Rodrigues da Rocha, presidente do SINTRANC, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Idem, ibidem.

representativa de fato, como um instrumento de luta e reivindicação por melhores condições de vida nas vicinais do assentamento.

Embora não participe das reuniões e do Sindicato, Benedito reconhece sua importância para os trabalhadores do município:

O Sindicato tem sido uma ótima... é um apoio muito grande aí, é. Aí, quando você reclama muitas vezes com o sindicato, a respeito, se se ajuntar e reclamar a respeito da saúde, eles também, eles intende pelo mei, né. Porque eles querem, sindicato é realmente é pra isso mermo, que a gente já paga é pra essas coisa, né.²⁴⁶

Esta fala nos remete para pelo menos dois elementos importantes. Primeiro, é o reconhecimento da legitimidade do Sindicato enquanto entidade representativa dos trabalhadores. O outro ponto é que para ele o sindicato parece algo “fora” dele, ou seja, ele não precisa se envolver diretamente na luta uma vez que “paga é pra essas coisa, né?”

Nairton expressou sua descrença no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caroebe, bem como na administração do mesmo, porque no seu modo de ver ele “não faz nada pra ninguém não”.

Entrou um sindicato aí mais num ia pra frente, num ia, até hoje num vai ainda. Mais eles têm aí. [...]. Pareceu, pareceu um, pareceu um sindicato aí, a turma feiz o, feiz as, as ficha, não recebeu a ficha. Aí tornou já, não foi pra frente. Aí duns anos pra cá que esse aqui [sindicato atual] apareceu aí. De acordo, mais também num [...], como é que fala? Mesma administração, a mesma. E aí táí, esse aí não faz nada pra ninguém não.²⁴⁷

Os depoimentos possibilitam perceber a heterogeneidade que existe entre os grupos sociais. Aqueles trabalhadores, ainda que tenham elementos culturais em comum que os identificam enquanto um grupo social, este não pode ser tomado como um todo homogêneo, pois as individualidades os tornam sujeitos únicos. Assim, enquanto uns olham com desconfiança para o sindicato e outros não se veem parte desta entidade, é possível observar trabalhadores como Pedro Paulo, cuja esposa é inscrita no Sindicato, que compreende a importância deste na região e, divergindo de outras opiniões, aponta a importância do trabalho realizado por aqueles que estão à frente do mesmo:

²⁴⁶ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁴⁷ Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

Na hora que o cara precisa é que anda, mais ela [esposa] é escrita. Ajuda muito. As pessoa que têm passado por aí fizero um trabalho que nunca ficou a desejar nada a ninguém. Sempre há algum reclame, porque é difícil você fazer cem por cento. Sempre tem um, mais até agora eu acho que são pessoas competente que entraro lá, ajuda muito, ajuda.²⁴⁸

“Eu fui a primeira vereadora, mulher eleita pelo PTB na época”. Dessa forma Marinete lembrou sua experiência como vereadora do município de São João da Baliza, como primeira mulher eleita na região, chegando inclusive a receber uma homenagem da Assembleia Legislativa de Roraima em reconhecimento aos serviços prestados à comunidade. Sobre esta experiência ela comentou:

Olha, minha experiência como vereadora, na época não era muito bom, porque nós távamos começando, nós fomos os primeiros, eu era só eu de mulher, o marido enjoado [aborrecido], porque, é nós era, nós tava com pouco tempo de casado e acostumado, que eu nunca gostei de ficar parada, aí acostumado a gente trabalhar junto, eu ajudava ele no que eu podia, eu num enjeitava parada, eu chegava... aí a gente devido ter acostumado, eu fui candidata por acaso e me elegi por acaso.²⁴⁹

Foi com grande surpresa que a entrevistada disse ter recebido dos amigos e vizinhos a notícia de que havia sido eleita.

Pra mim [...], teve a eleição, passou o dia da eleição, aí, a gente tinha um radim, mais eu ligava era na Rádio Nacional da Amazônia, eu não ligava [...] na Rádio de Roraima, na Rádio Roraima, na época. Aí quando foi um dia, uma hora dessas assim mais ou menos [por volta de 14:00], chegou um pessoal: “Eh! Mulher, êh! Vereadora”, eu falei: “quê, vocês tão doido é minino!”, “mulher tu foi eleita”, digo: “hã?, mais moço, não sei disso não”, “foi sim, e nós viemo jantar contigo”, digo: “ah, meu Deus!” Aí eu fui, fiz um, matei umas duas galinha aí, fizemo aí uma janta, e jantemo.²⁵⁰

É interessante observar como os entrevistados têm plena consciência do seu protagonismo na constituição da história local. É assim que Marinete reflete sobre o processo histórico do qual se sente como parte:

Então, eu tenho a minha história. Mais eu gosto ó de contar minha história, minha família. Nós chegamos em 1977, meus irmão inda era pequeno, aí eu fui a primeira vereadora, meu pai foi um dos administrador da vila, fui a primeira professora, a primeira festa de casamento que teve foi o meu [...].²⁵¹

²⁴⁸ Pedro Paulo de Souza, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 6, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁴⁹ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Idem, ibidem.

Na memória daquela época estão presentes as dificuldades de levar adiante o mandato de vereadora, mas como a entrevistada disse que “num enfeitava parada”, conseguiu chegar ao final, fazendo uma boa avaliação do momento, quando disse: “Eu gostei assim de, de ser vereadora”.

Porque tem [...] o lado bom, mais também tem o lado ruim. Porque muita gente pensa, diz: “ah, eu vou ser candidato a vereador, vou me eleger, vou ganhar muito dinheiro”. Eu não tenho um real de política. Aí, na época, nem na época, o salário que nós ganhava, teve uma, uma época que [...] o prefeito fazia uma cesta básica pra nos ajudar, e nós tinha sempre que tá sempre viajando pra Boa Vista, mesmo pra Boa Vista, mas a despesa era nossa. Ninguém ajudava em nada. Num, num tinha a estrutura, teve que montar tudo. E aí a, quando foi, faz como diz a história, quando a gente começou a gostar, aí, já acabou. Aí eu também, eu não quis a reeleição, porque, eu ti... eu achava que pra mim era muito mais interessante a minha família do que a política. Porque nos quatro ano que eu vivi na política, que eu me envolvi, eu, eu, e, aliás eu nunca saí da política, sempre tem político que me procura [...].²⁵²

A fala de Marinete sobre a atuação na política partidária lembra um pouco as articulações da época da viagem para Roraima, quando encampou, ao lado do tio, as responsabilidades de propiciar uma viagem menos sofrida para seus familiares. Mesmo tendo que decidir entre a política e a família, buscou cumprir o mandato de forma a proporcionar um pouco de conforto às pessoas de São João da Baliza, que lhe depositaram seu voto e confiança.

Mas como vereadora, eu gostei de ser vereadora porque eu acha... eu acho, o que eu acho bom é você saber pelo menos informar as pessoas do que, né? Porque você sendo pelo menos vereador, se ele tiver um pouquinho de, de inteligência, você de alguma forma você ajuda as pessoa, né? Você tem mais espaço, né? Você tem espaço, você chega que nem eu, às vez uma pessoa queria um, uma consulta, queria ir, quer às vez uma passagem, se eu num tinha, mais eu ia lá no prefeito: “prefeito, por favor, me, dá pro senhor me arrumar, pelo menos uma passagem pro fulano, tá doente, assim, assim”.²⁵³

Era preciso decidir entre a política e a família. Pela narrativa, percebe-se que o esposo não via com bons olhos a ausência da companheira de trabalho, enquanto esta se esforçava para levar um pouco de conforto para os moradores do município. É como ela mesma enfatizou: “porque você sendo pelo menos vereador [...], você de alguma forma você ajuda as pessoa [...]”.²⁵⁴

²⁵² Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem, ibidem.

A fala a seguir guarda muitas semelhanças entre dois momentos da história de vida de Marinete. O primeiro remete ao deslocamento, quando ao lado do tio, não mediu esforços para propiciar uma viagem menos sofrida para os seus. O outro, quando vereadora, não mediu esforços para cumprir seu dever como representante da municipalidade.

Teve um, um, uma entrega de gado pelo governador na época, Getúlio Cruz, ele distribuiu muito gado, né? Aí, o pessoal da Secretaria de Agricultura era pouco, na época a EMATER, e não dava, aí, o quê que nós fizemos, num dava conta, né, porque o, era muito curto o período, pra gente fazer a, a documentação. Digo: “minino, vocês, se vocês quiser nós reunir, se vocês quiser, faz, passa as instrução pra gente dar, como é que a gente pode pegar os dados do pessoal e nós tamo dentro. Mas minino, eu andava aí igual uma doida por aí, arrumei tanto amigo aí que até hoje tem amigo quando me vê... Aí nós, mas eu fiz, a nossa, os outro eu num sei não, mas a nossa parte, a minha parte eu fiz. Andava de pé, de bicicleta, de carro, mas fui de casa em casa e fiz a inscrição de todo mundo e todo mundo recebeu gado. E tem muita gente que hoje é fazendeiro, daquela época.”²⁵⁵

Ao lançarmos um olhar sobre a trajetória político-partidária da trabalhadora, é perceptível que os valores cultivados no seio da família foram determinantes para moldar na entrevistada o sentimento de solidariedade – esta fala acima é muito rica nesse sentido – evidenciando ainda que a vida política não deve ser focada de modo algum nos benefícios pessoais que ela possa trazer, mas sim, e principalmente, no bem estar da coletividade por ela representada.

O processo de organização coletiva dos agricultores familiares do município – a Cooperativa e o Sindicato –, cuja descoberta ocorreu recentemente, na ocasião de conclusão da dissertação, e não foi possível aprofundar o tema, é um elemento que necessita ser melhor discutido e no momento fizemos apenas alguns apontamentos, mas compreendemos que estes elementos necessitam ser melhor discutidos em trabalhos futuros, com a continuação desta pesquisa.

Através destas narrativas sobre experiências e histórias de vida procuramos analisar o processo de constituição dos entrevistados como assentados no Projeto Jatapu. Tomamos como ponto de partida seus deslocamentos desde os lugares de origem, e enfocamos as estratégias desses homens e mulheres para sobreviver da terra conquistada e nela permanecer. No capítulo seguinte vamos focar a situação atual dos trabalhadores e colonos e do Projeto Jatapu.

²⁵⁵ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

CAPÍTULO IV

PROJETO JATAPU HOJE: COTIDIANO E PERSPECTIVAS

Este capítulo aborda o momento atual do Projeto Jatapu, passadas quatro décadas desde a chegada dos primeiros ocupantes da área e trinta anos após a criação do assentamento. Para tanto, busca estabelecer uma reflexão sobre a forma como estes sujeitos lidam com os conflitos, angústias e enfrentamentos cotidianos. Trata primeiramente da agricultura familiar na área, enfatizando o papel da lavoura da banana como elemento de consolidação da presença destes sujeitos naquele espaço. Trata em seguida da difícil realidade vivenciada pelos colonos, diante da persistência e agravamento de problemas que vêm desde a criação do Projeto. Tal situação reflete o estado de descaso no qual se encontra o PAR Jatapu. Enfoca em seguida as estratégias de resistência dos colonos para trabalhar e viver da terra. E, por último, aponta as perspectivas desses homens e mulheres quanto aos inúmeros desafios para trabalhar e permanecer no campo.

4.1- A agricultura familiar e a cultura da banana

Em função da pobreza dos solos do Projeto Jatapu, que restringe o cultivo de uma gama de produtos agrícolas necessários à subsistência dos colonos, a não ser que sejam cultivados em áreas de mata virgem, estes sujeitos descobriram em suas vivências cotidianas que a banana se dava muito bem naquele tipo de solo. E este vem sendo desde o início da ocupação daquela área o elemento de consolidação e fixação desses agricultores familiares naquele espaço.

A prática da agricultura de subsistência nas primeiras décadas de ocupação da área foi favorecida pela possibilidade de se cultivar em áreas de mata virgem, onde por dois ou três anos o agricultor conseguia melhores rendimentos nas suas colheitas. Após esse período, à medida em que a terra ia ficando cansada, o colono tinha que adentrar a mata, em busca de terrenos mais férteis. E assim vem sendo dificultada a prática da agricultura tradicional no Projeto. Por outro lado, existe uma queixa muito grande dos agricultores em relação ao IBAMA, que busca controlar o desmatamento nas reservas de matas dos lotes.

Enquanto era possível cultivar livremente em terras de mata virgem o arroz, o feijão e o milho alcançavam uma boa produtividade. Esse período, como se verá em alguns depoimentos é considerado como “a temporada boa”. A partir do momento em que a terra passou a dificultar a produção de alimentos, os colonos passaram a buscar solos mais férteis para o cultivo. Até mesmo a lavoura da banana, quando possível, e de preferência, é praticada em áreas de mata virgem.

Nas áreas mais antigas do Projeto são raras as roças de subsistência, é mais provável encontrar fazendas, entre grandes e pequenas. Alguns agricultores estão saindo para as extremidades das vicinais, abrindo “picadões”, onde ainda é possível derrubar a mata e cultivar suas lavouras com maiores rendimentos. Os picadões são caminhos abertos na mata com facões, machados ou motosserras, por adjuntos de colonos para produzir alimentos. Com os colonos já instalados, no lugar do picadão chega a estrutura básica e nasce uma nova vicinal.

A agricultura de subsistência é realizada por meio de uma série de operações, começando com a broca da mata para depois derrubar, queimar e encoivarar para o plantio. A broca consiste em se cortar com uma foice ou facão os arbustos menores, galhos finos e cipós. Com um machado ou, às vezes motosserra, se faz a derrubada das arvores mais grossas. Terminada esta fase, espera-se um tempo suficiente para secar, queimar e encoivarar, que é a limpeza dos galhos e gravetos não consumidos pelo fogo. O terreno enfim está pronto para receber as sementes.

Foto 12: Área derrubada e queimada para o cultivo na beira da Vicinal 05



Fonte: Foto do autor (2014)

A solução possível para o cultivo nas áreas mais antigas das vicinais, onde os solos estão cansados e o colono não pode mais mexer em sua reserva de mata é a adubação. Para tanto o agricultor familiar precisa dispor além de assistência técnica, recursos financeiros que geralmente não tem. Até mesmo a banana nessas áreas encontra dificuldade para ser cultivada sem a utilização de adubo. Algumas vicinais possuem solos mais férteis que em outras. Às vezes na mesma vicinal encontram-se solos com diferentes fertilidades, como mostram as figuras seguintes.

Figura 13: Plantação de banana na beira da Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

Figura 14: Plantação de banana na beira da Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

A solução encontrada para o cultivo das roças de subsistência e lavouras de banana, muitas vezes passa pela derrubada da mata virgem, onde a terra ainda é cultivável. Estratégia esta que nem sempre funciona, pois o pequeno agricultor corre o risco de ser multado pelo órgão ambiental – como de fato têm acontecido alguns casos noticiados pelos entrevistados – que busca coibir o cultivo da área de mata a ser preservada, que corresponde a 50% do lote.

Os entrevistados mencionaram o caso de um colono multado em função de tal prática, o que evidencia as dificuldades de lidar com uma política de preservação ambiental que, não levando em conta as necessidades e objeções enfrentadas por pequenos agricultores, impõe tamanha rigidez que acaba colaborando para dificultar a agricultura familiar na área do Projeto Jatapu.

É comum os entrevistados em seus depoimentos relatarem as dificuldades de se trabalhar atualmente nas vicinais do Projeto. A fala a seguir de, José Ferreira dos Santos, reflete bem a situação atual:

Você vê que hoje em dia pro povo trabalhar, tá difícil, porque se eu, se eu botar uma roça aí, até pro senhor botar uma roça aqui, se o sinhô num souber você vai multado, hoje. Com um trator, se eu botar um trator pra abrir um, um açude aí, pra botar uns peixe, se o senhor não saber vai multado, tem nego aí pra dentro que foi multado em cento e vinte mil, só tem o dia e a noite.²⁵⁶

É importante observar nesta, como em outras falas, uma certa apreensão em relação à fiscalização ambiental. Entretanto, os entrevistados se mostraram a favor de preservar suas matas e obedecer às leis ambientais, o que eles não aceitam – e isto fica bem claro em alguns depoimentos – é a falta de um projeto, mais maleável, que venha substituir a agricultura itinerante, principalmente praticada nas áreas de mata virgem, bastante reduzidas nas vicinais do Jatapu.

Antes da obediência às leis ambientais, existe a necessidade dos agricultores em continuar fazendo suas lavouras pois é destas que tiram o sustento da família. É desse modo que Sueli reflete sobre sua condição de agricultora familiar diante das barreiras enfrentadas por quem vive e produz nas vicinais o Projeto:

Como que eu vou viver aqui sem fazer um pedaço de terra [roça] aqui pra mim viver? [...] Como é que ramo cumê, se num tiver, fazer um pedacim de, né, de roça? Não tem como. Se você mora na roça, você veve de roça, e essa parte eles [administradores] num tão vendo. Como é que ele, como é

²⁵⁶ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

que nós ramo viver aqui se num fizer roça? Eles têm que lançar primeiramente um projeto né, junto com o governador, com os político, pra depois vim mexer, eles tão mexendo mais num tem projeto. [...] não tem como a pessoa obedecer, né, você quer obedecer, mas como que você vai obedecer se num tem jeito pra viver?²⁵⁷

O depoimento de Sueli mostra sua criticidade em relação a uma política de preservação ambiental, que, para ela, assim como para muitos outros moradores do Projeto Jatapu, é inexecutável, na medida em que impede o mínimo para sua própria sobrevivência. Não apenas para sobreviver, mas para o próprio desenvolvimento da família, propiciar melhores condições de vida.

“Se você mora na roça, você veve de roça”, disse Sueli. Nesse sentido, esta fala reflete em grande medida as perplexidades dos entrevistados, que ao mesmo tempo em que almejam condições mais dignas para viver e trabalhar, consideram de suma importância a preservação do meio ambiente. Ou seja, eles querem obedecer às leis ambientais, mas fazendo o que sabem fazer.

Importa ressaltar que nesses quarenta anos da presença dos agricultores na área, em função da derrubada da mata para roças, pastos, e extração de madeira, o Projeto detém um dos maiores índices de desmatamento entre os assentamentos do INCRA no Estado, como se pode observar na tabela a seguir.

Tabela 04: Percentual de desmatamento em assentamentos do INCRA em Roraima (2012)

Projeto do INCRA	% Degradada da área do projeto
PAR Jatapu	44%
PA Equador	43%
PA Integração	37%
PA Japão	34%
PA Novo Paraíso	51%
PA Caxias	80%
PA Terra Nova	29%
PA São José	40%

²⁵⁷ Sueli Rodrigues Carneiro, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

PA Quitauau	39%
PA Samaúma	33%
PA Bom Sucesso	32%
PA Esperança	35%

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Inquérito Civil Público nº. 1.23.000.000304/2009-54. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br>. Acesso em 31 de maio de 2014.

Como se pode observar na tabela, o Projeto Jatapu, é terceiro no *ranking* de desmatamento entre os projetos do INCRA no Estado, está com 44% de sua área degradada, o que implica dizer que resta pouca terra para a prática da agricultura, a não ser que os colonos voltem a cultivar as áreas de “juquirá” ou capoeira. Nesse caso, há necessidade de adubação para correção do terreno.

A dificuldade para mecanizar os solos é outro grande problema enfrentado pelos agricultores familiares nas vicinais do Jatapu. Os colonos se queixam da falta de incentivo ao pequeno produtor, como assistência técnica e máquinas com arado para preparar melhor a terra para o plantio.

A despeito de tantos fatores negativos a banana tornou-se o principal produto agrícola do município de Caroebe e região, encontrando nos solos pobres da área excelente lugar para se reproduzir. Subsídios técnicos ao lado do esforço conjunto dos colonos em suas vivências cotidianas contribuíram para que ela alcançasse esta posição privilegiada entre outros produtos da agricultura familiar no município. Hoje sua produção é quase toda vendida para Manaus.

Segundo nos contou Marinete, foi seu esposo que iniciou a compra e venda de banana entre os agricultores da área:

Meu marido foi o primeiro comprador de banana daqui, foi, foi em 1982, que ele começou esse negócio dessa banana. Apareceu um caminhão aí e ele foi pra feira, aí lá, chegando nessa feira ele viu o pessoal vendendo, né, aí aqui nós tinha trinta pé de banana, ainda lembro até o tanto, trinta pé de banana, aí ele saiu por aí, tinha um home que tinha três cachos, outro tinha quatro cacho, não sei o quê, e juntaro, eu sei que ele fez sessenta e três cachos de banana, aí foi pra feira, aí de lá pra cá começou, ele começou, aí já, todo com um mês aí o pessoal [inaudível] a comprar banana, comprava cinco cacho de um, dez cacho de outro, três de outro e levava, e aí, foi indo [...].²⁵⁸

²⁵⁸ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

Dessa forma o Antônio, esposo de Marinete, iniciou seu negócio de compra e venda de banana primeiramente para Boa Vista. Isto se deu passados alguns anos de experiências na Perimetral, quando as lavouras de banana eram mais frequentes. A atividade propiciou melhores rendimentos aos produtores. A conjugação de uma série de fatores – clima favorável, solos propícios, matas virgens – resultou em uma grande produção, o que demandou um mercado bem maior.

Foi então que surgiu a ideia entre os bananicultores de negociar a produção para o mercado consumidor de Manaus. A princípio, a comercialização do produto era realizada através de agentes locais representando os compradores de Manaus, os "atravessadores". A criação da COOPARFAC, Cooperativa dos agricultores e agricultoras familiares de Caroebe, em 2004, possibilitou maiores ganhos para os produtores tanto em termos de produção, venda e logística.

A fundação de uma Cooperativa no município não eliminou a presença de agentes e atravessadores. Alguns depoimentos, ao mesmo tempo em que enfatizam a importância da banana para a economia local, remetem à figura do atravessador. Este, percorrendo as vicinias do Projeto, compra a produção pagando baixos preços na porta dos agricultores para levar ao mercado de Manaus. Em Manaus outros se encarregam de negociar com os comerciantes locais.

Segundo Raimundo Nonato:

Banana aqui é, a produção daqui é a banana. Aqui hoje o povo só mexe com banana. É, é, forte. Aí todo dia é desce duas, três, quatro; de quarta-feira em diante aí desce de cinco a seis carradas por dia. Pra Manaus. Tudo só pra Manaus, só Manaus. Eh! lugar da peste que come banana! Logo é grande, Manaus é grande. É, o daqui compra e vende pro outro, o atrevedor. Tem os atrevedor aqui e leva pra lá [...], compra nas vicinias, sai comprando e mandando pro outro. Pra Manaus, os comprador.²⁵⁹

Através deste depoimento podemos perceber que existe uma rede de agentes intermediando a compra e a venda do produto entre o Jatapu e as redondezas, e o mercado de Manaus. Na base desta cadeia está o produtor, o agricultor familiar, que teve (e tem) todo o trabalho de cultivar sua lavoura – o que para ele não representa nenhum fardo, pois este é o seu ofício – e que no cômputo final termina ficando com a menor parcela dos enormes lucros advindos da banana.

²⁵⁹ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

A venda para o atravessador comporta grandes perdas ao pequeno produtor que acaba vendendo o produto por preços bem abaixo do mercado. Assim, com a produção em crescimento e a consolidação dos laços comerciais com o mercado de Manaus, os produtores ficaram a mercê dos agentes dos comerciantes manauaras, possibilitando assim o escoamento da produção.

Antônio Lino Mundim explica com maiores detalhes como se dá essa relação entre o atravessador e o agricultor:

[...] o atravessador funcionava da seguinte forma, o, o quem tinha o dinheiro, quem tem o dinheiro fica lá em Manaus e contrata um, uns agentes, digamos assim, que é o que o pessoal aqui chama de atravessador, são esses agentes de cá, eles ganham uma porcentagem, um teor fixo por, na época era cacho pra fazer as pegas e enviar pro cidadão lá que tinha dinheiro e remita o dinheiro e vinha, fazia o pagamento e fazia essa tramitação era normal, era normal.²⁶⁰

Até que ponto os constantes prejuízos e desgastes advindos da negociação com atravessadores contribuem para que o colono perca o ânimo de produzir sua lavoura? Esse foi um dos motivos alegados por José Ferreira dos Santos para deixar de mexer com banana:

[...] antigamente eu colhia muita banana, vendia muita banana aqui, larguei de trabaiair porque, cê perde, cê vende, cê colhe a banana, quando um senvergõe [atravessador] vem te roba na tua cara você num pode fazer nada, né. Eu botava aí, na, no tempo aí, que a gente, eu cabei com as bicicleta tudim puxando banana praí ó, pra pista ali, e coisa, os caminhão entrava e tudo, né, a gente carregava banana na bicicleta, você botava ali relava a banana todo, o caba te robava todim, você num podia falar nada, né, carregava sua banana e num pagava [...] era um sofrimento, você passava raiva. [...] Nessa época produzia muita [...] muita banana, a gente tava com a ganância de trabalhar, né, e aí pra tratar de bandido [atravessador], até hoje os caba roba ainda, né. Ai eu desanimei de trabalhar, aí fui, fui incutindo com gado, né. Quando o negócio apertava vendia dois bezerro, fazia o rancho pra casa, né, que eu tinha minha fãmia, né e aí e foi indo, foi indo, eu fui largando de mexer com diabo de banana.²⁶¹

O agricultor tem plena consciência de que por trás da comodidade de vender seu produto na porta, no seu lote, como se pode perceber nas palavras de José, existe uma gama de fatores negativos que se refletem em enormes prejuízos para aquele que teve o maior trabalho: o pequeno agricultor.

²⁶⁰ Antônio Lino Mundim, entrevista concedida ao autor em 25 de março de 2014, na sede da COOPARFAC, Caroebe – RR.

²⁶¹ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

Ao fazer sua avaliação da bananicultura no Projeto Jatapu Manoel, ao mesmo tempo em que relembra a época na qual saía um grande volume de banana, aponta entre os elementos que possam estar contribuindo para a decadência da lavoura a presença dos fiscais ambientais:

Aqui, como eu lhe dizia, hoje a produção, ela tá pelo um terço [1/3], mais aqui, saía quinze, dezesseis carrada é, é por toda semana. Hoje tá saindo três, quatro. Aí fica, aí foi o tempo que, que o IBAMA vem aprontando um pouco, aí fica privado o, e a banana, a banana aqui é mermo que ouro. É porque o, há um tempo, agora a com uns, ela deu uma baixada, mais teve a dez conto. Um cacho de banana por dez conto, porque você corta na roça e bota na beira da estada, aí o comprador freta, é tudo por conta do comprador, o carregador, é livre. Então é muito dinheiro.²⁶²

“A banana aqui é mermo que ouro”, disse Manoel. A tabela a seguir mostra através de dados a evolução da produção de banana no período 2004-2012. Como não foi possível encontrar dados referentes ao Projeto, analisaremos o município de Caroebe como um todo. Ademais, este município ocupa uma área de 12.065,54 km², dos quais 52,70% pertencem a reservas indígenas. Os 47,30% restantes dessa área são ocupados por densas florestas e pelo PAR Jatapu. Acreditamos, portanto, que grande parte da produção agrícola de Caroebe venha desse Projeto.

Tabela 05: Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Permanente (Banana)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área cultivada (ha)	1.500	1.465	1.465	1.465	1.465	1.698	1.698	1.698	2.040
Quantidade produzida (ton.)	16.200	15.842	15.842	15.842	15.842	20.014	20.014	20.014	23.745
Valor produzido (mil reais)	6.156	6.337	6.368	6.527	7.821	10.407	11.207	12.008	16.622

Fonte: Tabela elaborada pelo autor baseado em dados do IBGE presentes em Cidade@*.²⁶³

Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99>

Acesso em: 31 de maio de 2014.

²⁶² Manoel Vítório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

* O Cidade@ é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar: gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada cidade brasileira.

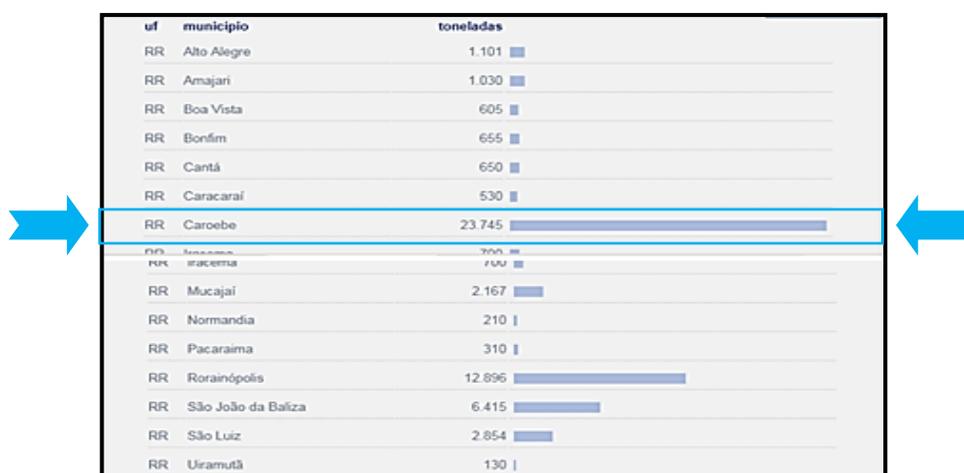
De acordo com os dados da tabela acima a área cultivada em hectares de banana entre 2004 e 2012 cresceu cerca de 26,47%, se mantendo estável em dois períodos: entre 2005 e 2008, com 1.465 e, entre 2009 e 2011 com 1.698 hectares cultivados. As estatísticas dos últimos dois anos do período indicam um crescimento da área de cultivo em torno de 16,76%.

Em 2004 o município de Caroebe produziu 16.200 toneladas de banana. A produção manteve-se entre 2005 e 2008, quando produziu 15.842, estabilizando-se em 20.014 toneladas no período 2009-2011. O ano de 2012 é representado por uma grande produção, sobretudo em relação aos anos iniciais da tabela, chegando à cifra de 23.745 toneladas, o que representa um crescimento cerca de 31,77% em relação a 2004 e de 15,71%, em relação a 2011.

Nos cinco primeiros anos de análise há um acréscimo de valor em 21,28%, com uma média de crescimento anual de 4,25%. Nos quatro anos seguintes esse valor cresceu a 37,9% (9,34% ao ano) e a 27,75% em relação aos dois últimos anos. Se considerarmos os valores produzidos entre 2004 e 2012, 6.156 mil reais e 16.622 mil reais, houve um aumento de 2,7 vezes desse valor.

Poderíamos explorar ainda mais estes dados, mas é o bastante para mostrar a força da banana para a economia do município e para os agricultores familiares. A tabela a seguir mostra o desempenho da lavoura em relação aos demais municípios. Como se pode observar, Caroebe é desparadamente o maior produtor de banana de Roraima, seguido por Rorainópolis e São João da Baliza.

Tabela 06: Produção agrícola municipal – lavoura de banana (2012)



Fonte: Disponível em: < <http://ibge.gov.br/2S5CJ> >.
Acesso em: 31 de maio de 2014.

De acordo com a tabela anterior os quatro principais municípios produtores de banana – Caroebe, Rorainópolis, Baliza e São Luís – encontram-se no sudeste do estado. A cultura da banana, portanto, vem contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. A proximidade de dois grandes mercados – Boa Vista a 350 quilômetros e Manaus a 600 – tem propiciado melhorias aos colonos, mesmo com a presença de fatores negativos restringindo a produção.

Além do cultivo de banana, outras lavouras permanentes constam na pauta da produção agrícola do município de Caroebe e com boa produtividade, conforme podemos observar nas tabelas a seguir.

Tabela 07: Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Permanente (Laranja)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área colhida (ha)	3	4	4	4	4	4	4	4	4
Quantidade produzida (ton.)	33	45	45	45	45	45	45	45	45
Valor produzido (mil reais)	15.000	16.000	16.000	16.000	18.000	18.000	19.000	19.000	22.000

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do IBGE presentes em Cidade@.

Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99>

Acesso em: 31 de maio de 2014.

A produção de laranja no município, exceto no ano de 2004 quando produziu 33 toneladas, se manteve estável a partir do ano seguinte (2005) até 2012, com 45 toneladas produzidas. Em termos de valores esse montante saltou de 15.000 para 22.000 mil reais, crescendo, portanto, 31,81% nesse período.

Entre outras lavouras permanentes mais representativas o município também produz mamão e limão. De acordo com dados do IBGE, em 2012 foram produzidas 15 toneladas de mamão, atingindo um valor de 8.000 mil reais.²⁶⁴ Para o mesmo ano foram produzidas 17 toneladas de limão, com um valor 6.000 mil reais.²⁶⁵ Esta fonte não forneceu dados sobre outras lavouras permanentes no município.

²⁶⁴ Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Permanente (mamão). Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/168FX>>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

²⁶⁵ Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Permanente (limão). Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/168FX>>. Acesso em: 31 de maio de 2014.

Os quadros a seguir mostram a produção agrícola do município em lavouras consideradas como temporárias: o arroz, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar; além de frutos como abacaxi e melancia.

Tabela 08: Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Temporária (Arroz casca)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área colhida (ha)	480	480	510	520	520	520	520	540	390
Quantidade produzida (ton.)	700	700	744	758	758	758	758	787	569
Valor produzido (mil reais)	392	315	372	455	455	493	530	550	512

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do IBGE presentes em Cidade@.
Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99>
Acesso em: 31 de maio de 2014.

Ao observarmos os dados com a produção de arroz em casca entre 2004 e 2012 – apesar de alguns acréscimos nesse intervalo em termos de área colhida, de quantidade produzida e valor produzido –, ela apresenta uma ligeira queda produtiva que talvez se explique por fatores relativos às dificuldades de se produzir arroz em solos de mata virgem. Como já foi dito, o IBAMA, dentro de suas atribuições busca controlar o desmatamento nas áreas reservadas dos lotes dos assentamentos e isto impede o agricultor sem recursos cultivar solos mais férteis.

Tabela 09: Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Temporária (Feijão)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área colhida (ha)	3	3	3	3	3	140	140	140	140
Quantidade produzida (ton.)	1	1	1	1	1	47	47	47	47
Valor produzido (mil reais)	2	2	2	2	2	87	91	94	103

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do IBGE presentes em Cidade@.
Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99>
Acesso em: 31 de maio de 2014.

A produção de feijão se manteve estável em todos os quesitos entre 2004 e 2008. A partir desse período ela deu um salto gigantesco em termos de área colhida de 3 para 140 hectares, crescendo em torno de 47 vezes; a quantidade produzida teve um acréscimo de 47 vezes. O valor produzido cresceu 43,5 vezes entre 2004 e 2009, se manteve crescente entre 2009 e 2012. O que representa um percentual de 15,53% entre 2009 e 2012; 11,56% 2010 e 2012; e, 8,73% 2011 e 2012.

Tabela 10: Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Temporária (Milho)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área colhida (ha)	190	190	190	200	200	200	200	200	170
Quantidade produzida (ton.)	270	270	270	284	284	284	284	248	241
Valor produzido (mil reais)	146	135	135	170	170	170	184	186	169

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do IBGE presentes em Cidade@.

Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99>

Acesso em: 31 de maio de 2014.

O milho, assim como o arroz, precisa de uma área bastante ampla para seu cultivo. De preferência em solos de mata virgem, no caso do PAR Jatapu. De acordo com o quadro acima, houve uma queda em todos os itens analisados para o período 2004-2012. A área colhida diminuiu 11,76%; a quantidade produzida caiu 12,03%; o valor produzido cresceu nesse intervalo algo em torno de 13,6%.

Tabela 11: Produção Agrícola do Município de Caroebe – Lavoura Temporária (mandioca)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área colhida (ha)	600	600	600	600	600	600	603	603	600
Quantidade produzida (ton.)	8.250	2.850	2.850	2.850	2.850	2.835	8.290	8.290	8.250
Valor produzido (mil reais)	2.970	2.888	2.888	3.135	3.135	3.300	3.730	4.891	5.363

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do IBGE presentes em Cidade@.

Disponível em: <cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99>

Acesso em: 31 de maio de 2014.

Entre os produtos da agricultura familiar do Projeto, a mandioca figura como a lavoura que pode ser cultivada até mesmo nos solos pobres de capoeira, geralmente cansados pelo cultivo de outras lavouras. Durante o intervalo em análise, os dados, com exceção do valor produtivo, se mantiveram muito próximos.

Tabela 12: Produção Agrícola do Município de Caroebe – L. T. (Abacaxi, cana e melancia)

Período (2004-2012)		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	Ac (ha)	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Qp (frutos)	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000
	Vp (mil reais)	4	4	4	4	4	4	3	3	4
Cana-de-açúcar	Ac (ha)	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Qp (ton.)	70	70	70	70	70	70	70	70	70
	Vp (mil reais)	16	14	14	23	23	23	24	28	28
Melancia	Ac (ha)	3	3	3	3	3	3	3	3	3
	Qp (ton.)	21	21	21	21	21	21	21	21	21
	Vp (mil reais)	11	9	9	10	10	10	10	11	12

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em dados do IBGE presentes em Cidade@.
Disponível em: cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99.>
Acesso em: 31 de maio de 2014.

De acordo com esses dados a produção de abacaxi e melancia no município ainda é pequena e se manteve estável no intervalo analisado. A cana-de-açúcar apresenta uma produtividade bem maior, em termos de área, quantidade e valores. Estes últimos variaram bastante nesse período.

Esses dados mostram que a agricultura familiar está em fase de crescimento, apesar dos problemas relativos à falta de assistência técnica e subsídios financeiros, mecanização e adubação dos solos, abandono e venda de lotes, principalmente na área do PAR Jatapu. Este, com uma área de cerca de 160.000 hectares, representa a maior parcela do território cultivado do município.

Os números demonstram que a despeito de alguns fatores de ordem técnica, entre outros, estarem dificultando a produtividade principalmente dos agricultores familiares do Projeto Jatapu, que representam a maior parcela dos agricultores do município, existe uma produção bastante significativa e que poderia ser bem maior, melhorando assim as condições de vida daquelas famílias.

4.2 – A Realidade atual no Projeto Jatapu

O abandono de lotes e uma crescente busca pela sobrevivência nas vilas e cidades mais próximas, ou mesmo na Capital, pode ser um bom indicativo de que o Projeto vivencia atualmente um estado de abandono. O que se pode deduzir através dos depoimentos é que poucos agricultores insistem na agricultura de subsistência, a não ser nas áreas mais recentes das vicinais. A lavoura de banana continua sendo o elemento de agregação da produção familiar.

As fazendas de gado – pequenas e grandes – a cada dia expandem mais e mais seus rebanhos numa área que a princípio seria criada para absorver famílias de pequenos agricultores, atualmente raros nas áreas mais antigas das vicinais, pois preferem mudar para os centros urbanos, em busca de trabalho e serviços de saúde e melhor educação escolar para os filhos. Ou, como dissemos antes, para as partes mais recentes das vicinais, onde a terra ainda é cultivável.

Apesar ser o sonho inicial de muitos colonos, apenas os grandes fazendeiros e alguns pequenos criadores com mais recursos conseguem se manter na pecuária. Desde o princípio da ocupação da área do Projeto os colonos viam na agricultura apenas uma atividade de passagem para a criação de gado. No entanto, como os insumos são caros poucos conseguem manter-se na pecuária. O quadro a seguir reflete o aumento do rebanho bovino e a diminuição de outros rebanhos.

Tabela 13: Efetivo do Rebanho no Município de Caroebe (Bovinos, suínos e galináceos*)

Período (2004-2012)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bovinos (cabeças)	20.000	20.000	20.000	21.600	24.000	24.200	30.950	51.985	51.451
Suínos (cabeças)	2.100	2.200	2.200	2.100	1.940	1.950	2.010	1.810	1.085
Galináceos (cabeças)	38.000	41.000	40.500	35.800	35.900	35.900	36.500	25.570	23.252

Fonte: Tabela elaborada pelo autor baseado em dados do IBGE presentes em Cidade@.

Disponível em: [<cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99.>](http://cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99.>)

Acesso em: 31 de maio de 2014.

* Galináceos: galos, galinhas, frangos, frangas e pintos.

Ao observarmos o quadro do rebanho podemos perceber dois aspectos bem distintos no período entre 2004-2012. Primeiramente o decréscimo dos rebanhos de suínos, em torno de 93,54%, e galináceos, 63,42%. Por ser uma atividade bastante familiar, sobretudo na área do Projeto, talvez a diminuição do número de cabeças de porcos e galinhas no período seja reflexo da busca de muitas famílias de colonos pela sobrevivência nas vilas e cidades mais próximas.

O outro aspecto reflete o aumento do rebanho bovino em 61,12% entre 2004 e 2012. Entre 2004 e 2006 se manteve em 20.000 cabeças, aumentando a partir daí, apesar de uma ligeira queda entre os dois anos finais. Implica dizer que a venda de lotes no Jatapu e a concentração de terras vem contribuindo para o desenvolvimento da atividade pecuária no município de Caroebe.

Ao lado da venda de lotes existe também um alto índice de grilagem de terras no estado de Roraima que certamente tem contribuído para aumentar ainda mais a concentração nas mãos de alguns poucos proprietários. O quadro seguinte mostra alguns dados da grilagem em Roraima e outros estados amazônicos.

Tabela 14: Grilagem de terras na região amazônica (Roraima no detalhe)

UF	Terras à Venda (ha)	Terras (até R\$ 300/ha)	Preço Médio (por ha)	Total (até R\$ 300/ha)
PA	6.995.167,10	R\$ 6.167.938,00	R\$ 59,27	R\$ 365.566.302,76
AM	4.169.348,00	R\$ 4.169.348,00	R\$ 128,08	R\$ 534.000.720,00
RR	55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 58,18	R\$ 3.200.000,00
RO	36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 188,44	R\$ 6.784.000,00
Total	11.255.515,10	R\$ 10.428.286,00	R\$ 87,22	R\$ 909.551.022,76

Fonte: Grilagem de terras na Amazônia: Negócio bilionário ameaça a floresta e populações tradicionais, 07 de março de 2005 (p. 3). Disponível em: www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf >.

Acesso em: 14 de junho de 2014.

Como se pode observar acima, o Estado de Roraima com 55.000 ha de terras à venda, ocupa a terceira posição na região amazônica, perdendo somente para os estados do Amazonas e Pará.

A vicinal 06, onde se concentra grande parte dos entrevistados, tem em torno de 32 quilômetros de extensão e, partindo-se à direita da Perimetral até a metade desse percurso encontraram-se grandes fazendas e poucos colonos. Outras vicinais percorridas durante a fase de pesquisa não apareceram em nada distintas da vicinal 06 e de parte da Perimetral dentro do PAR Jatapu.

Tratando especificamente do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, o que pudemos constatar foi que os agricultores familiares atualmente enfrentam uma dura realidade. Realidade esta que Benedito conhece bem. Seu depoimento revela que existe um certo favorecimento dos grandes proprietários, sobretudo quando se trata de fazer um financiamento:

Então, se você não tiver uma boa condição [...], esse negócio de financiamento, [...]. É uma casualidade um que vive se batendo, quando aparece por essa Agricultura aí, como eu vejo, tem gente aqui com três ano se batendo por um, uma, um financiamento da Agricultura nunca consegue, sendo que tem condição, tem muito pasto, tem condição, é veterano no lugar, tem o documento tudo quitadim e num consegue, nam. Só consegue quem já tem, tá com o pudesão na mão. Agora quando eles precisa dum adubo, dum calcário, que vai trazer pros colôe, nunca chega pro colôe, mais vá lá no rico que ele já tratou [...] de puxar todim, bota pro que é dele. Isso aí eu digo porque eu já vi várias veiz.²⁶⁷

Nessa perspectiva, os colonos não veem outra saída para permanecer no lote e muitos manifestam o desejo de ir para a cidade, como nos falou a agricultora Sueli. Somente aqueles que têm melhores condições e fortes vínculos com a terra ainda permanecem. Os problemas se acumulam, entre os quais a falta de conservação das vicinais e das pontes que estão quase caindo, a falta de assistência técnica e de incentivo à produção familiar, dentre muitos outros.

Figura 15: Ponte em mal estado de conservação na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

²⁶⁷ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

A falta de incentivo à agricultura familiar se traduz em mudanças na forma de consumo dos próprios agricultores. Nesse sentido, apesar de os números anteriores mostrarem que existe uma produção agrícola no município, produtos que antes eram produzidos nas lavouras de subsistência hoje são adquiridos através de compra. A lavoura da banana possibilita um maior rendimento da terra e esta é a perspectiva do colono, como se pode perceber na fala de Benedito:

Aqui a maior parte do povo, 90% hoje, 90%, ele compra arroz comprado, come arroz é comprado, ele come feijão é comprado, ele come tudo é comprado, come a farinha comprada, né. 90%. Não faz farinha, não mexe com, com a cana, mais ninguém quer mais mexer, ninguém mexe com arroz, ninguém mexe com feijão, ninguém mexe com nada, só com a banana.²⁶⁸

As estimativas do depoente talvez não reflitam bem a realidade, mas em um passeio por diversas vicinais do Projeto permite perceber que são inexistentes as lavouras de arroz e feijão. Com raríssimas exceções aparecem roças de mandioca. As plantações de banana embora não sejam visíveis, mas fazem parte do cotidiano do colono. Com o dinheiro da venda da banana ele compra a alimentação da família. Claro que nem todos os colonos vivem essa situação.

Na ausência de políticas de incentivo à produção familiar os programas Bolsa Família²⁶⁹ do governo federal, e Crédito Social²⁷⁰ do governo do estado de Roraima têm contribuído para amenizar a situação de muitas famílias no Projeto Jatapu. De acordo com Benedito muitas dessas famílias:

²⁶⁸ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁶⁹ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do programa, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas. Disponível em: <<http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>>. Acesso em: 04 de abril 2014.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, focalizado em famílias pobres cadastradas em cada município do país. Resultante da unificação de diferentes programas, foi instituído por lei em 2004. O valor do benefício, reajustável por decreto, varia conforme a renda domiciliar per capita da família, o número e a idade dos filhos. Esta série apresenta o número de famílias beneficiadas pelo programa em dezembro de cada ano. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 14 de junho de 2014.

²⁷⁰ O Crédito Social (antigo Vale Alimentação) é coordenado pela Secretaria da Promoção Humana e Desenvolvimento (SEPHD) em parceria com a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES). O programa de transferência de renda foi lançado em agosto de 2011 para beneficiar mais de 50 mil famílias de baixa renda em Roraima, com o valor mensal de R\$120,00 e oferecer palestras educativas, cursos de capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.eusouphd.rr.gov.br/index.php/programasmenu/creditosocial>>. Acesso em: 04 de abril de 2014.

sobrevive dessa, dessa arrumação dessa Bolsa Família que hoje melhorou muito, pras mães de família, tem sido uma ajuda muito grande pra muitas delas, né [...]. Aí hoje é o Vale Alimentação [...]. Não dá nada mais, aí o povo, muita gente se apegou, que num dá nada mais ajuda. O caba compra pelo menos um fardo de açúcar, uma caixa de óleo, né. Então, é melhor de que nada.²⁷¹

Apesar de não solucionarem os problemas vivenciados atualmente no Projeto Jatapu, o Bolsa Família e o Crédito Social têm sido uma ajuda muito grande para os colonos, sobretudo em função das dificuldades de se praticar a agricultura familiar. O quadro a seguir mostra os números do Programa Bolsa Família no Estado de Roraima, no período estabelecido entre 2007 e 2012.

Tabela 15: Números do Bolsa Família em Roraima (Caroebe no detalhe)

Sigla	Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RR	Alto Alegre	1.677	1.610	1.775	1.698	1.690	1.672
RR	Amajari	729	742	966	1.006	1.062	1.006
RR	Boa Vista	16.343	16.473	21.174	21.481	22.756	23.831
RR	Bonfim	1.046	1.130	1.296	1.569	1.696	1.833
RR	Cantá	910	1.104	1.568	1.853	2.069	2.090
RR	Caracarái	1.726	1.892	2.342	2.366	2.535	2.713
RR	Caroebe	1.184	1.154	1.143	1.083	1.195	1.246
RR	Iracema	775	730	834	929	1.287	1.384
RR	Mucajá	1.866	1.848	1.924	1.820	2.293	2.378
RR	Normandia	783	880	939	1.032	1.083	1.050
RR	Pacaraima	1.001	1.114	1.170	1.149	1.271	1.270
RR	Rorainópolis	2.057	2.350	3.147	3.341	3.451	3.572
RR	São João da Baliza	877	896	986	865	936	1.018
RR	São Luiz	634	737	806	831	983	965
RR	Uiramutã	736	962	1.131	1.190	1.268	1.275

Fonte: Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 14 de junho de 2014.

Em Caroebe, segundo Benedito, existe uma carestia absurda, que acaba sendo amenizada pela ajuda governamental:

Então se torna tudo difícil. Por que que hoje nós temos um preço duma farinha absurda dessa aqui, trezentos real um saco de farinha, aqui, pra vim pegar aqui, assim mermo é todo mundo doido, porque ninguém quer plantar, ninguém mexe. Aqui é pouca gente que mexe com farinha. Quando eu cheguei aqui muita gente mexia cum goma, tirava um polvilhozinho pra vender, aí isolaro, acabou, parô, parô, parô.²⁷²

O saudosismo em relação aos primeiros tempos de Jatapu, quando ainda era possível ao agricultor botar sua roça sem nenhuma preocupação de derrubar a mata virgem e, desse modo colher grande safra de arroz entre outros, faz com que alguns

²⁷¹ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁷² Idem.

depoentes associem este período ao das administrações de Ottomar Pinto como um período de grande prosperidade e desenvolvimento.

Como disse José Ferreira dos Santos nessa época o povo vivia

animado trabaiano, aqui saía era de caminhão de arroz meu, cada, cada colõe desse enchia um caminhão de arroz, tinha aquela vontade de trabaiaar, agora não, desanimou tudo, agora não tem mais não. Uns morreu, os antigo morreu tudo, agora tem só os novo, os novo num quer trabaiaar mais.²⁷³

A questão a se refletir é até que ponto a falta de técnicos agrícolas, insumos, financiamentos, conservação das estradas, o asfaltamento da Perimetral têm tirado essa “vontade de trabaiaar” do colono, como falou José.

“Não quer trabaiaar mais” traz implícito, “não pode mais trabalhar”. Os tempos iniciais personalizado na figura do governador Ottomar Pinto, como um tempo de fartura, nos remete à reflexão de que naquele tempo ainda havia muita terra virgem, fértil, e logicamente as primeiras lavouras devem ter sido, de fato, abundantes. Assim, a euforia gerada pela propaganda governamental, os bons resultados iniciais aliados à falta/ocultação de um estudo prévio que mostrasse as reais possibilidades da utilização do solo no longo prazo, atraíram centenas de trabalhadores ludibriados com a promessa de terra fácil e alimentou o sonho de melhores condições de vida desses trabalhadores.

Bastante politizado, conhecedor das mazelas do sistema político municipal e estadual, José Ferreira mostra clareza dos jogos políticos que se realizam ali. Ele mostra uma visão bastante incisiva em relação à forma como as administrações tanto estadual quanto municipal se comportam diante das necessidades dos colonos do Projeto Jatapu.

Aqui e um lugar sem jeito que aqui só é política, tudo através da política, se a gente tem, vem alguma coisa, é através de política. Aqui, o povo aqui rapaiz, sei lá, pra você vê ó, a estrada nossa acabada, não, acabou, o povo [governantes] só começa na época do, da, do inverno.²⁷⁴

Toda essa situação de restrições e dificuldades colabora para que os colonos construam em suas memórias um passado de idealizações e fartura, personificado principalmente na figura do governador à época da implantação do Projeto Jatapu.

²⁷³ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁷⁴ Idem.

Podemos notar suas falas repletas de alusão ao tempo do Ottomar como um tempo bom em que os carros de feira levavam os colonos com sua produção para a Feira do Produtor Rural em Boa Vista e depois traziam de volta para as vicinais. Época na qual havia apoio, estradas conservadas, entre outros incentivos que faziam com que o colono trabalhasse com mais ânimo.

Esse mesmo período – quando o colono podia plantar livremente na mata e, conseqüentemente produzir mais – é tido por alguns depoentes, entre os quais José Ferreira, como uma “temporada boa”:

Mais no tempo do Ottomar era bom, era tão bom, divertido, o povo, o colôe trabaiva demais, saía carrada de arroz, né, o povo trabaivando. Tinha cooperativa, é, no Novo Paraíso, comprava o arroz, e mais os marreteiros comprava aqui também, moço, tinha usina aí grande aí pra limpar arroz, no Caroebe, né. Hoje cabou tudo, pararo tudo. Isso aí vei forno, o Ottomar botou forno de farinha, pra nego trabaivar, fazer farinha, aqui chegava, sinhô oiava, chegava aí no, no sítio aí sinhô oiava, tinha dois, três alqueire de mandioca, macaxera, hoje cabou-se, sinhô num chega, sinhô num topa mais, até a rama [maniva] hoje pra você prantar um alqueire de macaxera, num tem, num tem, pode caçar aí. Teve uma temporada boa, meu!²⁷⁵

Enquanto os colonos acreditavam que havia realmente uma “temporada boa”, o governador Ottomar por seu turno, segundo dizem os entrevistados, costumava desembarcar nas vicinais distribuindo “abraços”, cestas básicas, motosserras, redes, ferramentas. Esperto, ele sabia que esta maneira tão “amável” de lidar com o povo das vicinais se refletiria positivamente a seu favor, pois não conheceu derrota nas “urnas” em toda aquela região.

Assim como José entre outros depoentes, Benedito também demonstrou seu saudosismo em relação às administrações do governador Ottomar Pinto – que a seu modo de ver mantinha uma relação do tipo paternalista com os colonos – como uma “temporada boa”:

Então muita gente aí trançava muito, chamava o Ottomar de papai, a Marluce [esposa] de mamãe. Mas ele era muito cativo. Pois é, ele era aquela pessoa que vivia trançando com o povo aí, umas coisinha, era um peixe, distribuindo um peixe, cum história de cesta básica, era um feijão, era um arroz, era isso, era aquilo, né, era rede [...], e aí dividia com todo mundo, era aquele carinho cum as mãe de família, tanto ele como a muié dele, né.²⁷⁶

²⁷⁵ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁷⁶ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

Nas memórias do entrevistado não aparece a exaustão do solo como fator determinante para a baixa produção agrícola encontrada atualmente, ele associa a maneira como o governador lidava com os colonos a uma maior produtividade, pois nessa época “Caroebe criou força, estrada tinha boa pra poder puxar mantimento, e aquele negócio todo, todo mundo produzia bem, e aí, foro espichando as vicinal, e começou chegando gente”.²⁷⁷

Nota-se, portanto que esses colonos têm um olhar bastante crítico sobre sua realidade atual. Compreendem e se indignam com o que consideram abandono do Estado. Tecem críticas contundentes ao poder político municipal, estadual e também à nível federal. Este último principalmente na figura do IBAMA que administra a política ambiental na área do Projeto, embora reconheçam a importância de manter as reservas de matas dos lotes.

Estes trabalhadores se percebem como importantes produtores de alimento, entretanto denunciam a falta de apoio com projetos inclusivos, insumos e técnicos, que possibilitaria aumentar e melhorar a produção. Por outro, estes sujeitos não têm conseguido uma coesão que de fato os fortaleça como grupo. Entre os depoentes, poucos utilizam os serviços da Cooperativa para vender sua banana. O Sindicato é visto mais como facilitador de benefícios que propriamente um instrumento de luta.

Nessas circunstâncias, o colono tem consciência de que é necessário ter uma “assistência adequada” para produzir mais, melhor e em conformidade com as leis ambientais. Na perspectiva do agricultor não existe alternativa para se produzir a banana, o arroz, feijão e preservar o meio ambiente. Este aspecto fica bastante claro nesse trecho do depoimento de Marinete:

Aí passou uns ano [...] e vem tocando por conta, nunca teve assim uma assistência adequada, né. Nem da Secretaria de Agricultura, porque eu acho que o certo que nem hoje, se fala em meio ambiente aqui, né, que tá proibido de derrubar [...], mais eu, o que eu acho é o seguinte, que o, o governo do Estado, prefeitura, né, devia se, se reunir e fazer um, digamos mutirão, né, pra ajudar as pessoa a trabalhar, porque, por exemplo, como é que nós vamo fazer pra produzir uma banana? Que a, a cultura daqui é o que se planta, senão não tem uma técnica, né, senão não sabe o que vai ou que num vai dar cetra, se nós não tem um trator, não tem, como é que nós vamo trabalhar? Né? O que nós sabe é roçar mato e derrubar de machado, e tá proibido.²⁷⁸

²⁷⁷ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁷⁸ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

Assim não é possível levar adiante a agricultura da banana, como também o cultivo de arroz, feijão entre outros, uma vez que os solos da região são pobres para tais produtos. A ausência de técnicos com pesquisas de lavouras alternativas que possam ser cultivadas em áreas de capoeira, refletem as perplexidades dos colonos. Como bem lembrou Marinete: “como é que nós vamo trabalhar? O que nós sabe é roçar mato e derrubar de machado, e tá proibido”.²⁷⁹

A atuação do INCRA no município de Caroebe em particular, e no Projeto em especial, na visão de alguns colonos não é das mais positivas, pois compreendem que tal órgão, como instrumento do jogo político, tem se submetido aos interesses políticos locais, passando das mãos de um para as mãos de outro, deixando àqueles que realmente necessitam do auxílio pagar o ônus do descaso.

É assim que Marinete reflete sobre a atuação ou descaso do poder público em relação aos agricultores do PAR Jatapu:

Dessa parte aí existe um pequeno descaso do INCRA. Aí, no, no começo, até que a gente achava que ia ter mais um desenvolvimento por parte deles, mais interesse, mas depois aí esfriou tudo. O INCRA um tempo tá na mão de um, um tempo tá na mão de outro, aí, faz que nem diz da história, eu acho que virou foi um jogo político. E política hoje em dia tá complicado. E aí, aqui na nossa região é isso aí.²⁸⁰

É interessante notar como José Ferreira dos Santos, ao mesmo tempo em que corrobora com Marinete, tem clareza das artimanhas e interesses que se fazem presentes no órgão público. Para ele, só se consegue algo através de uma troca de interesses: “aqui só é política, tudo através da política”.²⁸¹ Nessas circunstâncias se sente desestimulado e de mãos atadas.

Importa notar que neste contexto, aqueles trabalhadores, cujos vínculos com a terra são mais tênues não se sentem impulsionados a permanecer nela, reúnem a família e os poucos recursos conseguidos com muito custo: o lote, alguns animais, vende e se muda para as vilas e cidades vizinhas. Muitos deixam a lavoura para só retornarem na época das colheitas. Outros simplesmente vendem ou abandonam o

²⁷⁹ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

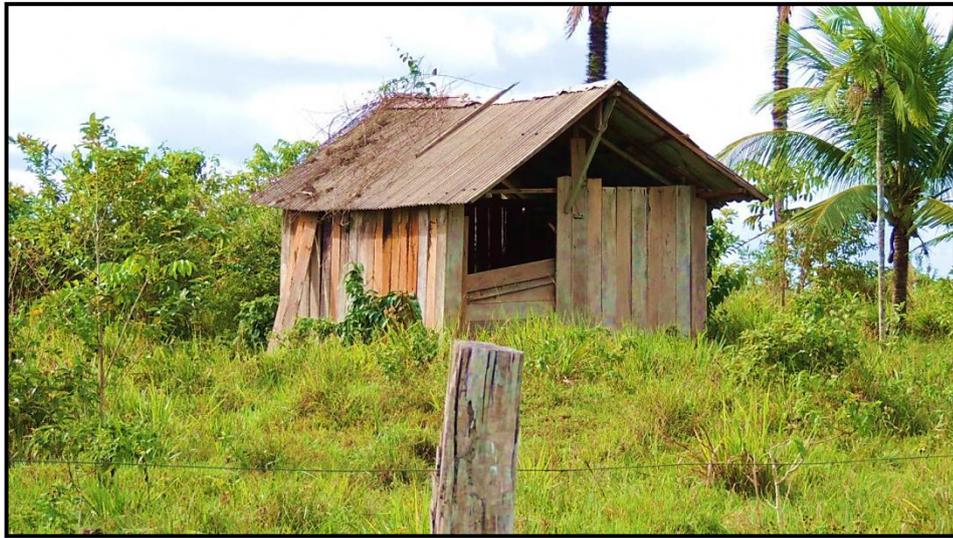
²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

lote à juquira,²⁸² cuja voracidade, em poucos meses devora anos de luta e sonhos em vão à beira de uma vicinal.

O aspecto atual da vicinal 06 é significativo desta realidade, que pouco difere das demais, conforme se pode observar nas fotos a seguir. Realidade esta marcada pelos lotes abandonados, a presença de grandes fazendas de gado, a diminuição da agricultura familiar e a falta de colonos habitando o seu lote.

Figura 16: Neste lote da Vicinal 06 o barraco no mato reflete o abandono



Fonte: Foto do autor (2014)

Figura 17: Lote abandonado em meio à “juquira” na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

²⁸² A “juquira” é o nome local dado à capoeira, ou mata que cresce após a derrubada da mata virgem para o cultivo de roças de subsistência.

No lote da página anterior (figura 17) resta apenas o antigo curral tomado pelo mato. Na figura seguinte, esta casa de alvenaria com chapisco e em bom estado de conservação indica que foi abandonada recentemente.

Figura 18:

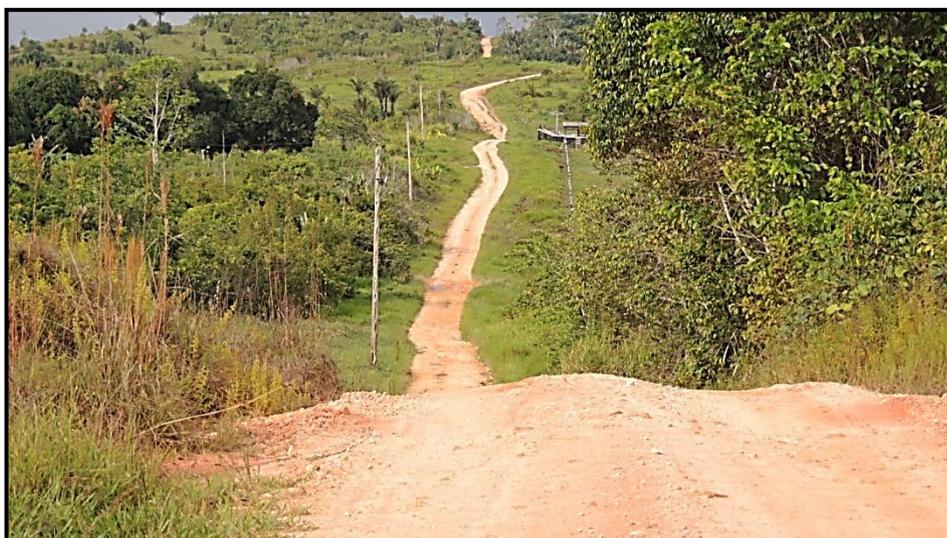
Casa de alvenaria e reboco em um lote abandonado na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

O aspecto da Vicinal 06 – frente dos lotes ou das fazendas desmatados para formar pasto, onde cresce uma mata de tipo capoeira (juquira), ou mesmo pasto – é comum às outras vicinais e à Perimetral Norte (figura 19).

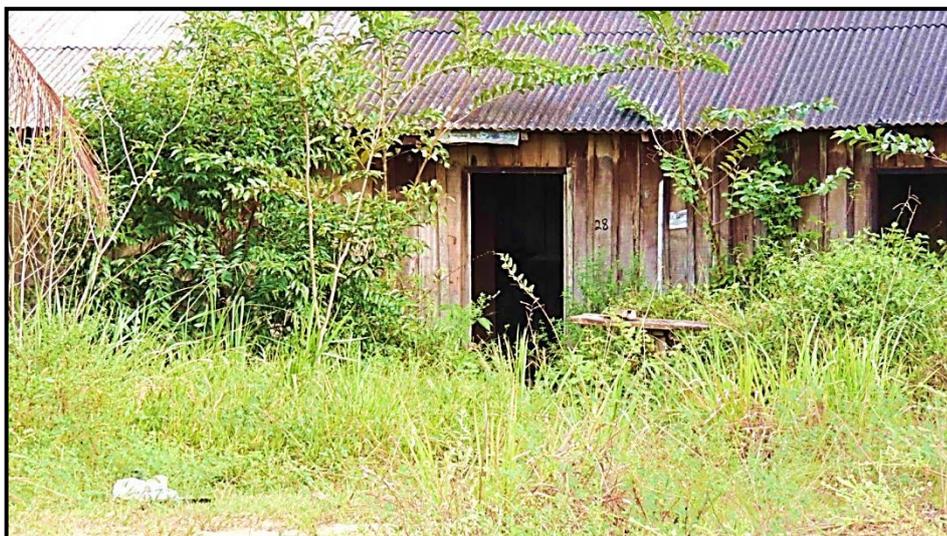
Figura 19: Aspecto da vicinal 06 nas proximidades do Km 16



Fonte: Foto do autor (2014)

As figuras 20 e 21 são do mesmo lote, abandonado. Como se pode perceber, tomada pelo mato crescido, a casa, que parece desabitada há muito tempo, deve ter abrigado uma família bastante numerosa.

Figura 20: Casa com portas e janelas em lote abandonado na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

Nessa tomada da mesma casa percebe-se o porte de luz, um transformador, o contador, e no centro a residência, cercada por alguns coqueiros, demonstrando a criatividade do antigo morador. Ou de antigos ocupantes, pois é comum na vicinal o colono abandonar ou repassar o lote enquanto busca lotes melhores.

Figura 21: Lote abandonado na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

A venda e o abandono de lotes, como se verá no tópico seguinte, é um fator ainda muito presente não apenas nas vicinais do Projeto Jatapu, como também em outros assentamentos do INCRA no estado.

Figura 22: Lote abandonado e à venda na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

Figura 23:

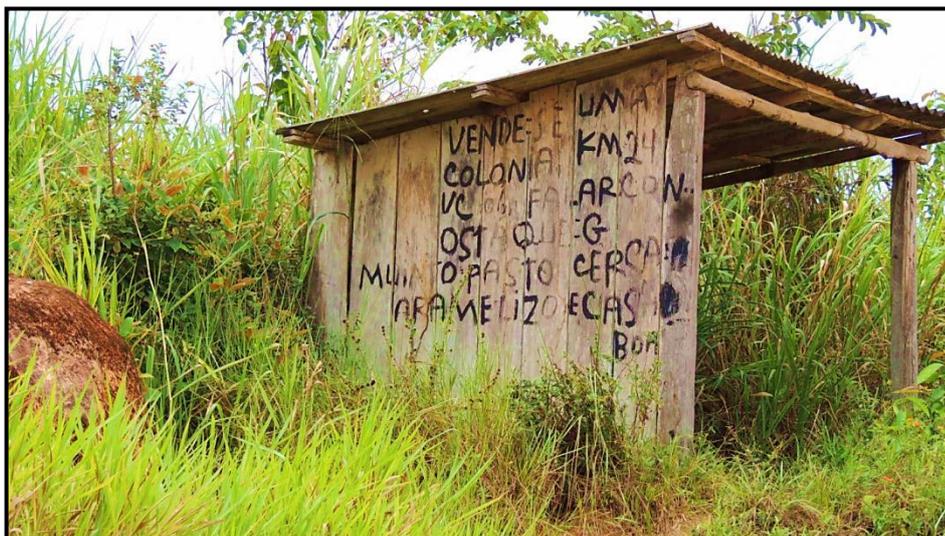
Entrada da Vicinal 06: a cerca de 15 quilômetros de Caroebe



Fonte: Foto do autor (2014)

À entrada da Vicinal 06, de frente para a rodovia Perimetral Norte, a parada de espera pelos transportes (Figuras 23 e 24) está sendo utilizada para anunciar a venda de um lote no Projeto Jatapu.

Figura 24: Anúncio da venda de um lote na Vicinal 06



Fonte: Foro do autor (2014)

No anúncio da venda de um lote na foto acima está escrito: “Vende-se uma colônia, Km 24, Vc [vicinal] 06, falar com Ostaque G. Muito pasto, cera [de] arame lizo e casa boa”.

A venda e o abandono estão presentes em todas as vicinais do Projeto. Aliás, esta é uma realidade presente em outros assentamentos do Estado. Deste lote na Vicinal 04 (figura 26) restou apenas a fundação da casa e as fruteiras: mamão, os coqueiros, bananeira.

Figura 25: Lote abandonado na Vicinal 02



Fonte: Foto do autor (2014)

Figura 26: Lote abandonado na Vicinal 04



Fonte: Foto do autor (2014)

A questão dos financiamentos, apesar de muitos terem título definitivo, é outro problema e ninguém entre os depoentes se mostrou encorajado em financiar algum projeto para seu lote. As barreiras da burocracia, falta de orientação e as altas taxas de juros cobradas pelos bancos contribuem para dissuadir o pequeno agricultor de algum investimento mais volumoso em seu lote.

Sueli pensou em fazer um investimento em sua propriedade, só que a falta de orientação impediu que levasse o projeto adiante:

Muitas vez tem um financiamento, ah! pra nós fazer isso, igual nós mermo, nós tava pensando em fazer um financiamento pra fazer uma farinheira, uma farinheira verdadeira mermo, assim, cum tudo rumadim, pra exportar farinha pra fora, né. Mais como? Se nós num tem orientação de nada, nem pra fazer um, se você num ouvir pela televisão, você num sabe nada não.²⁸³

Nem sempre ter a documentação exigida é a garantia de conseguir financiar um projeto. Além disso, os poucos que se arriscam não têm conseguido, mesmo com uma condição melhor que a grande maioria dos colonos e correndo o risco de pagar um alto preço na hora de quitar o investimento. Nessas circunstâncias, muitos terminam não realizando seus projetos. Foi o que nos contou Benedito:

Pergunte aqui quem é que quer trabaiair com financiamento, ninguém, porque quando eles faiz um financiamentozim, na hora de pagar, o juro do banco

²⁸³ Sueli Rodrigues Carneiro, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

come tudo, e aqui é um ligar que o gado só vai se tiver um bom tratamento, um bom, um bom pasto. Bateu, se bater vinte dia de sol, as água se acaba, o capim fica desse jeito aí ó [...] como é que o povo vai, aí não tem como, o gado baixa [...] a carne, baixa a banha [...] você vai vender, desvaloriza, né. Então, se você não tiver uma boa condição, pra você tocar por sua conta, não, pode esquecer disso aí, porque, esse negócio de financiamento, não leva, aqui o povo não quer, não faz.²⁸⁴

Às vezes o agricultor para continuar vivendo da terra e produzindo alimento da forma como é possível produzir tem que traçar estratégias para negociar com o poder público. Este se esforça com os poucos recursos de que dispõe para trabalhar dentro da legalidade, em conformidade com as leis ambientais. Foi o que nos disse Marinete:

Graças a Deus a gente num tem nenhuma multa até agora, então deixa do jeito que tá. Nós tem três lote ali na “08”, na vicinal 08. Esse lá, da, faz que nem diz a história, nós tamo deixando mais pra hora da briga, porque se o IBAMA chegar muito aplicando, apertando aqui, aí a gente pode muito bem, que nem , tem muita gente que doa né, uma área de terra pro meio ambiente, nós tem essa lá. Nosso problema lá, é só esse, nós num, a gente num quer desmatar lá, porque é pra gente doar pro INCRA [IBAMA], pra gente poder trabalhar assossegado. Pro INCRA não, pro meio ambiente. Se ele precisar, temos a documentação dos nossos lote, é desmatamento lá, nós tem documentação toda. Tudo regularizado. Tudo regularizado. Graças a Deus temos um prestígio perante a sociedade, todo mundo conhece nós.²⁸⁵

Em virtude de tais circunstâncias, os colonos têm que estar constantemente reinventado meios para sobreviver e se manter no lote, do contrário, a situação os obriga a abandoná-lo, como se verá a seguir. Alguns entrevistados dirão a respeito da venda de lotes que esta vem decaindo ultimamente. Contudo, como mostram as imagens acima, bem como um passeio pelas vicinais do Projeto podem confirmar, o negócio de terras na área continua firme.

Este tópico buscou mostrar a realidade vivenciada por famílias que a despeito das circunstâncias um tanto desfavoráveis, ainda assim mantêm firme a esperança de alcançar dias melhores no Projeto, com políticas sociais inclusivas, assistência técnica, estradas asfaltadas, financiamentos adequados às condições do agricultor, boas escolas, postos de saúde; enfim, tudo aquilo que estes sujeitos consideram como uma qualidade de vida mais digna no campo.

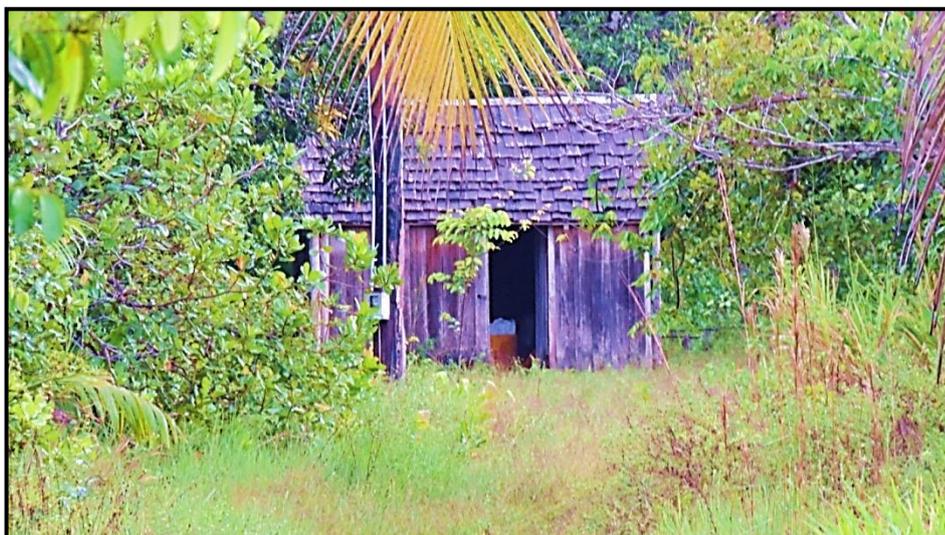
²⁸⁴ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

²⁸⁵ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

4.3 - Venda e abandono de lotes nas vicinais do Projeto Jatapu

Quem percorre algumas vicinais do Projeto se depara com a triste realidade representada pelos inúmeros lotes abandonados. Um aspecto desolador toma conta das estradas e é possível se percorrer dois, três quilômetros, às vezes até mais, sem encontrar uma família assentada. As áreas frontais dos lotes estão tomadas pelas pastagens, no meio das quais surgem as casinhas rústicas, à moda dos primeiros tempos, abandonadas, sufocadas pelo mato que cresce insistentemente, conforme se pode observar na figura seguinte.

Figura 27: Casa de madeira abandonada nomeio do mato na Vicinal 06



Fonte: Foto do autor (2014)

Outros lotes evidenciam como sinal de ocupação antiga algumas fruteiras misturadas com as árvores nativas da floresta. Ali com certeza se estabeleceu uma família de jovens colonos, cheios de projetos e utopias. Que através dos anos de trabalho e espera, foram se deparando com a dura realidade que passou a fazer parte de sua rotina: a terra fraca, o descaso e o abandono.

Como sujeitos da própria história eles elaboram estratégias de resistência, que em muitos casos implica na venda e abandono do próprio lote. Não o abandono puro e simples, desistir da luta, mas a busca por uma vida menos sofrida. Sem perspectivas de melhora, vivem o dilema entre permanecer na “terra prometida” ou retornar para a terra que um dia expulsou seus pais.

O trabalhador sabe que ao longo da história de ocupação da área tem sido muito mais fácil adquirir um pedaço de terra do que propriamente permanecer nele. Em vista disso a venda e abandono de lotes nos assentamentos das margens da Perimetral Norte, entre outros do estado, é uma realidade que está presente desde sua criação pelo INCRA, no fim dos anos 1970.

São muitas as causas que, conjugadas, podem estar contribuindo para que se chegasse à situação atual, como a evasão de colonos para os garimpos durante o “boom garimpeiro” da década de 1980, o retorno para outros estados da Amazônia, a necessidade de dar estudo para os filhos na cidade, a falta de políticas de estímulo à agricultura familiar ou, como defende Maria José dos Santos,²⁸⁶ como forma de resistência à proletarização, ou para permanecer no campo.

O jornal *Folha de Boa Vista*,²⁸⁷ edição de 08 de junho de 1993, noticiou que naquela ocasião muitas famílias estavam migrando de Roraima para o estado do Acre, por falta de incentivo aos produtores. Informou ainda o jornal que um total de 60 famílias já haviam mudado para o município acreano de Acrelândia, a 230 km da capital, inclusive o ex-prefeito de São João da Baliza.

Segundo essa mesma fonte, o problema que estava causando a evasão de colonos da região do Baliza e São Luís era o excesso de chuvas devido ao rigoroso inverno, que havia impedido os agricultores de queimarem suas roças. As vicinais estavam intransitáveis e o desperdício da produção de banana por falta de estrada para escoamento era geral, concluiu a matéria.²⁸⁸

A respeito do abandono de lotes nos projetos da Perimetral, Nilson Crócia de Barros,²⁸⁹ referindo-se ao final dos anos 1980, afirmou que enquanto prosseguia o abandono de lotes pelos colonos mais antigos, se verificava por outro a chegada de novas famílias em busca de terra na região.

O abandono de lotes foi marcante por volta de 1987, quando ocorreu uma forte evasão de homens dos projetos de assentamentos, principalmente em função da atração exercida pelos garimpos, mas também pelas fortes chuvas que caíram no

²⁸⁶ SANTOS, Op. cit., 2010, sobretudo o Capítulo IV.

²⁸⁷ “Sul pode enfrentar dificuldades”. *Folha de Boa Vista*, 08/06/1993, p. 3.

²⁸⁸ “Sul pode enfrentar dificuldades”. *Folha de Boa Vista*, 08/06/1993, p. 3.

²⁸⁹ BARROS, Op. cit., 1995, p. 221.

período 1988/89, deixando os colonos da Perimetral, sobretudo de Caroebe isolados por meses, sem serviços de saúde, escolas, entre outros. A distância e o isolamento contribuíram para esta situação.²⁹⁰

As entrevistas evidenciam que as famílias de agricultores estabelecidas nas margens da Perimetral enfrentaram e continuam enfrentando inúmeras dificuldades para trabalhar e se manter no lote. Tais dificuldades iniciaram com o deslocamento. Na sua grande maioria trazem todo um histórico de migrações por várias regiões do país, iniciadas ainda com os pais ou os avós. Quase todos chegaram a Roraima em grupos familiares, em cima de caminhões paus-de-arara, depois de viagens longas e cansativas, conforme tratamos no capítulo anterior.

Ao estabelecer-se no lote, que não foi uma tarefa das mais fáceis, em função das grandes distâncias percorridas nos picadões – futuras vicinais do Projeto – já bem afastados da vila onde geralmente alojavam provisoriamente a família, o colono passou a sofrer com a falta de estrutura, comércio, atendimento médico, escolas, invernos rigorosos. A criação de projetos de assentamento não conseguiu solucionar a maioria dos problemas resumidos no tópico anterior, que foram se acumulando ao lado de outros que foram aparecendo.

A convivência familiar e aprendizagem ao lado de parentes, amigos e vizinhos de vicinais possibilitou a estes sujeitos – homens, mulheres, jovens e crianças – criar mecanismos de resistência a tais dificuldades. Assim, eles foram aprendendo a suprir as necessidades com os recursos naturais. Das plantas e cascas de árvores fabricavam medicamentos; das árvores, a madeira para as habitações e canoas para a pesca; dos frutos, castanha e proteínas; a caça abundante fornecia carne e pele – onças, gatos – que rendia algum dinheiro para se abastecer na “distante” vila mais próxima dos gêneros que a floresta não fornecia.

Por mais contraditório que possa parecer, um dos principais artifícios usados pelos colonos nas áreas de projetos da Perimetral, e em outras regiões do Estado, é passar adiante um lote já situado e mudar-se para um “picadão”, ocupando uma nova área, em busca de terra fértil ou de recursos para investir no novo lote. Esta é uma das formas que encontram para resistir à proletarização resultante da invasão do capitalismo no campo, e que tem dado origem a novas vicinais.

²⁹⁰ BARROS, Op. cit., 1995, p. 223-4.

As entrevistas mostram que a grande maioria dos colonos se utilizou deste artifício para adquirir uma terra melhor que a anterior – ou anteriores – pois alguns já passaram por vários lotes neste como em outros projetos, às vezes até em outras áreas da Amazônia. Dos entrevistados, apenas dois admitiram estar no mesmo lote que ocuparam na época da chegada à Perimetral. Enquanto os outros deixaram transparecer indiretamente que já tiveram e/ou têm outros lotes.

Nesse sentido, o abandono do lote pelo colono pode representar não a fuga da luta pela terra, mas uma estratégia de resistência forjada a partir de experiências individuais e coletivas – sobretudo diante da negligência do poder público – para permanecer no campo. Esta estratégia de resistência muitas vezes iniciava com a própria decisão da família migrar.²⁹¹

Ainda segundo Maria José dos Santos:

O momento da decisão de fazer ou não a viagem de migração é importante e representa a determinação em lutar, não somente contra o processo de expropriação dos camponeses e a imposição do capitalismo no campo, mas é uma estratégia de resistência [...]. A migração é a busca de alternativa permeada por uma resistência a de continuar sendo trabalhador e trabalhadora rural, pois o desejo de permanecer no campo representa muito mais do que o desejo de ter trabalho e emprego.²⁹²

Ao analisarmos esse processo de luta pela terra e para permanecer nela é possível perceber, através das trajetórias individuais e coletivas desses sujeitos, que a venda e o abandono dos lotes, ao lado da migração interna pelas vicinais dos assentamentos em busca de solos melhores, “fazer movimento”, como disse Nairton, fazem parte de um mesmo processo.

Os entrevistados estão de acordo em apontar que existem “ilhas” de terras mais férteis ou mais fracas ao longo das vicinais e, coincidência ou não, os lotes que se encontram abandonados ou semi-explorados são aqueles considerados de terras ruins, onde somente com muito recurso, que o colono não tem, é possível cultivar. Talvez este fator possa explicar tamanha mobilidade.

Para o trabalhador rural descapitalizado, diante da falta de perspectivas para vender e escoar sua produção, levando em consideração outros atenuantes, como a limitação da própria terra, restrita a poucos produtos, não é difícil entender porque

²⁹¹ SANTOS, Op. cit., 2010, p. 95.

²⁹² Idem, ibidem.

“parte desses colonos iniciam uma nova migração interna, no mesmo assentamento ou, até mesmo, dentro da própria vicinal”, enquanto muitos “outros encontram uma nova vicinal, ou um novo lote com melhores condições e acabam vendendo, indo para outros lotes mais afastados”.²⁹³

Este artifício é utilizado para que o colono possa realizar algum investimento em sua propriedade, com os recursos adquiridos com a venda do lote anterior. Para Maria José dos Santos:

[...] o abandono do lote não é apenas desistência, mas aqui encara-se como uma estratégia de resistência [...]. O que se chama aqui de renúncia do lote, não significa o seu abandono propriamente dito. Muitas vezes os assentados vendem um lote onde a permanência é mais difícil e buscam novamente ocupar ou “conseguir” outro. Outras vezes, eles conseguem mais de um lote, colocando-o no nome da mulher, do cunhado, enfim, de algum parente mais próximo. Acabam vendendo estes, e com o dinheiro investem em benfeitorias como casa, cerca e curral.²⁹⁴

Assim, mesmo que este artifício possa parecer ilegal e realizado à margem da lei, o que de fato é, a venda do lote pelo parceleiro ou mesmo a colocação de outros lotes em nomes de parentes, além de representarem estratégias para obtenção de recursos financeiros e permanência no campo, são também reflexos de uma reforma agrária que não foi realizada ou, foi mascarada com a distribuição de terra e criação de projetos de colonização ao longo das rodovias federais amazônicas.

De acordo com Nélvio Paulo Dutra Santos, a intensa circulação dos colonos e a passagem de muitos deles por outros locais antes da fixação no lote, trabalhando em sua terra durante parte do ano e dedicando-se inclusive a serviços na cidade mais próxima, ou mesmo na capital, onde podem dispor de serviços de saúde e educação,²⁹⁵ evidenciam estratégias no sentido de melhorar suas condições de vida e trabalho e a alta mobilidade dessa força de trabalho.

Esse mesmo autor verificou que na área da Perimetral em meados dos anos 1990 era comum o colono deixar a família na cidade enquanto permanecia alguns meses no lote. Tal fator foi verificado nas cidades de São João da Baliza e São Luiz do Anauá, centros com sedes situadas junto a diversas vicinais dos assentamentos

²⁹³ SANTOS, Op. cit., 2010, p. 106.

²⁹⁴ Idem, ibidem.

²⁹⁵ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 188.

circunvizinhos. Segundo o autor, na época havia “facilidade para a ida e volta diária dos donos de lotes rurais que residiam na cidade”.²⁹⁶

A atual situação não é muito diferente daquela. A proximidade entre centros urbanos como Caroebe e os assentamentos termina confundindo o rural e o urbano. Verifica-se ainda o mesmo avanço contínuo para a mata – embora em menor escala que no período inicial – em busca de novos lotes para depois reivindicar a abertura de estrada e infraestrutura para a nova vicinal.

Ainda segundo Nélvio Paulo Dutra Santos:

É comum também que famílias tenham duas residências, ficando os filhos na cidade, inclusive na capital com a mãe, enquanto o pai permanece a maior parte do tempo no campo [...]. É ainda usual deixar o lote aos cuidados de um parente ou vizinho, ou ainda arrendar a terra ou simplesmente abandoná-la, mas o que tem causado problemas, inclusive políticos entre pecuaristas e o INCRA, é a compra por estes últimos de lotes dos colonos, os quais não poderiam, por lei, aliená-los. Um dos resultados dessas transações, que ocorrem também nas cidades, é a indefinição da propriedade, com a concentração de imóveis, de modo informal.²⁹⁷

Essa mobilidade de colonos em busca de melhores condições de vida não é peculiar aos assentamentos da Perimetral, que em sua grande maioria enfrentam os mesmos problemas estruturais e ambientais, tais como solos pobres, estradas mal conservadas, falta de incentivos e a estratégia da venda e abandono de lotes como forma de se manter na atividade agrícola com autonomia.

O que pensam e dizem a respeito da venda e abandono de lotes, sobretudo a venda aqueles que vivenciaram e vivenciam de perto esta realidade diária? A venda de lotes na área existe desde o começo. Segundo alguns depoentes, ela representa atualmente apenas um pequeno percentual do fora. Estes acreditam que esta queda nas vendas pode estar ligada à presença do IBAMA não permitindo o desmatamento de grandes áreas para formar pastagens, inibindo assim a ação de comerciantes de terras e de fazendeiros de outros estados.

A esse respeito Manoel nos contou o seguinte:

Fazendeiro de Rondônia, do Acre, eles têm, eles sabe, conhece isso aqui mais de que nós, mais porque num tão? Porque nós tamo numa terra da União. Aí [...] o fazendeiro num interessa comprar, num interessa, principalmente aqui, você trevessou o rio ali pro outro lado, nós tamo dentro

²⁹⁶ SANTOS, Op. cit., 2004, p. 226-7.

²⁹⁷ Idem, p. 227-8.

do Projeto Jatapu, aí é que o cara não pode comprar mermo [...]. Agora, o INCRA nunca impatou o cara vender, mais aqui, aqui tem cara que vivia de marcar lote pra vender.²⁹⁸

A presença do INCRA, ao que se percebe, nunca representou um empecilho para que se negociasse a terra dentro da área do Projeto. Tanto no eixo principal, a Perimetral, quanto nas vicinais. Assim, quem as percorre logo percebe a presença de grandes fazendas, contrastando com a ideia inicial da criação do assentamento, que era para assentar famílias de pequenos agricultores.

O que se pode concluir daí é que estas fazendas se formaram entre outros, por meio da venda de lotes para os grandes fazendeiros da região e de fora, e com a permissão – ou omissão – do poder público. Pois, como afirmou Manoel: “aqui tem cara que vivia de marcar lote pra vender”.²⁹⁹

A venda e o abandono de lotes na área podem estar ligados à falta de apoio aos colonos, com políticas públicas de incentivo à produtor familiar. Esta estratégia tem sido uma questão de sobrevivência do trabalhador e da trabalhadora, de manter a sua identidade com o campo e com aquilo que sabem fazer e que vêm fazendo ao longo de suas vidas. Diante das dificuldades de se manterem na terra, como sujeitos transformadores da própria realidade, a venda é uma forma de auferir recursos para realizar projetos de vida, seja no meio rural ou na cidade.

Muitos pais de família vendem o lote para comprar uma casa na cidade. Outros, embora permaneçam ligados ao lote, sempre que podem compram sua casa na cidade. Esta fala de Nairton é representativa dessa realidade do colono, que ao se sentir excluído precisa movimentar seu capital, a terra:

Assim é obrigado vender. Porque ninguém ajuda ocê rapaiz. Ninguém ajuda em nada não, ninguém ajuda e se agente num vender, não faiz nada, não dá, não podia mais comprar uma casa. Aí eu vendi, comprei essa casa, comprei outra que tá ali. E é assim, fazer sobrevivência e, mexendo com os otros lote lá [...]. Fazer movimento, né. Fazer movimento.³⁰⁰

É preciso “fazer sobrevivência”, “fazer movimento”. Ou seja, buscar recursos com os próprios meios para investir em outro lote melhor, comprar a casa na rua. A

²⁹⁸ Manoel Vítório da Costa, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Nairton Alfredo Pacheco, entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, na cidade de Caroebe – RR.

vivência cotidiana na vicinal ensinou-lhes a reinventar novas formas de sobreviver e transformar a realidade da sua história. A história, como diz Alessandro Portelli,³⁰¹ é um campo permeado de amplas possibilidades. A venda ou o abandono de lotes, na perspectiva do colono representa uma delas.

De acordo com outros informantes existiu um forte comércio de terras entre alguns agentes e grandes fazendeiros. Evidenciam também a presença de grileiros rondando os projetos da Perimetral. A presença do IBAMA coibindo o desmatamento pode ter inibido a ação de grileiros e negociantes de terra da área.

Segundo informou Raimundo Nonato:

Aqui, aqui teve uma época que aqui era, terra era comércio, era comércio agora com esse negócio do IBAMA, aí o povo parou, hoje ninguém vende mais um pedaço de terra aqui, porque o IBAMA chegou, é com esse negócio de 20%, 50%, aí o pessoal num vem de fora, num querem mais terra. Porque aí só chegava grileiro aí querendo grilar terra pra fazer fazenda, fazenda e fazenda, e aí, agora o IBAMA entrou e qui... calçou, ninguém faz mais negócio de vender terra. Cabou aquela venda de terra que tinha aqui. [...] Hoje num tem, hoje o povo num fala mais nem em vender porque num tem comprador pra terra. Porque o caba num vem lá de Manaus comprar dez alqueire de terra aqui; o caba do Acre, ele chega aqui, ele quer comprar é dez, vinte lotes pegados pra fazer uma fazenda”. [Depois] do IBAMA aí, num tem mais disso.³⁰²

Esta informação não reflete bem a realidade mostrada através das imagens exibidas no tópico anterior. O que se pode imaginar é que os fazendeiros de outros estados tenham perdido o interesse nessas terras por não poderem mais comprar grandes extensões para ampliarem seus domínios. O processo continua, embora em menor escala que no início dos assentamentos na região.

Nessa perspectiva, José resumiu em poucas palavras a atual situação da 06, vicinal onde ele tem o lote e mora desde o início dos anos 1980, quando a abertura do picadão. Segundo informou José:

Sinhô pode notar aí, aqui era gente de, de fora a fora, agora acabou, né. É difiço algum fazendeiro aí e tudo, né. É muito lote abandonado, porque o povo largou, foi embora, o caba tá na vila, o caba travaia no lote, só faz encostar bananinha, no final do meis e volta pra rua, pro Caroebe.³⁰³

³⁰¹ PORTELLI, Op. cit., 1996, p. 8.

³⁰² Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, Perimetral Norte, Caroebe - RR.

³⁰³ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

A fala de Raimundo caminha na mesma direção, quando informa:

Inclusive aí tem umas vicinal, de cinco, seis quilômetros, que num tem um pé de cristão, é, só os lote [...]. Tão tudo na cidade aqui, com a cara pra riba, criando os fie. Tá lá abandonado, tá lá abandonado os lote. Boa Vista tem gente demais, aí no Caroebe, tá tudo chei de gente que larga os lote lá e vai pra cidade.³⁰⁴

Ainda que as reflexões destes sujeitos sejam dignas de alguma credibilidade, pois convivem cotidianamente com uma situação que às vezes leva ao abandono e venda de seus lotes, é necessário confrontá-las com alguns dados estatísticos que possam representar esta realidade por meio de números.

Segundo informações técnicas da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), sediada em Boa Vista, o PAR Jatapu tem atualmente 20 vicinais, com uma capacidade de assentamento de 3.000 famílias de pequenos agricultores. Dentre esse montante existem 1.900 famílias assentadas e cadastradas pelo órgão, representando uma defasagem entre a capacidade de assentamento e a quantidade de famílias que estão assentadas de 36,66%. Ou ainda, dos 3.000 lotes disponíveis, apenas 63,34% estão cadastrados como ocupados.

Segundo informações do Portal do INCRA, de agosto de 2011 (ver tabela 16), o Projeto Jatapu, contava com uma capacidade para assentar 2.184 famílias. Desse montante, 1.885 estavam assentadas, possuindo, portanto, uma defasagem de 299 famílias em relação à capacidade; ou, com um percentual de 13,69%. Ou melhor, do total de lotes disponíveis, 86,31% estavam ocupados.

Tabela 16: Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação (SR-25).

Código do Projeto		Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
								Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE RORAIMA - SR (25)				UF:RR								
RR0003000 PAD ANAUÁ			RORAINOPOLIS	221.832,2048	3.480	2.325	03	POR	00095	11/06/1979	Arrecadação	07/10/1975
RR0006000 PA JATAPU			CAROEBE	164.212,1212	2.184	1.885	06	RET	200	26/09/1983	Arrecadação	07/12/1976

Fonte: Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relação-de-projetos-de-refoema-agraria/file/1115-relação-de-projetos-de-refoema-agraria>>. Acesso em 12 de maio de 2013.

³⁰⁴ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no lote Sítio Flor de Minas, Projeto Jatapu, Perimetral Norte, Caroebe - RR.

Se levarmos em conta os dados fornecidos pelo Portal do INCRA (2011) e pela SR-25/RR (2013), bem mais próxima da realidade vivenciada pelos projetos de assentamentos do estado, estes números acabam apontando para o crescimento do número de lotes que poderiam estar ocupados no PAR Jatapu.

Ao observarmos os dados das duas fontes, salta à vista uma discrepância em relação à capacidade de assentamento e o número de famílias assentadas para períodos tão próximos. Os números fornecidos pela Superintendência Regional de Roraima estão mais próximos dos dados encontrados em uma tabela elaborada por Alexandre Diniz em relação ao ano de 1997,³⁰⁵ onde figura entre os assentamentos do INCRA no estado, o assentamento PAR Jatapu.

Tabela 17: Situação do Projeto Jatapu em 1997

Projeto	Município	Ano de criação	Capacidade assentamento	Lotes distribuídos
PAR Jatapu	Caroebe	1983	3.000	2.067

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados fornecidos por Diniz (1998, p. 162)

De acordo com os dados da tabela acima, em 1997 havia uma defasagem em torno de 933 famílias que poderiam estar assentadas para atingir a capacidade total do assentamento; ou 31,10%. Naquela época, os números indicam que 68,90% dos lotes estavam ocupados. Confrontando os dados de 1997 com os de 2014, podemos perceber que esta defasagem vem crescendo.

Em 1997 para alcançar a capacidade total do assentamento, que era de 3.000 famílias, seriam necessárias 933 famílias assentadas. Dezessete anos mais tarde, ou seja, 2014, para atingir esta capacidade seriam necessárias 1.100 famílias; ou 167 lotes a mais a serem distribuídos. Estes dados indicam que houve uma queda de 15,18% no número de lotes ocupados nesse período.

Talvez estes números não reflitam bem a realidade, pois esta, na prática, é bem diferente. E em assentamentos do INCRA no estado como o Projeto Jatapu, ocorrem concomitantemente à intensa mobilidade de colonos e força de trabalho, muitas transações sem o conhecimento deste órgão.

³⁰⁵ DINIZ, Op. cit., 1998, p. 162.

Este tópico buscou reconstruir a realidade vivenciada pelo agricultor familiar do Projeto Jatapu. Realidade esta que poderia ser diferente caso houvesse maior incentivo aos pequenos produtores de banana entre outros produtos da agricultura local, como enfatizaram os entrevistados. Sem políticas institucionais de fomento à produção familiar, estes sujeitos se sentem abandonados.

4.4 – Entre ficar e partir: construindo perspectivas.

O objetivo do tópico é mostrar as perspectivas dos agricultores e agricultoras familiares em relação ao futuro do assentamento PAR Jatapu. O que esperam em termos de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano? Nessa perspectiva, interessa-nos compreender o que pensam e projetam os colonos que ainda resistem e insistem em continuar nos lotes do projeto.

Em 2013, o PAR Jatapu chegou à sua terceira década de existência e como pudemos ver grande parte dos problemas e dificuldades presentes na ocasião de sua criação ainda estão presentes. A estes juntaram-se outros, surgidos ao longo destes quarenta anos de ocupação da área, trinta de Projeto.

Dessa maneira, velhos e novos problemas vão se acumulando ao longo dos anos, enquanto muitas atividades agrícolas vão sendo deixadas de lado. A prática da agricultura tradicional está quase inviável, em função da falta de políticas de incentivo aos produtores. Como pudemos observar nas falas dos entrevistados, sujeitos que vivenciam no cotidiano as dificuldades de se manter firme no campo, o Projeto Jatapu se encontra em estado de abandono.

Enquanto alguns admitiram acreditar em dias melhores, com a ajuda do poder público, fomentando incentivos, outros foram extremamente contundentes em seus depoimentos em relação ao futuro do Jatapu, demonstrando sua total descrença nas instituições públicas encarregadas de promover o desenvolvimento da agricultura familiar e levar melhoria para o homem do campo.

Este tópico será construído a partir de frases pronunciadas por alguns entre os depoentes que julgamos representativas da realidade vivenciada no cotidiano do colono nas vicinias do Projeto e das perspectivas que esses homens e mulheres têm construído a partir dessa mesma realidade.

4.4.1- “a gente nunca perde a esperança”

A fala acima foi pronunciada por Sueli e evidencia que para essa trabalhadora é possível transformar a realidade, mesmo diante das circunstâncias desfavoráveis. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas diariamente, ainda assim ela, como outros entrevistados, anseia por dias melhores.

Apesar de acreditar que a situação dos moradores do Projeto pode melhorar, Sueli não acredita que as transformações possam vir sem a ajuda do poder público enquanto agente fomentador das políticas de incentivo ao agricultor:

Só que, igual eu te falo, só falta mais um pouquim mermo [de] ajuda dos governante. Dessa, dessa Agricultura de Caroebe, porque a Agricultura de Caroebe não faz nada pra colono não, é só pra eles mesmo, mais pra nós não, pra nós que tem, que tem renda baixa, agora se a pessoa tiver renda alta, aí eles ajuda aquelas pessoa, mais nós que somos carente.³⁰⁶

A fala mostra que ela tem clareza da desigualdade de tratamento entre ricos e pobres e percebe que esta desigualdade de tratamento colabora para que se mantenham as diferenças sociais e econômicas. No entanto, a ajuda governamental possibilitaria melhores condições de vida:

Porque se eles [governantes] ajudasse ó, todo mundo tinha uma qualidade de vida melhor. Porque [...] a gente espera miora, né. Eu mermo espero que miorasse, né, que eles viesse ajudar a gente, né. Aqui é lugar tranquilo, você deita dorme tranquilo. É, só que, a gente ainda sofre um pouquim, né. Sofre um pouquim.³⁰⁷

Sueli, assim como muitos outros trabalhadores e trabalhadoras da Vicinal 06, bem como das demais vicinais do Projeto Jatapu, vive um cotidiano entretido com as atividades da roça e, no seu caso, divididos com a fabricação de farinha, que faz para vender. Aos sábados e domingos tem os cultos da igreja evangélica na qual se congrega. A cada quinze dias viaja para Caroebe, distante cerca de 30 quilômetros, para visitar o pai, Chico do PT. Assim, administra seu tempo entre a igreja, o trabalho e as visitas ao pai:

[...] a gente veve na roça, tem dia que eu sai daqui de manhã só chego aqui oito hora, nove hora da noite mexendo cum farinha, outra hora a gente chega só de tardezinha, num tem tempo nem pra assistir um programa, aí muitas

³⁰⁶ Sueli Rodrigues Carneiro, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

³⁰⁷ Idem.

vez chega à noite, a gente sai pra igreja, é fica desinformado, intão é isso. [...] Agora o que nós, eu espero, o que nós espera aqui era uma ajuda, mermo assim, nesse ponto aí, que eles viesse ajudar a gente, nesse ponto. A gente tá pronto pra obedecer, né, mais o negócio tem que, fazer um projeto pra nós, né.³⁰⁸

Na sua concepção, o constante abandono de lote nas vicinais está ligado aos inúmeros desafios enfrentados pelo colono na vicinal. E para ela, assim como para os outros depoentes, a criação de políticas de incentivo ao trabalhador rural efetivas, além de incentivar a produção, resultaria em preços mais justos, pois ninguém seria forçado pelas dificuldades a vender seus produtos abaixo do preço.

Porque muitos já deixaro o lote aqui, eu vejo muitos aí já abandonou o lote por causa disso, abandona tudo. Ih! Tem muita gente que já abandonou, por causa disso, porque num tem ajuda, num tem nem sequer informação, né. É, outros num sabe nada, né já entrega o produto sem nem saber nem o preço que tá correndo. Tudo que você vai vender, fica sem valor, né, aqui tudo que você vai vender é você quem, o que eles pedir mermo, você tem que dar mermo, você veve daquilo, a farinha mesmo, ela tá com preço de 300 reais o saco, mais tem vez que você num consegue vender de 300, porque o, um, um comerciante aceita, outro já num aceita, num tem aquelas lei, aquela regra na certa. É porque num tem um fiscal, num tem nada, num, se fosse um lugar que tivesse uma fiscalização, aí eu digo que era muito melhor, né.³⁰⁹

A entrevistada admite que esteve por vender seu lote e mudar para Goiânia, de onde veio com os pais, e onde mora um dos filhos e os irmãos. A identidade com a terra deixou marcas profundas em sua vida e ela sempre repensa sua decisão, ao perceber que vendendo seria jogar fora tantos anos de trabalho e também perder o direito à aposentadoria. E a aposentadoria para a entrevistada significa segurança, uma vida melhor:

Só que se for pra mim vender aqui hoje eu num quero, eu quero organizar todos os documento para quando ser, chegar lá na idade né, pegar um dinheirinho, como diz o outro, da aposentadoria, né, pra poder ter uma vida melhor né, uma ajuda, né. E hoje, quem vende num pega o direito, é isso que sigura a gente aqui, sabia? [...] Eu mermo já tive por vender isso aqui, nós ir embora mas eu fico pensando, quando eu precisar disso aqui já, quando eu mais precisar dele, ai eu num vou ter porque trabaiei tanto aqui, ó, tantos anos aqui já, aí quando chegar o tempo de aposentar eu e ele [esposo], né, se a gente chegar lá se Deus quiser, aí perde o trabai todim que eles fizero há tantos anos né, é isso que sigura muito a gente aqui no lote, o aposento, né. Porque quem tem a terra cum o documento arrumadim, ih! rapidinho tu vai lá e apusenta.³¹⁰

³⁰⁸ Sueli Rodrigues Carneiro, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem, ibidem.

4.4.2- “agora isso aí é um sonho que a gente até tem”

Este trecho da entrevista de Pedro Paulo – título da subseção – evidencia a expectativa do colono por um nível de vida melhor. Para Pedro melhores condições de vida significa ter seu trabalho reconhecido, uma renda melhor. Mas também se pode entender como melhorias para as vicinais, uma política de preços mais justa para os produtos vendidos nos lotes, enfim. Todos esses itens, segundo podemos perceber nesta como em outras falas, ficam a desejar.

Rapaiz, agora isso aí é um sonho que a gente até tem. Em riqueza, é besteira o cara pensar, se der de vim vem, o cara num feiz de novo, só que um nível de vida mais, mais tranquilo, você trabalhar mais ter uma renda melhor, pra tu ter um, um nível de vida mais elevado que nós num tem. Isso aí que eu penso, eu tenho vontade de, de chegar lá ainda. Isso, mais uma melhoria, tudo, tudo. Precisa. E você tendo a tua condição [...], aí você consegue ter [...] um nível de vida melhor.³¹¹

As reflexões de Pedro também giram em torno do IBAMA que, proibindo a derrubada da mata diminui a quantidade de lavouras de banana. No seu modo de entender, quase todo mundo quer plantar banana, e que em função disso gera uma grande produção e leva os preços do produto lá para baixo. O entrevistado comenta sobre outros produtos agrícolas locais e complementa que falta algo para deslanchar a produção destes não se restringindo apenas à banana:

[...] o ano passado eles [IBAMA] deram uma pegada por aí, diminuiu, não, num impediu ninguém de derrubar, mas diminuiu muito, a banana foi o preço lá em cima. Você com um alqueire de banana tu fazia muito dinheiro. Um alqueire de banana a pessoa chegou a fazer aqui 2.500 até 3.000 reais por mês, a banana. [...] Aqui ó, se você plantar um coco você num tá vendendo, produz demais, o limão se você plantar num tá vendendo, produz, como eu te disse, que o café, essas coisa, até soja nós já tamo produzindo no Estado, aqui no sul do Estado não, mais no norte do Estado já tá. É isso aí que eu te digo, tá faltando alguma coisa, não tem, mais algum dia tem que vim.³¹²

Dois aspectos podem ser percebidos neste trecho da fala de Pedro Paulo. Em primeiro lugar, por falta de alternativas, os colonos continuam buscando os solos das matas, o que implica em derrubá-las, mesmo com a fiscalização. O outro aspecto diz respeito ao interesse dos agricultores em um único produto: a banana. Fazendo com deixem de lado outras lavouras que talvez fossem viáveis.

³¹¹ Pedro Paulo de Souza, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 6, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

³¹² Idem.

4.4.3- “aqui e um lugar sem jeito que aqui só é política”

O tom um tanto pessimista das palavras de José reflete a descrença no poder público, principalmente em Caroebe. Sua fala é esclarecedora desse pessimismo quanto ao destino da agricultura familiar no assentamento. Hoje aposentado, apesar de preferir morar no lote ao lado de um filho jovem, se diz totalmente desinteressado pela agricultura, preferindo cuidar de um pequeno criatório de gado que conseguiu formar. Diante das circunstâncias ele tece duras críticas à administração municipal:

Aí, então é desse jeito, a gente num espera nada aqui é porque o povo [políticos] num travaia, prefeitura aqui é pra lixo, num vê, o Caroebe tá, tá, encheu de mato, não é [...]. Até um negócio que a gente num espera mais desse povo, [imperceptível]. É, tem que ir por si, aquele que num puder morre, morre, ó, medicina mermo nós num tem, hospital aí, se a gente for uma coisa aí tem que correr pra Boa Vista, Boa Vista, senão ele morre à míngua, porque muita gente já morreu à míngua aí. [...] Ó você vê, os aluno tá aí tudo precisando de escola, ponte tudo quebrada. [...] Aqui é um lugar, um lugar atrasado, num tem ninguém por ele não mano [...], aqui não, o Sul de, de Roraima aqui o negócio é feio, os colõe aqui sofre.³¹³

Na concepção do depoente, interesses particulares têm sido paulatinamente sobrepostos aos interesses coletivos em Caroebe e toda região do sul de Roraima. Em sua avaliação, tece uma série de elementos que, se fossem tratados com mais cuidado poderia melhorar a vida das pessoas e assim vai nos mostrando o que considera essencial para se ter uma boa qualidade de vida.

Para o depoente, a falta de um hospital melhor equipado, boas escolas para as crianças e, acima de tudo, cuidado com a infraestrutura municipal colaboram para que Caroebe se mantenha como um “lugar atrasado” e assim, traga sofrimento para os colonos que, a seu ver, acabam não tendo qualidade de vida.

A questão do atendimento médico em Caroebe foi muito criticada durante as entrevistas. A despeito de ter um hospital na cidade e alguns postos de saúde, o atendimento segundo os entrevistados é deficiente, e às vezes um simples espinho no pé ou alguns bernes na cabeça é o suficiente para o paciente ser encaminhado para tratamento em Boa Vista, distante 350 quilômetros. Ou então, como disse José: “se a gente for uma coisa aí tem que correr pra Boa Vista [...], senão ele morre à míngua, porque muita gente já morreu à míngua aí”.

³¹³ José Ferreira dos Santos, entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 3, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

4.4.4- “eu posso ser sincero pro senhor, eu não posso esperar nada”

A fala de Benedito, que chegou à Perimetral em 1987, o último a chegar entre os entrevistados, revela toda a desesperança de um trabalhador que luta por sua sobrevivência há mais de 20 anos e se percebe abandonado justamente por aqueles que outrora lhe deram a esperança de um futuro melhor. Sua entrevista evidencia o engodo de um programa de assentamento que, menos preocupado com a situação efetiva da sobrevivência daqueles sujeitos, estava preocupado com a dissuasão de possíveis revoltas no campo, como já tratamos no Capítulo I.

O depoente relatou que não espera mais nada dos governantes e nem tem esperança em um futuro melhor. Terra mecanizada seria algo fora de cogitação. Por outro, lamenta não poder dar um pouco mais estudo ao filho jovem. Sua esperança repousa nas próprias forças, enquanto aguentar fazer suas roças:

Não [...] eu não tenho futuro a esperar mais desse povo [governantes] não, e nem da minha prosperidade, porque minha prosperidade já é cansada. Quem num faiz de novo, de velho é difícil, né. Então, eu não tenho assim uma esperança de um futuro melhor [...] a esperança pra mim, num espero meu filho, pros meus filhos, porque eu só tenho um filho home, e três filha é mulher, num espero nada de futuro melhor não. A não ser que entrasse um governo que tivesse um [...], mas do contrário, qual é a esperança de um futuro melhor aqui? Terra mecanizada? Desse jeito que eu vejo aí, roça ninguém pode pôr mais, né. Então, se eu pudesse dar uma assitência, né, um estudo melhor pra ele, eu daria um estudo para, pra ir levando, pegar pelo menos um emprego e tocar a vida dele, né. [...] aqui a esperança minha é enquanto eu guentar fazer um pedaço de juquirá [roça], plantar um pé de macaxeira, eu faço, né, mas do contrário num tem esperança, num tem.³¹⁴

As entrevistas têm evidenciado que diante da falta de alternativas, os colonos temem que a presença dos fiscais do IBAMA na área venha dificultar ainda mais a prática de roças familiares e a produção de alimentos. Este receio está presente na fala de Benedito: “eu hoje, pra ser sincero com o sinhô, a, a minha queda de cereais, ela tem sido muito grande, né, quando ela, como eu já falei a respeito da gente não poder abrangir também mais com roças por causa do IBAMA”.³¹⁵

Para quem se aventura a cultivar as áreas de juquirá ou capoeira encontra as barreiras oferecidas pela pobreza dos solos, restritos ao cultivo de macaxeira, além de alguns produtos de forma precária, restringindo em grande medida a produção de

³¹⁴ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

³¹⁵ Idem.

alimento, tanto para o sustento da família quanto para a comercialização de algum excedente. Nessa perspectiva, a falta de alternativa leva o colono a se voltar para as áreas de juquira se quiser continuar produzindo alimento:

Hoje eu vivo na intenção mais de sobreviver mais devagar, mexendo só com macaxeira, a terra também num ajuda muito a produção da banana e aí quando não ajudar, a gente só faz explorar, a final da conta fica a mata explorada e sem você disfrutar dela, aí como a macaxeira é uma planta que ela se dá muito com a terra mais fraca, com a juquira, então eu mexo, eu tô mais é mexendo com macaxeira, né, e um milhozim pras criação, e aí nos cálculo eu tô construindo uma casinha no Caroebe também, pra gente.³¹⁶

Diante dos relatos referentes às dificuldades e limitações dos solos para o plantio, perguntamos ao entrevistado sobre a questão de assistência técnica, se não vinha algum técnico para melhor orientar os agricultores em relação aos produtos que melhor se destacam nos solos da área. A resposta veio em tom de desabafo, de alguém calejado com promessas nunca cumpridas. Por outro, fica evidente em suas palavras a maneira fria como são tratados nos órgãos públicos, quando necessitam de orientação técnica:

Não, não sinhô. Agora você tocou numa parte especial, é porque é como eu disse pro sinhô, a promessa, nós tem demais, agora honrar, é que nós não tem, né. Aí o sinhô chega aí na Agricultura aí, com esses tecno aí, eles empurra dum pro outro. Aí lhe promete, amanhã seu Benedito, a gente vai [...], sinhô ispera o dia inteiro, num aparece ninguém aqui, não. Aí, que você vai lá faz uma cobrança, diz: “não, tal dia, vamo ver aqui. Ah! Tal tempo, tal data nós vai. A semana fulano de tal nós vai”. O sinhô ispera nunca aparece. Aí, essa promessa é velha. [...] A Agricultura, técnico de agricultura aqui, nós não tem pra servir nós em coisa nenhuma. Tô lhe dizendo. Sinhô pode procurar de fora a fora aqui nessa vicinal, pra vê se eles vão dizer que [...] foi feito, não tem. Não tem, e quando o sinhô vai lá eles aponta um bucado de coisa que tem lá pro colôe, mais nunca sai nada, quando você vai mexer, precisa de um monte de documento que não tem necessidade, documento que você num tem o que eles procura [...]. Aí fica enrolando, embrulhando, manda pra qui, manda pra culá.³¹⁷

A fala nos remete para a desconstrução do discurso engendrado pelo poder público federal na ocasião de implantação do Projeto e incentivo à migração, que garantia abundância de terra e melhor condição de vida.

A despeito de certa queixa em relação à atuação do IBAMA na região – os entrevistados entendem a necessidade de se preservar o meio ambiente, mas não veem com bons olhos a forma como este órgão atua no Projeto Jatapu – em relação

³¹⁶ Benedito Dantas Pereira, entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, na Vicinal 06, km 16, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

³¹⁷ Idem.

à falta de projetos alternativos para os colonos preservarem melhor suas reservas de matas nos lotes, Marinete ressalta que é preciso preservar o meio ambiente e a própria importância do referido órgão:

E pra mim [...], eu defendo o IBAMA numa parte, hoje nós temos um, um país, praticamente defasado de agricultura, né, aí, mais o pessoal, muita gente acha que ser, pra ser agricultor, tem que devorar o mundo inteiro, sair só derrubando o mato e largando pra trás, e não é assim, vai chegar a época que a tecnologia vai funcionar aqui também, né? E vai aparecer uma maneira da gente trabalhar sem precisar derrubar as matas toda, até porque aqui, se não fosse, eu acho assim se não fosse pelo IBAMA [...].³¹⁸

Os sujeitos aqui entrevistados demonstram plena consciência da necessidade de preservar o meio ambiente, como expressa a reflexão de Marinete, ao entender que não se pode “sair só derrubando o mato e largando pra trás”, é preciso também preservar. Chico do PT falou que nunca derrubou uma castanheira em seu lote. No seu caso deve ser levado em conta o valor econômico da castanha, mas nem por isso deixa de ser uma forma de preservar a natureza.

Do mesmo modo, Nairton quer preservar suas matas, e Raimundo Nonato se diz arrependido de ter derrubado sua mata para plantar pasto, porque hoje tem consciência do valor da mata preservada, o contrário dos grandes fazendeiros, que devastam extensões de seus latifúndios para formar pastagem, inclusive no Projeto Jatapu. Segundo Raimundo: “se eu não tivesse derrubado minha mata pra plantar capim [...] hoje eu não derrubava pra plantar capim, é sem futuro”.³¹⁹

Diante da dura realidade experimentada atualmente pelos colonos do Projeto observa-se, por fim, que esperança e desesperança compõem os dois lados do discurso dos colonos. Ao olharem para sua realidade percebem a permanência insistente de problemas que os acompanham desde a instituição do projeto. À esses problemas veem outros se aglomerando e ameaçando a realização do sonho de ter um pedaço de terra e poder construir uma vida digna para si e suas famílias. E nesta luta constante, ora se resistem, ora se acomodam, ora buscam soluções individuais, ora buscam coletivamente e nesse ir e vir vão lidando com as contradições que vão se impondo no dia a dia, vão dando movimento e construindo sua própria História.

³¹⁸ Marinete de Souza Lima, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

³¹⁹ Raimundo Nonato de Souza, entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa mostrou que as políticas institucionais para a Amazônia durante os governos militares, direta ou indiretamente, desencadeou um processo de deslocamento de famílias de trabalhadores sem terra para a região. Alimentados pelo desejo de possuir um pedaço de terra e desfrutar da infraestrutura anunciada e propagandeada para os núcleos de colonização, estes sujeitos foram induzidos a acreditar em programas sociais que ficaram apenas nos discursos, não refletindo os anseios dos trabalhadores deslocados.

À questão agrária no país, um dos grandes gargalos que contribuíram para a deflagração do golpe militar e civil de 1964, foi dada uma solução autoritária. Nesse sentido, ao invés das reformas no campo exigidas pelos movimentos sociais rurais, foram distribuídas terras na Amazônia com a criação de projetos de colonização em solo pobres, sem as mínimas condições de promover o desenvolvimento familiar. Restando aos colonos, jogados ao longo das estradas, aprender com a natureza e, insistir e resistir com seus próprios meios, ou buscar a sobrevivência nas periferias das pequenas e grandes cidades amazônicas.

O grande fluxo de trabalhadores migrantes para a região sudeste de Roraima a partir de meados dos anos 1970 é parte desse processo. O que se percebe pelas trajetórias dos trabalhadores entrevistados na Perimetral Norte é que a maioria deles está na Amazônia desde o lançamento dos programas de integração e colonização. Alguns com passagem por diversos núcleos coloniais ao longo das rodovias federais amazônicas. O que evidencia o engodo do discurso falacioso que prometia “terra sem homens para homens sem terra”.

O colono da Perimetral Norte, especialmente do Projeto Jatapu, vive o grande dilema entre ficar e enfrentar as adversidades e limites que fazem parte do cotidiano dos assentados desde a criação do assentamento e que veem se acumulando ao longo dessas três décadas; ou pegar a família e partir em busca da sobrevivência nas vilas e cidades próximas, ou mesmo na capital. Por conta disso, um aspecto desolador toma conta das partes mais antigas das vicinais, onde os solos já estão esgotados, portanto, imprestáveis para a agricultura, levando o colono a cultivar a mata virgem, quando ainda tem no seu lote, ou adentrar a área de reserva e correr o risco de ser multado por infringir a legislação ambiental.

A pesquisa mostrou que o agricultor familiar, em especial no Projeto Jatapu, embora sentindo a ausência do poder público, em termos de programas de incentivo à cultura principal da região – a banana –, bem como da agricultura tradicional, ele é, acima de tudo, persistente e criativo. A persistência tem sido a palavra de ordem durante as quatro décadas de ocupação da Perimetral.

Esta situação não é recente no assentamento. Desde o início da ocupação da área, um estado abandono tem levado o trabalhador a ser perspicaz. Assim, na falta de comércio ele aprendeu a buscar na natureza os produtos indispensáveis para subsistência de sua família. Descobriu que a castanha-do-pará e a pele de animais como gatos e onças poderia render algum dinheiro para comprar os gêneros que a floresta não fornecia. Com a madeira cobriu e fechou seu barraco, também negociou com madeireiros durante a derrubada da roça. Caça, peixe, frutos e raízes serviram como fonte de alimentação e busca pela saúde.

Como a grande maioria dos solos amazônicos, o solo do Projeto é em grande medida muito pobre em nutrientes. Para superar esta deficiência o colono descobriu empiricamente que alguns produtos poderiam ser cultivados, mesmo que fosse em áreas de mata virgem, pelo menos por poucos anos. Este foi o caso da banana, uma descoberta que tem feito a fortuna de muitos compradores do produto na região de Caroebe, apesar da organização dos bananicultores para maximizar sua produção, com a criação de uma cooperativa e de um sindicato.

Compreendemos que nada disso – toda essa “arte de improvisos” – substitui políticas de incentivo com insumos, técnicos, programas de desenvolvimento familiar neste importante setor que é a agricultura familiar, e esta é a perspectiva do colono, que vê a cada safra sua produção diminuída e desvalorizada pelos limites impostos por uma gama de fatores como a fiscalização do IBAMA, a falta de programas para compensar o cultivo em área de mata, os “atravessadores” e a pobreza dos solos. Suas falas estão impregnadas dessa ausência – ou seria melhor dizer, negligência – dos representantes da coletividade agricultora no município.

Como sujeitos de suas próprias histórias eles fazem escolhas. Nesse sentido, uns abandonam o lote e partem em busca de melhores condições de vida e trabalho em outro local, às vezes saem pelas vicinais em busca de terra mais ou menos fértil, evidenciando uma grande mobilização de trabalhadores pelos projetos da região. Outros, mais otimistas, permanecem e mesmo diante das adversidades esperam por

dias melhores para os colonos e moradores do Projeto Jatapu, mesmo que tenham que acreditar nas instituições públicas estaduais e municipais.

Um fator chamou a atenção durante a realização da pesquisa, foi a facilidade de aquisição de lotes nas vicinais do PAR Jatapu, ao lado da grande ocorrência de abandonos ou venda por parte de alguns colonos, o que nos levou a refletir sobre as dificuldades de permanência do agricultor na terra após anos de luta. Nesse sentido, investigações feitas por autores como Barros (1995), Diniz (1998), Santos (2010), e mesmo conversas informais e entrevistas com os colonos e moradores de Caroebe, têm demonstrado a existência de uma conjuntura que se reflete neste expressivo abandono de lotes nos assentamentos do estado.

De acordo com Alessandro Portelli,³²⁰ “as entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”. Assim sendo, as histórias e experiências de vida desses sujeitos revelados pelas entrevistas, permitiram compreender que o abandono – de conhecimento público no Estado – ou a permanência no lote, em muitos casos, fazia/faz parte de uma estratégia para continuar defendendo as raízes e laços culturais ligados ao campo, permanecendo naquilo que realmente sabem fazer: cultivar a terra.

Durante o período, ao lado de estratégias individuais, ocorreram estratégias coletivas de organização, por melhorias para a educação, saúde e, principalmente para a Perimetral Norte, fator essencial para a população daquela região. É por esta estrada que chegam e partem as pessoas em seu constante ir e vir pelas vicinais, vilas e cidades da região; entram os gêneros de abastecimento do comércio local e sai a produção de banana, dando à rodovia um caráter vital.

Feita às pressas, como a maioria das estradas do PIN, a Perimetral Norte não suportava o rigor dos invernos e constantemente deixava a região sem conexão com a BR-174, refletindo em enormes perdas materiais para os colonos e habitantes das vilas e cidades ao longo da Perimetral. Diante da situação caótica que se repetia a cada inverno mais alongado, toda aquela população, sobretudo os agricultores – que dependiam/dependem da estrada para escoar sua produção –, resolveram então se mobilizar e desses movimentos surgiram sindicatos, cooperativas, dentre outras entidades reivindicatórias por melhorias.

³²⁰ PORTELLI, Op. cit., 1997, p. 31.

Dentre estas entidades realizamos alguns apontamentos sobre a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – COOPARFAC e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caroebe – SINTRANC. Não houve tempo hábil para maior aprofundamento em relação em tais movimentos, ficando como mote para a continuação desta pesquisa, bem como a ampliação para outras formas de organização coletiva. O campo se mostra bastante fértil e, nesse sentido, à continuação deste trabalho pretendemos retomar estas questões.

A Cooperativa nasceu, pois, a partir da organização dos sócios que, unidos, perceberam que poderiam melhorar a produtividade e agregar valores ao produto, evitando assim enormes perdas – plantio, transporte, atravessadores –, que suscitou nos agricultores e agricultoras de Caroebe, sobretudo os produtores de banana, o desejo de quebrar as amarras que os prendia àquela teia de expropriação e desvios da produção. Uma grande vitória dos bananicultores foi a conquista de um espaço no concorrido mercado de Manaus e a Cooperativa tem se mostrado um elemento de grande importância na consolidação dos laços comerciais.

O sindicalismo no sudeste do Estado, em especial nas margens da Perimetral Norte nasceu a partir de reivindicações em busca de melhorias nas escolas, postos de saúde, e dos constantes problemas em relação às estradas. Destaca-se que para tais movimentos, foi de suma importância as experiências adquiridas pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias individuais e coletivas – lembrando Thompson, quando trata das experiências coletivas de trabalhadores ingleses do século XVIII e XIX – pelas estradas amazônicas. Experiências que se transformaram em resistência, da qual a decisão de migrar, abandonar ou permanecer no lote fazem parte dela.

A realização desta dissertação deixou algumas questões em aberto. Quando da elaboração do Projeto de Pesquisa, era intenção investigar apenas a venda e o abandono de lotes nas vicinais do Projeto Jatapu, mas à medida que foram surgindo novos elementos a investigação foi tomando outros rumos, suscitando o interesse pelos movimentos de organização coletiva dos trabalhadores. Quem sabe não esteja aí o ponto de partida para a continuidade desta pesquisa, pois, como bem lembrou Alessandro Portelli, a pesquisa histórica com fontes orais “sempre tem uma natureza inconclusa de um trabalho em andamento”.³²¹

³²¹ PORTELLI, Op. cit., 1997, p. 36-7.

FONTES

I – Acervos:

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de do Município de Caroebe – RR

Ata de Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de do Município de Caroebe – RR (Manuscrita). Folha 1.

Arquivo da Cooperativa Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – RR.

Estatuto de Regimento Interno (gestão atual) da Cooperativa Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – RR, obtido no Escritório da COOPARFAC, Rua Amazonas, Caroebe – RR. Folha 3.

Arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, SR-25, Boa Vista – RR.

PROCESSO/CR – 15/T.1/Nº 2.004/82. Projeto Fundiário Roraima – Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Rápido Jatapu, PAR Jatapu, de 01/10/1982. Arquivo da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR-25), Boa Vista – RR.

II - Sites Pesquisados

<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relação-de-projetos-de-refoema-agraria/file/1115-relação-de-projetos-de-refoema-agraria>

<http://omanuscrito.files.wordpress.com/2012/11/apresentac3a7c3a3o-ditadura-civil-militar3.pdf>.

<http://cod.ibge.gov.br/1LGOS>

[cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99.](http://cidade.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=140023&idtema=99)

<http://ibge.gov.br/2S5CJ>

<http://cod.ibge.gov.br/168FX>

www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf

<http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>

<http://www.ipeadata.gov.br>

<http://www.eusouphd.rr.gov.br/index.php/programasmenu/creditossocial>

<http://www.ipeadata.gov.br>

<http://acervo.folha.com.br/fsp>

<http://www.jb.com.br/paginas/news-archve/>

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

<http://www.prpa.mpf.mp.br>.

III – Jornais e Revistas

Edições do jornal *Folha de S. Paulo* (de junho a outubro de 1970). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

Edições do *Jornal do Brasil* (de junho a outubro de 1970). Disponível em: <<http://www.jb.com.br/paginas/news-archve/>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

Edições da Revista *Veja* (de junho a outubro de 1970). Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

Jornal Boa Vista, edições de 1973. Biblioteca Pública de Boa Vista – RR.

Jornal Boa Vista, edições de 1974. Biblioteca Pública de Boa Vista – RR.

Jornal Folha de Boa Vista, 08/06/1993. Biblioteca Pública de Boa Vista – RR.

IV – Fones Orais

Antônio Lino Mundim, natural de Mato Grosso do Sul. Concedeu entrevista ao autor em 25/03/2014 na cidade de Caroebe – RR.

Benedito Dantas Pereira (Bena), natural de Brasileia – Acre, 61 anos. Concedeu entrevista ao autor em 13/02/2014 na Vicinal 06, Projeto Jatapu.

Francisco Rodrigues Vasconcelos (Chico do PT), 71 anos de idade, viúvo, natural de Inhumas (GO). Concedeu entrevista ao autor em 09/02/2013 na cidade de Caroebe – RR.

Ideni Madalena de Souza, natural de Itabira – Minas Gerais. Concedeu entrevista ao autor em 27/03/2014 em Caroebe – RR.

João Rodrigues da Silva (João Baiano), 80 anos, natural de Santa Maria da Vitória - Bahia. Concedeu entrevista ao autor em 13/02/2014 na Vicinal 06, Projeto Jatapu.

José Ferreira dos Santos (Bené), 63 anos, natural de Governador Valadares – Minas Gerais, Concedeu entrevista ao autor em 14/02/2014 na Vicinal 06, Projeto Jatapu.

Josuel Cesário da Silva (Duda), 67 anos, natural de Alagoas. Concedeu entrevista ao autor em 14/02/2014 na Vicinal 06, Projeto Jatapu.

Manoel Vitório da Costa (Manoel Goiano), 71 anos de idade, natural de Araguaína (na época GO, hoje TO). Concedeu entrevista ao autor em 10/02/2013 na cidade de Caroebe – RR.

Marinete de Souza Lima, 56 anos de idade, casada, natural de Boa Esperança (MA). Concedeu entrevista ao autor em 11/02/2013 no PAR Jatapu, BR-210, Caroebe – RR.

Nairton Alfredo Pacheco, 63 anos de idade, casado, natural de São Francisco (ES). Concedeu entrevista ao autor em 10/02/2013 na cidade de Caroebe – RR.

Pedro Paulo de Souza, 53 anos, natural do Mato Grosso do Sul, Concedeu entrevista ao autor em 14/02/2014 na Vicinal 06, Projeto Jatapu.

Pedro Rodrigues da Rocha (Pedro Feijão), natural de Paratinga – Bahia. Concedeu entrevista ao autor em 25/03/2014 em Caroebe – RR.

Raimundo Nonato de Souza, 67 anos de idade, casado, natural de Dom Pedro (MA). Concedeu entrevista ao autor em 11/02/2013 no Sítio Flor de Minas, BR-210, Caroebe – RR.

Sueli Rodrigues Carneiro, 45 anos, natural Goiás Velho – Goiás. Concedeu entrevista ao autor em 14/02/2014 na Vicinal 06, Projeto Jatapu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Roraima, paisagens e tempo na Amazônia setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1990. (Série Princípios).
- _____. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990.
- BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (org.). *O Brasil republicano, vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 15-42).
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. A questão urbana na Amazônia. In: LOUREIRO, Violeta R. (Org.). *Estudos de Problemas Amazônicos*. Belém: CEJUP, 1995.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Claudia Lima Esteves (Org.). *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: CCSG/UFRR, 1998. (p. 150-179).
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. - 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- GUERRA, Antônio Teixeira. Aspectos geográficos do Território do Rio Branco. In: GUERRA, Antônio Teixeira (Org.). *Coletânea de textos geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (p. 313-327).
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- HALL, Anthony. Programa Grande Carajás – gênese e evolução. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1991. (p. 38-45).
- HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991.
- _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira; v. 11).

_____. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INCRA – Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação (2011, p. 255). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relação-de-projetos-de-refoema-agraria/file/1115-relação-de-projetos-de-refoema-agraria>>. Acesso em: 12/05/13.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas histórias: outras memórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. (p. 116-138).

_____. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. (p. 22-43).

LINHARES, Maria Yedda Leite. *Terra Prometida: história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia Brasileira: processo histórico do extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Maria das Graças Santos Dias. *Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O Cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991. (p. 176-198).

MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, Elisângela. *Memória do regime militar em Roraima*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas/AM, 2010.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991. (p. 15-39).

MIDLIN, Betty. O Programa Polonoeste. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991. (p. 252-256).

MIRANDA, Mariana. Os projetos de colonização. In: BECKER, Bertha K. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990.

MONTENEGRO, Antônio torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. – 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Uberlino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagem do Projeto Calha Norte. In: HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991. (p. 321-347).

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos históricos, RJ, Vol. 2, n.º 3, 1989.

PORELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

_____. Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

_____. *A história oral como gênero*. Projeto História. São Paulo. (22), jun. 2001.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. (org.). *O Brasil republicano, vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 1996.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Maria José dos. *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas/AM, 2010.

_____. Projetos de assentamentos, trabalhadores rurais e sindicalismo em Roraima. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (Org.). *O Rio Branco se enche de História*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2004. (Tese de doutorado).

SECRETO, María Verónica. *Ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. Informações Socioeconômicas do Município de Caroebe – RR 2010. 1ª edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010 (61p).

SILVA, Luzia Márcia Resende. *Os trabalhadores em luta pela terra no Triângulo Mineiro: 1989/1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, 1996.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. *Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil*. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo-SP, 2007. (Tese de doutorado).

SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: Memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de assentamentos Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, João Mendonça de. *A Manaus-Boa Vista: Roteiro Histórico*. Manaus: Imprensa Oficial do estado do Amazonas, 1977.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Uso da Terra no Estado de Roraima: Relatório Técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/usoterra_rr.pdf. Acesso em: 27 de agosto de 13.

Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima: Relatório Técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/uso_terra_e_a_gestao_rr.pdf. Acesso em: 27 de agosto de 2013.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima*. Tese de doutorado. São Paulo, 2009.

VIDAL, Lux Boelitz. Os índios da Amazônia – um desafio recíproco. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991. (p. 57-77).

ANEXOS

APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

1- Antônio Lino Mundim, (não forneceu a idade) natural de Mato Grosso do Sul. Com uma vivência por vários estados brasileiros, o entrevistado esteve em São Paulo – onde morou e disse conhecer bem – e Rondônia, antes de mudar para Roraima, se estabelecendo primeiramente na Capital Boa Vista (1985) e, em seguida, Caroebe, onde se estabeleceu em 1991. O entrevistado foi um dos sócios fundadores da Cooperativa Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe – COOPARFAC. Concedeu entrevista ao autor em 25 de março de 2014 na cidade de Caroebe – RR.

2- Benedito Dantas Pereira (Bena), 61 anos, trabalhador rural aposentado. Nasceu a 27/05/1953, em Brasileia (Acre). Casado. Filho de um ex-soldado da borracha que deixou a seringa para ser colono, viveu a infância e juventude, e até a idade de 35 anos trabalhando na roça e no seringal. Ao ouvir no rádio que estavam distribuindo terras em Roraima resolveu migrar, chegando a Caroebe em dezembro de 1987, em cima de um caminhão pau-de-arara. Estabeleceu-se na Vicinal 06 do Projeto Jatapu, onde mora atualmente. Entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, em seu lote, na Vicinal 06, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

3- Francisco Rodrigues Vasconcelos (Chico do PT), 71 anos, aposentado. Nasceu em 03/06/1942, Inhumas (Goiás). Viúvo. Os filhos, com exceção da filha Sueli que mora no Projeto Jatapu, voltaram para Goiânia. Nascido na roça, com a morte do pai – professor de uma fazenda – e as dificuldades de acesso à terra em sua região, dominada por fazendeiros, deslocou-se para Goiânia, trabalhou na construção civil até deslocar-se para Rondônia, no início dos anos 1980. Chegou a Caroebe (RR) em 12/08/1982, fixando-se na área do Projeto Jatapu. Hoje mora nesta cidade, mas ainda tem o lote no Projeto Jatapu. Entrevista concedida ao autor em 9 de fevereiro de 2013, em sua residência, Caroebe – RR.

4- Ideni Madalena de Souza, 62 anos, natural de Itabira (Minas Gerais). Durante seus deslocamentos ao lado da família esteve no Espírito Santo e Rondônia. A entrevistada foi a primeira funcionária do INCRA na então vila de Caroebe, aonde chegou no dia 15 de outubro de 1981, em cima de um caminhão pau-de-arara, como a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região, entre outros. Em sua experiência como funcionária do INCRA mediu terra para os colonos nas futuras vicinais. Deixou o lote há alguns anos e hoje tem um pequeno estabelecimento de agendamento que “vans” de transporte entre Caroebe (onde mora) e Boa Vista. Concedeu entrevista ao autor em 27 de março de 2014 em Caroebe – RR.

5- João Rodrigues de Souza (João Baiano), 80 anos de idade, aposentado. Nasceu em 17/08/1934, em Santa Maria da Vitória (Bahia). Casado. Saiu da Bahia aos dois anos, cresceu em Mato Grosso. Esteve algum por tempo em Ariquemes (RO), onde tomou conhecimento, através da propaganda, de que havia disponibilidade de terra boa em Roraima. Em 1981 resolveu averiguar, em 1982 voltou para buscar a família, estabelecendo-se no futuro Projeto Jatapu. Ao lado dos filhos lutou para superar as inúmeras dificuldades. Plantou arroz, banana, criou gado e hoje está aposentado. Entrevista concedida ao autor em 13 de fevereiro de 2014, em seu lote, na Vicinal 06, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

6- José Ferreira dos Santos (Bené), 63 anos, aposentado. Nasceu em 10/08/1951, Governador Valadares (Minas Gerais). Quando criança, a família migrou de Minas, onde o pai trabalhava em fazendas, para Mato Grosso e, para Rondônia dez anos depois. Morou dois anos na Transamazônica, em Humaitá e Ouro Preto (RO). As notícias que chegavam de Roraima e a possibilidade de terras levou a família a migrar novamente. Após viagem de vários dias em cima de paus-de-arara, chegou a Caroebe, na época só mato. Era o ano de 1980. Entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, em seu lote, na Vicinal 06, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

7- Josuel Cesário da Silva (Duda), 67 anos, aposentado. Nasceu em 11/06/1947, no Estado de Alagoas. Casado. Filho de agricultores sem terra, quando tinha doze anos a família se deslocou para Mato Grosso do Sul, onde morou até deslocar-se para Roraima, através do pai que morava em Rondônia e soube da distribuição de terras na Perimetral. Em cima de um pau-de-arara ele e a família desembarcaram em São João da Baliza no ano de 1982. Em seguida, estabeleceu-se no lote onde mora com a esposa e um filho. Entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, em seu lote, na Vicinal 06, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

8- Manoel Vitório da Costa, 71 anos de idade, aposentado. Nasceu em 02/03/1942, em Araguaína (na época Goiás, hoje Tocantins). Nasceu e cresceu na roça, suas experiências anteriores de trabalho estão ligadas à agricultura e à construção civil. Deslocou-se para a Amazônia em meados dos anos 1970. Chegou a Roraima em novembro de 1976, contratado pela firma encarregada do trecho roraimense da Perimetral. Demarcou terra na área do futuro Projeto Jatapu, onde tem um pequeno criatório de gado. Entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, em sua residência, na cidade de Caroebe – RR.

9- Marinete de Souza Lima, 56 anos, trabalhadora rural aposentada. Nasceu em 09/05/1957, Boa Esperança (Maranhão). Casada. Deslocou-se para Goiás com os pais ainda criança. Após o retorno da família perdeu a mãe. Sua experiência anterior de trabalho estava ligada ao trabalho na terra, motivo pelo qual se deslocou para Roraima com o pai, a avó e os irmãos pequenos, aonde chegou no dia 16 de maio de 1977. Desde essa época mora no lote à beira da Perimetral, hoje Projeto Jatapu. Entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no lote Fazenda Macedo, Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe - RR.

10- Nairton Alfredo Pacheco, 63 anos, aposentado. Nasceu no dia 03/03/1950, em São Francisco (Espírito Santo). Casado. Ainda jovem, deslocou-se para o Paraná, permanecendo aí até seu deslocamento para Rondônia, no início dos anos 1980, em busca de terra. As experiências frustradas na luta pela terra nesses dois estados levaram-no para Caroebe em 1982, conseguindo então demarcar um lote na área do Projeto Jatapu. Atualmente mora em Caroebe, mantendo um criatório de peixes nos lotes do Projeto Jatapu em parceria com os filhos. Entrevista concedida ao autor em 10 de fevereiro de 2013, em sua residência, Caroebe – RR.

11- Pedro Paulo de Souza, 53 anos, trabalhador rural. Nasceu a 15/06/1961, em Mato Grosso do Sul. É casado. Chegou a Roraima no dia 09/10/1981, aos 19 anos, vindo direto de Rondônia onde havia chegado aos nove. As dificuldades de acesso à terra fizeram com que a família migrasse para Rondônia, estabelecendo-se em Ji-Paraná. Após um passeio do pai ao sudeste de Roraima, realizaram um novo deslocamento, desta vez para Caroebe, onde Pedro se estabeleceu, apesar das dificuldades. Hoje planta banana e cacau. Entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, em seu lote, na Vicinal 06, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

12- Pedro Rodrigues da Rocha (Pedro Feijão), natural de Paratinga (Bahia), o entrevistado esteve em várias partes do país antes de se estabelecer em Caroebe. Esteve no Paraná e em Rondônia, onde morou por dez anos. Chegou a Roraima em 1985, participou de diversas manifestações nas margens da Perimetral, que resultou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Caroebe – SINTRANC, do qual é o atual presidente, e também é um dos sócios fundadores da COOPARFAC. Concedeu entrevista ao autor em 25 de março de 2014 em Caroebe – RR.

13- Raimundo Nonato de Souza, 67 anos, aposentado. Nasceu a 10/12/1946, em Dom Pedro (Maranhão). Casado. Criado pela mãe, com quem passou a infância e a juventude, com os irmãos. O pai morreu quando era criança. Ao deslocar-se com a família para Roraima, onde estivera em 1971, em busca de terra, percorreu parte da Amazônia, passando pela Transamazônica e Rondônia. Chegou a Roraima no dia 27 de novembro de 1977, fixando-se no lote onde mora com a esposa, no Projeto Jatapu. Entrevista concedida ao autor em 11 de fevereiro de 2013, no lote Sítio Flor de Minas, Projeto Jatapu, rodovia Perimetral Norte, Caroebe – RR.

14- Sueli Rodrigues Carneiro, 45 anos, trabalhadora rural. Nasceu a 12/01/1969, em Goiás Velho (GO). Filha de Chico do PT, viveu em Goiânia até os 12 anos de idade, quando a família migrou para Rondônia e, em seguida Roraima. Chegou à região de Caroebe em 1982, aos 14 anos. As constantes migrações da família não permitiram o avanço nos estudos. Ao lado dos pais e irmãos, passou a viver no lote. Demarcou seu pedaço de terra, onde mora com o esposo e os filhos. Hoje planta mandioca e faz farinha. Entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2014, em seu lote, na Vicinal 06, Projeto Jatapu, Caroebe – RR.

Resolução nº 200, de 26 de setembro de 1983, de criação do PAR Jatapu.

RESOLUÇÃO Nº 200 em 26 de setembro de 1983

D CONSELHO DE DIRETORES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, pelo seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971, e tendo em vista a decisão adotada em sua 280ª Reunião, realizada em 26 de setembro de 1983,

R E S O L V E:

aprovar a criação do Projeto de Assentamento Jatapu, com área aproximada de 160.000 ha, localizado à margem da BR-210 (Perimetral Norte), a 250 km de Caracaraí e 400 km de Boa Vista, no Território Federal de Roraima, destinado ao assentamento de 1456 (hum mil e quatrocentos e cinquenta e seis) famílias de agricultores migrantes do Estado do Nordeste e da Região Centro-Sul, conforme consta do processo INCRA/CR-15/T-1/Nº 2004/82. O projeto terá seu início de implantação no corrente exercício que se estenderá até 1985 e exigirá recursos da ordem de Cr\$ 2.493.857.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões e oitocentos e cinquenta e sete mil cruzeiros), cujas metas físicas compreendem a abertura de 160 km de estradas; demarcação de 1456 (hum mil e quatrocentos e cinquenta e seis) parcelas de 100 ha; construção de 22 (vinte e duas) escolas; 01 (uma) unidade de saúde e construção de prédios administrativos, estando assegurados para o exercício em curso o montante de Cr\$ 692.669.000,00 (seiscentos e noventa e dois milhões e seiscentos e sessenta e nove mil cruzeiros) - (INCRA-FINSOCIAL), para abertura de 60 km de estradas vicinais; construção de 643 (seiscentos e quarenta e três) m2 de edificações de área coberta, concessão de crédito de alimentação e auxílio moradia a 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) famílias; transferência de 150 (cento e cinquenta) famílias da Região Centro-Sul e despesas de manutenção do projeto.

Paulo Yokota
Presidente

Em baixo do documento a assinatura do presidente do INCRA Paulo Yokota